



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2055

Segunda-feira - 08 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Guaramirim.....	116	Pinheiro Preto.....	240
Alto Bela Vista.....	11	Guarujá do Sul.....	118	Pomerode.....	241
Antônio Carlos.....	12	Herval d'Oeste.....	119	Porto Belo.....	242
Arabutã.....	14	Ibiam.....	139	Porto União.....	243
Ascurra.....	17	Imarui.....	140	Presidente Nereu.....	244
Atalanta.....	18	Imbituba.....	141	Princesa.....	254
Balneário Rincão.....	19	Indaial.....	142	Rio do Sul.....	257
Barra Velha.....	20	Iratí.....	143	Santa Terezinha do Progresso.....	266
Biguaçu.....	22	Irineópolis.....	144	Santiago do Sul.....	267
Blumenau.....	30	Itá.....	146	São Bento do Sul.....	269
Bom Jesus do Oeste.....	43	Itaiópolis.....	147	São João do Oeste.....	279
Bom Retiro.....	44	Itapema.....	148	São Joaquim.....	280
Botuvera.....	47	Itapiranga.....	149	São José.....	282
Caçador.....	48	Itapoá.....	150	São José do Cedro.....	286
Camboriú.....	51	Ituporanga.....	169	São Lourenço do Oeste.....	288
Campo Alegre.....	52	Jaraguá do Sul.....	171	São Miguel do Oeste.....	289
Campo Erê.....	53	Joaçaba.....	188	São Pedro de Alcântara.....	290
Canoinhas.....	54	Lauro Muller.....	206	Schroeder.....	296
Capinzal.....	56	Lebon Regis.....	209	Seara.....	300
Catanduvas.....	62	Leoberto Leal.....	210	Siderópolis.....	301
Cocal do Sul.....	66	Luzerna.....	211	Sombrio.....	302
Concórdia.....	67	Macieira.....	216	Tigrinhos.....	303
Cordilheira Alta.....	68	Mafrá.....	217	Timbó.....	304
Coronel Martins.....	80	Maravilha.....	218	Treze Tilias.....	307
Corupá.....	84	Massaranduba.....	220	Trombudo Central.....	308
Dionísio Cerqueira.....	85	Meleiro.....	222	Tunápolis.....	309
Flor do Sertão.....	86	Monte Carlo.....	225	União do Oeste.....	315
Forquilha.....	90	Navegantes.....	226	Urussanga.....	318
Fraiburgo.....	91	Nova Trento.....	228	Vidal Ramos.....	319
Frei Rogério.....	95	Novo Horizonte.....	230	Videira.....	324
Garopaba.....	96	Paial.....	232	Vitor Meireles.....	329
Garuva.....	98	Palhoça.....	234	Xanxerê.....	330
Gaspar.....	107	Palmitos.....	235	Xaxim.....	332
Grão Pará.....	109	Papanduva.....	236		
Guaraciaba.....	115	Passo de Torres.....	239		

### Consórcios

ARIS.....	334
CIS/AMOSC.....	334
CPIMMOC.....	339

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 83/2016

CONTRATO COMPRA E VENDA Nº83/2016 DE 04/08/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa PEDEREIRA TREZE TÍLIAS inscrita no CNPJ sob n.º 75.815.787/0001-49 estabelecida na Linha São Paulo s/n interior, neste ato representado por FÉLIX NEUHAUSER, brasileiro, portador do CPF nº 434.454.899-04 residente e domiciliado Rua Gaspar Coutinho nº 235 –Treze Tílias, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de pedra, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento de materiais de pedra, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	Pó de Pedra - Tonelada	1,0000	40,10	40.100,00
2	Bica Corrida - Tonelada	1,0000	37,10	37.100,00
3	Pedrisco – Tonelada	1,0000	38.30	38.300,00
4	Brita nº 1 – Tonelada	1,0000	38,30	38.300,00
TOTAL				153.800,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade do material ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora será responsável pela entrega, deverá ter os produtos para pronta entrega na área urbana de Água Doce ou outro local que se fizer necessário. Os produtos deverão estar disponíveis imediatamente após a assinatura da ata de registro de preço.

3.2. As retiradas dos produtos por funcionário do município somente poderão ser efetuadas mediante autorização do contratante, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente as quantidades fornecidas, de acordo com especificação constante no anexo II deste edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 153.800,00 (Cento e cinquenta e três mil e oitocentos reais.).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

##### 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

##### 14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

##### 01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

##### 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

##### 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;

c) Rescisão Contratual;

d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;

e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 34/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 04 de agosto de 2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal  
Contratante

FÉLIX NEUHAUSER  
Pedreira Treze Tílias Ltda ME  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

Luciani Cristina Alves  
CPF: 024.141.529-23

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB 27419

**CONTRATO Nº 84/2016**

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº84/2016 DE 04/08/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI ME estabelecida na Rua Duque de Caxias nº537 sala G4-01, CNPJ n. 22.798.043/0001-05, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Alexandre Caldeira, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 033.034.619-96 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para execução de Recapeamento asfáltico em C.A.U.Q de parte da Avenida Independência no município de Água Doce, com recursos do BADESC, através do contrato de empréstimo nº. 2015024101, em decorrência do Processo Licitatório n. 45/2016 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 8/2016 do tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para Recapeamento asfáltico em C.A.U.Q de parte da Avenida Independência no município de Água Doce, com recursos do BADESC, através do contrato de empréstimo nº. 2015024101, conforme item abaixo relacionado:

Item n. 01 – Recapeamento asfáltico em C.A.U.Q de parte da Avenida Independência no município de Água Doce, com recursos do BADESC, através do contrato de empréstimo nº. 2015024101, conforme projetos técnicos de engenharia.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA**

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 06 (seis) meses contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) .

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa 630.contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 8/2016 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS**

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 630.611,10, sendo com custos e despesas R\$ 245.938,33, custo com pessoal de R\$ 220.713,89, e margem de lucro bruto de R\$163.958,89 .

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

- a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;
- b) as medições serão feitas a cada 30 (trinta) dias, exceto a inicial e a final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

- a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.
- b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do “de acordo” da fiscalização desta Municipalidade.
- c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
- d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.
- e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 06 (seis) meses.
- f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.
- g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.
- h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV,



do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – 11.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município e de Convênio com o BADESC.

#### 5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

#### 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0083/130 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/132 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.03.0000/171 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas

instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

#### CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 8/2016, Processo Licitatório n. 45/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce – SC, aos, 04 de agosto de 2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal  
Contratante

ALEXANDRE CALDEIRA  
Alexandre Caldeira Eireli ME  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

Luciani Cristina Alves  
CPF: 024.141.529-23

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB 27419



**DECRETO Nº 096/2016**

DECRETO Nº 096/2016 – DE 29 DE JULHO DE 2016

“SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE PESSOAL”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições conferidas por Lei

CONSIDERANDO que o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Água Doce e Região indicou para suplente do seu representante a Senhora Luci Mara Luchese;  
CONSIDERANDO que foi nomeada para compor O Conselho e a Comissão através do Decreto nº 087/2016, de 15 de julho de 2016;  
CONSIDERANDO que conferindo os dados percebeu-se que esta, encontra-se em estágio probatório e que está na condição de avaliada, não podendo fazer parte da comissão;  
CONSIDERANDO que o SINSEADRE encaminhou novo ofício nomeando como representante da entidade a Senhora Angela Raquel Lucietti Rossa.

DECRETA:

Art 1º. Fica nomeada como membro representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Água Doce e Região junto ao Conselho de Política de Administração de Remuneração de Pessoal a Senhora Angela Raquel Lucietti Rossa.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de julho de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.437/2016**

LEI Nº 2.437/2016 – DE 02 DE AGOSTO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/SC E A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Secretaria do Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Departamento Estadual de Trânsito e Segurança Viária - DETRAN/SC e a Polícia Militar de Santa Catarina com o objeto de estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização de trânsito; aplicação de medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito e sua respectiva arrecadação e destinação de multas; o adequado controle da utilização de vias públicas, por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município em conformidade com a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º. O prazo de vigência do Convênio é de 05 (cinco) anos, contado da data de sua assinatura, podendo se alterado ou complementado mediante lavratura de Termo Aditivo, facultado o exercício da denúncia mediante aviso expresso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, caso uma das partes não respeitar o acordado.

Art. 3º. As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão

por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de agosto de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 53/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 53/2016

PREGÃO PRESENCIAL 35/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 53/2016, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 35/2016”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, destinado a contratação de serviços de transporte rodoviário por km rodado, destinado ao transporte de alunos do Projeto “Judô para Água Doce” participarem de competições, com recursos do FIA, o qual será processado e julgado no dia 19 de agosto de 2016 às 16h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 05 de agosto de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 54/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 54/2016

PREGÃO PRESENCIAL 36/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 54/2016, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 36/2016”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, destinado a aquisição de equipamentos para utilização pelo Corpo de Bombeiros Militar de Água Doce, Polícia Militar de Água Doce, Secretaria de Educação e CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, o qual será processado e julgado no dia 19 de agosto de 2016 às 16h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 05 de agosto de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2016 FMS**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 4/2016, para contratação de empresa para execução de execução de reforma e pintura do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial Luiz Vieceli no Município de Água Doce, que entre si celebram de um lado o Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 11.430.533/0001-20, neste ato representado pela sua Gestora Srta. Rosemary Inês Heberle, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 090.403.419-40, e a empresa Construtora Don Juan Ltda ME, estabelecida na Rua Severino Fuga, 140 – Vila Pedrini – Joaçaba – SC, CNPJ n. 14.748.098/0001-74, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Juan Boneli da Silva, brasileiro, portador do CPF n. 006.773.749-84, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do contrato em R\$ 1.359,07, conforme laudo de engenharia em anexo.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 04 de agosto de 2016

ROSEMARY INÊS HEBERLE  
Gestora do FMS  
Contratante

JUAN BONELLI DA SILVA  
Construtora Don Juan Ltda ME  
Contratada

TESTEMUNHAS:

LUCIANI CRISTINA ALVES  
CPF: 024.141.529-23

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB 27419

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2238 DE 04 DE AGOSTO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: que a servidora identificada abaixo é a próxima da lista de classificação no processo seletivo 01.2015.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. MARCIA FRITSCH MALTAURO, para exercer o cargo de PROFESSOR I – 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 8º lugar na Educação Infantil – Não Habilitada no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do Decreto nº 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 062/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 043/2016; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recuperação, assentamento, classificação, limpeza e transporte de lajotas reutilizáveis, com fornecimento de areia para colchão (10 cm), colocação e rejunto de meio fio, em diversas ruas do Município de Antônio Carlos /SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 22 de agosto de 2016 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 08 de agosto de 2016.

Adelino Bonifácio Kretzer

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 065/2016

DECRETO Nº 000065/16 de 5 de Agosto de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.678,14 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.678,14

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
Superávit financeiro 10.678,14

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 5 de Agosto de 2016.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA N 291/2016

PORTARIA Nº 291/2016

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2016,

#### Resolve:

Artigo 1º - Nomear, JOAO FELIX DE OLIVEIRA CAMARGO, para o cargo efetivo de MEDICO – 40H, a partir de 08 de agosto de 2016, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte integrante do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 05 de agosto de 2016.

### PORTARIA N 292/2016

PORTARIA Nº 292/2016.

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

#### Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBIDADE, ao servidor JOAO FELIX DE OLIVEIRA CAMARGO, ocupante do cargo efetivo de MEDICO – 40H, a partir de 08 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 05 de agosto de 2016.



**PORTARIA N 293/2016**

PORTARIA Nº 293/2016.

Concede Gratificação a servidor efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1318/2011,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, ao servidor JOAO FELIX DE OLIVEIRA CAMARGO, ocupante do cargo efetivo de MEDICO – 40H, a partir de 08 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 05 de agosto de 2016.

**PORTARIA N 294/2016**

PORTARIA Nº 294/2016.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso nº 001/2016,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARCOS RODRIGUES MUNIZ, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 08 de agosto de 2016, para atuar na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, passando a fazer parte do quadro da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 08 de agosto de 2016.

**PORTARIA N 295/2016**

PORTARIA Nº 295/2016.

Concede Insalubridade a servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor MARCOS RODRIGUES MUNIZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 08 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 08 de agosto de 2016.

**PORTARIA N 296/2016**

PORTARIA Nº 296/2016.

Dispensa ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, VALDECI JOSE GUESSER, do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 05 de agosto de 2016, pelo termino de sua contratação temporária.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 08 de agosto de 2016.

**PORTARIA N 297/2016**

PORTARIA Nº 297/2016.

Revoga portaria que especifica.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Revogar a portaria nº 017 de 03 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1151, pagina 05, no dia 07 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 08 de agosto de 2016.

# Arabutã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº.1916/2016

Decreto nº. 1916, de 03 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL, DENOMINADO COMSEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 4º, da Lei Municipal nº 41, de 02 de março de 1994;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas, para a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar Sustentável, denominado COMSEA, nos termos da estrutura representativa estabelecida no art. 12º da Lei Complementar nº. 108, de 16 de setembro de 2011, conforme segue:

I – Representantes do poder público municipal, sendo:

a) Representante do órgão municipal de Assistência Social  
- Titular – Sabrina Mores  
- Suplente – Dilmar Tiemann

b) Representante do órgão municipal de Saúde  
- Titular – Adriana Duarte  
- Suplente – Lorecir Coldebella

c) Representante do órgão municipal de Educação  
- Titular – Sílvia Salgadinho da Rocha  
- Suplente – Cristian Rübenich

d) Representante do órgão municipal da Agricultura  
- Titular – Michael Medeiros  
- Suplente – Deise Morche

II – Representantes da sociedade civil organizada, sendo:

a) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
- Titular – Douglas Braun  
- Suplente – Elsi Hoch

b) Representante das Associações de moradores  
- Titular – Alcides Kochenborger  
- Suplente – Suelen Macopi Bueno

c) Representantes das associações de pais e professores de escolas públicas estabelecidas no Município;  
- Titular – Denise Souza Nunes Patzlaff  
- Suplente – Cristiane Michaelsen  
- Titular – Mariele Usinger Arend  
- Suplente – Anderson Bauer  
- Titular – Paulo Schneider  
- Suplente – Denise Regina Lutz

c) Representante da Associação de Saúde Arabutã  
- Titular – Imelda Baller  
- Suplente – Noeli Redecker

d) Representante do Conselho Municipal de Saúde  
- Titular – Andíara Tatiane Schrammel  
- Suplente – Lauri Cassel

e) Representante do Conselho Municipal da Assistência Social  
- Titular – Hanny Deuner Wermeier  
- Suplente – Noemi Teles da Rocha

Art. 2º. As competências dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar Sustentável, denominado COMSEA, são aquelas estabelecidas no art. 10, da Lei Complementar nº 108/2011.

Art. 3º. O mandato dos membros representantes do COMSEA será de dois anos, admitida uma recondução consecutiva.

Art. 4º. A presidência do Conselho caberá a um representante da sociedade civil em respeito ao princípio da organização jurídica do Estado e secretariado por um dos membros representantes do governo municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 03 de agosto de 2016.  
JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável Pelas Publicações

**HOMOLOGAÇÃO Nº. 44/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 3/2016 - OU</b>  Processo Administrativo: 45/2016 Processo de Licitação: 44/2016 Data do Processo: 14/07/2016
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 44/2016  
b ) Licitação Nr.: 3/2016-OU  
c ) Modalidade: Outras Modalidades  
d ) Data Homologação: 05/08/2016  
e ) Data da Adjudicação: 05/08/2016 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação O objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do anexo II.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL (8217)**

16 Polpa de Frutas - Marca: ANDRE LUSA LODI	SAC	300,00	0,0000	1,50	450,00
17 Polpa de Frutas - abacaxi - Marca: ANDRE LUSA LODI	KG	100,00	0,0000	1,50	150,00
18 Polpa de Frutas - abacaxi e hortelã - Marca: ANDRE LUSA LODI	SAC	100,00	0,0000	1,50	150,00
19 Polpa de Frutas - maracujá - Marca: ANDRE LUSA LODI	SAC	300,00	0,0000	1,50	450,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.200,00</b>

**COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL (8947)**

3 Açúcar Mascavo- Açúcar mascavo - Marca: COOPERO	PCT	20,00	0,0000	8,90	178,00
8 Carne de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição - Marca: COOPERATIVA SEARA	KG	300,00	0,0000	9,90	2.970,00
12 Leite UHT Integral - Longa Vida, composição: - Marca: COOPERATIVA IRATI	L	1.500,00	0,0000	2,95	4.425,00
14 Mel de Abelha, Produto Natural elaborado por abelhas a parti - Marca: COOPERATIVA SEARA	KG.	15,00	0,0000	19,90	298,50
15 Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trinc - Marca: COOPERATIVA XANXERÊ	DUZ	300,00	0,0000	6,50	1.950,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>9.821,50</b>

**COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL F (8165)**

1 Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem ruptura - Marca: COOPERABUTÁ	UN	500,00	0,0000	2,00	1.000,00
2 Acelga nova, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, - Marca: COOPERABUTÁ	UN.	30,00	0,0000	4,25	127,50
4 Bolacha Caseira Manteiga, O biscoito deverá ser fabricado a - Marca: COOPERABUTÁ	KG.	22,00	0,0000	18,00	396,00
5 Bolacha Caseira de Nata, O biscoito deverá ser fabricado a p - Marca: COOPERABUTÁ	KG.	22,00	0,0000	18,00	396,00
6 Bolacha caseira sortida, O biscoito deverá ser fabricado a p - Marca: COOPERABUTÁ	KG.	44,00	0,0000	18,00	792,00
7 Bolacha Caseira de Milho, a bolacha deverá ser fabricada apa - Marca: COOPERABUTÁ	KG.	44,00	0,0000	18,00	792,00

Arabutã, 5 de Agosto de 2016.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 3/2016 - OU</b>  Processo Administrativo: 45/2016 Processo de Licitação: 44/2016 Data do Processo: 14/07/2016
	Folha: 2/2

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL F (8165)**

9	Cucas diversos recheios, acondicionada em embalagem plástica - Marca: COOPERABUTÃ	UN	400,00	0,0000	9,00	3.600,00
10	Farinha de Milho amarela, 100% milho puro, sem conservantes, - Marca: COOPERABUTÃ	KG.	50,00	0,0000	2,20	110,00
11	Laranja de várias cultivares - Marca: COOPERABUTÃ	KG.	300,00	0,0000	2,40	720,00
13	Massa Caseira, sem furo, tipo espaguete, massa alimentícia. - Marca: COOPERABUTÃ	KG	80,00	0,0000	8,00	640,00
20	Tangerina, de boa qualidade, madura, várias cultivares, pode - Marca: COOPERABUTÃ	KG.	400,00	0,0000	4,00	1.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>10.173,50</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>21.195,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (40),  
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (41)

Arabutã, 5 de Agosto de 2016.



# Ascurra

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2016 FMS**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2016 FMS  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 18/8/2016 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS E GENÉRICOS PARA COMPOSIÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA NAS UNIDADES DO PSF CENTRO E PSF ESTAÇÃO, PARA ATENDIMENTOS DO SAMU E PARA ATENDIMENTOS DA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 8 de agosto de 2016.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### EXTRATO R.P 1/2016

#### EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO. PREGÃO Nº 001/2016. A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Atalanta (SC), comunica aos interessados o resultado da seguinte licitação: Edital de Pregão Presencial Nº. 001/2016, alterado pelo Edital 002/2016. Objeto: A obtenção da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada (agência de viagens) no fornecimento de passagens aéreas nacionais. Vencedor – ACACIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME, CNPJ 21.917.319/0001-56. Menor Percentual a Título de Comissão de Agenciamento: 5% (cinco por cento). Data: 04/08/2016. ALVINO SCHELTER. Presidente

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 399/2016

DECRETO Nº. 399/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2016, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal:

#### DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade SAMAE de Balneário Rincão do Exercício de 2016 na importância de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 <input type="checkbox"/> SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.: 1071 – Projetos, Const., Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.00.00.00.0621 (23) – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 <input type="checkbox"/> SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.: 1071 – Projetos, Const., Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0621 (24) – Aplicações Diretas R\$

140.000,00

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 <input type="checkbox"/> SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.: 2072 – Projetos, Const., Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.00.00.00 (25) – Aplicações Diretas R\$ 380.000,00

TOTAL .....R\$ 770.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, correspondente aos saldos em 31 de dezembro de 2016, creditados na conta corrente Caixa Econômica Federal nº 167-9 Agência nº 1785-0 Içara; Banco Cooperativo Sicred S/A na conta corrente nº 25006-6 Agência nº 100-0 Porto Alegre e Banco do Brasil S/A nº na conta corrente 25606-4 Agência nº 2118-0 Içara.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 06 de Junho de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de Junho de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

## SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

### EXTRATO CONTRATO 025

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 025 /SAMAE/2016.; DHENIFER MADEIRA ORLANDI ME: OBJETO: a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de serralheria para atender as demandas da Estação de Tratamento de Água do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão-SC. ASSINATURA: 21/07/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. DHENIFER MADEIRA ORLANDI

#### EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. Nº 019/SAMAE/2016; FLORESTAL PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: ACRÉSCIMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ao contrato que tem por objeto contratação de empresa do ramo pertinente, para recuperação de filtros da Estação de Tratamento de Água do Samae de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 22/07/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr ALBERTO DE SOUZA - Presidente e pela empresa o sr. Paulo Roberto de Mello

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 033/SAMAE/2016; SANDRINI & BOTECA LTDA. Objeto: ACRÉSCIMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ao contrato que tem por objeto contratação de empresa

do ramo pertinente, prestação de serviços técnicos especializados em "operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema comercial". ASSINATURA: 04/07/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr ALBERTO DE SOUZA - Presidente e pela empresa o Sr. Anderson Sandrini Botega

# Barra Velha

## PREFEITURA

### PP 048/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 062/2016 - Pregão Presencial nº 048/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Aquisição de equipamentos agrícolas para Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca, do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. CONTRATO DE REPASSE 1.022.999-97/2016 SIAFI 816809, celebrado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Barra Velha. Recebimento dos Envelopes até: 22/08/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 22/08/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 05 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

### PP 049/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 063/2016 - Pregão Presencial nº 049/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, Locação de britador móvel sobre esteira e Escavadeira Hidráulica para Secretaria

de Obras do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/08/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 22/08/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 05 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

### PP 050/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 064/2016 - Pregão Presencial nº 050/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, elaboração de projeto executivo para sistema de proteção da Barra do Rio Itapocú, recuperação, modernização e ampliação do molhe sul no Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/08/2016 às 15:30 horas. Data da Sessão Pública: 22/08/2016 às 15:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 05 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO - HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CARGO ADVOGADO

CAMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 22/2016

"Homologa resultado final do Cargo de Advogado do Concurso Público realizado pela Câmara de Vereadores de Barra Velha (Edital nº 01/2015) e dá outras providências"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE BARRA VELHA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a realização do concurso público no dia 21 de fevereiro de 2016, para preenchimento de vagas existentes no

quadro efetivo de pessoal do Poder Legislativo Municipal e formação de cadastro de reserva, constante do Edital nº 01/2015;

CONSIDERANDO, ainda, que realizadas as provas foi dado conhecimento do seu resultado final, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados, na etapa única, no site [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br) [www.camarabarravelha.sc.gov.br](http://www.camarabarravelha.sc.gov.br), no dia 07 de março de 2016;

CONSIDERANDO os Autos nº. 0300378-60.2016.8.24.0006, que suspendeu a homologação do cargo de advogado, transitou em julgado;

CONSIDERANDO finalmente que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do



concurso público realizado;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Concurso Público, concernente ao Edital nº 01/2015, para provimento de cargo de advogado da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final do Concurso Público, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 3º As vagas existentes no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente concurso, serão preenchidas conforme a necessidade e de acordo com a disponibilidade orçamentária, conveniência e oportunidade da administração, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação e demais exigências normativas previstas no edital do concurso.

Art. 4º Publique-se a Homologação da classificação definitiva do Cargo de Advogado do CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 01/2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

BARRA VELHA, 05 de agosto de 2016.

Marciel Berlin
Presidente da Câmara Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 128/2016

DECRETO Nº 128/2016 DE: 29 DE JULHO DE 2016.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/15 - LDO,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 10.693.900,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e três mil e novecentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 3º Bimestre de 2016 em anexo a este decreto:

#### 1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.03.000000 – Receita de Honorários Advocatícios– R\$ 40.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Munic.	40.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.500,00

FONTE 0.1.04.000000 – Cosip– R\$ 777.800,00

FONTE 0.1.10.000000 – Transf. Diretas do FNDE – PNAE Educ. Infantil – R\$ 5.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ens. Infantil	5.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.300,00

FONTE 0.1.12.000000 – Transferências de Recursos do FUNDEB – R\$ 929.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Rem. Dos Profissionais do Magistério	929.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	929.900,00

FONTE 0.1.16.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00

FONTE 0.1.17.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00

FONTE 0.1.18.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 11.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	11.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	11.900,00

FONTE 0.1.22.000000 –PNAE Pre-Escolar – R\$ 52.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2088	Oferta de Merenda Escolar – Pre-Escolar	52.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	52.000,00

FONTE 0.1.26.000000 – Manutenção do FIA – R\$ 3.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	3.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.100,00

FONTE 0.1.34.000000 – Manutenção do FMDR – R\$ 24.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.20.606.0007.2070	Manutenção do FMDR	24.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	24.200,00

FONTE 0.1.37.000069 – Piso Básico Fixo - PAIF R\$ 20.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	20.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.700,00

FONTE 0.1.37.000070 – Índice de Gestão Descentralizada - SUAS R\$ 1.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	1.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.700,00

FONTE 0.1.37.000072 – Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso especial de Média Complexidade	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00

FONTE 0.1.37.000132 – Piso Básico Variável II - FMAS R\$ 48.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serviços de Conv. e Fortalecimento de Vínculo	48.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	48.000,00

**FONTE 0.1.37.000141 – Piso Fixo de Média Complexidade - FMAS  
R\$ 52.900,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	52.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	52.900,00

**FONTE 0.1.37.000198 – Acessuas – R\$ 28.200,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	28.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	28.200,00

**FONTE 0.1.37.000209 – Serv. Conv. Fortal. Vinculos – R\$ 26.100,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serv. De Conviv. E Fortalecimento de Vinc.	26.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	26.100,00

**FONTE 0.1.37.000211 – Piso Fixo de Media Complexidade - PAEFI  
– R\$ 12.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00

**FONTE 0.1.37.000212 – Piso Fixo de Media Complexidade - MSE –  
R\$ 10.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

**FONTE 0.1.37.000213 – Piso Fixo de Media Complexidade - Abordagem – R\$ 12.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00

**FONTE 0.1.38.000156 – Co-Financiamento – R\$ 34.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	34.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	34.000,00

**FONTE 0.1.38.000173 – Co-Financiamento – R\$ 22.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	22.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	22.000,00

**FONTE 0.1.38.000174 – Co-Financiamento – R\$ 16.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

**FONTE 0.1.38.000175 – Co-Finan. Proteção de Media Complexidade – R\$ 23.900,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	23.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	23.900,00

**FONTE 0.1.38.000200 – Benefícios Eventuais – R\$ 6.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

**FONTE 0.1.38.000210 – Co-Financ. Proteção Social Básica – R\$ 11.800,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	11.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	11.800,00

**FONTE 0.1.70.000131 – Convênio CEF – R\$ 20.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00

**FONTE 0.1.71.000162 –Convênio Funturismo – Festividades Carnav. – R\$ 42.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	42.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	42.000,00

**FONTE 0.1.71.000163 – Conv. Secret. Turismo, Cult. Esp e Lazer. – R\$ 44.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	44.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	44.000,00

**FONTE 0.1.70.000000 – Recursos Ordinarios. – R\$ 98.400,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dividas	98.400,00
4.6.90.00	Amortização de Dividas	98.400,00

**FONTE 0.1.81.000001 – R.D.B. - FUNDEB – R\$ 19.800,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Rem. Dos Profissionais do Magistério	19.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	19.800,00

**FONTE 0.1.81.000002 – MDE – Salário Educação – R\$ 100,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	100,00

**FONTE 0.1.81.000067 – R.D.B. – Recursos do FMAS – R\$ 5.600,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMS	5.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.600,00

## 2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.20.000000 – Manutenção do FMS – R\$ 24.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	24.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	24.000,00

FONTE 0.2.27.000000 – ASPS – Tx. De Vig. Sanitária – R\$ 12.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	12.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.700,00

FONTE 0.2.28.000015 – Teto Municipal Rede de Urgência - UPA – R\$ 192.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	192.000,00
4.4.90.00	Investimentos	192.000,00

FONTE 0.2.28.000045 – Piso Fixo de Vig. Sanitária – R\$ 2.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	2.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00

FONTE 0.2.28.000046 – ASPS - ACS – R\$ 111.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	111.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	111.900,00

FONTE 0.2.28.000049 – ASPS - CEO – R\$ 12.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas	12.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.600,00

FONTE 0.2.28.000056 – ASPS – EMAD – R\$ 200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	200.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00

FONTE 0.2.28.000057 – ASPS – EMAP – R\$ 24.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	24.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	24.000,00

FONTE 0.2.28.000108 – Incent. Qualif. Das Ações de Dengue – R\$ 36.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	36.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	36.000,00

FONTE 0.2.28.000111 – MAC Hospital Regional de Biguaçu – R\$ 309.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca	309.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	309.600,00

FONTE 0.2.28.000179 – ASPS – PMAQ – R\$ 208.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	208.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	208.900,00

FONTE 0.2.28.000187 – ASPS – Rede Psico Social – R\$ 29.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico-Social	29.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	29.200,00

FONTE 0.2.29.000112 – ASPS – MAC Hospital Regional de Biguaçu – R\$ 7.800.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca	7.800.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.800.000,00

FONTE 0.2.29.000125 – MAC Produção Ambulatorial Hospitalar – R\$ 60.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de MAC	60.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	60.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Gov. Celso Ramos – R\$ 12.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Antonio Carlos – R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

## 3. UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

FONTE 0.2.36.000000 – Manutenção da FAMABI – R\$ 10.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.543.008.2080	Manutenção da FAMABI, Preserv. Proteção	10.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.100,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçu prev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal  
Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 128/2016 - ANEXO**

ESTADO DE SANTA CATARINA									
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU									
ANEXO DECRETO nº 128/2016									
ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO RELATIVO AO TERCEIRO BIMESTRE DE 2016									
ESPECIFICAÇÕES	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
PREFEITURA									
0.1.00.000 - Recursos Ordinários				29.163,0	26.371,5	-2.791,5	29.163,0	26.371,5	-2.791,5
0.1.01.000 - Recursos de Impostos p/MDEB				6.139,0	5.998,5	-140,5	6.139,0	5.998,5	-140,5
0.1.02.000 - Recursos de Impostos p/ASPS				11.690,0	9.159,1	-2.530,9	11.690,0	9.159,1	-2.530,9
0.1.03.000 - Receita de Honorários de Advogados				56,0	15,5	-40,5	56,0	15,5	-40,5
0.1.04.000 - Cosip				2.811,0	2.033,2	-777,8	2.811,0	2.033,2	-777,8
0.1.05.000 - Cide				30,0	54,2	24,2	30,0	54,2	24,2
0.1.06.000 - Transferências do Salário Educação				735,0	1.000,0	265,0	735,0	1.000,0	265,0
0.1.08.000 - Transferências Diretas FNDE ref.PNAE-Ens.Fund				60,0	163,6	103,6	60,0	163,6	103,6
0.1.09.000 - Transferências Diretas FNDE ref. ao PNATE				20,0	21,1	1,1	20,0	21,1	1,1
0.1.10.000 - Transferências Diretas FNDE ref. PNAE-Ens.Inf.				80,0	74,7	-5,3	80,0	74,7	-5,3
0.1.11.000 - Brasil Carinhoso				32,0	132,2	100,2	32,0	132,2	100,2
0.1.12.000 - Transferências de Rec. do FUNDEB - 100%				8.947,0	8.017,1	-929,9	8.947,0	8.017,1	-929,9
0.1.16.000 - Multas Previs. na Leg. de Trans - Polícia Civil				50,0	41,0	-9,0	50,0	41,0	-9,0
0.1.17.000 - Multas Previs. na Leg.de Trans - Parte Pol. Militar				50,0	41,0	-9,0	50,0	41,0	-9,0
0.1.18.000 - Multas Previs. na Leg. de Trans. - Parte PMB				56,0	44,1	-11,9	56,0	44,1	-11,9
0.1.19.000 - Outras Concessões e Permissões-Direito de Uso				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.21.000 - Manutenção do Ensino Infantil					106,8	106,8		106,8	106,8
0.1.22.000 - PNAE - Pré-Escolar				52,0		-52,0	52,0		-52,0
0.1.26.000 - Manutenção do FIA				4,0	0,9	-3,1	4,0	0,9	-3,1
0.1.33.000 - Manutenção do FUNREBOM				172,0	184,1	12,1	172,0	184,1	12,1
0.1.34.000 - Manutenção do FMDR				25,0	0,8	-24,2	25,0	0,8	-24,2
0.1.37.061 - Piso de Alta Complexidade				24,0	44,4	20,4	24,0	44,4	20,4
0.1.37.066 - Índice de Gestão Descentralizada-Bolsa Família				24,0	24,6	0,6	24,0	24,6	0,6
0.1.37.069 - Piso Básico Fixo-PAIF				46,0	25,3	-20,7	46,0	25,3	-20,7
0.1.37.070 - Índice de Gestão Descentralizadas-SUAS				2,0	0,3	-1,7	2,0	0,3	-1,7
0.1.37.072 - Piso de Transição de Média Complexidade				2,0		-2,0	2,0		-2,0
0.1.37.132 - Piso Básico Variável II - FMAS				48,0		-48,0	48,0		-48,0
0.1.37.141 - Piso Fixo de Média Complexidade-FMAS				54,0	1,1	-52,9	54,0	1,1	-52,9
0.1.37.198 - Acessuas - FMAS				30,0	1,8	-28,2	30,0	1,8	-28,2
0.1.37.209 - Serviços de Convivência e Fort. do Vínculo				34,0	7,9	-26,1	34,0	7,9	-26,1
0.1.37.211 - Piso Fixo de Média Complexidade -PAEFI				12,0		-12,0	12,0		-12,0
0.1.37.212 - Piso Fixo de Média Complexidade - MSE				10,0		-10,0	10,0		-10,0
0.1.37.213 - Piso Fixo de Média Complexidade-Abord.Social				12,0		-12,0	12,0		-12,0
0.1.37.214 - Benefício de Prestação Continuada na Escola					3,7	3,7		3,7	3,7
0.1.48.135 - Proteção Social Básica Investimentos					0,3	0,3		0,3	0,3

0.1.38.156 - Co-Financ.Prot. Esp.de Alta Complexidade-Invest.				34,0		-34,0	34,0		-34,0
0.1.38.173 - Co-Financ.Prot. Esp.de Alta Complexidade-Invest.				22,0		-22,0	22,0		-22,0
0.1.38.174 - Co-Financ.Prot.Esp.Méd.Alt Complexidade-Invest				16,0		-16,0	16,0		-16,0
0.1.38.175 - Co-finan.Prot.Esp.Méd,Alta Complexidade-Cust.				24,0	0,1	-23,9	24,0	0,1	-23,9
0.1.38.200 - Benefícios Eventuais				6,0		-6,0	6,0		-6,0
0.1.38.210 - Co-Financiamento Proteção Social Básica				12,0	0,2	-11,8	12,0	0,2	-11,8
0.1.70.020 - Conv. Ministério das Cidades-Hab.Popular				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.021 - Conv. Ministério Turismo-Sinaliz. e Portal Turist.				0,0	73,1	73,1	0,0	73,1	73,1
0.1.70.022 - Conv.Minist.Cidades-Implantação de Ciclovias				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.023 - Conv.Minist.Cidades-Padronização de Calçadas				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.073 - Conv.Minist.Agricultura-Form. da Patr.Agrícola				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.090 - Conv.Minit.Esportes-Construção Eptos Esportivos				0,0	2,4	2,4	0,0	2,4	2,4
0.1.70.093 - Conv.Minist. Cidades-Aquis. Eptos Rodoviários				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.094 - Conv.Minist. Cidades-Pavimentação de Ruas				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.097 - Conv.Minist. Cidades- Drenagem Plvial				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.098 - Conv.Minist.Cidades- Drag.Rio e Fix.da Barra				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.131 - Convênio CEF				20,0		-20,0	20,0		-20,0
0.1.70.134 - Festa de Aniversario de Biguaçu					25,4	25,4		25,4	25,4
0.1.70.137 - Restauração Mercado Público e Concha Acustica					134,6	134,6		134,6	134,6
0.1.70.139 - Conv.c/MEC- Ampl. Da Rede Fís. de Ens. Fund.				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.70.140 - Conv.c/MEC- Ampl. Da Rede Fís. de Ens. Infantil				0,0	11,8	11,8	0,0	11,8	11,8
0.1.70.202 - Conv.Minist.da Integração-Recup de Danos Intem				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.71.012 - Convenio SDR – Manut. Transporte Escolar				0,0	405,9	405,9	0,0	405,9	405,9
0.1.71.095 - Convênio SDR – Pavimentação de Ruas				0,0	657,8	657,8	0,0	657,8	657,8
0.1.71.162 - Convênio Funturismo-Festividade s Carnavalescas				42,0		-42,0	42,0		-42,0
0.1.71.163 - Conv.Secret.de Turismo,Cultura e Esporte				44,0		-44,0	44,0		-44,0
0.1.80.000 - Recursos Ordinários				259,0	160,6	-98,4	259,0	160,6	-98,4
0.1.81.001 - RDB – FUNDEB				27,0	7,2	-19,8	27,0	7,2	-19,8
0.1.81.002 - RDB – SALÁRIO EDUCAÇÃO				18,0	17,9	-0,1	18,0	17,9	-0,1
0.1.81.003 - RDB – CIDE				0,0	1,8	1,8	0,0	1,8	1,8
0.1.81.004 - RDB – PNAE- Ensino Fundamental				0,0	4,8	4,8	0,0	4,8	4,8
0.1.81.005 - RDB –PNAE- Ensino Infantil.				0,0		0,0	0,0		0,0
0.1.81.006 - RDB – PNATE				0,0	,7	0,7	0,0	,7	0,7
0.1.81.008 - RDB – Multa de Transito- Parte Polícia Civil				0,0	8,2	8,2	0,0	8,2	8,2
0.1.81.009 - RDB – Multa de Transito- Parte Polícia Militar				0,0	2,1	2,1	0,0	2,1	2,1
0.1.81.010 - RDB – Multa de Transito- Parte Prefeitura				0,0	3,3	3,3	0,0	3,3	3,3



0.1.81.011 - RDB – Convênio Transporte Escolar			0,0	2,0	2,0	0,0	2,0	2,0
0.1.81.058 - RDB – Recurso do Funrebom			0,0	2,6	2,6	0,0	2,6	2,6
0.1.81.059 - RDB – Recursos do FIA			0,0	5,0	5,0	0,0	5,0	5,0
0.1.81.067 - RDB – Recursos do FMAS			17,0	11,4	-5,6	17,0	11,4	-5,6
0.1.81.118 - RDB – Outros Recursos Vinculados			119,0	466,7	347,7	119,0	466,7	347,7
0.1.82.089 - Oper Cred Int. p/Programa Educação					0,0			0,0
0.1.82.096 - Badesc Pavimentação de Ruas				738,2	738,2		738,2	738,2
0.1.82.128 - PNAFM					0,0			0,0
0.1.82.170 - Pavimentação de Ruas				1.994,4	1.994,4		1.994,4	1.994,4
0.1.82.190 - Badesc Construção e Remodelação de Praças					0,0			0,0
0.1.85.099 - Veículos da Educação-Desp.de Cap.da Educ.				5,1	5,1		5,1	5,1
0.1.85.100 - Despesas de Capital em Geral				11,9	11,9		11,9	11,9
SOMA			61.130,0	58.324,0	-2.806,0	61.130,0	58.324,0	-2.806,0
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
0.2.20.000 - ASPS - Outras Receitas			24,0		-24,0	24,0		-24,0
0.2.27.000 - ASPS – Tx. Fisc.de Vig. Sanitária			129,0	116,3	-12,7	129,0	116,3	-12,7
0.2.28.015 - ASPS - Teto Municipal Rede de Urgência - UPA			1.212,0	1.020,0	-192,0	1.212,0	1.020,0	-192,0
0.2.28.016 - ASPS - Manutenção das Ações de MAC				112,0	112,0		112,0	112,0
0.2.28.042 - ASPS - Piso de Atenção Básica - PAB-Fixo			870,0	906,0	36,0	870,0	906,0	36,0
0.2.28.043 - ASPS - Piso Fixo de Vig.Sanitária - PFVISA			18,0	19,4	1,4	18,0	19,4	1,4
0.2.28.044 - ASPS - Componente Básico de Assist.Farm.			168,0	175,5	7,5	168,0	175,5	7,5
0.2.28.045 - ASPS - Piso Fixo de Vig.Sanitária - ANVISA			9,0	6,2	-2,8	9,0	6,2	-2,8
0.2.28.046 - ASPS - Agentes Comunitários de Saúde			702,0	590,1	-111,9	702,0	590,1	-111,9
0.2.28.047 - ASPS - Saúde da Família			696,0	728,5	32,5	696,0	728,5	32,5
0.2.28.048 - ASPS - SAMU-Serv.Atend. Médico de Urgência			78,0	131,5	53,5	78,0	131,5	53,5
0.2.28.049 - ASPS - CEO-Centro de Espec. Odontológica			72,0	59,4	-12,6	72,0	59,4	-12,6
0.2.28.050 - ASPS - Núcleo de Apoio Saúde Familiar-NASF			246,0	220,0	-26,0	246,0	220,0	-26,0
0.2.28.056 - ASPS - Prog. Nac.de Atenção Domiciliar-EMAD			300,0	100,0	-200,0	300,0	100,0	-200,0
0.2.28.057 - ASPS - Prog.Nac.Eq.Multiprof. de Apoio-EMAP			36,0	12,0	-24,0	36,0	12,0	-24,0
0.2.28.104 - ASPS - Rede Brasil sem Miséria-protese dentária			35,0	30,0	-5,0	35,0	30,0	-5,0
0.2.28.107 - ASPS - Piso Fixo de Vigilância em Saúde			143,0	179,2	36,2	143,0	179,2	36,2
0.2.28.108 - ASPS - Incentivo de Quali. das Ações de Dengue			36,0		-36,0	36,0		-36,0
0.2.28.109 - ASPS - Form.Inf.às Crianças Vert.Exp.ao HIV			4,0		-4,0	4,0		-4,0
0.2.28.111 - ASPS - MAC-Hospital Regional de Biguaçu			7.800,0	7.490,4	-309,6	7.800,0	7.490,4	-309,6
0.2.28.119 - ASPS - Teto Municipal MAC -Amb.e Hospitalar			911,0	911,5	0,5	911,0	911,5	0,5
0.2.28.120 - ASPS - Inc. ao Prog.Nac.HIV/ AIDS e Outras DST			38,0	50,2	12,2	38,0	50,2	12,2
0.2.28.179 - ASPS – Outros Prog.Financ.por Transf.Fdo a Fdo			792,0	583,1	-208,9	792,0	583,1	-208,9
0.2.28.184 - ASPS - Saúde Bucal			78,0	80,1	2,1	78,0	80,1	2,1

0.2.28.187 - ASPS - Rede Psico Social				199,0	169,8	-29,2	199,0	169,8	-29,2
0.2.28.207 - ASPS - Ações de Atenção Básica					71,8	71,8		71,8	71,8
0.2.29.052 - ASPS - Programa de Assist. Farmacêutica Básica				122,0	169,2	47,2	122,0	169,2	47,2
0.2.29.053 - ASPS - Centro Especialidade Odontológicas				22,0	33,9	11,9	22,0	33,9	11,9
0.2.29.054 - ASPS - Co-Financiamento - PAB				201,0	231,8	30,8	201,0	231,8	30,8
0.2.29.112 - ASPS - MAC-Hospital Regional de Biguaçu				7.800,0		-7.800,0	7.800,0		-7.800,0
0.2.29.125 - ASPS - MAC-Produção Ambulatorial Hospitalar				60,0		-60,0	60,0		-60,0
0.2.30.000 - ASPS - Prefeitura Municipal GCR				12,0		-12,0	12,0		-12,0
0.2.30.000 - ASPS - Prefeitura Municipal Antônio Carlos				6,0		-6,0	6,0		-6,0
0.2.70.172 - ASPS - Convênio MS - Construção da UBS				0,0		0,0	0,0		0,0
0.2.81.041 - ASPS - RDB Recursos do FMS				76,0	263,5	187,5	76,0	263,5	187,5
0.2.85.101 - ASPS - Veículos da Saúde					1,1	1,1		1,1	1,1
SOMA				22.895,0	14.462,5	-8.432,5	22.895,0	14.462,5	-8.432,5
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE									
0.2.36.000 - Manutenção Fundação Meio Ambiente				77,0	66,9	-10,1	77,0	66,9	-10,1
0.2.81.082 RDB de Recursos da FAMABI					5,0	5,0		5,0	5,0
SOMA				77,0	71,9	-5,1	77,0	71,9	-5,1
PREVBIGUAÇU									
0.2.32.000 Pagamento de Inativos e Pensionistas				3.640,0	4.157,0	517,0	3.640,0	4.157,0	517,0
0.2.35.000 Contr.Patr.Serv.Ativo Civil - Intra-Orçam.				224,0	255,1	31,1	224,0	255,1	31,1
0.2.81.040 Rem.dos Invest.RPPS-Renda Fixa				3.116,0	6.539,3	3.423,3	3.116,0	6.539,3	3.423,3
0.2.81.165 Rem dos Invest.RPPS-Renda Fixa				63,0		-63,0	63,0		-63,0
SOMA				7.043,0	10.951,4	3.908,4	7.043,0	10.951,4	3.908,4
TOTAL GERAL				91.145,0	83.809,8	-7.335,2	91.145,0	83.809,8	-7.335,2
Biguaçu, 27 de julho de 2016									
RAMON WOLLINGER				PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO					
Prefeito Municipal				Contadora - CRC/SC 028726/O-6					

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU****DESPACHO DE CANCELAMENTO DE ITENS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 - FMS**

DESPACHO

Pregão Presencial nº. 40/2016

Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preço nº. 40/2016

O Pregão Presencial nº. 40/2016 possui como objeto aquisição de material de enfermagem para uso da UPA 24 horas e Policlínica do Município de Biguaçu.

Considerando que os itens dispostos no edital de licitação são indispensáveis para o atendimento da população do Município.

Considerando que não há tem hábil para a reanálise dos descritivos dos itens nº 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 39, 40, 53, 55, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 110, 111 e 112, que em momento oportuno, nova especificação deverá ser considerada.

Deste modo, entendo, por bem, CANCELAR os itens nº 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 39, 40, 53, 55, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 110, 111 e 112 do processo de licitação nº 40/2016.

Determino que os itens supracitados, após reanálise, passem a integrar novo processo licitatório, o qual será inaugurado para este fim específico.

Saliento que os demais itens permanecem inalterados.

Biguaçu, 05 de agosto de 2016.

Gabriel Arthur Loeff

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

**ERRATA Nº 02 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 40/2016  
PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UPA 24 HORAS E POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Considerando o cancelamento dos itens nº 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 39, 40, 53, 55, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 110, 111 e 112 constantes no Anexo II do edital vinculativo. Deste modo, altera-se a data para a realização da sessão de licitação do edital:

Onde se lê no Aviso de Licitação e Preâmbulo do Edital (Pregão Presencial nº. 40/2016 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UPA 24 HORAS E POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 15/07/2016, às 8h59min do dia 02/08/2016; neste dia será feito o credenciamento dos licitantes e o lançamento das propostas no sistema, tendo em vista a grande quantidade de itens dispostos no edital de licitação. Diante disso, a sessão será dividida em duas partes tendo como

início à disputa de lances dia 03/08/2016 às 14h00min.

Início da sessão de Licitação: dia 02/08/2016 com início às 9h00min, com continuidade no dia 03/08/2016 com início às 14h00min no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (02/08/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (02/08/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto (...)

Leia-se no Aviso de Licitação e Preâmbulo do Edital – (Pregão Presencial nº. 40/2016 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UPA 24 HORAS E POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 15/07/2016, às 8h59min do dia 10/08/2016; neste dia será feito o credenciamento dos licitantes e o lançamento das propostas no sistema, tendo em vista a grande quantidade de itens dispostos no edital de licitação. Haja vista que se houver tempo hábil para a realização da fase de lances no dia 10/08/2016 este será feito. Desta forma, a sessão poderá ser dividida em duas partes tendo como início às 9h00min do dia 11/08/2016.

Início da sessão de Licitação: dia 10/08/2016 com início às 9h00min, com continuidade no dia 11/08/2016 com início às 9h00min no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (10/08/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (10/08/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto (...)

As demais informações constantes no Aviso de Licitação e Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 05 de agosto de 2016.

Gabriel Arthur Loeff

Secretário Municipal de Saúde

# Blumenau

## PREFEITURA

### EXTRATO Nº 20-00007-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20-00007-3

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O BANCO DO BRASIL. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$1.168.949,44 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), sob a forma de financiamento concedido pelo Banco do Brasil. FUNDAMENTO LEGAL: Resolução no 2.827, de 30/03/2001, em seu artigo 9º-S do Conselho Monetário Nacional. VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 1.168.949,44 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 1.168.949,44 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) que tem por objetivo o financiamento de contrapartida das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2-Mobilidade Urbana, PRAZO: carência de 0 (zero) meses , amortização de 96 (noventa e seis) meses (início em 15/09/2016 e término em 15/08/2024).

Data de Assinatura: 25/07/2016.

### EXTRATO Nº 20-00006-5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/00006-5

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O BANCO DO BRASIL. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$1.205.353,00 (um milhão, duzentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e três reais), sob a forma de financiamento concedido pelo Banco do Brasil. FUNDAMENTO LEGAL: Resolução no 2.827, de 30/03/2001, em seu artigo 9º-S do Conselho Monetário Nacional. VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 1.205.353,00 (um milhão, duzentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e três reais), VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 1.205.353,00 (um milhão, duzentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e três reais) que tem por objetivo o financiamento de contrapartida das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2-Saneamento, PRAZO: carência de 0 (zero) meses , amortização de 96 (noventa e seis) meses (iniciando em 15/09/2016 e acabando em 15/08/2024).

Data de Assinatura: 25/07/2016.

### EXTRATO Nº 20-00005-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20-00005-7

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O BANCO DO BRASIL. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$1.539.690,41 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa reais e quarenta e um centavos), sob a forma de financiamento concedido pelo Banco do Brasil. FUNDAMENTO LEGAL: Resolução no 2.827, de 30/03/2001, em seu artigo 9º-S do Conselho Monetário Nacional. VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 1.539.690,41 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa reais e quarenta e um centavos), VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 1.539.690,41 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa reais e quarenta e um centavos) que tem por objetivo o financiamento de contrapartida das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2-Saneamento, PRAZO: carência de 0 (zero) meses , amortização de 96 (noventa e seis) meses (início em 15/09/2016 e término em 15/08/2024).

Data de Assinatura: 25/07/2016.

### EXTRATO Nº 20-00010-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20-00010-3

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O BANCO DO BRASIL. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$218.200,00 (duzentos e dezoito mil e duzentos reais), sob a forma de financiamento concedido pelo Banco do Brasil. FUNDAMENTO LEGAL: Resolução no 2.827, de 30/03/2001, em seu artigo 9º-S do Conselho Monetário Nacional. VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 218.200,00 (duzentos e dezoito mil e duzentos reais), VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 218.200,00 (duzentos e dezoito mil e duzentos reais) que tem por objetivo o financiamento de contrapartida das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2-Mobilidade Urbana, PRAZO: carência de 0 (zero) meses , amortização de 96 (noventa e seis) meses (início em 15/09/2016 e término em 15/08/2024).

Data de Assinatura: 25/07/2016.

### EXTRATO Nº 20-00011-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20-00011-1

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O BANCO DO BRASIL. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$3.252.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil reais), sob a forma de financiamento concedido pelo Banco do Brasil. FUNDAMENTO LEGAL: Resolução no 2.827, de 30/03/2001, em seu artigo 9º-S do Conselho Monetário Nacional. VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 3.252.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil reais), VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 3.252.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil reais) que tem por objetivo o financiamento de contrapartida das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2-Mobilidade Urbana, PRAZO: carência de 0 (zero) meses , amortização de 96 (noventa e seis) meses (iniciando em 15/09/2016 e acabando em 15/08/2024).

Data de Assinatura: 25/07/2016.

### EXTRATO Nº 20-00008-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20-00008-1

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O BANCO DO BRASIL. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$ 417.922,50 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), sob a forma de financiamento concedido pelo Banco do Brasil. FUNDAMENTO LEGAL: Resolução no 2.827, de 30/03/2001, em seu artigo 9º-S do Conselho Monetário Nacional. VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 417.922,50 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 417.922,50 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) que tem por objetivo o financiamento de contrapartida das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2-Mobilidade Urbana, PRAZO: carência de 0 (zero) meses , amortização de 96 (noventa e seis) meses (início em 15/09/2016 e término em 15/08/2024).

Data de Assinatura: 25/07/2016.

**HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-037/14**

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-037-14 - Contratação de empresa especializada para elaboração do laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT-IN INSS/PRES nº 45 de 06/08/2010 - DOU de 11/08/2010 e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - Norma Regulamentadora de nº. 09 - Portaria MTE nº 3.214 de 08/06/1978, com a devida responsabilidade técnica de profissional habilitado, conforme especificações constantes no Projeto Básico e demais especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses - SEDEAD.

Contratada: CONHECER TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA - ME.

CNPJ: 17.239.554/0001-49.

Valor total: R\$ 621.149,36 (seiscentos e vinte e um mil cento e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).

**HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-007/15**

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº. 02-007-15 - Contratação de empresa para prestação de serviços de paisagismo e jardinagem do Parque Ramiro Ruediger, com fornecimento de material e mão de obra, pelo período de 24 meses conforme especificações constantes neste Edital - PROEB.

Contratada: EMPREITEIRA KJ LTDA EPP.

CNPJ: 15.004.025/0001-30.

Valor total: R\$ 164.790,84 (cento e sessenta e quatro mil setecentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos).

**HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-037/14**

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-037-14 - Contratação de empresa especializada para elaboração do laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT-IN INSS/PRES nº 45 de 06/08/2010 - DOU de 11/08/2010 e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - Norma Regulamentadora de nº. 09 - Portaria MTE nº 3.214 de 08/06/1978, com a devida responsabilidade técnica de profissional habilitado, conforme especificações constantes no Projeto Básico e demais especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses - SEDEAD.

Contratada: CONHECER TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA - ME.

CNPJ: 17.239.554/0001-49.

Valor total: R\$ 621.149,36 (seiscentos e vinte e um mil cento e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).

**HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-004/16**

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº. 02-004-16 - Contratação de empresa para serviços de acompanhamento e assessoramento nos trabalhos de definição do índice de participação do Município no valor adicional fiscal do Estado para definir a participação no produto da arrecadação ICMS, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses - SEFAZ.

Contratada: JULIO CESAR KLOCK ME.

CNPJ: 24.284.486/0001-03.

Valor mensal: de R\$ 6.950,00, totalizando R\$166.800,00.

**HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-005/16**

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº. 02-005-16 - Contratação de empresa para execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária na Rua Rudiberto Krueger. PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE - CEF/SEMOB.

Contratada: TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA.

CNPJ: 09.483.817/0001-32.

Valor total: de R\$174.928,43 (cento e setenta e quatro mil novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos).

**EXTRATO Nº 241/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 241/2016

Dispensa de Licitação nº. 134/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de argamassa polimérica para uso em obras da Universidade. Contratada: Casas da Água Materiais para Construção LTDA. (CNPJ nº. 13.501.187/0001-59). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 8 de agosto de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB



**EXTRATO Nº 242/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 242/2016

Dispensa de Licitação nº. 129/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de serviços de corte e poda de árvores localizadas próximas ao Ginásio de Esportes do Campus I da Universidade. Contratada: Flávio Leandro Mendes – ME (CNPJ nº. 04.606.262/0001-55). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.39.00.

Blumenau, 8 de agosto de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 224/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 224/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e FREEDOM LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA - ME

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de terraplenagem, com operadores de máquinas, para uso em obras da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 096/2016 e Ata de Registro de Preços nº. 124/2016 firmada em 29 de julho de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32003	100	Hora	Trator de esteira, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional de 7.500 a 10.000 kg; - Capacidade de produção de 35 a 45 m³/h (material de primeira categoria).	167,16	16.716,00
2	37573	2	Despesa	Despesa com deslocamento de trator esteira.	220,00	440,00
3	32004	100	Hora	Escavadeira hidráulica, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional entre 16.000 e 18.500 kg; - Capacidade de produção: 145 a 155 m³/h (material de primeira categoria); - Capacidade da concha rasa: 0,75 a 1,0m³; - Alcance máximo de escavação: 7,0 a 9,0 m³.	169,03	16.903,00
4	37574	5	Despesa	Despesa com deslocamento de escavadeira hidráulica.	245,00	1.225,00
5	32005	200	Hora	Caminhão caçamba, com motorista, com as seguintes características: - Capacidade operacional mínima de transporte da caçamba de 10 m³.	99,00	19.800,00
6	32006	500	Hora	Retroescavadeira, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional entre 5.800 e 7.500 kg; Capacidade da concha dianteira rasa de 0,65 a 1,05 m³; - Capacidade da concha traseira rasa de 0,06 a 0,08 m³; - Deverá possuir concha estreita (acessório).	110,00	55.000,00
7	37575	20	Despesa	Despesa com deslocamento de retroescavadeira.	110,00	2.200,00
8	34747	100	Hora	Motoniveladora, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional de no mínimo 12.000 kg; - Potência mínima de 120HP.	192,48	19.248,00
9	37576	2	Despesa	Despesa com deslocamento de moto niveladora.	192,00	384,00
10	34331	50	Hora	Rolo Compactador com operador auto propelido, com as seguintes características: - Peso bruto de operação acima de 8,10 toneladas; - Com potência acima de 100 hp.	155,00	7.750,00
11	37577	2	Despesa	Despesa com deslocamento de rolo compactador.	220,00	440,00
Preço Global (em R\$)				140.106,00		
Preço Global (em reais, por extenso)				Cento e quarenta mil e cento e seis reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados do(s) Controle(s) de Execução de Serviços de Terraplenagem e da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 01/08/2016.



**EXTRATO Nº 232/2016 - FURB****FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 232/2016

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

e

**CP Eletrônica Ltda**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE NOBREAK DE 10,0 KVA COM TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INSTALAÇÃO PARA USO NA SALA DE EQUIPAMENTOS DA DTI (DATACENTER) DA UNIVERSIDADE

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº. 200/2015 e Contrato nº. 110/2016 firmado em 07 de julho de 2016.

**PREÇO:** O preço ofertado pela empresa signatária do presente Contrato é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço do Item (em R\$)
1	17455	1	Peça	<p><b>Nobreak senoidal de 10,0 kVA - 7kW / monofásico / tensão de entrada e saída de 220Vca (F,N,T) / com transformador isolador Com Treinamento Teórico e Prático, Garantia e Assistência Técnica e Instalação do equipamento</b></p> <p><b>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MINIMAS OBRIGATÓRIAS :</b></p> <p><b><u>Topologia de Construção:</u></b></p> <p>O Nobreak deverá ser do tipo DUPLA CONVERSÃO, TRUE ON LINE, constituído de retificador, carregador de baterias independente, bypass automático e inversor, onde o INVERSOR alimenta a carga 100% do tempo, com ou sem rede presente na entrada, conforme norma NBR 15014 de dezembro de 2003, item 2.2, subitem 2.2.1 da ABNT.</p> <p>Não serão aceito adaptações ou alterações exclusivas no equipamento que visem atender aos requisitos descritos neste termo de referência.</p> <p>O equipamento ofertado deve ser totalmente idêntico aos demais equipamentos produzidos com o mesmo projeto e linha de produção.</p> <p><b><u>Entrada:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tensão de Entrada: 220V Monofásico (F,N,T);</li><li>• Aceitar variação na tensão de entrada de no mínimo +5% e -10%</li><li>• Frequência de entrada: 60 Hz;</li><li>• Tolerância da frequência de entrada: + ou - 5%;</li><li>• Fator de potência de entrada: maior que 0,92 (sob condições nominais de operação do inversor);</li><li>• Conexão de entrada via bornes;</li><li>• Protetor contra surtos e transitórios na entrada;</li></ul>	24.000,00

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possuir transformador isolador entre entrada e saída, inclusive quando em by-pass;</li> <li>• Deve possuir capacidade de alimentar o inversor à plena carga, e recarregar a bateria para 90% de sua capacidade máxima em um período menor ou igual que 10 horas, conforme o tempo de descarga;</li> </ul> <p><b><u>Dados de Saída:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tensão de saída: 220V Monofásico (F,N,T);</li> <li>• Regulação estática: +/- 1%;</li> <li>• Frequência de saída 60 Hz;</li> <li>• Forma de onda senoidal pura;</li> <li>• Tempo de transferência rede/bateria nulo;</li> <li>• Potência de saída igual a 10,0 kVA / 7,0 kW;</li> <li>• Fator de potência de saída: 0,7;</li> <li>• Inversor do tipo estático, usando Modulação por Largura de Pulso (PWM) em alta frequência;</li> <li>• Conexão de saída via bornes</li> <li>• Distorção harmônica total na saída: menor que 3% (com carga nominal resistiva);</li> <li>• Fator de crista: deverá ser totalmente compatível com cargas típicas de informática, não lineares, com fator de crista de até 3:1.</li> <li>• A carga deverá ser continuamente alimentada pelo conjunto retificador – inversor em condições normais;</li> </ul> <p><b><u>Inversor / By-pass:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulação estática do Inversor: +/- 1%.</li> <li>• Regulação dinâmica: +/- 4% para degrau aditivo de 100% da carga (linear resistiva), devendo retornar aos limites de +/- 2% do valor nominal dentro de 2 ciclos (medido a partir do cruzamento por “zero” subsequente à aplicação do degrau de carga);</li> <li>• Alimentado pelo banco de baterias, a frequência de saída do Inversor deverá ser de 60Hz +/- 0,1%;</li> <li>• Proteção contra sub e sobre na tensão na saída do inversor, a qual desliga o inversor e transfere a carga para o bypass;</li> <li>• Desligamento do inversor por sobretemperatura no conjunto de potência e transferência para o bypass (sem interrupção);</li> <li>• Desligamento automático do Inversor quando o banco de baterias estiver descarregado;</li> <li>• Rendimento do inversor superior a 95%;</li> <li>• Em caso de falha do nobreak, a carga deverá ser transferida para o bypass;</li> <li>• Na ocorrência de falha ou retorno da rede AC de entrada não deverá ocorrer transferência/interrupção na tensão de saída (inversor alimenta continuamente a carga);</li> <li>• A retransferência automática para o inversor deve ser executada sempre que o mesmo é capaz de alimentar a carga crítica;</li> <li>• O by-pass deve ser uma fonte alternativa para o barramento crítico, quando realizada uma manutenção no UPS, ou em caso de falha.</li> </ul>	
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transferência automática para alimentação alternativa em caso de sobrecarga ou falha no funcionamento do nobreak;</li> <li>• Tempo de transferência se síncrono: nulo;</li> <li>• Tempo de transferência em caso de falha do UPS: inferior a 4ms;</li> </ul> <p><b><u>Retificador / Carregador de Baterias:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Retificador e o Carregador de Baterias devem ser circuitos separados/independentes;</li> <li>• O retificador deverá ter correção ativa do fator de potência de entrada;</li> <li>• THD de corrente: &lt; 10% (sob condições nominais);</li> <li>• Deverá possuir limitação eletrônica da corrente de entrada.</li> <li>• Tensão de ripple na saída do carregador: menor que 1% RMS da tensão de flutuação;</li> <li>• O carregador de baterias deverá limitar a corrente de recarga das baterias;</li> <li>• O retificador deverá possuir um filtro de saída para minimizar o ripple. O filtro também deverá assegurar uma filtragem adequada para que o inversor trabalhe com a bateria desconectada ou em falha.</li> <li>• Compatível com grupo motor-gerador</li> </ul> <p><b><u>Autonomia e banco de baterias:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Banco de baterias seladas, válvula regulada, VRLA, sem emissão de gases;</li> <li>• Autonomia mínima de 05 minutos;</li> <li>• As baterias devem ser acondicionadas em gabinete fechado, fornecendo também todos os cabos, bornes e interconexões necessários para sua operação;</li> <li>• Tipo: VRLA Estacionária, chumbo ácida, selada, válvula regulada, com eletrólito absorvido no separador (AGM) homologadas pela Anatel. Não serão aceitas baterias livre de manutenção, estacionaria ou automotiva.</li> <li>• O UPS deve informar o tempo de bateria remanescente enquanto no modo de operação normal e em bateria. A informação de autonomia deve ser real-time, mesmo nas condições de mudança de carga. O UPS deve testar automaticamente os bancos de baterias.</li> <li>• Rendimento no modo bateria deve ser superior a 95% (0,95).</li> <li>• As baterias devem ser homologadas pelo fabricante do no-break, devendo ser comprovada por declaração do fabricante do no-break.</li> </ul> <p><b><u>Sistemas de Proteção:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Possuir proteção de entrada e de baterias através de disjuntores. A proteção da saída deve ser feita por fusível ultrarrápido;</li> <li>• Possuir proteção contra curto-circuito na saída;</li> <li>• Possuir proteção contra sobrecarga na saída;</li> <li>• Possuir proteção por sensoriamento eletrônico para atuar em sobre/subtensão na entrada e na saída, tensão mínima de bateria,</li> </ul>	
--	--	--	---	--

			<p>curto-circuito na saída;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorrer o desligamento do Nobreak ao final da autonomia das baterias, sem religamento automático no retorno da rede ou desligar totalmente;</li> </ul> <p><b><u>Sistemas de Monitoração:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O No-Break deverá possuir memória interna independente de software externo. Que seja possível a armazenagem de no mínimo os últimos 500 registros, com data e hora de ocorrência.</li> <li>• O equipamento deverá possuir as seguintes informações em seu painel frontal sendo apresentada em língua portuguesa:</li> <li>• Tensões, corrente e frequência de entrada (rede e bypass);</li> <li>• Tensões, corrente e frequência de saída;</li> <li>• Tensão, corrente e autonomia da bateria;</li> <li>• Eventos e sinótico completo.</li> <li>• Fator de potência de entrada e saída.</li> </ul> <p><b><u>Alarmes Sonoros:</u></b></p> <p>O equipamento deverá alertar o usuário via alarme sonoro nas seguintes ocorrências</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrada anormal;</li> <li>• Sub/Sobretensão na bateria;</li> <li>• Bateria em descarga;</li> <li>• Bateria descarregada;</li> <li>• Sobrecarga na saída;</li> <li>• Bypass automático;</li> <li>• Subtensão/sobretensão no inversor;</li> <li>• Curto-circuito na saída;</li> <li>• Sobretemperatura no inversor;</li> <li>• Falha;</li> </ul> <p><b><u>Ruído:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de ruído (frontal ao equipamento): menor que 55 db, medido a 1 metro de distância.</li> </ul> <p><b><u>Movimentação:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O equipamento deverá possuir rodízios para movimentação.</li> </ul> <p><b><u>Compatibilidade eletromagnética:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite sua instalação próxima (raio mínimo de 1 metro) a equipamentos de informática (CPU, modems, hubs, switches, etc.), sem apresentar interferências eletromagnéticas.</li> </ul> <p><b><u>Aspectos ambientais:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparado para trabalho em regime contínuo com condições nominais asseguradas, para temperatura ambiente de 0° até 40°C, umidade relativa do ar de 10% até 95% (sem condensação), em altitude até 1700 metros acima do nível do mar (território nacional).</li> <li>• Temperatura de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> <li>- De 0°C a + 40°C, para o UPS</li> <li>- De +20°C a +30°C, para as baterias</li> </ul> </li> <li>• Equipamento com baixa dissipação térmica.</li> </ul> <p><b><u>MTBF:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O equipamento deve possuir MTBF superior a 200.000 horas.</li> </ul>	
--	--	--	---	--

				<p><b><u>Garantia</u></b></p> <p>• A garantia do sistema UPS deverá englobar todas as falhas de peças e mão de obra de fabricação por um período mínimo de 12 meses e os conjuntos de baterias deverão ter garantia mínima por um período de 24 meses, a contar da data da emissão da nota fiscal de envio.</p> <p><b><u>Treinamento</u></b></p> <p>A Contratada deverá ministrar, as suas custas, treinamento básico teórico/prático sobre o princípio de funcionamento, operação e manutenção do equipamento, com carga horária mínima de duas (2) horas, para até dois (2) operadores a serem indicados. O treinamento deverá ser ministrado no endereço de instalação do equipamento.</p>	
<b>Marca e Modelo</b>				Marca: Schneider e Modelo: Breakless New 16100 AI	
<b>Fabricante e País de Origem</b>				CP Eletrônica - Brasil	
<b>Prazo de Garantia e Assistência Técnica do equipamento em meses (mínimo de 12 meses)</b>				12 (doze) meses.	
<b>Prazo de Garantia e Assistência Técnica do conjunto de baterias em meses (mínimo de 24 meses)</b>				24 (vinte e quatro) meses.	
<b>Preço Unitário (em reais, por extenso)</b>				Vinte e quatro mil reais	

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, após a efetiva entrega (com descarga) do equipamento, instalação e treinamento do pessoal, desde que este seja aprovado pela Gestão Contratual e que a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) seja encaminhada à Administração, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e);

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

**DATA:** 01/08/2016.

**EXTRATO Nº 234/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 234/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Optitel Redes e Telecomunicações LTDA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

AO CONTRATO Nº. 112/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: Objeto a contratação de prestação de serviços de conectividade à rede mundial de computadores para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 057/2014 e Contrato Nº. 112/2014, de 23 de julho de 2014.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 112/2014 fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro meses), a contar de 23 de julho de 2016 até 22 de julho de 2018, o que resultará em um período total de contratação de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica mantido o valor contratual, já estabelecido por conta do aditivo nº 01 e 02, conforme abaixo:

"CLÁUSULA SEGUNDA [...]1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço mensal de R\$ 4.637,08 (quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e oito centavos) constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Cód. FURB	Quantidade	Unidade	Descrição
01	34881	24	Mês	Serviços de conectividade de 250MB sem roteador incluso, que deve atender ao constante nos Anexos I e V do Edital de Pregão Presencial nº. 057/2014.
Preço Mensal dos Serviços (em R\$)			4.637,08	

CLAUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 112/2014 e Termos Aditivos no. 01 e 02, que não colidirem com este.

DATA: 05/08/2016.

**EXTRATO Nº 235/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 235/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Optitel Redes e Telecomunicações LTDA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

AO CONTRATO Nº. 115/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Objeto a contratação de prestação de serviços de conectividade à rede mundial de computadores para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 057/2014 e Contrato Nº. 112/2014, de 23 de julho de 2014.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 115/2014 fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro meses), a contar de 23 de julho de 2016 até 22 de julho de 2018, o que resultará em um período total de contratação de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica mantido o valor contratual, já estabelecido através aditivo nº 01, conforme transcrito abaixo:

"1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Cód. FURB	Quantidade	Unidade	Descrição
02	34882	24	Mês	Serviços de conectividade de 4MB com roteador incluso, que deve atender ao constante nos Anexos I e VI do Edital de Pregão Presencial nº. 057/2014.
Preço Mensal dos Serviços (em R\$)			1.189,63	



Preço dos Serviços por 24 (vinte e quatro) meses (Valor mensal X 24 meses, em R\$)	28.551,12
--	-----------

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Altera parcialmente a Cláusula Quarta do Contrato nº. 115/2014, que passa a ter a seguinte redação:

**"CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO:**

A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Lucélio Belletti, Eduardo Campos José e Avelino Vendelino Schmitz, os quais serão denominados neste instrumento como Gestores [...]"

**CLAUSULA QUARTA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 115/2014 e Termo Aditivo no. 01 que não colidir com este.

DATA: 05/08/2016.

**EXTRATO Nº 236/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 236/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Thema Informática Ltda

**ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO**

CONTRATO Nº. 264/2012 - TERMO ADITIVO Nº. 006

OBJETO: Contratação de serviços de suporte técnico de manutenção, modalidade garantia legal e tecnológica e de suporte técnico de manutenção, modalidade assessoria operacional, para o sistema ERP instalado na FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inex nº 145/2012 e contrato nº. 264/2012, de 30 de novembro de 2012.

**ALTERAÇÕES:****CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do aditivo nº 05 ao Contrato nº. 264/2012, que passa a ter a seguinte redação:

[...]1.3 Para a vigência do aditivo nº 03, a CONTRATANTE pagará o preço global de R\$ 231.733,68 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos) acrescidos de R\$ 15.358,50 (quinze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), em decorrência da suplementação ocorrida através deste aditivo, conforme alteração demonstrada na tabela abaixo:

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário do Item em R\$	Preço Total, por ano, em R\$
01	33496	12	Meses	Serviço de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade "Garantia Legal e Tecnológica (GLT)".	18.287,24	219.446,88
02	33497	120 iniciais +	Horas	Serviços de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade Assessoria Operacional.	102,39	12.286,80
		150 suplementadas				15.358,50

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, fica o Contrato nº. 264/2012 suplementado em R\$ 15.358,50 (quinze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) equivalente a 6,6276511 % (seis vírgula seis dois sete seis cinco um um por cento) do valor contratado para o período de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 264/2012 e aditivos n.º 01 a 05.

DATA: 05/08/2016.

**EXTRATO Nº 237/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 237/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa  
MWV Web Site Comércio de Produtos Eletroeletrônicos Ltda - ME

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 013/2016 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Aquisição de licenças Adobe® Creative Cloud® for Education, para uso em diversos laboratórios da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 089/2015 e Contrato Nº. 013/2016, de 29 de janeiro de 2016.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato nº 013/2016 suprimido em R\$ 6.319,45 (seis mil reais, trezentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a (-) 4,7226538 (quatro vírgula sete dois dois seis cinco três oito por cento) do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O valor global contratual atualizado passa a ser de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) acrescido de R\$ 24.013,93 (vinte e quatro mil, treze reais e noventa e três centavos), correspondente a 18,472253% (dezoito vírgula quatro sete dois dois cinco três por cento)

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº 013/2016 e aditivo nº 001, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 05/08/2016.

**EXTRATO Nº 238/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 238/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa

Tecno Lifes's Equipamentos Eletrônicos Ltda. - EPP

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 094/2015 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Aquisição de equipamentos, ferramentas e componentes eletrônicos para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa P&D-5697-2110/2011, originado a partir do Contrato FURB/CELESC nº. 48996

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 059/2015 e Contrato Nº. 094/2015, de 22 de Setembro de 2015.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente o Item 1.3 da Cláusula Primeira do Contrato nº. 094/2015 e aditivo nº 01 que passa a ter a seguinte redação: 1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 48.080,96 (quarenta e oito mil, oitenta reais e noventa e seis centavos), por conta das supressões ocorridas através dos aditivos nºs 01 e 02. [...]

CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência desta redução, fica o valor contratual suprimido em R\$ 1.598,72 (um mil quinhentos e noventa e oito reais e setenta e

dois centavos, equivalente a 3,2180561 (três vírgula dois um oito zero cinco seis um por cento) do valor inicial do mencionado termo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 094/2015 e aditivos 01 e 02.

DATA: 05/08/2016.

**EXTRATO Nº 243/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 243/2016

Dispensa de Licitação nº. 167/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de resistências tubulares para conserto do boiler do turbilhão utilizado pela Clínica de Fisioterapia da Universidade. Contratada: Mogk Resistências e Serviços LTDA. – EPP (CNPJ nº. 02.169.287/0001-03). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 8 de agosto de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 244/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 244/2016

Dispensa de Licitação nº. 178/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de lixeiras de 15 (quinze) litros, com acionamento da tampa via pedal, para o Complexo de Saúde da Universidade. Contratada: Indústria de Plásticos do Vale do Itajaí LTDA. (Plasvale)/CNPJ nº. 83.495.085/0001-53. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 485,10 (quatrocentos e oitenta e cinco reais e dez centavos)/01.09.10.302.0078.2292 (Hospital Universitário e Ambulatório)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 8 de agosto de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 000178/2016 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 000178/2016**

CONTRIBUINTE: REFIOS REPRES. TEXTEIS LTDA.  
ENDEREÇO: RUA SÃO BERNARDO, Nº 57 – SALA 01  
Inscrição no CMC: 30.204 CNPJ: 80.092.158/0001-78  
Processo Fiscal: 2015/236  
Sócios: ARI OSVALDO VAZ E SUENON VAZ

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	335.537,77
Imposto a Recolher	6.710,79
Atualização Monetária	1.124,61
Juros de Mora	1.789,95
Multa p/ infração	3.917,70
Total Geral	13.543,05

**1 - DESCRIÇÃO DOS FATOS**

1.1 - Apurada a emissão de notas fiscais eletrônicas, consoante o portal NOTABLU, FOI CONSTATADO A pendência dos recolhimentos do ISSQN. .

1.2 - Não foi identificado no sistema pagamentos referentes às mesmas notas.

**2) DA INCIDÊNCIA DO ISSQN**

2.1) Os serviços de REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS estão sujeitos ao ISSQN conforme Lista de Serviços da LC Federal 116/03 e Art. 276 da LC 632/2007, item: 10.09 - REPRESENTAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE COMERCIAL.

**3) DA INFRAÇÃO**

3.1) O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e ( 000044 A 0000155 ) infringindo a legislação tributária municipal (Art. 295, § 1º da LC 632/2007).

**4) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e relacionadas no Anexo I desta Notificação Fiscal, emitidas pelo próprio sujeito passivo e ISSQN devido pelo prestador sem comprovação de recolhimento.

4.2 O detalhamento mensal e anual da base de cálculo é apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

**5) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR**

5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2% conforme Art. 276 LC 632/2007.

5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nº 8840/2008, nº 9085/2009, nº 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10.223/2013, nº 10.502/2014 e nº 10.820/2015.

5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

**6) Observações:**

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização, relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ROGÉRIO DEGLMANN

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

Matrícula nº 13.067-2

Anexo a Notificação Fiscal nº 000178/2016 – REFIOS REPRES. TEXTEIS LTDA.

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Dezembro	6.517,38	130,35	130,35	172,06	41,71	73,99	246,05
TOTAL	6.517,38	130,35	130,35	172,06	41,71	73,99	246,05

2013							
Março	17.482,68	349,65	349,65	435,61	85,96	174,24	609,85
Abril	3.087,60	61,75	61,75	76,93	15,18	30,00	106,93
Maio	3.731,72	74,64	74,64	92,99	18,35	35,34	128,33
Junho	1.433,86	28,68	28,68	35,73	7,05	13,22	48,95
Agosto	3.290,36	65,81	65,81	81,99	16,18	28,70	110,68
Setembro	4.891,83	97,84	97,84	121,89	24,05	41,44	163,34
Outubro	10.978,50	219,57	219,57	273,55	53,98	90,27	363,82
Novembro	11.847,70	236,95	236,95	295,20	58,25	94,46	389,67
Dezembro	11.350,99	227,02	227,02	282,83	55,81	87,68	370,51
TOTAL	68.095,24	1.361,91	1.361,91	1.696,72	334,81	595,36	2.292,08
2014							
Março	16.179,07	323,58	323,58	381,81	58,23	106,91	488,71
Abril	18.731,34	374,63	374,63	442,04	67,41	119,35	561,39
Maio	17.458,21	349,17	349,17	412,00	62,83	107,12	519,12
Junho	7.702,92	154,06	154,06	181,78	27,72	45,45	227,23
Julho	8.274,37	165,49	165,49	195,27	29,78	46,86	242,13
Agosto	10.427,08	208,54	208,54	246,07	37,53	56,60	302,66
Setembro	14.850,74	297,01	297,01	350,46	53,45	77,10	427,56
Outubro	12.218,55	244,36	244,36	288,33	43,97	60,55	348,88
Novembro	13.914,36	278,30	278,30	328,38	50,08	65,68	394,05
Dezembro	15.651,45	313,03	313,03	369,36	56,33	70,18	439,54
Total	135,408,09	2.708,17	2.708,17	3.195,49	487,32	755,79	3.951,27
2015							
Janeiro	12.375,81	247,52	247,52	274,68	27,16	49,44	324,13
Fevereiro	16.591,16	331,82	331,82	368,24	36,42	62,60	430,84
Março	12.743,84	254,88	254,88	282,85	27,97	45,26	328,11
Abril	15.351,71	307,03	307,03	340,73	33,70	51,11	391,83
Maio	7.243,48	144,87	144,87	160,77	15,90	22,51	183,28
Junho	7.288,74	145,78	145,78	161,78	16,00	21,03	182,81
Julho	7.869,21	157,38	157,38	174,65	17,27	20,96	195,61
Agosto	14.187,99	283,77	283,77	314,91	31,14	34,64	349,55
Setembro	10.054,17	201,09	201,09	223,16	22,07	22,32	245,47
Outubro	8.051,80	161,03	161,03	178,70	17,67	16,08	194,79
Novembro	3.468,51	69,37	69,37	76,98	7,61	6,16	83,14
Dezembro	3.577,01	71,54	71,54	79,39	7,85	5,56	84,95
Total	118.803,43	2.376,08	2.376,08	2.636,85	260,77	357,66	2.994,51
2016							
Janeiro	3.690,80	73,82	73,82	73,82	0,00	4,43	78,25
Fevereiro	2.293,90	45,88	45,88	45,88	0,00	2,29	48,17
Maio	728,93	14,58	14,58	14,58	0,00	0,29	14,87
Total	6.713,63	134,28	134,28	134,28	0,00	7,01	141,29
TOTAIS	335.537,77	6.710,79	6.710,79	7.835,40	1.124,61	1.789,80	13.542,90

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 138/2016 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº 138/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. Iclair Bottim Garmatz, inscrita no CPF sob nº 020.840.709-02 e matrícula sob nº 577-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo do período aquisitivo de 18/06/2014 a 17/06/2015 e período de concessão de 08/08/2016 a 22/08/2016 (15 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 05 de agosto de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 139/2016 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº 139/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios a servidor público municipal, a partir do mês de agosto do ano 2016, conforme art. 66 do Estatuto de Servidores e requerimentos, conforme tabela:

Nome	Período concessão	Percentual
Valdir Becker	Agosto de 2013 a Agosto de 2016	3%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 05 de agosto de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 57.16 - DEC.SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO. COMUNIDADES RURAIS DIGITAIS

Decreto N.º 57/16 de 29 de julho de 2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016, por excesso de arrecadação (Convênio nº 2015TR001960).

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

006.01 – SECR. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.122.0048.2023 - MANUTENÇÃO SECR. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.64.00 - Recursos Transf.Conv.Outros/Estado (2015TR001960)...R\$ 407.725,00  
Total ..... R\$ 407.725,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso:

Convênio nº 2015TR001960, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – Programa Santa Catarina Rural e o município de Bom Retiro/SC, fonte de recurso 01.64, receita: 24.72.99.03 – tendo como objeto a execução do Projeto Piloto em Comunidades Rurais Digitais com a finalidade de disponibilizar acesso à internet em 3 comunidades do município de Bom Retiro, valor de R\$ 407.725,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 29 de julho de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 58.16 - DEC.SUPLEMENTAÇÃO ANULAÇÃO.FMAS

Decreto N.º 58/16 de 29.07.2016

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2299/15 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.028.2404 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ASSIST.SOCIAL  
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 65.000,00  
Total R\$ 65.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.028.2404 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ASSIST.SOCIAL  
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00  
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00  
Total Geral da Anulação ..... R\$ 65.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro em 29 de julho de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 59.16 DEC. SUPL. EXCESSO.PMBR.APOIO À CRECHE

Decreto Nº 59/2016 de 03 de agosto de 2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado na Prefeitura Municipal de Bom Retiro a seguinte dotação orçamentária:

04.01– SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE  
12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.32.00 Transf.Conv.Educação/União (Apoio a Creches)  
R\$ 32.418,61  
Sub Total R\$ 32.418,61  
Total Geral da Suplementação R\$ 32.418,61

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação da fonte de Recurso 01.32.00 – Transf.Conv.Educação/União (Apoio a Creches),



receita: 17.61.02.01.00 – Apoio a Creche – Brasil Carinhoso, no valor de R\$ 30.317,94 e o excesso de arrecadação dos rendimentos de aplicações financeiras da fonte de Recurso 01.32.00 – Rendimentos de Transf.Conv.Educação/União (Apoio a Creches), receita: 13.25.01.05, no valor de R\$ 2.100,67, totalizando o valor de R\$ 32.418,61.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **746.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DILSON L. KOCH**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 746/16 de 03.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 08 (oito) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 02 de agosto com término no dia 09 de agosto de 2016, ao funcionário Dilson Luiz Koch, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I – Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

#### **747.08.16 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE DILSON L. KOCH**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 747/16 de 04.08.16

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 19 de agosto de 2016, ao funcionário Dilson Luiz Koch, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I – Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

04 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

#### **748.08.16 - P. CERTIDÃO NEG. ATENDIMENTO SUS**

PORTARIA N.º 748/16 de 04.08.16

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais e visando dar cumprimento do dever de transparência no Sistema Único de Saúde – SUS,

D E T E R M I N A:

Art. 1º - O fornecimento de Certidão de Negativa de Atendimento para todos os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS não atendidos na unidade/serviço de saúde, independente do motivo, sempre que solicitado pelo mesmo (em cumprimento à determinação do Ministério Público Federal através do Inquérito Civil Público nº 1.33.006.000128/2016-92).

Art. 2º - A referida certidão deverá, obrigatoriamente, conter as seguintes informações: nome do usuário, número de documento oficial do usuário (CPF/Documento de Identidade/Cartão Nacional de Saúde), Unidade/Serviço de saúde, data, hora, motivo da recusa/impossibilidade no atendimento.

Art. 3º - Os servidores públicos que atuam na Unidade/Serviço de Saúde ficarão encarregados de fornecer tal documento.

Art. 4º - O modelo da certidão a ser utilizada encontra-se em anexo.

Art. 5º - A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Prefeitura do Município de Bom Retiro - SC, 04 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

HIEDE MARIA CARBONERA

Sec. Mun. de Saúde

CERTIDÃO DE NEGATIVA DE ATENDIMENTO

O(A) Senhor(a) .....

....., portador do documento (CPF/Documento de Identidade/Cartão Nacional de Saúde) nº .....

..... esteve presente na Unidade/Serviço de Saúde .....

..... no dia ...../...../..... às .....: ..... Na referida data não foi possível realizar:

( ) Consulta médica;

( ) Consulta odontológica;

( ) Consulta .....

( ) Exame - Qual? .....

( ) Curativo;

( ) Entrega do medicamento/insumo - Qual? .....

.....

NOME E CARIMBO DO SERVIDOR E CARIMBO DA UNIDADE/SERVIÇO DE SAÚDE	ASSINATURA DO SOLICITANTE
--	---------------------------

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. Adm. Fazenda

**Botuvera****PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO - ADIÇÃO - CONTRATO NR 25-2016**

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2016 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E PELA EMPRESA WDF SERVIÇOS LTDA, QUE TEM POR OBJETO A ADIÇÃO DE VALOR, EM VISTA DE ADEQUAÇÃO DE QUANTITATIVOS DE PLANILHA DO ORÇAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, adiante por esta sigla denominada, inscrita no CNPJ/MF sob 83.102.350/0001-96, representada pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, JOSÉ LUIZ COLOMBI.

CONTRATADA: WDF SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.924.266/0001-81, representada pelo Sr. WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI, portador do RG nº 1.879.528-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 614.666.389-15.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 25/2016, instruído no processo administrativo nº PMB-035/2016, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O presente termo aditivo tem como objeto a ADIÇÃO de 3,90% (Três inteiros e noventa décimos por cento), correspondendo a R\$ 56.492,86 (Cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos) do valor do contrato firmado entre as partes em 10/04/2016, e com término de vigência em 09/04/2017, nos termos previstos em sua Cláusula 3.1.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADIÇÃO**

1. O valor mensal do contrato, após a adição, é R\$ 1.503.651,47 (Um milhão, quinhentos e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos).  
1.1 - A importância ora estabelecida corresponde ao valor global do contrato vigente com acréscimo de 3,90% (Três inteiros e noventa décimos por cento);  
1.2 – Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 08/08/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Chefe do Executivo Municipal da contratante, exarada no processo administrativo PMB-035/2016, e encontra amparo legal no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Botuverá, em 08 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal	WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI Representante legal da empresa
---	---

**TESTEMUNHAS:**

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
RG n.º:	RG n.º:

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 63- RICHIESE MOVEIS**

Extrato de Contrato nº 63/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: RICHESSE MÓVEIS LTDA EPP

Valor: R\$ 4.821,12 (quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e doze centavos)

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de móveis sob MEDIDA, para adequação das instalações da cozinha da escola municipal Maria Luiza Silva Dias.

Fund.Legal: Processo Licitatório nº 60/2016 – Pregão Presencial nº 36/2016.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Quinto Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 27/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Provalle Comércio e Serviços LTDA ME

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 27/2015, com início no dia 12/08/2016, e fim no dia 10/09/2016, conforme menciona a cláusula sétima do contrato original.

**PL62/2016-PP37/2016-MÓVEIS E EQUIP. HOSPITALARES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº61/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.37/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, para postos de atendimento das unidades básicas de saúde deste município, conforme descrição completa no edital. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 19/08/2016. Abertura da sessão: dia 19/08/2016 às 14:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47)3359-1170 e e-mail, [licitacao@botuvera.sc.gov.br](mailto:licitacao@botuvera.sc.gov.br) e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br).

Botuverá-SC, 08 de Agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.870

DECRETO Nº 6.870, de 02 de agosto de 2016.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com superfície de 371,94m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e um metros e noventa e quatro décimos quadrados), devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 5.367, de propriedade de Adelar Carpen e Marili Salete Pereira Carpen, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - área com 75,50m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros e cinquenta décimos quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Timbó; deste, segue, confrontando com a Rua Timbó com o azimuth de 91°04'28" e a distância de 5.00 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 3.875 e nº 4.102 com o azimuth de 176°23'39" e a distância de 14.99 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.367 com o azimuth de 267°23'55" e a distância de 4,98 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.367 com o azimuth de 356°23'39" e a distância de 15.31 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II - área com 296,44m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e seis metros e quarenta e quatro décimos quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Timbó; deste, segue, confrontando com a Rua Timbó com o azimuth de 91°04'28" e a distância de 11.00 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 4.102 com o azimuth de 176°23'39" e a distância de 15.31 m até o marco 8; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 4.102 com o azimuth de 87°23'55" e a distância de 4.98 m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 4.102 com o azimuth de 176°23'39" e a distância de 9.31 m até o marco 6; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 11.720 com o azimuth de 277°28'05" e a distância de 16.15 m até o marco 7; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 28.438 e nº 28.437 com o azimuth de 356°08'44" e a distância de 22.50 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento das áreas de terrenos urbanos abaixo descritas, com as seguintes medidas e confrontações:

I – a área descrita no art. 1º, inciso I, será lembrada ao terreno urbano com área de 188,50m<sup>2</sup> (cento e oitenta e oito metros e cinquenta décimos quadrados), de propriedade de Adelar Carpen e Marili Salete Pereira Carpen, devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 4.102, resultando em uma área total com superfície de 264,00m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), partindo do marco 1=PP, situado na

confrontação com a Rua Timbó; deste, segue, confrontando com a Rua Timbó com o azimuth de 91°04'28" e a distância de 5.00 m até o marco 2; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.875 com o azimuth de 176°23'39" e a distância de 12.32 m até o marco 3; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.875 com o azimuth de 89°25'22" e a distância de 14,60 m até o marco 4; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 33.460 com o azimuth de 178°09'52" e a distância de 14.22 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.778 com o azimuth de 278°23'44" e a distância de 14.46 m até o marco 6; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.367 com o azimuth de 356°23'39" e a distância de 9.31 m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.367 com o azimuth de 267°23'55" e a distância de 4.98 m até o marco 8; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.367 com o azimuth de 356°23'39" e a distância de 15,31 m até o marco 1=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento e remembramento.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.871

DECRETO Nº 6.871, de 02 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Intersetorial que será responsável no município pela elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas pelo art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e,  
CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 171, de 04 de dezembro de 2014, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e VII do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da



Criança e do Adolescente e no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004;

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de apontar orientações para que os conselhos dos direitos da criança e do adolescente estadual, distrital e municipal elaborem os seus respectivos planos decenais;

CONSIDERANDO que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO as deliberações do CONANDA em sua 220ª Assembleia Ordinária, realizada nos dias 15 (quinze) e 16 (dezois) de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade intersetorial de elaboração do Plano Municipal;

CONSIDERANDO que o Plano é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública e posteriormente a aprovação do CMDCA,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal, conforme segue:

I - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o co-ordenará:

Any Danieli Wolf e Janaina Menegazzo.

II - Conselho Tutelar:

Maria Augusta Nhoatto Moreira.

III - Conselhos Setoriais, em especial, de políticas sociais, tais como Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e Lazer:

Jussara Aparecida Jombra Dureck- Conselho Municipal de Saúde;

Cristiane Aline Santi- Conselho Municipal de Saúde;

Carlos dos Passos Paulo Matias- Conselho Municipal de Educação;

Bernadete Maria Ribeiro dos Santos- Conselho Municipal de Educação.

IV - Órgãos estaduais, distrital e municipais gestores das políticas sociais tais como Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte, Cultura e lazer:

Luciana Marques- Secretária Municipal de Assistência Social;

Jean Carlo Ribeiro e Selma Kaul- Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador- ADR.

V - Fórum dos Direitos da criança e do adolescente e organizações da sociedade civil integrantes do Sistema de Garantia de Direitos: Márcia Regina Fenili.

VI - Crianças e Adolescentes:

Emily Caroline Horn- Projeto Bombeiro Mirim;

Neudimar Karpinsk Suzek- Projeto Bombeiro Mirim;

Matheus Davi Andrade- Câmara Mirim.

Art. 2º A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 3º Compete à Comissão Intersetorial:

I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 4º Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – aprovar e deliberar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

II – apoiar e articular a implementação das ações do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – articular com os órgãos dos Poder Executivo e Legislativo visando à inserção de ações constantes do plano decenal dos direitos da criança e do adolescente no plano plurianual e na lei orçamentária;

IV – definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

V – encaminhar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º O Plano Municipal será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 21 de novembro de 2016.

Parágrafo único. A comissão intersetorial definiu o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do plano municipal, nos seguintes dias:

a) 29 de julho de 2016;

b) 26 de agosto de 2016;

c) 30 de setembro de 2016;

d) 14 de outubro de 2016.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.872**

DECRETO Nº 6.872, de 04 de agosto de 2016.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 6.491/2015, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA :**

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 6.491, de 04 de agosto de 2015, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

Representantes de entidades de Trabalhadores do Setor:

2 - Associação de Psicólogos de Caçador e Região

Titular: ... ..

Suplente: Suzileia Cecchin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.184**

PORTARIA Nº 27.184, de 02 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 27.085, de 06 de julho de 2016, que deferiu averbação, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Servidora Pública Municipal IVONE TIBES DE LIMA, somente no que se refere ao local de lotação, que passa a ser Secretaria Municipal da Administração.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.185**

PORTARIA Nº 27.185, de 02 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 27.044, de 30 de junho de 2016, que concedeu 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares à Servidora Pública Municipal GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER, somente no que se refere à carga horária, que passa a ser 40 (quarenta) horas semanais.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 27.186**

PORTARIA Nº 27.186, de 03 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Coordenador de Vigilância Sanitária	08	06/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.



# Camboriú

## PREFEITURA

**PR 092/2016 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 092/2016-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VARREDEIRA MONTADA EM CAMINHÃO TOCO, VISANDO AUMENTAR A ÁREA DE COBERTURA DE VARRIÇÃO PELA ADOÇÃO DO SISTEMA MECANIZADO. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Agosto de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 05 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PR 093/2016 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 093/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMBORIÚ E CITRAN DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Agosto de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 05 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 13.365 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.365 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CRISTIANE DO ROCIO ODIA, Matrícula Funcional nº 000740, Registro no Sistema sob nº 955266, ao Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 08 de agosto de 2016 á 20 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de julho de 2016 sob nº 3566.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
05 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 08/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### PORTARIA Nº 13.366 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.366 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, Matrícula Funcional nº 000697, Registro no Sistema sob nº 955140, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, referem-se aos seguintes períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 = 02 (zero dois) dias; de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 17 (dezessete) dias.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.3º) O Servidor gozará as férias no período de 08 de agosto de 2016 á 26 de agosto de 2016, , sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de julho de 2016 sob nº 4072.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
05 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 08/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

# Campo Erê

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PL 1262/2016

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1262/2016, na modalidade Alienação de Bens - Concorrência de nº 01/2016 tendo como objeto a: alienação de imóveis próprios municipais do Município de Campo Erê/SC, conforme especificados nesse Edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
VALMOR BAGGIO	1	1	1,00	150.000,00	150.000,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
VALMOR BAGGIO	150.000,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 05 de agosto de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

### HOMOLOGAÇÃO PL 1465/2016

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1465/2016, na modalidade Tomada de Preços de nº 9/2016 tendo como objeto a: Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, objetivando a CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO PAVILHÃO COMUNITÁRIO DA LINHA BICUDO, no interior do município de Campo Erê - SC, conforme projetos e memorial descritivo em anexo..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
ALDORI DE OLIVEIRA E CIA LTDA - ME	1	1	1,00	23.920,00	23.920,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
ALDORI DE OLIVEIRA E CIA LTDA - ME	23.920,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 05 de agosto de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 754/2016**

PORTARIA Nº. 754/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**ALTERAR COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Art. 1º - Fica alterada a Comissão de Licitação em suas diversas modalidades, visando aquisições e contratações provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, a qual deverá vigorar a partir de 08/08/2016, conforme abaixo relacionados:

Presidente:

Paulo César Safanelli;

Secretária:

Cibele Neudorf Batista;

Membro Titular:

Claudio Henrique Mathias;

Membros Suplentes:

Ieda Maria Dobroshinskei Alberti;

Vanessa Langer;

Cleison Tarcísio Fuck.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 570/2016.

Canoinhas/SC, 05 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 755/2016**

PORTARIA Nº. 755/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**EXONERAR**

Art. 1º - Fica exonerado JOSÉ CARLOS HERBST, comissionado no cargo de Coordenador de Controle Interno, junto ao Gabinete, a partir de 08/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 415/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 756/2016**

PORTARIA Nº. 756/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990 e LC 002/2003; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE

PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeada TAYNÁ MACHADO, efetiva no cargo de Contador, para assumir o cargo de Coordenador de Controle Interno a partir de 08/08/2016, junto ao Gabinete conforme comunicação interna nº 417/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2016**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 111/2016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 10/2016

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2016, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Motivo: Anulação em virtude da não publicação das alterações, de acordo com as exigências legais. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 26/2016 (ELETRÔNICO)**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
Processo Licitatório n.º FMS 31/2016  
Edital de Pregão n.º FMS 26/2016 (ELETRÔNICO)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/08/2016, às 15h00min, licitação REGISTRO DE PREÇOS DE TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS DESCARTÁVEIS PARA LANCETADOR, A SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA HIPERDIA NA POLICLÍNICA MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 22/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Luiz Alberto Rinkoski Faria  
Prefeito/Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 103/2016 (ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 151/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 103/2016 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/08/2016, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS UTENSÍLIOS E MATERIAIS DE CONSUMO, DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS - CONTRATO DE REPASSE Nº 367.492-08/2011 - PROGRAMA: COZINHA COMUNITÁRIA-MDS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 19/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Luiz Alberto Rinkoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 104/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 152/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 104/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/08/2016, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA NA PEDREIRA DE RIO DO PINHO E PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHO NA JAZIDA DE LARANJEIRAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 19/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rinkoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 157/2016**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº. PMC 157/2016  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 157/2016. Data de assinatura: 19/07/2016. Contratada: GLOBAL SMART SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob 05635293000105. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO UMA CAFETEIRA E DOIS ESPREMEDORES DE FRUTA ELÉTRICO DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS - CONTRATO DE REPASSE Nº 367.492-08/2011 - PROGRAMA: COZINHA COMUNITÁRIA-MDS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 209,70 (duzentos e nove reais e setenta centavos). Vigência: 31/12/2016. Processo de Licitação nº 78/2016, Pregão Eletrônico nº. PMC 55/2016

Luiz Alberto Rinkoski Faria  
Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 35/2016 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº 35/2016  
CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora JAQUELINE DE FÁTIMA NAVARRO, ocupante do cargo de Agente Legislativo, referente ao período aquisitivo de 02/01/15 à 01/01/2016, que serão usufruídas do dia 10/08/2016 à 19/08/2016, retornando dia 20/08/2016.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 05 de agosto de 2016.

Célio Galeski  
Presidente

Chiquinho da Silva  
1º Secretário

João Grein  
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 05 de agosto de 2016.

# Capinzal

## PREFEITURA

**PORTARIA 439/2016**

PORTARIA Nº 439, DE 28 DE MARÇO DE 2016  
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento, Nilce Masson, matrícula nº 397555/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Urbano (CECON), nível CC-1, conforme o anexo IV - H da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 28 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 28 de março de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 442/2016**

PORTARIA Nº 442, DE 29 DE MARÇO DE 2016  
Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 105486 01 55 2016 4 00022 021 0011913 61, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito do pai, pelo período de 22 a 29 de março de 2016, à servidora Roseli Vieira Lopes, matrícula nº 333034/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de março de 2016.

Capinzal - SC, em 29 de março de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 446/2016**

PORTARIA Nº 446, DE 29 DE MARÇO DE 2016  
Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e memorando da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Jean Carlos Sutil de Oliveira, matrícula nº 329762/02 ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência C, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em março de 2016.

Capinzal - SC, em 29 de março de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 477/2016**

PORTARIA Nº 477, DE 05 DE ABRIL DE 2016  
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 47/2016 da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 446/2016, que concedeu FC – 1 ao servidor Jean Carlos Sutil de Oliveira, matrícula nº 329762/02.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de abril de 2016.

Capinzal - SC, em 05 de abril de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino



**PORTARIA 505/2016**

PORTARIA Nº 505, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Acordo de Cooperação nº 5779/2016, por intermédio da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, o Município de Capinzal e a Associação Empresarial do Baixo Vale do Rio do Peixe, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, a contar de 18 de abril de 2016, a servidora Silvana Salete Bonato, matrícula nº 319104/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência I, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de abril de 2016.

Capinzal - SC, em 18 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 508-A/2016**

PORTARIA Nº 508-A, DE 20 DE ABRIL DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1574/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Irene Wirth Horlle, matrícula nº 329380/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2016.

Capinzal – SC, em 20 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 509-A/2016**

PORTARIA Nº 509-A, DE 26 DE ABRIL DE 2016

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 26 de abril de 2016, a servidora Marcia Manfredini, matrícula nº 314447/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04

de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no programa AABB Comunidade, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora pode exercer funções fora de sala de aula e com pouco contato com o público.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 26 de abril de 2016.

Capinzal – SC, em 26 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 752/2016**

PORTARIA Nº 752, DE 29 DE JULHO DE 2016

Prorroga prazo de Processo Administrativo Disciplinar, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, pelo período de 31 de julho a 30 de setembro de 2016, conforme o artigo 3º da portaria nº 552/2016, o prazo para que a Comissão de Processo Administrativo, nomeada pela mesma portaria, dê prosseguimento ao Processo instaurado para apurar os fatos comunicados pela Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, envolvendo a servidora Loreane Carine de Oliveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de julho de 2016.

Capinzal - SC, em 29 de julho de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 753/16**

PORTARIA Nº 753, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1897/2016, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Claudia Machado, matrícula nº 327301/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 01 a 31 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal - SC, em 01 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 754/2016**

PORTARIA Nº 754, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Ficam determinadas férias regulamentares, de 01 a 30 de agosto de 2016, aos seguintes servidores:

MATRICULA	SERVIDOR	AQUIS. IN.	AQUIS. FIN.	GOZO IN.	GOZO FIN.	ABONO
32600301	ADRIANE DAMBROS	13/02/2015	12/02/2016	01/08/2016	30/08/2016	0
32139701	ALCIDO VALDIR KIRTS	01/08/2014	31/07/2015	01/08/2016	30/08/2016	0
16259001	ANDRESSA JULY MANTOVANI	02/01/2015	29/01/2016	01/08/2016	30/08/2016	0
30692401	BONIFACIO RUBENS SZEMANSQUI	03/03/2015	02/03/2016	01/08/2016	30/08/2016	0
41010101	BRUNA TOTI DA SILVA	07/04/2015	06/04/2016	01/08/2016	30/08/2016	0
30995801	FLAVIO DALAVEQUIA	18/11/2014	17/11/2015	01/08/2016	10/08/2016	20
32298902	IDAMIR DA ROSA	01/09/2014	31/08/2015	01/08/2016	20/08/2016	10
31139101	IVONE GIACOMETTI MAZZIERO	09/09/2014	08/09/2015	01/08/2016	30/08/2016	0
32323301	JANETE GOTARDO ROSA	01/10/2014	30/09/2015	01/08/2016	30/08/2016	0
31193601	JOAO ALVES RODRIGUES	09/10/2014	08/10/2015	01/08/2016	15/08/2016	15
31279701	JUVENIL FLORINDO DALVES	01/11/2014	31/10/2015	01/08/2016	30/08/2016	0
32362401	LAURI JOSE VARGAS	02/01/2015	01/01/2016	01/08/2016	30/08/2016	0
31527301	MARIA SANTINA FERREIRA	08/07/2015	07/07/2016	01/08/2016	20/08/2016	10
31878701	SEBASTIANA ANTUNES DA COSTA DORINI	01/09/2014	31/08/2015	01/08/2016	30/08/2016	0

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 755/2016**

PORTARIA Nº 755, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2401/2016, Elizabete Ferreira, matrícula nº 328197/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 756/2016**

PORTARIA Nº 756, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2430/2016, Aurenita Aparecida Gomes da Silva Ramos, matrícula nº 326976/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 757/2016**

PORTARIA Nº 757, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Nascimento, Matrícula nº 104935 01 55 2016 2 00023 026 0004386 17, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Alterar o nome da servidora Elizangela Montibeller, matrícula nº 309265/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais.

Art. 2º A servidora passa a assinar Elizangela Montibeller Weber.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016

Capinzal – SC, em 01 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 758/2016**

PORTARIA Nº 758, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 104935 01 55 2016 4 00010 002 0003216 14, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito do pai, pelo período

de 29 de julho a 06 de agosto de 2016, à servidora Evilyn Karolayne Urbano de Moares, matrícula nº 399671/04, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de julho de 2016.

Capinzal - SC, em 01 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 759/2016**

PORTARIA Nº 759, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Concede licença por motivo de casamento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 104935 01 55 2016 2 0002 026 0004386 17, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de seu casamento, pelo período de 29 de julho a 06 de agosto de 2016, à servidora Elizangela Montibeller Weber, matrícula nº 309265/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 760/2016**

PORTARIA Nº 760, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme memorando do Gabinete do Prefeito, Jaques Jose Garcia, matrícula nº 229644/01, ocupante do cargo de Diretor de Infraestrutura Rural, conforme o anexo IV-G da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 761/2016**

PORTARIA Nº 761, DE 02 DE AGOSTO DE 2016

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129 de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Jaques Jose Garcia, matrícula nº 229644/02, no cargo de provimento em comissão de Assessor de Controle e Manutenção, nível CC – 4, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 02 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de agosto de 2016

Capinzal – SC, em 02 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Jaques Jose Garcia

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Jaques Jose Garcia, matrícula nº 229644/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Assessor de Controle e Manutenção, nomeado pela Portaria nº 761, de 02 de agosto de 2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de agosto de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 762/2016**

PORTARIA Nº 762, DE 02 DE AGOSTO DE 2016

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Designar o servidor Jaques Jose Garcia, matrícula nº 229644/02, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Controle e Manutenção, nível CC - 4, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pela Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de agosto de 2016.

Capinzal, SC, em 02 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 765/2016**

PORTARIA Nº 765, DE 02 DE AGOSTO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 082/2016, que concedeu licença para tratar de interesses particulares a Maíra Feijó Almeida, matrícula nº 314234/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal - SC, em 02 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 766/2016**

PORTARIA Nº 766, DE 02 DE AGOSTO DE 2016

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1199/2016, à servidora Salete Leal dos Santos, matrícula nº 318493/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 13 de fevereiro de 2002 a 12 de fevereiro de 2007, pelo período de 01 de agosto a 31 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal - SC, em 02 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 768/2016**

PORTARIA Nº 768, DE 02 DE AGOSTO DE 2016  
Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2440/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Francielle Cristina Albuquerque Thomé, matrícula nº 328804/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 769/2016**

PORTARIA Nº 769, DE 02 DE AGOSTO DE 2016  
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 718/2016, que designou Francisco Dirceu de Araujo, matrícula nº 310050/09 para responder interinamente pela Secretaria da Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal - SC, em 02 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 770/2016**

PORTARIA Nº 770, DE 03 DE AGOSTO DE 2016  
Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2454/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Ana Aparecida Schmidt, matrícula nº 399167/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 03 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino



# Catanduvás

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0011/2016

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0011/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 826,43 (oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0012/2016

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0012/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA – ME

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 2.947,00 (dois mil novecentos e quarenta e sete reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0013/2016

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0013/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA – EPP

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 1,28 (um real e vinte e oito centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0014/2016

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0014/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: GUERRA COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - ME

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 1.829,10 (um mil oitocentos e vinte e nove reais e dez centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva



**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0015/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0015/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: ISAMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME,

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 2.214,54 (dois mil duzentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0016/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0016/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: POSSATTO & POSSATO LTDA - ME

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 120,70 (cento e vinte reais e setenta centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0017/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0017/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - EPP

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 655,62 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0018/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0018/2016

PREGÃO Nº 0013/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: VANUSA DIAS EIRELI – EPP

OBJETO: fornecimento de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 - 10164 - 11/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0019/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0019/2016

PREGÃO Nº 0016/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de passagens para transporte individual de pacientes, usuários fora de domicílio e pessoas em trânsito, visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e ações do Fundo Municipal de Assistência Social.

VALOR: R\$ 10.964,16 (dez mil novecentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.091.3390.00 – 100- 13/2016 – Manut. Atividades do Fundo de Saúde

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 23 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0020/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0020/2016

PREGÃO Nº 0015/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA - EPP

OBJETO: aquisição de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 3.609,25 (três mil seiscentos e nove reais e vinte e cinco centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.091.3390.00 - 102 - 9/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 29 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0021/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0021/2016

PREGÃO Nº 0015/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: aquisição de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 22.405,25 (vinte e dois mil quatrocentos e cinco reais e vinte e cinco centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.091.3390.00 - 102 - 9/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 29 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0022/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0022/2016

PREGÃO Nº 0015/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: Produvale Produtos Hospitalares Ltda

OBJETO: fornecimento de materiais de enfermagem para manutenção e desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de

Saúde.

VALOR: R\$ 31.126,60 (trinta e um mil cento e vinte e seis reais e sessenta centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.091.3390.00 - 102 - 9/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 24 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0023/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0023/2016

PREGÃO Nº 0015/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: aquisição de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 580,10 (quinhentos e oitenta reais e dez centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.091.3390.00 - 102 - 9/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 29 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0024/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0024/2016

PREGÃO Nº 0015/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME

OBJETO: aquisição de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 32.780,10 (trinta e dois mil setecentos e oitenta reais e dez centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.091.3390.00 - 102 - 9/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvas – SC, 29 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

### **EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0025/2016**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0025/2016

PREGÃO Nº 0018/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DAIANE SIGNORE RIBEIRO POLIMENTO ME

OBJETO: serviços de lavagem de veículos, caminhões e máquinas pesadas visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Saúde e Desenvolvimento Social, Administração, Conselho Tutelar, Assistência Social e Infraestrutura.

VALOR: R\$5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.005.3390.00 - 100 - 6/2016 - MANUT. ATIVIDADES SECRET.ADMINIST.FINANÇAS

2.018.3390.00 - 101 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvas – SC, 14 de março de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

### **EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0042/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0042/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2016 PROCESSO Nº 0035/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de PONTO ELETRÔNICO E PONTUAL FLY.

VALOR: R\$ 8.458,86 (oito mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.005.33900 – 100 6/2016 – MANUT. ATIVIDADES SECRET. ADMINIST. FINANÇAS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvas, SC, 18 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

### **EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0043/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0043/2016

PREGÃO Nº 0021/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: AUTO POSTO GEMELLI LTDA

OBJETO: fornecimento de Óleos Lubrificantes para os veículos da Frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$16.320,00 (dezesesseis mil setecentos e vinte reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.053.3390.00 - 100 - 67/2016 - CONSERVAÇÃO/REPARO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvas, SC, 22 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

### **EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0044/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0044/2016

DO PREGÃO Nº 0021/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: TRANS DAC TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

OBJETO: fornecimento de Óleos Lubrificantes para os veículos da Frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$8.636,00 (oito mil seiscentos e trinta e seis reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.053.3390.00 - 100 - 67/2016 - CONSERVAÇÃO/REPARO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvas, SC, 22 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

# Cocal do Sul

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**

### **EXTRATO DE CONTRATO 36/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 36/2016

DATA: 03/AGOSTO/2016

CONTRATADA: MICRONEC AGÊNCIA E COMPUTAÇÃO EIRELLI

OBJETO: INSTALAÇÃO DE SISTEMA WEBSITE, CADASTRO DE CONTEÚDO INICIAL ATÉ A PUBLICAÇÃO, COM SISTEMA ADMINISTRATIVO

- WWW.SAMAECCOALDOSUL.SC.GOV.BR

VALOR: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 05/AGOSTO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

### **EXTRATO DE CONTRATO 37/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 37/2016

DATA: 03/AGOSTO/2016

CONTRATADA: MICRONEC AGÊNCIA E COMPUTAÇÃO EIRELLI

OBJETO: HOSPEDAGEM DO SITE WWW.SAMAECCOALDOSUL.SC.GOV.BR

VALOR: R\$ 230,00(DUZENTOS E TRINTA REAIS) MENSAIS

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 05/AGOSTO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2014 – IPRECON

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 4/2014 – IPRECON

Contrato nº: 4/2014, de 8 de agosto de 2014

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: SMI Prime – Consultoria de Investimentos Ltda.

Licitação: Tomada de Preços nº 1/2014

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestar serviços de assessoria relacionada ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da Política de Investimentos, realizar treinamento e capacitação dos gestores, membros do Comitê de Investimentos e conselheiros do IPRECON nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, executar atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, analisar e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações, tudo visando atender o disposto na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional – CMN e na Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, do Ministério da Previdência Social – MPS e alterações que ocorram durante a vigência do Contrato

Alteração: Prorroga o prazo de vigência até 7 de agosto de 2017 e reajusta o valor contratual

Data da assinatura: 5 de agosto de 2016

Dotação orçamentária nº: 333903905000000, código reduzido 324/2016

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

### EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 238/2016 - PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2016 - PMC

Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros visando o preparo de refeições nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e nos Centros Municipais de Educação Infantil, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/PNAC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

### EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referência foi ANULADO.

Concórdia, SC, 05 de agosto de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretaria Municipal de Educação

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 123/2016

RESOLUÇÃO CMDCA nº 123, de 4 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de contas do Fundo Municipal de Infância e Adolescência de Concórdia/SC, referente ao mês de junho/2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 4 de agosto de 2016, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Infância e Adolescência de Concórdia/SC, referente à Junho/2016.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 4 de agosto de 2016.

RAFAELA COSTA MARTINS

Presidente do CMDCA

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 124/2016

RESOLUÇÃO Nº 124/2016 DE 4 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a adesão do Município de Concórdia ao SIPIA/SINASE.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações, considerando:

- A realização de reunião ordinária em 4 de agosto de 2016.

#### Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Adesão do Município de Concórdia ao SIPIA/SINASE;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor nesta data.

RAFAELA COSTA MARTINS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 439/2016

DECRETO Nº 439/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica admitida a partir de 08/08/2016, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. ROBERTA DE BRITO CHRISTINO DA SILVA na função de Professora De Ensino Fundamental- 2º ano, no C.E.M Mediação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº 018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de Agosto de 2016

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 440/2016

DECRETO Nº 440/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Especialista Geriatria, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, que serão gozadas a partir do dia 20/09/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de agosto de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JULIANO BRUSTOLIN

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### EXTRATO RESULTADO CHAMADA PÚBLICA 03/2016 - LOCAÇÃO ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS E LANCHES - CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 2016.

ATA DE ABERTURA CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2016

Aos cinco dias do mês de Agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sala de Licitações, do Centro Administrativo Municipal de Cordilheira Alta, reuniu-se os membros da Comissão de Licitações nomeada pelo Prefeito Municipal Sr. Alceu Mazzioni, sendo atual Presidente Sra. Adriana Moresco, a qual convocou os demais membros da comissão para procederem à abertura da Chamada Pública nº 03/2016, cujo objeto é a locação de espaço público, na área interna do Ginásio de Esportes Ludovico J. Tozzo, para comercialização de bebidas e lanches durante a realização do campeonato municipal de futsal de 2016, de acordo com as especificações contidas na Chamada Pública e seus anexos. Protocolou envelope a entidade: SOCIEDADE ESPORTIVA INDUSTRIAL DOS MORADORES DO BAIRRO ROSA LINDA CORDILHEIRA ALTA, do município de Cordilheira Alta, sem representante. O proponente protocolou os envelopes dentro do prazo estabelecido no Edital, a Presidente então solicitou a comissão de licitação que verificassem a inviolabilidade dos envelopes de proposta e documentação e rubricassem os mesmos. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação. Na análise da documentação nada de irregular foi constatado, estando a mesma habilitada para a próxima fase do certame; Face à esta condição, passou-se para a abertura do envelope, contento a Proposta, o qual foi analisado e rubricado pelos membros da comissão de licitações. Analisada a Proposta, verificou-se que a mesma ofertou o valor de R\$211,00 (duzentos e onze reais) atendeu o requisito do Edital, assim a entidade sem fins lucrativos SOCIEDADE ESPORTIVA INDUSTRIAL DOS MORADORES DO BAIRRO ROSA LINDA CORDILHEIRA ALTA é declarada vencedora do presente certame. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerra os trabalhos.

Cordilheira Alta, 05 de Agosto de 2016.

Comissão de Licitações:

Adriana DC. Moresco  
Presidente

Cachtuize Magnanti  
Secretaria/Membro

Flaviano Perin  
Membro



**TF. MÊS 07/2016****Santa Catarina  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 01/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		953,32
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	571,99
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	381,33

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 04/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.188,55
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.623,08
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	939,28
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	626,19

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 05/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.976,22
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.185,73
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	790,49

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 06/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.460,90
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	963,30
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	1.430,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	640,56
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	427,04

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 07/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		211.274,39
4.1.7.2.1.01.04.01.00	Fundo de Participação dos Munic Ordinário - julho	149.159,57
4.1.7.2.1.01.04.02.00	Fundo de Participação dos Munic Educação - julho	49.719,85
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.028,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.384,55
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	589,45
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	392,97

Cordilheira Alta, 03/08/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 08/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		148.424,68
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	85.901,13
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	42.950,56
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	30.224,47
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	3.128,05
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	50,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.761,30
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.840,86
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-31.815,22

Cordilheira Alta, 03/08/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 11/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.399,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	839,82
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	559,88

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 12/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		5.877,07
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.526,24
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.350,83

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 13/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		68.152,08
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	5.070,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	4.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	649,94
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferencia de recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf do FNS BLMAC	3.238,31
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD SUAS	500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	14.467,23
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	14.037,96
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.358,64

Cordilheira Alta, 03/08/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 14/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		31.995,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.197,11
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.798,07

Cordilheira Alta, 03/08/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8



**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 15/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.581,43
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	948,86
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	632,57

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 18/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		898,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	539,22
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	359,48

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 19/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		916,23
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	549,74
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	366,49

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 20/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		50.642,61
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	30.042,11
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	15.021,05
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	10.570,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.681,46
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.454,31
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-11.126,69

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 21/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		7.131,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.279,06
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.852,71

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 22/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.590,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.292,55
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.297,86

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 25/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		8.404,13
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.042,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.361,65

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 26/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		4.112,27
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.467,36
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.644,91

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 27/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		5.117,11
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.070,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.046,84

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 28/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		2.446,36
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.467,82
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	978,54

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8



**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 29/07/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		153.825,30
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	86.900,17
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	43.450,08
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	30.575,99
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3,47
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,73
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,22
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.232,54
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	1.430,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.581,39
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	790,69
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	556,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.684,29
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.789,53
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-32.185,24
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,28
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-585,69

Cordilheira Alta, 03/08/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 140 DE 21 DE JULHO DE 2016.

DECRETO N.º 140 DE 21 DE JULHO DE 2016.

INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 027 de 17/05/2011 e Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Coronel Martins/SC, conforme a Lei n.º 654/2015, de 23 de junho 2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º. São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;

II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;

IV – Publicar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º. Ficam designadas as seguintes instituições e representantes de classe/órgão/entidade para indicarem representante que formarão a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação;

III – Poder Legislativo Municipal;

IV – Representante dos Diretores das Escolas;

V – Representantes dos Professores;

VI – Representantes de Pais e Alunos;

VII – Representante do Conselho do FUNDEB.

Parágrafo único: As entidades, órgãos e instituições citadas neste artigo, serão convocados por ofício a indicar os respectivos nomes dos representantes para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME, que serão nomeados por Portaria Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Martins (SC), 21 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### DECRETO N.º 141 DE 21 DE JULHO DE 2016.

DECRETO N.º 141 DE 21 DE JULHO DE 2016.

INSTITUI E NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS -SC

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 027 de 17/05/2011 e Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Coronel Martins/SC, conforme a Lei n.º 654/2015, de 23 de junho 2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º. São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianaual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º. Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Coronel Martins/SC, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Sandra Regina Previatti

b) Marines Bento

II – Representantes da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças:

a) Evandro Belatto

b) Geneci da Costa Pertussatti

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Martins (SC), 21 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 142 DE 21 DE JULHO DE 2016.**

DECRETO Nº. 142 DE 21 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o disposto no art. 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013 que estabelece sobre o adicional por tempo de serviço, concedido a cada ano de serviço público efetivo;

Considerando que os servidores farão jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completarem o anuênio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço aos servidores públicos efetivos abaixo relacionados, equivalente à conquista de 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Nome	Data de Admissão	Nível anterior	Nível atual
Neimar Cassol	01/07/1994	9%	10%
Gefson Antonio de Carli	12/07/2006	1%	2%
João Toldo	12/07/2006	1%	2%
Belonir dos Santos	12/07/2006	1%	2%
Daiane Hahn de Lima	12/07/2006	1%	2%
Dinaura Dallacqua	13/07/2006	1%	2%
Elisangela F. Salvador	12/07/2006	1%	2%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 21 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 138 DE 18 DE JULHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 138 DE 18 DE JULHO DE 2016.

DESIGNA E AUTORIZA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

DESIGNAR E AUTORIZAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais, juntamente com a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças desta Prefeitura, para auxiliar nos serviços de encaminhamentos para autenticações de cópias, reconhecimentos de firmas, escrituras públicas e demais serviços, junto a Comarca de São Domingos – Distrito e Município de Coronel Martins – Ofício de Registro Civil e Tabelionato, para a Prefeitura Municipal de Coronel Martins/SC, conforme abaixo relacionados:

Matricula	Nome	Cargo	CPF
120	Geneci da Costa Pertussatti	Fiscal de Tributos	665.353.959-97
129	Neimar Cassol	Agente Administrativo	589.698.299-20
561	Carolina de F.de J.Madella	Auxiliar Administrativo	009.593.669-62
796	Sandra Regina Previatti	Secretária de Educação	025.691.949-64
897	Fabiana Kinispel Buratto	Secretária de Saúde	991.635.860-53
1071	Evandro Belatto	Sec.de Adm.,Planj. E Finanças	897.899.469-53
1074	Katia Ramos de Amaral	Chefe de Gabinete	054.311.539-94

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 125 de 14 de Julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 139 DE 26 DE JULHO DE 2016**

PORTARIA Nº. 139 DE 26 DE JULHO DE 2016

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 80 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. GILMAR BELATTO, ocupante do cargo de Motorista, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude da prestação de seus serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 18 de Julho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 26 de Julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 140 DE 29 DE JULHO DE 2016**

PORTARIA Nº. 140 DE 29 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/08/2016 à 01/09/2016.

Nome Cargo Referência  
Valdir Brum Vigia 15/02/2015 a 14/02/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 29 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 141 DE 29 DE JULHO DE 2016**

PORTARIA Nº. 141 DE 29 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/09/2016 à 03/10/2016.

Nome Cargo Referência  
Valdir Brum Vigia 02/2012 à 02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 29 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 142 DE 29 DE JULHO DE 2016**

PORTARIA Nº. 142 DE 29 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/08/2016 à 30/08/2016.

Nome Cargo Referência  
Ivair Carlos Baldissera Agente de Vigilância Sanitária 08/2012 à 08/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos retroativos a partir de 06 de julho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 29 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 143 DE 29 DE JULHO DE 2016**

PORTARIA Nº. 143 DE 29 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/08/2016 à 30/08/2016.

Nome Cargo Referência

Lidia de Barba Técnica em Enfermagem 01/08/2014 a 31/07/2015  
01/08/2015 a 31/07/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 29 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 145 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 145 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e

da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Isabel de Almeida Paz, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, por um período de 08 (oito) dias, a partir do dia 03 de agosto a 10 de agosto de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 03 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 146 DE 04 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 146 DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Sandra Regina Farinella Biazin, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Assessora de Secretaria, por um período de 04 (quatro) dias, a partir do dia 04 de agosto a 08 de agosto de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 04 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete



# Corupá

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/16 – REGISTRO DE PREÇO**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial nº 046/16 – Registro de Preço

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de funilaria e pintura (mão de obra, montagem e material) para os órgãos e unidades da Administração Municipal de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min horas do dia 08/08/2016 às 09h00min horas do dia 18/08/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 18/08/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 08 de Agosto de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público aos interessados que se encontra aberto o Processo n. 032/2016. Pregão: 032/2016. Objeto: Aquisição de Materiais de Higiene e limpeza para o Hospital Municipal.. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 18/08/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,

Dionísio. Cerqueira, 05/08/2016.  
Maria C. w.Schirmbech.

### RESULTADOS LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

O Fundo Municipal de Saúde Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 052/2016 - Pregão 052-2016 FMS - Objeto: Prestação de serviços com artes gráficas para confecção de banners, placas e materiais e materiais gráficos para o Fundo Municipal de Saúde... Vencedores: Damgraf. Artes Gráficas Ltda.- Valor R\$ 29.675,50 Davi Fragoso do Nascimento -ME Valor R\$1.170,00.. Dionísio Cerqueira - 05/08/2016.  
Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 015/2016 PMDC PREGÃO nº 015/2016, Objeto: Aquisição de moveis, equipamentos, materiais diversos e materiais de fotografia para a Secretaria de Assistência Social...Vencedores: Salla Com. de Equip. de Infom. Ltda: Valor R\$ 513,25 - Dallagnol .& Dallagnol Com. de Mat. Elétricos Ltda- Valor R\$ 766,83.  
Dionísio Cerqueira 23/05/2016  
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 104/2016 - Pregão 104-2016 PMDC - Objeto: Aquisição de moveis padronizados e sob medida para a Secretaria e Sub Comando do Corpo de Bombeiros Militar de Dionísio Cerqueira... Vencedor: Comercio de Móveis e Eletrod. Sá Sistem Ltda - Valor R\$ 12.620,00  
.Dionísio Cerqueira - 05/08/2016.  
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº. 058/2016

CONTRATO Nº. 058/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa E.B. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.212.337/0001-62, com sede na Rodovia SC 386, Km 26, Área Industrial na cidade de Descanso - SC, neste ato representado pelo Sr. EDEGAR BUSSOLOTTO, inscrito no CPF sob o nº 422.726.299-20, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 926/2016 Modalidade de Tomada de Preço nº. 08/2016, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PROJETO EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO.

### II – Relação de Materiais e Serviços:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	12,0	UND	ABRAÇADEIRA PE/PP 190x8x1,6mm PRETA	0,50
2	2,0	UND	ALÇA PREFORM DISTR AC 1/0AWG 710mm AM	4,90
3	103,0	MTS	CABO MULTIPLEX AL 3x1x50+35mm 20,61/KV	13,10
4	34,5	KG	CABO NU COBRE 7 FIOS 25,00mm2	3,00
5	34,5	KG	CABO NU COBRE 7 FIOS 35,00mm2	7,00
6	1,4	UND	CARTUCHO METALICO CALIBRE 22 VERMELHA	3,00
7	1,0	UND	CINTA POSTE CIRCULAR DI 260mm 5000DAN	20,20
8	3,0	UND	CONEC CUNHA AL CB 1/0-6/16mm2 2-4/25mm2	3,50
9	6,0	UND	CONEC CUNHA ATERR CU/AL 25/35MMXD13mm2	14,10
10	5,0	UND	CONECTOR CUNHA RAMAL I-SIMETRICO CINZA	3,10
11	9,0	UND	ARRUELA QUADRADA LISA 18mm AÇO 1010/1020	0,40
12	3,0	UND	CONECTOR CUNHA RAMAL VI-SIMETRICO AZ/BCO	3,30
13	6,0	UND	CONECTOR PIERC T 50-12mm2 D 50-120mm2	7,70
14	1,0	UND	CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO 7,5 A 10,5mm	62,10
15	1,0	UND	CRUZETA DE CONCRETO 90x112x2100MM 400DAN	76,30
16	0,3	KG	FIO ALUMINIO NU RECOZ EC-O 145 DAN 4 AWG	22,00
17	0,2	KG	FITA ALUMINIO EC-0 PROTEÇÃO CB ALUMINIO	32,10
18	1,0	UND	FITA ISOLANTE EPR 19MMX10M AUTO-FUSÃO	13,90
19	1,0	UND	FITA ISOLANTE PVC PRETA 19MMX20M	11,40
20	6,0	UND	HASTE ATERRAMENTO AÇO/COBRE 13x2400mm	35,70
21	3,0	UND	ISOLADOR PILAR PORCELANA RD 23,1KV	58,10
22	1,0	UND	MÃO FRANCESA PERF AÇO 1010/1020 726mm	14,00
23	4,0	UND	OLHAL PARA PARAFUSO 5000DAN AÇO 16mm	8,30
24	2,0	UND	PARAFUSO CAB ABAUL AÇO 7007 16x45x45mm	2,00
25	3,0	UND	PARAFUSO CAB QUADRADO AÇO 7007 16x250x170mm	4,90
26	3,0	UND	PARAFUSO CAB QUADRADO AÇO 7007 16x300x220mm	5,90
27	3,0	UND	PINO FIXADOR ISOLA PILAR AÇO 7007 60x140mm	5,40
28	1,0	UND	POSTE DE CONCRETO DT 11M 600DAN 1 SEGM	820,30
29	2,0	UND	SUPORTE TD POSTE DUPLO T	48,30
30	1,0	SVÇ	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE EXTENSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA INDUSTRIAL, CONFORME LISTA DE SERVIÇOS PREVISTOS DA CELESC NO ANEXO I	5.652,00

III - As quantidades descritas no item II são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

#### I – DO PREÇO:

O valor total do contrato é de R\$ 9.132,43

**II – DA FORMA DE PAGAMENTO:**

A – O pagamento será efetuado avista após a conclusão total da obra mediante Laudo de Medição emitido pelo Engenheiro do Município.

B – Para efeito de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização do município em cada item;

C – O pagamento será efetuado pelo departamento de tesouraria desta municipalidade mediante recebimento da nota fiscal, apresentação da GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente;

D – Será descontado no ato do pagamento o ISS devido pela prestação dos serviços;

E – As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto do presente contrato correrão por conta do orçamento municipal, na seguinte rubrica contábil:

223340003.1.001000 - MANUT. ATIV. DESENV. ECONOMICO/AREA INDUSTRIAL

4.4.90.51.99. 0000 – Outras Obras e Instalações.

**III – DO REAJUSTAMENTO:**

A - O preço global apresentado pela empresa proponente não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

I - O prazo de vigência do contrato será de 60 dias, contados a partir da data da assinatura do Contrato, sendo que o prazo máximo de execução será de 30 dias contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA**

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizará, pelo fornecimento de materiais e mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebido;

B – Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais conforme estabelecidos neste edital;

C – Fornecer sempre que solicitado os comprovantes de pagamento de empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

D – Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos competentes, bem como cópias dos projetos necessários à obra;

E – Atender as requisições do Município prestando os serviços descrito por neste edital, nos preços constantes de sua proposta;

F – Não transferir a terceiros, quer através de subcontratação, cessão, locação ou qualquer forma de terceirização ou repasse total ou parcial dos serviços objeto deste procedimento licitatório;

G – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

H – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

I – Responsabilizar-se por encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a prestação dos serviços, bem como os demais tributos, especialmente ISS (5%), INSS (11%).

J – Obter todas as licenças e franquias para execução dos serviços propostos;

K – Efetuar o pagamento de todos os emolumentos e taxas necessárias, prescritas em lei, e observar os códigos de postura referentes aos serviços objeto do Edital;

L – Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

M – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

N – Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de forma discriminada;

O – A execução das obras, objeto desta licitação, deverá ter acompanhamento diário, através do diário de obra, a ser adotado pela contratada, conforme modelo a ser disponibilizado pela licitante.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital, e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I – O contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente ajustada.

II – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**CLAUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na prestação do serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 90 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês.

II – A multa prevista no item I será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item III, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

D – Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

I – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito obedecido os limites legais permitidos.

II – Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, a correspondente medição ou ajuste será efetuada no final do mês de sua respectiva execução.

III – Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este CONTRATO serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV – Os casos omissos neste Contrato serão dirimidos pela legislação pertinente à matéria, mormente a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**



Para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato fica eleito o foro da Comarca de Maravilha – SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilégio ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas (ou mais) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 04 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN	EDEGAR BUSSOLOTTO
Prefeito Municipal	Contratada

#### TESTEMUNHAS

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM
CPF: 015.634.579-03	CPF: 010.389.549-32

### DECRETO Nº. 058/2016

DECRETO nº. 058/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 926/2016, e dá outras providências.  
ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016/2016, sobre o processo de licitação nº. 926/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PROJETO EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

E.B. INSTALACOES ELETRICAS LTDA	R\$ 9.132,43
---------------------------------	--------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 04 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

### PORTARIA Nº 183/2016

PORTARIA Nº 183/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal NEODIMAR BASSANI, ocupante do Cargo de Gerente Municipal de Convênios, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 08/08/2016 a 06/09/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 02/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 08 dias do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/PMF/2016;** **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 120/PMF/2016;  
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Civil do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.  
DATA DE ABERTURA: Dia 19 de agosto de 2016 às 09:00 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 05 de agosto de 2016.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 121/PMF/2016;** **AVISO DE LICITAÇÃO**

REGISTRO DE PREÇO  
MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 121/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de pneu, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de agosto de 2016 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 05 de agosto de 2016.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/PMF/2016;** **AVISO DE LICITAÇÃO**

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 122/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais didáticos, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de agosto de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 05 de agosto de 2016.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### **EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 96/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 96/2016  
DOADOR – MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
DONATÁRIA – I.G. – TEC TECNOLOGIA EM USINAGEM E COMERCIO LTDA EPP

DO OBJETO – DOAÇÃO de: Um terreno correspondente ao Lote nº 12 do Loteamento Industrial Santo Anibal Maria di Francia, do Bairro Santa Cruz, com área de 4.098,15 m2, devidamente matriculado sob o número 8.792 do Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha;  
VALOR – O DOADOR e a DONATÁRIA ajustam a presente doação a título gratuito, atribuindo-se ao ato, para efeitos meramente fiscais, o valor de R\$ 133.964,42 (cento e trinta e três mil e novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).  
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Concorrência p/ Alienação nº. 67/PMF/2016, Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 2.135, de 12 de novembro de 2015, e da Lei Municipal nº 2.166 de 17 de dezembro de 2016.  
DATA DA ASSINATURA – 21 de julho de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 50/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 50/2016  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 139/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
CONTRADADO – RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa para execução de muretas e alambrado para compor um campo de futebol suíço, localizado no Parque Residencial dos Ipês, Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.  
DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de execução do contrato 139/PMF/2015 de 25/06/2016 para 23/09/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 22/12/2016.  
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.  
DATA DA ASSINATURA – 24 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0059\_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0059/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0227/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, inscrito no CNPJ sob nº 03.774.688/0042-23, para prestação de serviços de capacitação para o servidor público municipal sr. Leandro de Jesus da Silva, matrícula nº 9932, em soldador mig/mag básico, com carga horária de 40 horas, com início em 10.08.2016 até 09/09/2016. VALOR: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 Inciso II c/c Art 13, Inc.VI, da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(Sc), 05 de agosto de 2016.  
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0114\_2016- RP- 0070

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0114/2016 – PMF  
Registro de Preço nº 0070/2016

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras, de forma parcelada, de óleos lubrificantes, fluídos para freios, aditivos, graxas, estopas e outros materiais, para uso na manutenção da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de agosto a dezembro de 2016 . Retificação: Retificase a marca do Item 17 do lote 2, código 26202 para Tutela/Petrobras/Ipiranga e do Item 34 código 33165, a marca para Ambra, em virtude de ter sido invertida no item. Desta forma, como tal alteração não implicará na formulação das propostas, permanece inalterada a data de abertura das Propostas de Preços, ou seja. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 11.08.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de agosto de 2016.  
Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 201/2016

DECRETO Nº 201, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.1.012 – Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos dos Centros Educacionais		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (54)	R\$	15.000,00
Total	R\$	15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M.	R\$	15.000,00
TOTAL	R\$	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 05 DE AGOSTO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1630/2016

PORTARIA Nº 1630, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01119/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora EVA MARISTELA TELLES REZENDES, que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DELYRIA BENTO DE ANDRADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.524.309-65, na função de PROFESSOR – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 08 de agosto de 2016 até 20 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1631/2016**

PORTARIA Nº 1631, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 121/2016, da Secretaria de Administração e Planejamento;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARIA RITA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 082.345.109-75, no cargo de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1632/2016**

PORTARIA Nº 1632, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ROSILEI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 760.965.059-53, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1633/2016**

PORTARIA Nº 1633, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar JAN MARCEL GOMES MARTINS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 062.957.309-30, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11908, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo o CT16PMF109, Processo Administrativo Licitatório nº 0192/2016 - PMF, Tomada de Preços nº 0019/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação do Centro de Educação Infantil Zenaide Pereira da Costa, localizado na Rua 25 de Agosto, sn, no bairro Saleté, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com área a construir de 100 (cem) m², construção de cercas, muros e pavimentação com paver, com fornecimento do material e mão de obra, conforme planilha de orçamento, Projeto e Memorial Descritivo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 05 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 08.08.2016****NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04.08.2016	FNS	PAB	75.391,33
04.08.2016	FNS	DST/AIDS	2.500,00
04.08.2016	FNS	VIG. EPIDEMIOLÓGICA	9.124,15

Secretaria de Finanças

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0020\_2016-PMF DOM****RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de Sistema de Tratamento de Esgoto Individual de 36 (trinta e seis) casas da COHAB, localizadas nas quadras 541, 593 e 594, no Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS AO PAL), houve a participação da empresa MARTEBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME enquadrada como Microempresa, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 05 de agosto de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0020\_2016-PMF DOM****RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de Sistema de Tratamento de Esgoto Individual de 36 (trinta e seis) casas da COHAB, localizadas nas quadras 541, 593 e 594, no Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS AO PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: MARTEBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME com o valor global de R\$ 120.572,00 (cento e vinte mil, quinhentos e setenta e dois reais), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 05 de agosto de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.



**APAE 2016**

**ANEXO IV**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ANEXO TC 28**

**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

<b>UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>		
<b>CORDENADORA DA DESPESA: ELTON LUIZ BORRACHINI</b>		
<b>ENTIDADE BENEFICIADA: APAE FRAIBURGO</b>		<b>CNPJ: 75.447.995/0001-32</b>
<b>ENDEREÇO: Av. René Frey, 1.025 - Centro</b>		<b>CEP: 89580-000</b>
<b>RESPONSÁVEL: GIZELE BAHR BUHL</b>		<b>CPF: 665.145.179-00</b>
<b>Nota de Empenho: 678</b>	<b>Data: 29/01/2016</b>	<b>Valor Total: R\$ 109.501,70</b>
<b>Ordem de Pagamento: 5869</b>	<b>Data: 14/07/2016</b>	<b>Valor: 14.000,00</b>
<b>Projeto Atividade: 2016</b>		
<b>Item/Fonte: 3.3.50.41.99</b>		<b>Outras Contribuições</b>

**Histórico da finalidade:**

Auxiliar na manutenção da conveniente na prestação de serviços de apoio à escola a qual atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais – deficiência intelectual e/ou múltipla, no pagamento de despesas tais como: motorista, zeladoras, cozinheiras, orientadora, secretária e diretora; encargos e tributos; medicação para alunos; materiais para manutenção do prédio; materiais de expediente/gêneros alimentícios/material de limpeza e para projetos; imobilizados; transporte. Conforme CV15PMF0007, em 11 parcelas

<b>DOCUMENTO</b>				
<b>NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>HISTÓRICO</b>	<b>RECEBIMENTO</b>	<b>PAGAMENTO</b>
58690	14/07/16	Depósito Prefeitura ref. 07/2016	14.000,00	
071401	14/07/16	Oi Móvel S.A		379,51
071402	14/07/16	Oi Móvel S.A		90,45
41237	15/07/16	Com. Atacadista Varejista Progresso Ltda		2.198,96
66332	18/07/16	Posto Macieira Ltda		3.511,26
7722	18/07/16	Arco Iris Materiais de Construção Ltda		582,97
071901	19/07/16	Oi S.A		209,09
4595	20/07/16	Supermercado Jota Ltda		219,80
4603	20/07/16	Supermercado Jota Ltda		142,87
137	20/07/16	BS Informática Ltda ME		145,00
932	20/07/16	Triunfo Industria e Comércio do Aço Ltda		1.600,00
072001	20/07/16	FGTS Rescisório - Janaina Vargas		678,62
072101	21/07/16	Rescisão - Janaina Vargas		2.163,74
072501	25/07/16	Seguradora Lider dos Consorcios do DPVAT - CLIO		105,65
072502	25/07/16	Seguradora Lider dos Consorcios do DPVAT - VAN		247,42
133127	25/07/16	Onseg Sistemas de Segurança Ltda NF133127		137,56
11808	25/07/16	Superviza Supermercados Eireli NF11808		1.543,23
498	25/07/16	Ativa Com. e Instalação de Mat. Elétricos Ltda ME NF498		87,50
*	25/07/16	Transferência	43,63	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>14.000,00</b>	<b>14.043,63</b>

Fraiburgo (SC), 03 de agosto de 2016

\_\_\_\_\_  
**GIZELE BAHR BUHL**  
 Presidente da APAE



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### EXTRATO PORTARIAS JULHO 2016

#### EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JULHO DE 2016

Número	Assunto	Resumo	Data
149/2016	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de LORAIDES ALLINE MACIEL nomeada através da Portaria 052/2016, para exercer o cargo de Professora Pedagoga II.	01/07/2016
150/2016	Licença Atividades Políticas	Concede Licença para Atividade Política a servidora LINDAMIR DE SOUZA FAQUIM, sem remuneração até a data de registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, na forma do art. 68, caput da Lei Complementar n. 08/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Frei Rogério.	01/07/2016
151/2016	Licença Atividades Políticas	Concede Licença para Atividade Política a servidora EDIRENE PRATES PEPIS, sem remuneração até a data de registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, na forma do art. 68, caput da Lei Complementar n. 08/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Frei Rogério.	01/07/2016
152/2016	Licença Atividades Políticas	Concede Licença para Atividade Política ao servidor ANDERSON LUIZ DE LORENZI, sem remuneração até a data de registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, na forma do art. 68, caput da Lei Complementar n. 08/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Frei Rogério.	01/07/2016
153/2016	Licença Atividades Políticas	Concede Licença para Atividade Política ao servidor ANDRÉ DA ROLD, sem remuneração até a data de registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, na forma do art. 68, caput da Lei Complementar n. 08/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Frei Rogério.	01/07/2016
154/2016	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia os servidores Eduardo Melo, Eliane Maximiano Mazzuco e Marcos Ribeiro para comporem a Comissão de Recebimento de Obras Públicas.``.	12/07/2016
155/2016	Exonerar	Exonera o senhor WILLIAM VINICIUS CORREIA MUNIZ, do cargo de Controlador de Patrimônio e Almoxarifado de acordo com requerimento protocolado com o nº 352/2016.	15/07/2016
156/2016	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio ao servidor ANDRÉ LUIZ MACHRY referente ao período aquisitivo de 2008 a 2012.	18/07/2016
157/2016	Designar	Designa a servidora ELAINE MELO SILVEIRA, servidora efetiva no cargo de Secretária, a disposição do Programa Bolsa Família.	19/07/2016
158/2016	Altera Lotação	Alterar a lotação da servidora JULIANA BORGES PEREIRA, servidora efetiva no cargo de Agente de Serviços Administrativos lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Administração e Finanças e designa a mesma para desempenhar suas atividades no setor de patrimônio, almoxarifado e frotas.	19/07/2016
160/2016	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor PAULO ETEVALDO FERREIRA, no período de 01/08/2016 a 30/08/2016, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	29/07/2016
161/2016	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor ANDERSON XAVIER DE LIS, no período de 08/08/2016 a 06/09/2016, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	29/07/2016

Frei Rogério, 05 de agosto de 2016.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Analista de Recursos Humanos

### RESUMO CONTRATO 075/2016

CONTRATO Nº 075/2016

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRECENSIAL Nº 03/2016, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FREI ROGERIO, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES MÍNIMAS, E QUE ESTÃO RELACIONADOS, DISCRIMINADOS, QUALIFICADOS E QUANTIFICADOS NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO, E QUE SERÃO UTILIZADOS PARA INSTALAÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL, A SER IMPLANTADO JUNTO AO CRAS, COM FRETE E INSTALAÇÃO/MONTAGEM POR CONTA DA PROPONENTE VENCEDORA, E EM CONFORMIDADE AINDA COM OS RESULTADOS APURADOS E AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO 03/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO 04/2016, AS QUAIS INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DESTE INSTRUMENTO COMO SE AQUI TRANSCRITOS ESTIVESSEM, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA CONTRATADA NO PREGÃO PRESENCIAL N º 03/2016, FOI A PROPONENTE ELIZANDRA MACIORSKI ME, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 0075/2016

VALOR DO CONTRATO É DE R\$ 22.980,00 (VINTE E DOIS MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS)

INFORMAÇÕES E CONTRATO NA ÍNTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000 E OU E-MAIL, [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br), E OU [licitacao@freirogerio.sc.gov.br](mailto:licitacao@freirogerio.sc.gov.br)

FREI ROGÉRIO - SC, 30 DE JUNHO DE 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE025/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 025/2016

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de saibro próprio para trecho de rodagem de vias não pavimentadas, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos na manutenção de vias não pavimentadas do município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://blcompras.org.br> até as 14h00min do dia 19/08/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 19/08/2016, no endereço eletrônico <http://blcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 05 de agosto de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 145/2016

DECRETO N.º 145, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 717 de 22 de agosto de 2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida a realização de Audiência Pública para discussão da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017.

Art. 2º - Será realizada a Audiência no dia 29 de agosto de 2016, às 09h30min, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua 30 de dezembro, 240, sala 04, Centro, Garopaba, Santa Catarina.

Art. 3º - A Audiência será coordenada pelo Ronye Paes, Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, juntamente com comissão formada por 02 (dois) representantes a serem designados pelo Poder Legislativo.

Art. 4º - O prazo de indicação de delegados representantes de entidades fica definido para a Audiência prevista neste decreto, de 08/08 à 17/08/2016, conforme Comunicado de Audiência Pública em Anexo.

Art. 5º - A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 08/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar n.º 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, a comparecerem em AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 09h30min, do dia 29 de agosto de 2016, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua 30 de dezembro, n.º 240, sala 04, Centro, Garopaba, Santa Catarina, com o objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o Exercício de 2017.

Por este ato, ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba NOTIFICADAS, a indicar seus delegados representantes de 08/08 à 17/08/2016, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal, à Praça Governador Ivo Silveira, 296, de segunda a sexta-feira, no horário das 13:00 às 18:00 horas.

Garopaba, 05 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2016  
FMS

Ata nº. 46/2016; Processo nº 79/2016; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; L A DALLA PORTA JUNIOR; Objeto: Registro de preço para aquisição de fita para teste de dosagem de glicemia e lancetas, utilizadas nas unidades de Saúde do Município. Data da Assinatura: 05/08/2016.

### PORTARIA N.º 498/2016

PORTARIA N.º 498, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, concedidas através da Portaria n.º 862/2015 e suspensas através da Portaria n.º 925/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JEAN NASCIMENTO PACHECO, Matrícula Funcional n.º 4238, no período de 11/07/2016 à 30/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PMG Nº 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA

Processo Licitatório nº 020/2016  
Modalidade: Tomada de Preço p/ Serviços de Engenharia  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução integral de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública do município de Garuva/SC, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, tele atendimento, gerenciamento informatizado, atendimento a e ventos, automação de luminárias, fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do parque de iluminação pública.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 31/08/2016 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 04 de agosto de 2016.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### DISTRATO Nº 27/2016

DISTRATO Nº 027/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.389.036-1, CPF: 061.444.259-18, residente e domiciliada na Rua Antonio Ladislau de Araujo, 47 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 16/05/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 098/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 28/2016

DISTRATO Nº 028/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. FRANCIELY APARECIDA PEREIRA DA LUZ, brasileira, casada, professora, RG nº 4.250.461, CPF: 048.674.319-58, residente e domiciliada na Rua Antonio Ladislau de Araujo, 47 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 16/05/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 097/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 29/2016

### DISTRATO Nº 029/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. GISELY VIEIRA DA CUNHA, brasileira, casada, professora, RG nº 4.285.364, CPF: 008.520.389-09, residente e domiciliada na Rua Deodoro de Carvalho, s/n – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 29/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 082/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 30/2016

### DISTRATO Nº 030/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SIMONE COSTA, brasileira, casada, professora, RG nº 8.364.495-8, CPF: 049.862.749-70, residente e domiciliado na Rua Francisco Gumz, 232, Centro, Garuva-SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 061/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de

Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 31/2016

### DISTRATO Nº 031/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SILMARA FRANCIELI ZOCCHETTO DA SILVA, brasileira, casada, professora, RG nº 6.162.868, CPF: 090.658.009-99, residente e domiciliado na Rua Carlos Boergenhausen, 1313, Centro, Garuva-SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 057/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 32/2016

### DISTRATO Nº 032/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ANDREIA APARECIDA BOEGERNHAUSEN MIRANDA, brasileira, solteira, professora, RG nº 13.485.237-2, CPF: 060.868.099-09, residente e domiciliada na



Rua João Remi de Lima Meireles, 577 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 014/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

#### DISTRATO Nº 33/2016

DISTRATO Nº 033/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI, brasileira, casada, professora, RG nº 3.534.953, CPF: 019.560.419-90, residente e domiciliado na Rua Elias Nicolau Saad, 497 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 041/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

#### DISTRATO Nº 34/2016

DISTRATO Nº 034/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. RICARDO CAMPOS DA COSTA, brasileiro, casado, professor, RG nº 5.171.670-4, CPF: 070.919.819-10, residente e domiciliado na Rua Annes Gualberto, 359 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 042/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 05 de agosto de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

#### PORTARIA Nº 100/2016

PORTARIA Nº. 100, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

#### RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Anos Iniciais, a Senhora Maria Luiza Leandro Xavier, CPF nº 037.387.769-23, RG nº 4.353.175-0 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.



JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 101/2016**

PORTARIA Nº. 101, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Educação Infantil, a Senhora Cilmara Rosa dos Santos Alves Krueger, CPF nº 044.939.019-50, RG nº 6.768.740 - SSP/SC, com lotação destinada à Creche Municipal Frei José Bertoldi, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 102/2016**

PORTARIA Nº. 102, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Educação Infantil, a Senhora Claudia Luci Santos Machado, CPF nº 276.857.448-13, RG nº 28.947.806.6 - SSP/SP, com lotação destinada à Creche Maria Correa Saad, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 103/2016**

PORTARIA Nº. 103, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Educação Infantil, a Senhora Juliana Cordeiro da Silva, CPF nº 033.515.759-98, RG nº 8.189.612.7 - SSP/PR, com lotação destinada à Creche Maria Correa Saad, por 40 (quarenta) horas semanais. Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 104/2016**

PORTARIA Nº. 104, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Educação Infantil, a Senhora Marinalda Duarte, CPF nº 071.110.589-84, RG nº 4.870.988 - SSP/SC, com lotação destinada à Creche Maria Correa Saad, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 105/2016**

PORTARIA Nº. 105, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Educação Infantil, a Senhora Deborah Karim Salles de Oliveira, CPF nº 018.515.389-50, RG nº 5.978.846.9 - SSP/PR, com lotação destinada à Creche Municipal Frei José Bertoldi, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 106/2016**

PORTARIA Nº. 106, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo Orientador Escolar, o Senhor Lindomar Silva de Jesus, CPF nº 009.164.569-78, RG nº 4.846.389 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 107/2016**

PORTARIA Nº. 107, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Orientadora Escolar, a Senhora Doroteia Nagel Carneiro, CPF nº 920.736.039-04, RG nº 3.258.746 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 87/2016**

PORTARIA Nº. 087, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 069/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Educação Especial, a Senhora Tatiana Krüger Cabral, CPF nº 008.243.529-47, RG nº 2.515.331-5 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 88/2016**

PORTARIA Nº. 088 de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 069/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Educação Especial, a Senhora Aline da Silva, CPF nº 716.299.550-00, RG nº 20.550.463-34 - SSP/RS, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 40 (quarenta) horas semanais. Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 89/2016**

PORTARIA Nº. 089 de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professor Nível II – Professor de Artes, o Senhor Richard Lourenço Hericks, CPF nº 059.060.809-61, RG nº 9.283.534-0 - SSP/PR, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 40 (quarenta) horas semanais. Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 90/2016**

PORTARIA Nº. 090 de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Artes, a Senhora Camila Otto Rolla, CPF nº 058.923.629-65, RG nº 9.796.497-1 - SSP/PR, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 20 (vinte) horas semanais e Escola Municipal Duque de Caxias, por 10 (dez) horas semanais. Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 91/2016**

PORTARIA Nº. 091, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Artes, a Senhora Rosa Lopes Falcão, CPF nº 457.581.159-91, RG nº 4.467.655-7 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 40 (quarenta) horas semanais. Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 92/2016**

PORTARIA Nº. 092, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Artes, a Senhora Marcia Solange Burei, CPF nº 026.423.649-17, RG nº 7.149.649-0 - SSP/PR, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 20 (vinte) horas semanais, Escola Municipal Guilherme Rudolf Emilio Paulo Benkendorf, por 10 (dez) horas semanais e Escola Municipal Maria Martins Budal, por 10 (dez) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 93/2016**

PORTARIA Nº. 093, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Artes, a Senhora Edneide Ramos de Santana, CPF nº 779.449.845-72, RG nº 04.802.565-86 - SSP/BA, com lotação destinada à Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer, por 10 (dez) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 94/2016**

PORTARIA Nº. 094, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professor Nível II – Professor de Educação Física, o Senhor Giancarlo Giorgio de Lima, CPF nº 004.614.549-47, RG nº 6.065.695.9 - SSP/PR, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 95/2016**

PORTARIA Nº. 095, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professor Nível II – Professor de Educação Física, o Senhor Marco Antonio Carreira, CPF nº 494.419.309-20, RG nº 2.194.255.3 - SSP/PR, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 30 (trinta) horas semanais e na Escola Municipal Maria Martins Budal, por 10 (dez) horas semanais.

Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 96/2016**

PORTARIA Nº. 096, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Anos Iniciais, a Senhora Katia Cristina Sommer Schmidt, CPF nº 084.391.379-74, RG nº 6.193.944 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Guilherme Rudolf Emílio Paulo Benkendorf, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 97/2016**

PORTARIA Nº. 097, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Anos Iniciais, a Senhora Vânia de Fátima Paula Cardoso, CPF nº 022.649.809-31, RG nº 4.943.020-5 - SSP/PR, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 98/2016**

PORTARIA Nº. 098 de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Anos Iniciais, a Senhora Dircélia Aparecida Bueno, CPF nº 076.700.039-01, RG nº 7.359.274 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 99/2016**

PORTARIA Nº. 099, de 05 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II – Professora de Anos Iniciais, a Senhora Thais Mirele Soares, CPF nº 049.746.509-47, RG nº 4.350.019 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 10/2016**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2016  
PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL  
INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. BÁRBARA ROMANZINI, brasileira, casada, professora, RG nº 4.295.184, CPF: 059.151.579-20, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, 217 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DA CARGA HORÁRIA: De acordo com a Comunicação Interna nº 374/2016, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, alterar a carga horária de 40 horas para 20 horas semanais, a partir de 05 de agosto de 2016.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 010/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 05 de agosto de 2016	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Município de Garuva José Chaves	
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 87/2016**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087/2016  
PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL  
INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. DENISE APARECIDA CECCATTO, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.454.266-9, CPF: 067.409.079-94, residente e domiciliado na Rua Henrique Kuster, 280 – Centro, Garuva/SC doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DA CARGA HORÁRIA: De acordo com a Comunicação Interna nº 374/2016, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, alterar a carga horária de 30 horas para 20 horas semanais, a partir de 05 de agosto de 2016.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 087/2016 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 05 de agosto de 2016	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Município de Garuva José Chaves	
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33



# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.116, DE 03 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.116, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

ANULA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.705, de 17 de maio de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Função: 15 Urbanismo	
SubFunção: 453 Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Projeto: 1097 Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários Urb	
Dotação: 211 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Projeto: 1249 Construção de Pontos de Ônibus	
Dotação: 212 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 3.400,00

Art. 2º Fica criado o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundo das anulações do artigo 1º deste decreto:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Função: 15 Urbanismo	
SubFunção: 453 Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Projeto: 1097 Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários Urb	
Despesa	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Projeto: 1249 Construção de Pontos de Ônibus	
Despesa	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 3.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### ERRATA AO DECRETO Nº 7.110, DE 26 DE JULHO DE 2016

#### ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 7.110, de 26 de julho de 2016, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2049, de 29 de julho de 2016, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionada, em virtude de não assumir no prazo legal:

Leia-se:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionada, em virtude de desistência da vaga expressamente manifestada:

Gaspar (SC), 01 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 4.086, DE 01 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA Nº 4.086, DE 01º DE AGOSTO DE 2016.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARAISA ZIMMERMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º A servidora MARAISA ZIMMERMANN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especializados II, efetiva com 40 horas semanais, lotada na extinta Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, fica à disposição na Secretaria da Fazenda a partir de 01º de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de agosto de 2016, e revogando a portaria nº 2.963, de 25 de janeiro de 2013.

Gaspar, 01º de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PORTARIA Nº 4.088, DE 03 DE AGOSTO DE 2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 4.088, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.000, DE 31 DE JANEIRO DE 2013, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA IVANI STIEGEMEIER SUAVI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.000, de 31 de janeiro de 2013, que colocou à disposição na secretaria da EEB Luiz Franzói, para atuar no Projeto Apoio Pedagógico, a servidora IVANI STIEGEMEIER SUAVI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais na EEB Luiz Franzói, a partir de 31 de janeiro de 2016, devendo retornar à sala de aula a partir de 01º de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de janeiro de 2016.

Gaspar, 03 de agosto de 2016..

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA PROCURADORIA Nº 03, DE 04 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA Nº 03, DE 4 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA TESOUREIRO E SUPLENTE PARA FINS DA LEI COMPLEMENTAR N. 61, DE 20 DE MAIO DE 2015.

MARA LUCY FABRIN ASCOLI, Procuradora-Geral do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e em conformidade com o artigo 2º, parágrafo único, da Lei Complementar n. 61, de 20 de Maio de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada tesoureira a servidora Paula Padilha Penteado, inscrita junto ao CPF sob o n. 068.253.149-98, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, e como suplente o servidor Daniel Knop, inscrito junto ao CPF sob o n. 004.411.439-70, ocupante do cargo de Procurador Municipal, para os fins da Lei Complementar n. 61, de 20 de Maio de 2015, para mandato de 1 (um) ano a partir de 26 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 4 de agosto de 2016.

MARA LUCY FABRIN ASCOLI

Procuradora-Geral do Município

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO 15/2016 REMUME

DECRETO Nº 15/2016, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

"FIXA A REMUME (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS) DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições,

#### DECRETA

Artigo 1º. Fica FIXADA a REMUME (relação municipal de medicamentos essenciais) conforme termo de ajuste de conduta n. 0006/2016/03pj/bn, elaborada pela comissão Farmacoterapêutica, nomeada pela portaria n. 164/2016 de 20 de maio de 2016, conforme consta no Anexo I deste Decreto como Medicamentos tidos como Essenciais pelo Município de Grão-Pará.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 04 de agosto de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 04 de agosto de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

#### ANEXO I

Prefeitura de Grão-Pará  
Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento

Relação Municipal de Medicamentos Essenciais  
R E M U M E  
1ª edição

Grão-Pará – SC  
2016-2017

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ  
SETOR DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Relação Municipal de Medicamentos Essenciais  
R E M U M E  
1ª edição

Grão-Pará - SC  
2016/2017

Supervisão Geral:  
Ney Laine Oenning Dacoregio Squizatto

Coordenação:  
Elizete Orben Macieski Blasius

Organização:  
Denize Redivo Bussolo

Participação Médica e Odontológica  
Luiz Renato Wisbeck Júnior  
Amanda Wessling Demay

#### APRESENTAÇÃO

O Ministério da Saúde defende que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve trilhar o caminho da qualidade das ações e serviços que oferece à população brasileira.

O Decreto nº 7.508/2011 regula a Relação Nacional dos Medicamentos Essenciais (Rename) que compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para o atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS.

Desse modo, a Secretaria Municipal da Saúde de Grão-Pará, assumiu junto aos profissionais de saúde, o desafio de elaborar a REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) com base na RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais), garantindo o acesso dos medicamentos elencados como uma forma preventiva e curativa, viabilizando assim, o direito de acesso à saúde de todos os seus munícipes.

Por fim, a construção da REMUME, marca uma nova etapa no processo de aprimoramento da Assistência Farmacêutica, ao definir de forma transparente os medicamentos padronizados no âmbito do Município de Grão-Pará.

#### ADRENÉRGICOS INALATÓRIOS: AGONISTAS SELETIVOS DOS RECEPTORES BETA 2 ADRENÉRGICOS

Denominação	Concentração	Apresentação
Bromidrato de Fenoterol	5mg/ml	Solução Oral/Inalação

#### ANTIADRENÉRGICOS DE AÇÃO PERIFÉRICA: ANTAGONISTAS DOS RECEPTORES ALFA-ADRENÉRGICOS

Denominação	Concentração	Apresentação
Mesilato de doxazosina	2 mg	Comprimido
Mesilato de doxazosina	4 mg	Comprimido

#### ANTICOLINÉRGICOS: AMINAS TERCIÁRIAS

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de biperideno	2 mg	Comprimido

#### ANTINEMATÓIDES: DERIVADOS DO BENZIMIDAZOL

Denominação	Concentração	Apresentação
Albendazol	400 mg	Comprimido
Albendazol	40 mg/ml (10)	Suspensão oral

#### ANTINEMATÓIDES: AVERMECTINAS

Denominação	Concentração	Apresentação
Ivermectina	6 mg	Comprimido

#### ANTITROMBÓTICOS: ANTAGONISTA DA VITAMINA K

Denominação	Concentração	Apresentação
Varfarina sódica	5 mg	Comprimido

#### ANTITROMBÓTICOS: INIBIDORES DA AGRAGAÇÃO PLAQUETÁRIA, EXCLUINDO HEPARINA

Denominação	Concentração	Apresentação
Acido acetilsalicílico	100 mg	Comprimido
Clopidogrel	75mg	Comprimido

#### BETA BLOQUEADORES: AGENTES BETA BLOQUEADORES

**SELETIVOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Atenolol	25 mg	Comprimido
Atenolol	50mg	Comprimido

**ANTIASMÁTICOS E BRONCODILATADORES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Aminofilina	100mg	Comprimido

**BETA BLOQUEADORES: AGENTES BETA BLOQUEADORES NÃO SELETIVOS BETA 1 E ALFA 1**

Denominação	Concentração	Apresentação
Carvedilol	6,25	Comprimido
Carvedilol	12,5	Comprimido
Carvedilol	25mg	Comprimido

**ANSIOLÍTICOS: DERIVADOS BENZODIAZEPÍNICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Diazepan	10 mg	Comprimido
Diazepan	10 mg / 2ml	Solução injetável

**ANTIADRENÉRGICOS DE AÇÃO CENTRAL: METILDOPA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Metildopa	250 mg	Comprimido

**ANTIARRÍTMICOS CLASSES I E III**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de amiodarona	200 mg	Comprimido

**ANTIBACTERIANO BETA-LACTÂMICO: PENICILINA DE AMPLO ESPECTRO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Amoxicilina	500 mg	Comprimido
Amoxicilina	250 mg/5ml	Pó para suspensão oral

**ANTI-INFLAMATÓRIOS NÃO ESTERÓIDES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Diclofenaco de Sódico	25mg/ml	Solução Injetável
Diclofenaco de Sódico	50mg	Comprimido
Diclofenaco de Potássio	Gotas	Frasco com 20ml
Nimesulida	100mg	Comprimido

**ANTIDEPRESSIVOS: INIBIDORES NÃO SELETIVOS DA RECEPÇÃO DE MONOAMINAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de amitriptilina	25 mg	Comprimido
Cloridrato de amitriptilina	75 mg	Comprimido
Cloridrato de nortriptilina	25 mg	Cápsula
Cloridrato de nortriptilina	50mg	Cápsula
Cloridrato de nortriptilina	75 mg	Cápsula

**ANTIDEPRESSIVOS: INIBIDORES SELETIVOS DA RECEPÇÃO DE SEROTONINA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de fluoxetina	20mg	Cápsulas ou comprimidos

**ANTIFISÉTICOS E ANTIPLATULÊNCIA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Simeticona	75mg/ml	Solução Oral

**ANTIEPILEPTICOS: DERIVADOS DA HIDANTOÍNA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Fenitoína sódica	100 mg	Comprimido

**ANTIEPILEPTICOS: BARBITÚRICOS E DERIVADOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Fenobarbital	100mg	Comprimido
Fenobarbital	40 mg/ml	Solução oral

**ANTIEPILEPTICOS: DERIVADOS A CARBOXYAMIDA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Carbamazepina	200 mg	Comprimido

**ANTIEPILEPTICOS: DERIVADOS DE ÁCIDOS GRAXOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Valproato de sódio ou ácido valproico	250 mg / 5ml	Xarope ou solução oral
Valproato de sódio ou ácido valproico	250 mg	Comprimido
Valproato de sódio ou ácido valproico	500 mg	Comprimido

**ANTIPARKSONIANO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Levodopa + Benzerazida	100/25mg	Comprimido
Levodopa + Benzerazida	200/50mg	Comprimido

**ANTIFÚNGICOS PARA USO TÓPICO: DERIVADOS IMIDAZÓLICOS E TRIAZÓLICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Nitrato de miconazol	2%	Crema

**ANTI-HISTAMÍNICOS PARA USO SISTÊMICO: ALQUILAMINAS SUBSTITUÍDAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Maleato de dexclorfeniramina	2 mg	Comprimido
Maleato de dexclorfeniramina	0,4 mg/ml	Solução oral ou xarope

**ANTI-HISTAMÍNICOS PARA USO SISTÊMICO:**

Denominação	Concentração	Apresentação
Loratadina	10 mg	Comprimido
Loratadina	1 mg/ml	Xarope

**ANTI-HISTAMÍNICOS PARA USO SISTÊMICO: DERIVADOS DAS FENOTIAZINAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de prometazina	25mg	Comprimido
Cloridrato de prometazina	25 mg/ml	Solução injetável

**ANTI-INFECCIOSOS E ANTISSEPTICOS, EXCLUINDO ASSOCIAÇÕES COM CORTICOSTERÓIDES: DERIVADOS IMIDAZÓLICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Nitrato de miconazol	2%	Crema vaginal
Nitrato de miconazol	0,02	Crema dermatológico
Metronidazol	200 mg/5ml	Suspensão oral
Metronidazol	250mg	Comprimido

**ANTI-INFECCIOSOS INTESTINAIS: ANTIBIÓTICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Nistatina	100 mg	Suspensão oral
Nistatina	25.000UI/G	Crema vaginal

**ANTIMICÓTICOS PARA USO SISTÊMICO: DERIVADOS TRIAZÓLICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Fluconazol	150 mg	Cápsula

**ANTIPSICÓTICOS: FENOTIAZINAS COM GRUPO**

**DIMETILAMINOPROPIL**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de clorpromazina	25 mg	Comprimido
Cloridrato de clorpromazina	100 mg	Comprimido
Maleato de Levomepromazina	100 mg	Comprimido

**ANTIPSICÓTICOS: DERIVADOS DA BUTIROFENONA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Haloperidol	5 mg	Comprimido

**ANTIPSICÓTICOS: LÍTIO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Carbonato de lítio	300 mg	Comprimido

**BLOQUEADORES SELETIVOS DOS CANAIS DE CÁLCIO COM EFEITOS PRINCIPALMENTE VASCULARES: DERIVADOS DA DIIDROPIRIDINA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Besilato de anlodipino	5 mg	Comprimido
Besilato de anlodipino	10 mg	Comprimido
Nifedipino	10mg	Cápsula

**CÁLCIO EM COMBINAÇÃO COM VITAMINA D OU OUTROS MEDICAMENTOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Carbonato de cálcio + Vitamina D	60 mg	Comprimido

**ANTIPROTOZOÁRIOS E ANTIMICROBIANOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Secnidazol	1000mg	Comprimido

**CONTRACEPTIVOS HORMONAIS PARA USO SISTÊMICO: COMBINAÇÕES FIXAS DE PROGESTÁGENOS E ESTRÓGENOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Etinilestradiol +levonorgestrel	0,03 mg + 0,15 mg	Comprimido ou drágea

**PROGESTÁGENOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Acetato de medroxiprogesterona	150 mg/ml	Suspensão injetável

**CORTICOSTEROIDES PARA USO SISTÊMICO SIMPLES: GLICOCORTICÓIDES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Dexametasona	4mg	Comprimido
Dexametasona	0,1 mg/5 ml	Elixir
Prednisona	5mg	Comprimido
Prednisona	20 mg	Comprimido
Prednisona	3mg/ml	Suspensão oral
Acetato de betametasona + fosfato dissódico de betametasona	3 mg + 3 mg/ml	Suspensão injetável

**CORTICOSTERÓIDES DE POTÊNCIA MODERADA – GRUPO II**

Denominação	Concentração	Apresentação
Dexametasona	0,1%	Creme

**DIURÉTICOS DE ALTA POTÊNCIA: SULFONAMIDAS SIMPLES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Furosemida	40mg	Comprimido

**DIURÉTICOS DE BAIXA POTÊNCIA: TIAZIDAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Hidroclorotiazida	25 mg	Comprimido

**DIURÉTICOS ANTAGONISTAS DA ALDOSTERONA**

Denominação	Concentração	Apresentação
Espironolactona	25mg	Comprimido

**ECTOPARASITICIDAS, INCLUINDO ESCABICIDAS: PIRETRININAS, INCLUINDO COMPOSTO SINTÉTICO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Permetrina	5 %	Loção

**ESTROGÊNIO: SEMISSINTÉTICOS E NATURAIS SIMPLES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Estriol	1 mg/g	Creme vaginal

**GLICOSÍDEOS CARDÁCOS: DIGITÁLICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Digoxina	0,25 mg	Comprimido

**INIBIDORES DA ENZIMA CONVERSORA DE ANGIOTENSINA, SIMPLES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Maleato de enalapril	10 mg	Comprimido

**MACROLÍDEOS, LINCOSAMIDAS E ESTRETOGRAMINAS: MACROLÍDEOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Azitromicina	500 mg	Comprimido
Azitromicina	40 mg/ml	Pó para suspensão oral

**MEDICAMENTO PARA ÚLCERA PÉPTICA E DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO: ANTAGONISTA DE RECEPTOR H2**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de ranitidina	150 mg	Comprimido
Ranitidina	50 mg/2ml	Ampola Injetável

**INIBIDORES DA BOMBA DE PRÓTONS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Omeprazol	20 mg	Cápsula

**MEDICAMENTOS QUE AFETAM A ESTRUTURA E AMINERALIZAÇÃO ÓSSEA: BISFOSFONADOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Alendronato de sódio	70 mg	Comprimido

**PIRAZOLONAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Dipirona sódica	500 mg	Comprimido
Dipirona sódica	500 mg/ml	Solução oral
Dipirona sódica	500 mg/ml	Solução injetável

**ANILIDAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Paracetamol	500 mg	Comprimido
Paracetamol	750 mg	Comprimido
Paracetamol	200 mg/ml	Solução oral

**ANTIBACTERIANOS: DERIVADOS DO NITROFURANO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Nitrofurantoina	100 mg	Comprimido

**ANTIBACTERIANOS BETA-LACTÂMICOS: CEFALOSPORINAS DE PRIMEIRA GERAÇÃO**

Denominação	Concentração	Apresentação
-------------	--------------	--------------



Cefalexina	500 mg	Cápsula ou comprimido
Cefalexina	250 mg/ml	Suspensão oral

**ANTICOLINÉRGICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Brometo de ipratrópio	0,02 mg/dose	Aerossol oral

**PREPARAÇÕES ANTIGOTOSAS: INIBIDORES DA PRODUÇÃO DE ÁCIDO ÚRICO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Alopurinol	100 mg	Comprimido
Alopurinol	300 mg	Comprimido

**PREPARAÇÕES COM FERRO: FERRO BIVALENTE, PREPARAÇÕES ORAIS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Sulfato ferroso	40mg	Comprimido
Sulfato ferroso	25 mg/ml	Solução oral

**PREPARAÇÕES PARA TIREOIDE: HORMÔNIOS TIREOIDEANOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Levotiroxina sódica	25 mcg	Comprimido
Levotiroxina sódica	50 mcg	Comprimido
Levotiroxina sódica	100 mcg	Comprimido

**PRODUTOS ANTI-INFLAMATÓRIOS NÃO ESTERÓIDAI E ANTIR-REUMÁTICOS: DERIVADOS DE ÁCIDO PROPIONICO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Ibuprofeno	50 mg/ml	Solução oral
Ibuprofeno	300 mg	Comprimido
Ibuprofeno	600 mg	Comprimido

**PROPULSIVOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de metoclopramida	10 mg	Comprimido
Cloridrato de metoclopramida	10 mg / 2ml	Solução injetável
Cloridrato de metoclopramida	4 mg/ml	Solução oral

**COMBINAÇÕES DE SULFONAMIDAS E TRIMETOPRIMAS E DERIVADOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Sulfametoxazol+trimetoprima	400mg+ 80 mg	Comprimido
Sulfameoxazol +trimetoprima	40 mg+ 8mg/ml	Suspensão oral

**VASODILATADORES USADOS EM DOENÇAS CARDÍACAS: NITRATOS ORGÂNICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Dinitrato de isossorbida	5 mg	Comprimido sublingual
Mononitrato de isossorbida	20 mg	Comprimido

**ÁCIDO FÓLICO E DERIVADOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Ácido fólico	5 mg	Comprimido

**GLICOCORTICÓIDES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Dipropionato de beclometa-sona	200 mcg /dose	Aerossol

**FLOUROQUINOLONAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
-------------	--------------	--------------

Cloridrato de ciprofloxacino	500 mg	Comprimido
------------------------------	--------	------------

**INIBIDORES NÃO SELETIVOS DE RECAPTAÇÃO DE MONOAMINAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de clomipramina	25 mg	Comprimido

**VITAMINA B1 SIMPLES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de tiamina	300 mg	Comprimido

**AGENTES DOPAMINÉRGICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Levodopa + benserazida	200 mg + 50mg	Comprimido
Levodopa + carbidopa	250 mg + 25mg	Comprimido
Levodopa + benserazida HBS	100 mg + 25mg	Comprimido

**ANTAGONISTAS DA ANGIOTENSINA II SIMPLES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Losartana potássica	50mg	Comprimido
Losartana potássica + HCTZ	50mg +12,5mg	Comprimido

**MEDICAMENTOS HIPOGLICEMIANTE, EXCLUINDO INSULINAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de metformina	500mg	Comprimido
Cloridrato de metformina	850mg	Comprimido

**INIBIDORES DA HMG CoA REDUTASE**

Denominação	Concentração	Apresentação
Sinvastatina	20mg	Comprimido
Sinvastatina	40mg	Comprimido

**ANTIVERTIGINOSO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de Flunarizina	10mg	Comprimido

**BIOFLAVANÓIDE – DISTÚRBIOS VENOSOS E DA CIRCULAÇÃO**

Denominação	Concentração	Apresentação
Diosmin + Hesperidina	450mg + 50mg	Comprimido

**DERIVADOS DA URÉIA, SULFONAMIDAS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Glibencamida	5mg	Comprimido

**GLICOCORTICÓIDES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Succinato sódico de hidrocortisona	100mg	Pó para solução injetável

**ANTI-INFECCIOSOS E ANTISSEPTICOS, EXCLUINDO ASSOCIAÇÕES COM CORTICOESTEROIDES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Metronidazol	100mg	Gel vaginal

**FITOTERAPICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Guaco( Mikania glomerata Spreng.)	Apresenta ação expectorante e broncodilatadora	Xarope

**FORMULAÇÕES COM SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL**

Denominação	Concentração	Apresentação
-------------	--------------	--------------



Sais para reidratação oral	27,9 g	Envelope (pó)
----------------------------	--------	---------------

**AGENTES BETA BOQUEADORES NÃO SELETIVOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de propanolol	40mg	Comprimido

**EXPECTORANTES**

Denominação	Concentração	Apresentação
Cloridrato de ambroxol	3mg / ml	Solução oral
Cloridrato de ambroxol	6mg / ml	Solução oral

**ANTIESPASMÓDICOS**

Denominação	Concentração	Apresentação
Brometo de N. Butil escopolamina	1ml	Solução injetável
Brometo de N. Butil escopolamina	5ml	Solução injetável

**RELAÇÃO MUNICIPAL DOS MEDICAMENTOS ESSENCIAIS EM ORDEM ALFABÉTICA**

DENOMINAÇÃO GENÉRICA	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	FORMA FARMACÊUTICA/DESCRIÇÃO
ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA	3 MG + 3 MG/ML	SUSPENSÃO INJETÁVEL
ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA	150 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
ACIDO ACETIL SALICILICO	100 MG	COMPRIMIDO
ACIDO FÓLICO	5 MG	COMPRIMIDO
ACIDO VALPRÓICO	250 MG	COMPRIMIDO
ACIDO VALPRÓICO	500 MG	COMPRIMIDO
ACIDO VALPRÓICO	250 MG/ML (FRASCO C/ 100 ML)	SOLUÇÃO ORAL OU XAROPE
ALBENDAZOL	400 MG	COMPRIMIDO
ALBENDAZOL 40MG SUSP. ORAL GENÉRICO	10 ML	FRASCO
ALENDRONATO DE SÓDIO	70 MG	COMPRIMIDO
ALOPURINOL	100 MG	COMPRIMIDO
ALOPURINOL	300 MG	COMPRIMIDO
AMINOFILINA	100 MG	COMPRIMIDO
AMOXICILINA	500 MG	COMPRIMIDO
AMOXICILINA	250MG/5 ML (FRASCO C/ 150ML)	SUSPENSÃO ORAL
ATENOLOL	25 MG	COMPRIMIDO
ATENOLOL	50 MG	COMPRIMIDO
AZITROMICINA	500 MG	COMPRIMIDO
AZITROMICINA	40 MG/ML	SUSPENSÃO ORAL
BESILATO DE ANLODIPINO	5 MG	COMPRIMIDO
BESILATO DE ANLODIPINO	10 MG	COMPRIMIDO
BROMETO DE IPRATRÓPIO	0,25MG/ML	SOLUÇÃO INALATÓRIA
BROMETO DE N BUTIL ESCOPOLOMINA	1ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
BROMETO DE N BUTIL ESCOPOLAMINA + DIPIRONA (BUSCOPAN)	5 ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML	5 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL / INALAÇÃO
CAPTOPRIL	25 MG	COMPRIMIDO
CARBAMAZEPINA	200 MG	COMPRIMIDO
CARBONATO DE CÁLCIO + VITAMINA D	60 MG	COMPRIMIDO

CARBONATO DE LÍCIO	300 MG	COMPRIMIDO
CARVEDILOL	6,25 MG	COMPRIMIDO
CARVEDILOL	12,5 MG	COMPRIMIDO
CARVEDILOL	25 MG	COMPRIMIDO
CEFALEXINA	500 MG	COMPRIMIDO
CEFALEXINA	50 MG/ML	SUSPENSÃO ORAL
CLOPIDOGREL	75 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE AMBROXOL	3 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL
CLORIDRATO DE AMBROXOL	6 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL
CLORIDRATO DE AMIODARONA	200 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA	25 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA	75 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE BIPERIDENO	2 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO	500 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA	25 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA	25 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA	100 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE FLUNARIZINA	10 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE FLUOXETINA	20 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE METFORMINA	500 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE METFORMINA	850 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA	10 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA	4 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL
CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA	5 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA	25 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA	50 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA	75 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE PROMETAZINA	25 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE PROMETAZINA	50 MG/ 2ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
CLORIDRATO DE RANITIDINA	150 MG	COMPRIMIDO
CLORIDRATO DE RANITIDINA	25MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
CLORIDRATO DE TIAMINA	300 MG	COMPRIMIDO
DEXAMETASONA	4,0 MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL
DEXAMETASONA	1 MG/G (01,1%)	CREME
DEXAMETASONA 0,1MG/5ML	120 ML	ELIXIR
DIAZEPAN	5 MG	COMPRIMIDO
DIAZEPAN	10 MG	COMPRIMIDO
DIAZEPAN	5 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
DICLOFENACO DE SÓDIO	50 MG	COMPRIMIDO
DICLOFENACO DE SÓDIO		SOLUÇÃO INJETÁVEL
DICLOFENACO POTÁSSICO	20ML	SOLUÇÃO ORAL
DIGOXINA	0,25MG	COMPRIMIDO
DINITRATO DE ISOSSORBIDA	5MG	COMPRIMIDO SUBLINGUAL
DIOSMIN + HESPERIDINA	450 + 50 MG	COMPRIMIDO
DIPIRONA SÓDICA	500 MG	COMPRIMIDO
DIPIRONA SÓDICA	500 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL
DIPIRONA SÓDICA	500 MG/ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL
DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA	200 MCG/DOSE	AEROSOL
ESPIRONOLACTONA	25 MG	COMPRIMIDO
ESTRIOL	1 MG/G	CREME VAGINAL
ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL	0,03 MG + 0,15 MG	COMPRIMIDO OU DRÁGEA
FENITOÍNA SÓDICA	100 MG	COMPRIMIDO
FENOBARBITAL	100 MG	COMPRIMIDO

FENOBARBITAL	40 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL
FLUCONAZOL	150 MG	CÁPSULA
FUROSEMIDA	40 MG	COMPRIMIDO
GLIBENCLAMIDA	5 MG	COMPRIMIDO
HALOPERIDOL	5 MG	COMPRIMIDO
HIDROCLOROTIAZIDA	25 MG	COMPRIMIDO
SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCOR-TISONA	100 MG	PÓ PARA SOLU- ÇÃO INJETÁVEL
IBUPROFENO	300 MG	COMPRIMIDO
IBUPROFENO	600 MG	COMPRIMIDO
IBUPROFENO	50 MG/ML	SUSPENSÃO ORAL
IVERMECTINA	6 MG	COMPRIMIDO
LEVODOPA + BENSERAZIDA	200 MG + 50 MG	COMPRIMIDO
LEVODOPA + BENSERAZIDA	100 MG + 25 MG	COMPRIMIDO OU CÁPSULA
LEVODOPA + CARBIDOPA	250 MG + 25MG	COMPRIMIDO
LEVOTIROXINA SÓDICA	25 MG	COMPRIMIDO
LEVOTIROXINA SÓDICA	50 MG	COMPRIMIDO
LEVOTIROXINA SÓDICA	100 MG	COMPRIMIDO
LORATADINA	10 MG	COMPRIMIDO
LORATADINA	1 MG/ML	XAROPE
LOSARTANA POTÁSSICA	50 MG	COMPRIMIDO
LOSARTANA POTÁSSICA + HIDRO- CLOROTIAZIDA H	50 MG + 12,5MG	COMPRIMIDO
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA	2 MG	COMPRIMIDO
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA	0,4 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL OU XAROPE
MALEATO DE ENALAPRIL	10 MG	COMPRIMIDO
MALEATO DE LEVOMEPAZINA	100 MG	COMPRIMIDO
MESILATO DE DOXAZOSINA	2 MG	COMPRIMIDO
MESILATO DE DOXAZOSINA	4 MG	COMPRIMIDO
METILDOPA	250 MG	COMPRIMIDO
METRONIDAZOL	250 MG	COMPRIMIDO
METRONIDAZOL	200 MG/ML	SUSPENSÃO ORAL
METRONIDAZOL	100 MG/G	GEL VAGINAL
GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.)		XAROPE
MONITRATO DE ISOSSORBIDA	20 MG	COMPRIMIDO
NIFEDIPINO	10 MG	CAPSULA OU COMPRIMIDO
NIMESULIDA	100 MG	COMPRIMIDO
NISTATINA	100.000UI/ ML	SUSPENSÃO ORAL
NISTATINA	25.000 UI/G	CREME VAGINAL
NITRATO DE MICONAZOL CREME DERMATOLÓGICO	2% (20MG/G)	CREME DERMA- TOLÓGICO
NITRATO DE MICONAZOL CREME VAGINAL	2% (20MG/G)	CREME VAGINAL
NITROFURANTOINA	100 MG	CÁPSULA
OMEPAZOL	20 MG	COMPRIMIDO
PARACETAMOL	500 MG	COMPRIMIDO
PARACETAMOL	750 MG	COMPRIMIDO
PARACETAMOL GOTAS	200 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL
PERMETRINA	10 MG/G (1%)	LOÇÃO
PREDNISONA	5 MG	COMPRIMIDO
PREDNISONA	20 MG	COMPRIMIDO
PREDNISONA	3 MG/ML	SUSPENSÃO ORAL
CLORIDRATO DE PROPRANOLOL	40 MG	COMPRIMIDO
SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL	27,9 G	ENVELOPE (PÓ)

SECNIDAZOL	1.000 MG	COMPRIMIDO
SIMETICONA GOTAS	75 MG/ML	SOLUÇÃO ORAL
SINVASTATINA	20 MG	COMPRIMIDO
SINVASTATINA	40 MG	COMPRIMIDO
SULFAMETAXOSOL + TRIMETROPINA	400 MG + 80 MG	COMPRIMIDO
SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA	40 MG/ML + 8 MG/ML	SUSPENSÃO ORAL
SULFATO DE SABULTAMOL	100 MCG/ DOSE	AEROSOL ORAL
SULFATO FERROSO	40 MG	COMPRIMIDO
SULFATO FERROSO	25MG/ML Fe++	SOLUÇÃO ORAL
VARFARINA SÓDICA	5 MG	COMPRIMIDO

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 04 de agosto de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 04 de agosto de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER  
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATOS 101.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 101/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
ME

Valor ..... : 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 05/08/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 90/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (BOMBA HIDRAULICA, SESSÃO, VALVULA, ANEIS, REPAROS, HASTES E OUTROS) E SERVIÇOS (RECUPERAREMBOLOS, DIÁLISE DO SISTEMA HIDRAULICO, MONTAGEM DE COMANDOS E OUTROS) PARA RECUPERAR O SISTEMA HIDRALICO E RELACIONADOS DA MOTONIVELADORA VOLVO 710A, QUE APRESENTA GRAVES DANOS NO SITEMA E COMANDOS.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 110.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16

HOMOLOGAÇÃO: 05/08/16

CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS (BOMBA HIDRAULICA, SESSÃO, VALVULA, ANEIS, REPAROS, HASTES E OUTROS) E SERVIÇOS (RECUPERAREMBOLOS, DIÁLISE DO SISTEMA HIDRAULICO, MONTAGEM DE COMANDOS E OUTROS) PARA RECUPERAR O SISTEMA HIDRALICO E RELACIONADOS DA MOTONIVELADORA VOLVO 710A, QUE APRESENTA GRAVES DANOS NO SITEMA E COMANDOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais)

# Guaramirim

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2016 – PMG  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2016 – PMG  
TERMO DE ANULAÇÃO

Trata-se de dispensa de licitação para a contratação para a prestação de serviço de internet, tipo ADSL ou fibra ótica, link de dados e serviços de IP fixo para o DEMUTRAM do município de Guaramirim (SC).

Considerando que o processo possui vícios no Termo de Referência, onde se pede por banda larga e link dedicado ao mesmo tempo, produtos diferentes para o fornecimento de conexão com a rede mundial de computadores – internet –, como se fosse uma coisa só;

Considerando que os orçamentos vieram com objetos diferentes, não podendo ser considerados como de mesma natureza na hora de compor a planilha de custos;

Considerando que não se levou em conta os aspectos físicos de instalação de equipamentos para a execução do serviço;

Considerando que não se levou em conta o objeto do serviço de telefonia, item necessário para o setor requisitante e fornecido em conjunto com o serviço de internet, como usual no mercado, sendo assim necessário tanto em respeito a realidade do mercado quanto pelo princípio de economicidade; e

Considerando o disposto na Súmula nº 473 do Superior Tribunal Federal, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Resolvo anular o presente Processo Licitatório nº 108/2016 – PMG e determino que nova requisição de compra seja feito para que a necessidade pública possa ser atendida.

Guaramirim (SC), 4 de agosto de 2016.  
Lauro Fröhlich  
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 16/2016 FMAS  
Processo Licitatório: 16/2016 FMAS  
Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE KIT MATERNIDADE PARA AS FAMÍLIAS COM RECURSOS LIMITADOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 18/08/2016 às 11h00min

Abertura dos Envelopes: 18/08/2016 às 11h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 5 de agosto de 2016.  
LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO Nº 018/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 018/2016 – FMS  
Processo Licitatório: 018/2016 – FMS  
Tipo: Menor Preço – Global

Objeto: Contratação de serviço de telefonia móvel para os trabalhos da Saúde e da Assistência Social do município de Guaramirim (SC).

COMUNICAMOS que está SUSPENSO o Pregão Presencial nº 018/2016 – FMS para análise de questionamentos e possível alteração no seu Edital. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de comunicação utilizados anteriormente.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 5 de agosto de 2016.  
Lauro Fröhlich  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016 – FMS  
Processo Licitatório nº 037/2015 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação.

Objeto da Licitação: Credenciamento de pessoas jurídicas para consultas médicas especializadas (cardiologia, cirurgia geral, cirurgia ginecológica, anestesiologia, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, neurologia, proctologia, urologia, cirurgia vascular, psiquiatria e reumatologia) para o município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Angela Cristina Beuren, inscrita no CNPJ sob o nº 24.685.986/0001-49, estabelecida na Rua Guilherme Weege, nº 202, sala 7, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 28/07/2016 Vigência: 31/12/2016

Guaramirim (SC), 5 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº. 483/2016**

PORTARIA Nº. 483/2016  
Exonera Olinda Chopenski Brandão.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Olinda Chopenski Brandão, da função de Merendeira, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 02 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 484/2016**

PORTARIA Nº. 484/2016  
Exonera Daniel Borges.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Daniel Borges, da função de Encarregado, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 04 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 485/2016**

PORTARIA Nº. 485/2016  
Nomeia Francinne Maira Espezim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Francinne Maira Espezim, na função de Diretora Administrativa, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 110 - ANULA PL 27/2016 TP 05/2016

DECRETO nº 110/2016

Declara a nulidade do processo licitatório n. 27/2016, modalidade Tomada de Preço n. 05/2016 e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 49 da Lei n. 8666/93; considerando que foram verificadas incompatibilidades na descrição da documentação pertinente à comprovação da qualificação técnica dos licitantes, conforme documentação recebida do CREA/SC, fato que contribuiu para ausência de competição ao certame, não permitindo a busca da proposta mais vantajosa para a administração, devendo outra ser realizada com todas as formalidades legais, sem prejuízos a terceiros tendo em vista a fase em que se encontra o certame;

CONSIDERANDO que de acordo com a Súmula 473 do egrégio Supremo Tribunal Federal, "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", justamente como é o caso em apreço; DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório n. 27/2016, na modalidade de Tomada de Preço n. 05/2016, que tem por objeto a contratação de empresa para execução de obra para ampliação de Rede de Distribuição de água, oriunda de poço tubular profundo na Linha Cembrani.

§ 1º. Determina-se a elaboração imediata de procedimento licitatório específico para a aquisição do serviço em questão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 05 de agosto de 2016.

65º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário de Administração e Fazenda



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012H/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012H/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa A G KIENEN & CIA LTDA.ME, inscrita no CNPJ Nº 82.225.947/0001-65, neste ato representada pelo senhor ADEMIR GERALDO KIENEN, Sócio Administrador, CPF nº 329.374.669-15, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata: R\$ 30.816,80

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

ADEMIR GERALDO KIENEN

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF: 501.589.459-72

CPF nº 329.374.669-15

Pelo Município

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 687.857.399-87

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	A G KIENEN & CIA LTDA
-------------	-----------------------

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
8	36563	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML- AMPOLA (TRANSA-MIN)	HIPOLABOR	AMP	300,000	1,6500	495,00
19	36593	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA DE 10 ML EV	TEUTO	UNI	100,000	0,8500	85,00
41	36011	BICARBONATO DE SODIO 250 ML 8,4%	HYPOFARMA	FR	30,000	17,5000	525,00
46	385	BROMETO DE IPATRÓPIO 0.25MG/ML, FRASCO COM 20ML	HIPOLABOR	UND	350,000	0,6800	238,00
56	17728	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20ML GOTAS;	HIPOLABOR	Und	180,000	6,6900	1.204,20
69	523	CEFALEXINA 500MG	ABL	COM	20.000,000	0,5790	11.580,00
95	36390	COLÍRIO ANESTÉSICO COLÍRIO ANESTÉSICO - COLÍRIO ANESTÉSICO S	ALLERGAN	UNI	50,000	7,4700	373,50
96	37149	COMPLEXO B AMPOLA IV/IM - 2ML	HYPOFARMA	AMP	1.000,000	0,8000	800,00
99	36566	DESLANOSÍDEO AMP. 2ML IV	U QUIMICA	AMP	100,000	1,2500	125,00
125	554	FENITOÍNA 100MG	TEUTO	COM	20.000,000	0,2200	4.400,00
129	2505	FENOBARBITAL GOTAS COD:2505.00	SANVAL	FR	50,000	1,6600	83,00
133	36016	FLUMAZENIL AMP	TEUTO	AMP	100,000	19,0000	1.900,00
153	36710	HEPARINA SÓDICA IV 5ML - 5.000 U.I./ML.	BLAU	FR	200,000	9,0500	1.810,00
169	16018	LEVOFLOXACINO 500MG;	EMS	COM	3.000,000	0,7800	2.340,00
185	37089	MALEATO DE DESCLORFENIRAMINA 2MG+0,25 DE BETAMETASONA XAROPE	BRAINFARMA	FR	120,000	3,4800	417,60

242	16040	RANITIDINA 25 MG/ML - 2 ML IV/IM	TEUTO	AMP	450,000	0,4500	202,50
252	36100	SUCCINATO DE METOPROLOL 25MG	MEDLEY	COM	10.000,000	0,3650	3.650,00
259	36587	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML IV AMPOLA	HIPOLABOR	AMP	200,000	1,5900	318,00
263	36589	TERBUTALINA INJETÁVEL 0,5 MG / ML - 01 ML	HIPOLABOR	UNI	200,000	1,3500	270,00
TOTAL DO FORNECEDOR							30.816,80

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012I/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012I/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 65.817.900/0001-71, neste ato representada pelo senhor EROS CARRARO, Sócio Administrador, CPF nº 253.912.708-80, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata: R\$ 38.800,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

EROS CARRARO

Sócio Administrador

CPF nº 253.912.708-80

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87.

Fornecedor:	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
-------------	---------------------------------------

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
167	28484	LEVODOPA 200MG + BENZERAZIDA 50 MG	PROLOPA/ROCH	COM	20.000,000	0,8000	16.000,00
238	16048	PROPATILNITRATO 10MG; COMPRIMIDOS	SUSTRATE/FA	COM	60.000,000	0,3800	22.800,00

TOTAL DO FORNECEDOR	38.800,00
---------------------	-----------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012J/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012J/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 44.734.671/0001-51, neste ato representada pelo senhor OGARI DE CASTRO PACHECO, Sócio Administrador, CPF nº 014.645.078-72, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata : R\$ 59.872,20

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

OGARI DE CASTRO PACHECO

Sócio Administrador

CPF nº 014.645.078-72

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA
-------------	--

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
43	37964	BIPIRIDENO 5MG/ML SOL INJETAVEL EV	CRISTALIA	AMP	100,000	1,7000	170,00
62	16043	CARBAMAZEPINA 400MG, COMPRIMIDO;	CRISTALIA	COM	15.000,000	0,2900	4.350,00
92	26306	CLORPROMAZINA 100MG / COMPRIMIDO	CRISTALIA	UND	20.000,000	0,1800	3.600,00
93	533	CLORPROMAZINA 25MG	CRISTALIA	COM	2.500,000	0,1850	462,50
94	37966	COLAGENASE PDA 30G	CRISTALIA	UNI	100,000	8,9100	891,00
115	37165	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETA	CRISTALIA	AMP	300,000	3,1500	945,00
118	35997	DOPAMINA 200MG AMP	CRISTALIA	AMP	100,000	1,8200	182,00
120	37059	ESMOLOL INJETAVEL EV	CRISTALIA	AMP	30,000	47,1300	1.413,90
124	37062	ETOMIDATO INJETAVEL EV 2MG/ ML 10 ML	CRISTALIA	AMP	100,000	9,0600	906,00
135	32761	FOSFATO DE CODEINA 30MG	CRISTALIA	uni	40.000,000	0,6970	27.880,00
136	36579	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML+FOSFATO DE SÓDIO	CRISTALIA	UNI	60,000	4,6900	281,40
147	562	HALOPERIDOL 1MG	CRISTALIA	COM	500,000	0,1090	54,50
148	563	HALOPERIDOL 5MG	CRISTALIA	COM	20.000,000	0,0800	1.600,00
149	22791	HALOPERIDOL DECANOATO	CRISTALIA	AMP	400,000	5,3900	2.156,00
152	26309	HEPARINA SÓDICA 5000/ 0,25 ML SC	CRISTALIA	UND	2.150,000	3,9700	8.535,50
170	572	LEVOMEPROMAZINA 100MG	CRISTALIA	COM	8.000,000	0,6100	4.880,00
215	36003	NITROGLICERINA AMPOLA	CRISTALIA	AMP	50,000	25,6000	1.280,00
234	16027	PROMETAZINA 25MG, COMPRIMIDOS;	CRISTALIA	COM	3.000,000	0,0710	213,00
235	32542	PROMETAZINA 25MG/ML - FASCO 2ML	CRISTALIA	UNI	60,000	1,1900	71,40

TOTAL DO FORNECEDOR	59.872,20
---------------------	-----------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012K/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012K/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.912.018/0001-83, neste ato representada pelo senhor RICARDO DA CONCEIÇÃO, Sócio Administrador, CPF nº 026.439.659-65, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata : R\$ 8.900,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

RICARDO DA CONCEIÇÃO

Sócio Administrador

CPF nº 026.439.659-65

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		MERCO SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA.					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
10	22775	ACIDO VALPRÓICO 250 MG COMPRIMIDO	DEPAKENE	COM	15.000,000	0,2400	3.600,00
11	36097	ACIDO VALPRÓICO 500 MG COMPRIMIDO	DEPAKENE	COM	10.000,000	0,5300	5.300,00
TOTAL DO FORNECEDOR							8.900,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012L/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012L/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP, inscrita no CNPJ Nº 11.145.401/0001-56, neste ato representada pelo senhor LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR, Sócio Administrador, CPF nº 016.047.580-58, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata : R\$ 33.754,75

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR

Sócio Administrador

CPF nº 016.047.580-58

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP .
-------------	--------------------------------

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
6	499	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	SOBRAL	UND	150.500,000	0,0170	2.558,50
23	2503	AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO	TEUTO	UND	100.000,000	0,0280	2.800,00
47	386	BROMIDRATO DE FENOTEROL 0.5%, FRASCO COM 20ML	PRATI DONADUZZI	UND	250,000	2,4050	601,25
61	530	CARBAMAZEPINA 200MG	TEUTO	COM	100.000,000	0,0610	6.100,00
70	524	CEFALEXINA SUSPENSÃO 250MG 60ML	TEUTO	FR	200,000	5,8500	1.170,00
134	2504	FLUOXETINA 20MG COMPRIMIDO	TEUTO	UND	150.000,000	0,0340	5.100,00
155	26310	HIDROCORTISONA 100 MG EV	BLAU	UND	800,000	2,8600	2.288,00
156	22794	HIDROCORTISONA 500 MG INJETÁVEL EV	BLAU	AMP	1.200,000	5,3400	6.408,00
158	29938	IBUPROFENO 600 MG	TEUTO	COM	50.000,000	0,0650	3.250,00
220	26318	OMEPRAZOL 40MG PÓ + DILUENTE 10ML	BLAU	AMP	700,000	4,9700	3.479,00

TOTAL DO FORNECEDOR	33.754,75
---------------------	-----------

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012M/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012M/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ Nº 67.729.178/0004-91, neste ato representada pelo senhor WALTER PROCHNOW JUNIOR; Sócio Administrador; CPF nº 139.498.468-59, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata : R\$ 14.819,90

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

WALTER PROCHNOW JUNIOR

Sócio Administrador

CPF nº 139.498.468-59

Pela Empresa





## Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.
-------------	---------------------------------------

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
13	16035	ADRENALINA INJETÁVEL, AMPOLA;	HIPOLABOR	AMP	500,000	2,9700	1.485,00
34	36008	ATENSINA 0,150 COMP -CLONIDINA	BOEHRINGER	COM	2.300,000	0,2530	581,90
37	511	AZITROMICINA 500MG	MEDQUIMICA	COM	3.000,000	0,4400	1.320,00
60	22770	CAPTOPRIL 50 MG COMPRIMIDO	PRATI DONA-DUZZI	COM	80.500,000	0,0360	2.898,00
108	36592	DIMENIDRINATO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 1 ML IM	UNIAO QUI-MICA	AMP	500,000	1,3790	689,50
121	549	ESPIROLACTONA 25MG	ASPEN	COM	40.000,000	0,1000	4.000,00
168	26314	LEVODOPA+CARDIDOPA 250MG/25MG COMPRIMIDO	TEUTO	UND	2.000,000	0,2100	420,00
209	597	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA	HIPOLABOR	TB	500,000	0,9520	476,00
216	36413	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO INJETAVEL 50MG 02 MI	HYPOFARMA	AMP	50,000	9,3900	469,50
230	2485	PIROXICAN 20MG COMPRIMIDO	GEOLAB	UND	10.000,000	0,0880	880,00
264	37961	TIAMINA INJETAVEL AMPOLA	CITOPHARMA	AMP	200,00	8,0000	1.600,00

TOTAL DO FORNECEDOR	1 14.819,90
---------------------	----------------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012N/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012N/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 09.676.256/0001-98, neste ato representada pela senhora SIRLEI FATIMA FOLLADOR; Administradora; CPF nº 465.988.800-25, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 42.306,26

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72  
Pelo Município

SIRLEI FATIMA FOLLADOR  
Administradora  
CPF nº 465.988.800-25  
Pela Empresa

## Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87



Fornecedor:		MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
14	17912	ÁGUA DESTILADA AMPOLA 5ML;	SAMTEC	Amp	1.500,000	0,1920	288,00
35	35994	ATORVASTATINA 40MG COMP	EMS	UNI	600,000	0,6540	392,40
40	36010	BICARBONATO DE SÓDIO 10ML 8,4 %	SAMTEC	AMP	80,000	0,5120	40,96
45	520	BROMAZEPAN 6MG	SANVAL	COM	5.000,000	0,0410	205,00
58	37086	CAFEINA130MG+CARISOPRODOL125MG+PARACE	GEOLAB	UND	10.000,000	0,1420	1.420,00
82	37085	CITALOPRAM 20MG COMPRIMIDO	TEUTO	COM	50.000,000	0,1490	7.450,00
83	37075	CLARITROMICINA 500MG	EMS	COM	1.000,000	1,8280	1.828,00
84	528	CLONAZEPAN 2,0MG	GEOLAB	COM	60.000,000	0,0460	2.760,00
154	567	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	TEUTO	COM	100,000	0,0180	1,80
191	585	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	EMS	COM	60.000,000	0,1340	8.040,00
205	36001	MIDAZOLAN 15 MG AMPOLA	HIPOLABOR	AMP	200,000	1,0650	213,00
206	36002	MIDAZOLAN 50MG AMPOLA	HIPOLABOR	AMP	100,000	2,6700	267,00
208	36414	NALOXONA 0,4MG 01 MI INJETAVEL	HIPOLABOR	AMP	30,000	3,8300	114,90
226	22787	PAROXETINA 20 MG COMP	UNIÃO QUÍMICA	COM	100.000,000	0,1690	16.900,00
232	604	PREDNISONA 20MG	SANVAL	COM	10.000,000	0,1850	1.850,00
239	607	PROPRANOLOL 40MG	TEUTO	COM	30.000,000	0,0150	450,00
270	36590	VITAMINA K 10MG/ML EV.	HIPOLABOR	UNI	100,000	0,8520	85,20
TOTAL DO FORNECEDOR							1 42.306,26

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0120/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0120/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 13.568.558/0001-10, neste ato representada pelo senhor JOSÉ ALBERTO SÉKULA; Sócio Administrador; CPF nº 345.765.179-53, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata : R\$ 30.407,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

JOSÉ ALBERTO SÉKULA

Sócio Administrador

CPF nº 345.765.179-53

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
67	32762	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO	BIOLAB	UNI	15.000,000	0,1900	2.850,00
86	21801	Clopidogrel 75 mg comp	SANDOZ	Und	50.300,000	0,3890	19.566,70
184	37092	MALEATO DE DESCLORFENIRAMINA 2MG XAROPE	TEUTO	FR	100,000	0,9730	97,30
214	599	NISTATINA SUSP 30ML	PRATI	FR	100,000	2,2900	229,00
224	612	PARACETAMOL 750MG	PRATI	COM	100.500,000	0,0680	6.834,00
233	603	PREDNISONA 5MG	VITAMEDIC	COM	10.000,000	0,0830	830,00
TOTAL DO FORNECEDOR							1 30.407,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012P/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012P/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ Nº 104.217.590/0001-60, neste ato representada pela senhora ROSEMARY AMERICO SALVADOR; Sócia Administradora; CPF nº 020.219.419-14, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata: R\$ 14.098,50

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

ROSEMARY AMERICO SALVADOR

Sócia Administradora

CPF nº 020.219.419-14

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
24	508	AMITRIPTILINA 75MG	EMS	UND	10.000,000	0,1750	1.750,00
39	34544	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 U.I	TEUTO	AMP	1.000,000	3,5000	3.500,00
63	531	CARBAMAZEPINA LÍQUIDA 100ML	UNIAO QUIMICA	FR	70,000	5,3500	374,50
80	2511	CINARIZINA 75MG COMPRIMIDO	BRAINFARMA	UND	8.000,000	0,1400	1.120,00
109	37101	DIMENIDRINATO 30 MG CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 MG	TAKEDA	UNI	2.000,000	2,3700	4.740,00

151	37079	HEDERA HELIX XAROPE	GEOLAB	FR	100,000	5,8000	580,00
163	37081	ISOFLAVONA DE SOJA	VITAMED	COM	100,000	0,3400	34,00
251	37963	SOLUCAO INJETAVEL EV DE FERRO III NA FORMA SACARATO HIDROXID	NYCOMED	AMP	200,000	10,0000	2.000,00

TOTAL DO FORNECEDOR	1	14.098,50
---------------------	---	-----------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012Q/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012Q/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 76.386.283/0001-13, neste ato representada pelo senhor MAURICIO MACIAG, Sócio Administrador, CPF nº 039.087.819-73, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 35.302,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

MAURICIO MACIAG

Sócio Administrador

CPF nº 039.087.819-73

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. EPP
-------------	--

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
3	36415	ACETATO DE RETINOL 10000UI + AMINOÁCIOS 2,5% + METIONINA 0,5	ALLERGAN	UNI	30,000	10,4000	312,00
17	22766	ALENDRONATO SÓDICO COMPRIMIDO 70 MG	ELOFAR	COM	10.000,000	0,2590	2.590,00
90	17918	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG,	GERMED	Com	1.500,000	0,7000	1.050,00
106	37076	DICLOFENACO SODICO 50MG COMP	VITAMED	COM	10.000,000	0,0220	220,00
116	2506	DISSULFIRAN 250MG COMPRIMIDO	SANOFI	UND	15.000,000	0,3480	5.220,00
182	16049	MALEATO DE BROMAFENIRAMINA / CLORIDRATO	ELOFAR	FRA	300,000	6,7000	2.010,00
213	598	NISTATINA CREME VAGINAL	HYPERMARCAS	TB	1.000,000	2,0000	2.000,00
253	37084	SUCCINATO DE METROPOLOL 50MG	ASTRAZENECA	COM	30.000,000	0,7300	21.900,00

TOTAL DO FORNECEDOR	35.302,00
---------------------	-----------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012R/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012R/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 12.889.035/0001-02, neste ato representada pelo senhor JHONATAN BONI, Sócio Administrador, CPF nº 016.789.820-59, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total destas ata R\$ 31.973,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

JHONATAN BONI

Sócio Administrador

CPF nº 016.789.820-59

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
-------------	--

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
26	503	AMOXICILINA 500MG	AUROBINDO	UND	10.000,000	0,1290	1.290,00
38	22767	AZITROMICINA SUSPENSÃO 40 MG/15 ML	PHARLAB	FR	100,000	2,4800	248,00
50	36006	BROMOPRIDA GOTAS	MARIOL	FR	150,000	0,8500	127,50
71	36020	CEFALOTINA 1 G FRASCO	BLAU	FR	100,000	3,1000	310,00
98	16042	CUMARINA 15MG + TROXERRUTINA 90MG, COMPRIMIDOS;	CIFARMA	COM	100.000,000	0,1280	12.800,00
123	2501	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG COM-PRIMIDO	MABRA	UND	2.000,000	0,3600	720,00
144	17927	GLIMEPRIDA 2MG;	CIMED	Com	30.000,000	0,0760	2.280,00
172	574	LEVOTIROXINA 100MG	MERCK	COM	40.000,000	0,0900	3.600,00
173	22772	LEVOTIROXINA 25 MG	MERCK	COM	20.000,000	0,0910	1.820,00
174	575	LEVOTIROXINA 50MG	MERCK	COM	60.000,000	0,0910	5.460,00
177	433	LIDOCAÍNA 2% GEL, 30G	PHARLAB	UND	200,000	1,6200	324,00
183	37091	MALEATO DE DESCLORFENIRAMINA 2MG COM-PRIMIDO	GEOLAB	COM	2.000,000	0,0540	108,00
197	580	METOCLOPRAMIDA 0,4% GOTAS	MARIOL	FR	350,000	0,5300	185,50
212	2490	NIMESULIDA 100MG - COMPRIMIDO	CIMED	UND	50.000,000	0,0540	2.700,00

TOTAL DO FORNECEDOR	31.973,00
---------------------	-----------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012S/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012S/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 94.516.671/0002-34, neste ato representada pelo senhor ADEMAR PAULO SCHUSTER, Sócio Administrador, CPF nº 219.912.940-34, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 6.510,40

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

ADEMAR PAULO SCHUSTER

Sócio Administrador

CPF nº 219.912.940-34

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA
-------------	---

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
7	505	ÁCIDO FÓLICO 5MG	HIPOLABOR	UND	20.000,000	0,0380	760,00
54	17915	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG, COMPRIMIDO;	UNIAO QUIMICA	Com	3.000,000	0,3900	1.170,00
57	5195	BUTILBROMETO ESCOLAPAMINA INJETÁVEL	UNIAO QUIMICA	UND	700,000	0,8400	588,00
159	570	IMIPRAMIDA 25MG	CRISTALIA	COM	15.000,000	0,2200	3.300,00
194	589	METILDOPA 250MG COMP	SANVAL	COM	5.000,000	0,1200	600,00
210	2500	NIFEDIPINA 10MG COMPRIMIDO	NEO QUIMICA	UND	3.300,000	0,0280	92,40

TOTAL DO FORNECEDOR	6.510,40
---------------------	----------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012T/2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012T/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº



20.590.555/0001-48, neste ato representada pelo senhor ADRIANO RIBEIRO LAZARRI, Sócio Administrador, CPF nº 072.018.949-78, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 21.393,24

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72 C

Pelo Município

ADRIANO RIBEIRO LAZARRI

Sócio Administrador

PF nº 072.018.949-78

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87..

Fornecedor:	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
-------------	---

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
5	22759	ACICLOVIR COMP 400 MG	RANBAXY	COM	1.000,000	1,5500	1.550,00
15	22768	ALBENDAZOL COMPRIMIDO 400 MG	GREENPHARMA	COM	500,000	0,4690	234,50
20	27084	AMIODARONA 100 MG	LIBBS	UND	5.000,000	0,5460	2.730,00
29	504	AMPICILINA 500MG	PRATI	UND	500,000	0,1770	88,50
49	37073	BROMOPRIDA COMPRIMIDO	PRATI	COM	3.000,000	0,1390	417,00
72	32534	CEFTRIAXONA 1G AMPOLA C/ ANESTESICO	BIOCHIMICO	AMP	1.000,000	5,5900	5.590,00
73	37074	CEFTRIAXONA 500G AMPOLA COM ANESTESICO DE LIDOCAINA	BIOCHIMICO	AMP	50,000	10,0000	500,00
76	525	CETOCONAZOL 30MG CREME	SOBRAL	TUB	200,000	1,2600	252,00
79	32537	CICLOBENZAPRINA 5MG	EMS	UNI	10.000,000	0,1590	1.590,00
103	17920	DIAZEPAN 10MG INJETAVEL;	SANTISA	Und	100,000	0,5720	57,20
104	16036	DIAZEPAN INJETÁVEL 10MG	SANTISA	AMP	600,000	0,5720	343,20
139	16028	FUROSEMIDA INJETÁVEL, AMPOLA;	SANTISA	AMP	630,000	0,4680	294,84
164	36210	ISOSSORBIDA 05 MG SUBLINGUAL	EMS SIGMA	UN	900,000	0,4490	404,10
175	22773	LEVOTIROXINA 75 MG	MERCK	COM	20.000,000	0,1770	3.540,00
195	590	METILDOPA 500MG	SUN PHARMA	COM	10.000,000	0,2100	2.100,00
225	611	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML	SOBRAL	UND	3.100,000	0,5490	1.701,90

TOTAL DO FORNECEDOR	21.393,24
---------------------	-----------

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012U/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012U/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.227.039/0001-16, neste ato representada pela senhora RENATA MACHADO SARTORI CADORE, Sócia Administradora, CPF nº 023.886.280-16, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016,



para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 8.651,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

RENATA MACHADO SARTORI CADORE

Sócia Administradora

CPF nº 023.886.280-16

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
-------------	---

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
36	36009	ATROPINA 0,5MG AMP	HYPOFARMA	AMP	200,000	0,7400	148,00
48	36564	BROMOPRIDA AMPOLA EV 2ML	HIPOLABOR	AMP	300,000	0,7300	219,00
59	522	CAPTOPRIL 25MG	SANVAL	COM	500,000	0,0170	8,50
75	526	CETOCONAZOL 200MG	PRATI D.	COM	5.000,000	0,1200	600,00
111	22782	DIMETICONA GOTAS 75 MG/ML 10 ML	HIPOLABOR	FR	200,000	0,7000	140,00
122	550	ESPIROLACTONA 50MG	HIPOLABOR	COM	5.000,000	0,1800	900,00
138	553	FUROSEMIDA 40MG	HIPOLABOR	COM	50.000,000	0,0220	1.100,00
161	37080	INVERMECTINA 6MG COMP	VITAPAN	COM	1.000,000	0,3550	355,00
162	37063	IPRATOPRIO 20 ML GOTAS	HIPOLABOR	FR	200,000	0,6700	134,00
179	22777	LORATADINA XAROPE 1 MG/ML	MARIOL	FR	200,000	1,7800	356,00
190	584	MEBENDAZOL SUSP 30ML	NATULAB	FR	100,000	1,0800	108,00
198	2492	METOCLOPRAMIDA 10MG - COMPRIMIDO	HIPOLABOR	UND	10.000,000	0,0480	480,00
223	610	PARACETAMOL 500MG	HIPOLABOR	COM	40.000,000	0,0470	1.880,00
231	37083	PREDNISOLONA FRASCO	HIPOLABOR	FR	150,000	3,1500	472,50
256	34541	SULFAMETOXAZOL 40MG+80MG COMPRIMIDOS	PRATI D.	UNI	10.000,000	0,0980	980,00
261	621	SULFATO FERROSO GOTAS 25MG 30ML	HIPOLABOR	FR	200,000	0,7600	152,00
267	22780	VITAMINA A + VITAMINA D 3000 UI/ML + 800 UI/ML	SANVAL	FR	200,000	1,4100	282,00
268	17934	VITAMINA COMPLEXO B INJETAVEL;	HYPOFARMA	Und	400,000	0,8400	336,00

TOTAL DO FORNECEDOR	8.651,00
---------------------	----------

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012A-2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012A-2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPa 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº02.520.829/0001-40 neste ato representada pelo senhor GLEISON SACHET Sócio Administrador CPF nº 650.526.920-72, em

decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata: R\$ 32.679,20

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72  
Pelo Município

GLEISON SACHET  
Sócio Administrador  
CPF nº 650.526.920-72  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
-------------	---

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
42	518	BIPERIDENO 2MG	U.QUIMICA	COM	30.000,000	0,1870	5.610,00
53	17731	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA GOT	FARMACE	UND	180,000	6,9400	1.249,20
55	29934	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG+DIPIRONA SÓDICA	FARMACE	AMP	300,000	1,4900	447,00
101	17919	DEXAMETAZONA CREME;	MULTILAB	UND	300,000	0,6500	195,00
132	26307	FLUCONAZOL 150MG	PRATI	UND	1.000,000	0,2190	219,00
187	578	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	CIMED	COM	100.000,000	0,0400	4.000,00
193	592	METFORMINA 850MG	PRATI	COM	50.000,000	0,0490	2.450,00
207	34545	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40MG COMP	ZYDUS	UNI	20.000,000	0,1770	3.540,00
243	22784	RISPERIDONA 1 MG COMP	U.QUIMICA	COM	20.000,000	0,2090	4.180,00
244	29941	RISPERIDONA 2MG	U.QUIMICA	COM	20.000,000	0,2270	4.540,00
246	26321	SALBUTAMOL SPRAY 100MCG/DOSE C/ 200 DOSES/FRASCO	GLENMARK	UND	1.000,000	6,2490	6.249,00
TOTAL DO FORNECEDOR							32.679,20

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012B-2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012B/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.652.030/0001-70 neste ato representada pelo senhor EDIVAR SZYMANSKI Sócio Administrador, CPF nº 670.481.290-34, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim

através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 44.713,80

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

EDIVAR SZYMANSKI

Sócio Administrador

CPF nº 670.481.290-34

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA.
-------------	--

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
12	36007	ADENOSINA AMPOLA 1 MG	HIPOLABOR	AMP	100,000	7,7000	770,00
16	34538	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 400MG/10ML	PRATI D.	UNI	80,000	1,2100	96,80
32	22774	ATENOLOL 25 MG COMPRIMIDO	PRATI D.	COM	40.000,000	0,0230	920,00
33	2519	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	PRATI D	UND	50.000,000	0,0340	1.700,00
52	516	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA COM	PHARLAB	COM	10.000,000	0,4620	4.620,00
64	16044	CARBONATO DE CÁLCIO 600 + VITAMINA D3, COMPRIMIDO	VITAMED	COM	120.000,000	0,0830	9.960,00
77	26305	CETOPROFENO 100MG AMPOLA EV	UNIAO QUIMICA	UND	3.500,000	2,8790	10.076,50
97	37060	COMPLEXO VITAMINICO - FRUTOSE EV 10 ML	CRISTALIA	AMP	600,000	4,0900	2.454,00
110	37087	DIMETICONA COMP	PRATI D	COM	3.000,000	0,0950	285,00
126	36568	FENITOÍNA 50MG/ML	CRISTALIA	DIA	200,000	1,5000	300,00
128	36578	FENOBARBITAL 200MG/ML AMPOLA EV	TEUTO	AMP	100,000	1,1400	114,00
171	573	LEVOMEPROMAZINA 25MG	CRISTALIA	COM	10.000,000	0,3090	3.090,00
202	37082	METRONIDAZOL 400G COMPRIMIDO	TEUTO	COM	10.000,000	0,5500	5.500,00
204	32536	MICONAZOL CREME VAGINAL	PRATI D	UNI	100,000	4,8000	480,00
218	22785	NORFLOXACINO COMPRIMIDO 400 MG	MED QUIMICA	COM	3.000,000	0,1580	474,00
228	22789	PERMETRINA SOLUÇÃO 1% ESCABILIDI	IFAL	FR	50,000	1,3300	66,50
229	36585	PETIDINA 50MG/ML, 2ML IV	UNIAO QUIMICA	UNI	200,000	1,6000	320,00
245	619	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL	IFAL	ENV	1.500,000	0,4690	703,50
247	617	SALBUTAMOL XAROPE 120ML 0,4MG/ML	SOBRAL	FR	50,000	1,1200	56,00
254	33588	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG BISNAGA 30G	PRATI D.	UNI	50,000	3,2900	164,50
255	34542	SULFAMETOXAZOL 40MG/8MG/ML SOLUÇÃO	TEUTO	UNI	50,000	0,9800	49,00
269	17935	VITAMINA DO COMPLEXO B COMPRIMIDO;	VITAMED	COM	50.000,000	0,0360	1.800,00
271	626	VITAMINAS E SAIS MINERAIS COMPRIMIDO	VITAMED	COM	6.000,000	0,1190	714,00
TOTAL DO FORNECEDOR							44.713,80

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012C-2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012C/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS, PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 04.071.245/0001-60 neste ato representada pela senhora NICOLLE SILVEIRA VICARI Sócia Administradora, CPF nº 009.346.750-82, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO

PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 11.790,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72  
Pelo Município

NICOLLE SILVEIRA VICARI  
Sócia Administradora  
CPF nº 009.346.750-82  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	LICIMED DIST. DE MEDICAMENTOS, CORR. PROD. MED. HO
-------------	--

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
65	26304	CARBONATO DE LITIO 300 MG COMPRIMIDO	EUROFARMA	UND	15.000,000	0,1500	2.250,00
78	34536	CICLOBENZAPRINA 10MG COMPRIMIDOS	EUROFARMA	UNI	30.000,000	0,1800	5.400,00
131	36098	FINASTERIDA 5MG	EUROFARMA	COM	3.000,000	0,3000	900,00
262	36588	TENOXICAN 40MG EV	EUROFARMA	UNI	600,000	5,4000	3.240,00

TOTAL DO FORNECEDOR	11.790,00
---------------------	-----------

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012D-2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012D/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ Nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada pelo senhor ANACLETO FERRARI, Sócio Administrador, CPF nº 523.140.819-00, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 40.158,78

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72  
Pelo Município

ANACLETO FERRARI  
Sócio Administrador  
CPF nº 523.140.819-00  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
4	21809	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO	União Química	Und	500,000	0,4490	224,50
18	501	AMINOFILINA 100MG	Vitapan	UND	10.000,000	0,0380	380,00
25	37072	AMOXICILINA +CLAVULANATO POTASSIO 250MG/5ML SUSPENSAO	GlaxoSmithKline	AMP	200,000	8,8800	1.776,00
68	16029	CARVEDILOL 6,25MG, COMPRIMIDO;	Torrent	COM	50.000,000	0,1180	5.900,00
91	535	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 75MG	E.M.S	COM	2.000,000	1,1300	2.260,00
107	544	DIGOXINA 0,25 MG	Teuto	COM	3.000,000	0,0370	111,00
113	540	DIPIRONA SÓDICA 500MG	Cifarma	COM	20.000,000	0,0710	1.420,00
137	37088	FRUTOSE VIT COMPLEXO "B" INJETAVEL 10 MG	Hypofarma	AMP	50,000	1,0170	50,85
140	36581	GELATINA35MG/ML +ASSOCIAÇÃO. IV 500ML	Halexistar	UNI	30,000	76,6270	2.298,81
145	36582	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% EV	Isofarma	UNI	100,000	1,4120	141,20
150	37150	HALOPERIOL 5MG/ML AMP EV	Teuto	AMP	600,000	0,8470	508,20
188	36018	MANITOL 250 ML FR	Fresenius Kabi Brasi	FR	30,000	4,4490	133,47
192	591	METFORMINA 500MG	Multilab	COM	40.000,000	0,0000	0,0570
203	587	METRONIDAZOL CREME VAGINAL	Teuto	TB	200,000	0,0000	1,9500
241	16052	RANITIDINA 15MG GOTAS - 120ML;	Nativita	FRA	50,000	0,0000	4,0950
248	22788	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO	Torrent	COM	120.000,000	0,0000	0,1840
TOTAL DO FORNECEDOR							40.158,78

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012E-2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012E/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada pelo senhor JULIO CÉSAR MAFACIOLI, Sócio Administrador, CPF nº 539.226.460-34, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata: R\$ 82.408,16

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72  
Pelo Município

JULIO CÉSAR MAFACIOLI  
Sócio Administrador  
CPF nº 539.226.460-34  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA					
Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total



1	509	ACEBROFILINA XAROPE 120ML	PRATI	UND	350,000	2,7000	945,00
9	21814	ACIDO VALPROICO 100ML,	HIPOLABOR	Und	600,000	1,9950	1.197,00
21	514	AMIODARONA 200MG	GEOLAB	COM	10.000,000	0,2590	2.590,00
27	502	AMOXICILINA SUSPENSÃO 250MG 60ML	PRATI	UND	500,000	2,3900	1.195,00
30	21803	ANLODIPINO BEZILATO DE ANLODIPINO 5 MG	GEOLAB	Und	100.000,000	0,0200	2.000,00
44	519	BROMAZEPAN 3MG	TEUTO	COM	30.000,000	0,0400	1.200,00
51	17727	BUTILBROMETO DE ESCOPOL. + DIPIRONA INJETAVEL 5ML	FARMACE	AMP	4.000,000	1,4700	5.880,00
74	16019	CEFTRIAXONE 1G, AMPOLA EV	BLAU	AMP	1.000,000	1,5750	1.575,00
81	2518	CIPROFLOXACINA 500MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	15.000,000	0,1500	2.250,00
85	17916	CLONAZEPAN 2,5 EM GOTAS;	HIPOLABOR	Und	10.030,000	1,3120	13.159,36
89	36565	CLORETO DE SUXAMETÔNIO EV 500 MG	BLAU	AMP	100,000	10,5000	1.050,00
100	37061	DEXAMETASONA 2,5 ML AMPOLA EV	FARMACE	AMP	800,000	0,6300	504,00
102	546	DIAZEPAN 10MG	SANTISA	COM	60.000,000	0,0310	1.860,00
112	542	DIPIRONA INJ 2ML	SANTISA	AMP	4.000,000	0,4090	1.636,00
114	541	DIPIRONA SÓDICA GOTAS 10ML	FARMACE	FR	2.000,000	0,5750	1.150,00
117	37102	DOBUTAMINA 12,5 MG/ML AMPOLA	HIPOLABOR	AMP	100,000	5,8280	582,80
127	551	FENOBARBITAL 100MG	TEUTO	COM	30.000,000	0,0790	2.370,00
166	32543	ITRACONAZOL 100MG	PRATI	UNI	1.000,000	0,6300	630,00
178	37098	LIDOCAINA SEM VASOCONSTRICTOR 2% 20 ML	HIPOLABOR	UNI	300,000	1,5800	474,00
180	26315	LORATIDINA 10MG COMPRIMIDO	GEOLAB	UND	10.000,000	0,0420	420,00
181	22783	LOSARTANA POTÁSSICA COMPRIMIDO 50 MG	PRATI	COM	130.000,000	0,0350	4.550,00
196	2493	METOCLOPRAMIDA - INJETÁVEL	ISOFARMA	AMP	2.000,000	0,2690	538,00
201	2515	METRONIDAZOL 250MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	20.000,000	0,1100	2.200,00
211	594	NIFEDIPINA 20MG	BRAINFARMA	COM	10.000,000	0,0300	300,00
217	36004	NORADRENALINA AMP	HIPOLABOR	AMP	100,000	3,0500	305,00
219	2517	OMEPRAZOL 20MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	300.000,000	0,0360	10.800,00
221	37066	ONDANSETRONA 8MG/4ML	HYPOFARMA	ML	1.000,000	0,6820	682,00
236	36711	PROMETAZINA INJETÁVEL 2ML	SANVAL	AMP	1.000,000	1,0500	1.050,00
240	2510	RANITIDINA 150MG COMPRIMIDO	TEUTO	UND	10.000,000	0,0600	600,00
249	624	SINVASTATINA 20MG	SANVAL	COM	100.000,000	0,0530	5.300,00
250	2482	SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDOS	SANVAL	UND	100.300,000	0,1140	11.434,20
260	29943	SULFATO FERROSO 109 MG	PRATI	UND	20.000,000	0,0350	700,00
265	26323	TRAMADOL 100MG EV	HIPOLABOR	UND	920,000	0,7400	680,80
266	2513	VERAPAMIL 80MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	10.000,000	0,0600	600,00

TOTAL DO FORNECEDOR

82.408,16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012F-2016**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012F/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 95.368.320/0001-05, neste ato representada pela senhora MARIA ROSANGELA RONSSSEN DAMBROS, Sócia Administradora, CPF nº 855.226.439-00, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata : R\$ 35.912,90



Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

MARIA ROSANGELA RONSEN DAMBROS

Sócia Administradora

CPF nº 855.226.439-00

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	DAMEDI DAMBROS COM. MEDICAMENTOS LTDA - EPP
-------------	---

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
2	2509	ACECLOFENACO 100MG COMPRIMIDO	VITAPAN	UND	30.000,000	0,4010	12.030,00
22	36212	AMIODARONA 50MG/ML 3 ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP	100,000	1,4600	146,00
31	23106	ATENOLOL 100 MG COMPRIMIDO	VITAPAN	COM	4.500,000	0,0350	157,50
87	36712	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%-10ML	ISOFARMA	AMP	100,000	0,2480	24,80
88	36713	CLORETO DE SÓDIO 20%-10ML	ISOFARMA	AMP	300,000	0,2180	65,40
119	36567	ENEMA GLICERINADO 500ML .	NATULAB	UNI	60,000	6,2500	375,00
130	37103	FENTANILA CITRATO 0,05MG/ML - 5ML IV/IM	HIPOLABOR	FR	200,000	1,0100	202,00
141	558	GLIBENCLAMIDA 5MG	MEDQUIMICA	COM	100,000	0,0290	2,90
142	35999	GLICOSE 25% AMPOLA	ISOFARMA	AMP	300,000	0,2300	69,00
143	36000	GLICOSE 50% AMP	ISOFARMA	AMP	600,000	0,2590	155,40
146	37078	GUACO XAROPE	NATULAB	FR	50,000	2,0500	102,50
157	26311	IBUPROFENO 100MG GOTAS	MEDQUIMICA	UND	10.100,000	2,0500	20.705,00
160	571	IMIPRAMINA 75MG	NOVARTIS	COM	600,000	1,7580	1.054,80
176	37065	LIDOCAINA + EPINEFRINA AMPOLA 20 ML	HYPOFARMA	AMP	30,000	3,3800	101,40
186	37090	MALEATO DE DESCLOFENIRAMINA 2MG+0.25MG DE BETAMETASONA COMP	NOVA QUIMICA	COM	1.500,000	0,3150	472,50
189	583	MEBENDAZOL 100MG	SOBRAL	COM	500,000	0,0390	19,50
199	581	METOCLOPRAMIDA INJ 10MG	ISOFARMA	AMP	500,000	0,2950	147,50
257	37067	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% AMP. 10ML EV	ISOFARMA	AMP	100,000	0,3110	31,10
258	36594	SULFATO DE MAGNÉSIO 50 % 10 ML	ISOFARMA	UNI	100,000	0,5060	50,60

TOTAL DO FORNECEDOR	35.912,90
---------------------	-----------

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012G-2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012G/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

No vinte dias do mês de julho de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.782.733/0001-49, neste ato representada pela senhora RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, Sócia Administradora, CPF nº 488.351.100-68, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata: R\$ 8.470,00

Herval d'Oeste, 02 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO

Sócia Administradora

CPF: 501.589.459-72  
Pelo Município

CPF nº 488.351.100-68  
Pela Empresa

Testemunhas:  
Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Valor Total
28	34539	AMOXICILINA+AC.CLAVUL 500MG COMP	GLAXO	UNI	10.000,000	0,7300	7.300,00
105	537	DICLOFENACO 75MG INJ	CLARIS	AMP	3.000,000	0,3900	1.170,00
TOTAL DO FORNECEDOR							8.470,00

## TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 002/2013 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE.

O MUNICÍPIO HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, 389, Centro, Município de Herval d'Oeste(SC), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, Carteira de Identidade nº 1.511.562/SSPSC, residente e domiciliado no Município de Herval d'Oeste (SC), doravante denominado CEDENTE; e de outro lado o SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE, autarquia municipal, CNPJ nº 84.591.890/0001-43, com sede na Rua Tiradentes, 123, Centro, Município de Joaçaba (SC), doravante designada CESSIONÁRIA, neste ato representado por seu Diretor Presidente Sr. ALUIR FLEMMING, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF nº. 564.036.669-91, Carteira de Identidade nº 1.707.669, residente e domiciliado no Município de Herval d'Oeste (SC), resolvem as partes, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, como segue:

### CLÁUSULA I

Do imóvel objeto da Cessão de Direito Real de Uso

O CEDENTE, proprietário do imóvel de Matrícula nº 730 do livro 3 A, fls.86 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos passa a ser registrada sob o nº. 5.298, do Livro 2, fls. 01 do Cartório de Registro Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste (SC), com área total de 24.802,10m² situado nas proximidades da ponte sobre o Rio Barra Verde e a Rua Itororó cede ao CESSIONÁRIO uma área de 136,36m² (cento e trinta e seis metros e trinta e seis centímetros quadrados) parte integrante da área total acima descrita, conforme mapa anexo, nos termos da Lei Municipal nº 2.995/2013, por motivo de transferência para o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste (SC).

### CLÁUSULA II

Da vigência

O presente Termo vigorará a contar da data de sua assinatura e terá sua eficácia condicionada após sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

### CLÁUSULA III

Da ratificação

Permanecem inalteradas as cláusulas e condições não modificadas por este Instrumento.

Assim, estando justos e avençados, nos termos da Lei Municipal nº 2.995/2013, as partes, por meio de seus representantes legais, assinam o presente Termo Aditivo juntamente com duas testemunhas abaixo nomeadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste (SC), 03 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI  
Município de Herval d'Oeste

ALUIR FLEMMING  
Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto-SIMAE

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

**Ibiam****PREFEITURA****ADITIVO 001/2016 CT 47/2016**

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

CONTRATO Nº 047/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016

Considerando, a solicitação apresentada pelo responsável pela secretaria Agricultura e Meio Ambiente, e da secretara de Infra Estrutura obras e transportes solicitando 100 horas maquina;

Considerando, a certidão da servidora responsável verificando o erro formal na digitação do contrato:

Termo aditivo ao contrato público administrativo 047/2016, que celebram MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, representado pelo Prefeito Municipal, Gilmar Fontana, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, e de outro lado a empresa VIDETER TERRAPLANAGENS LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 01.323.668/0001-32, com sede na Rua Luiz Carlos Carlos Machienavie, nº 70, na cidade de Videira - SC, CEP: 89.560-000 neste ato representado por sua Gerente a Srª. Rosina Machienavie, inscrita no CPF:844.856.719-68, CI: 1.332.845, de ora em diante denominado de Contratado pactuam o presente termo aditivo, com fulcro no art. 65 da lei 9.666/93, pelas cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Segunda do instrumento principal da avença, alterando a quantidade contratada, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de horas de trator de esteira, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor máximo por hora trabalhada
1	100	Hora	Horas de Trator de Esteira peso operacional mínimo 14 toneladas, máquina em bom estado de conservação, ano de fabricação mínimo 2008, custos com transporte da máquina, combustível, e Operador sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. As horas serão utilizadas para atendimento ao produtor rural, através do Programa de incentivo conforme lei Municipal 439/10, onde 50% do valor dos serviços prestados são pagos pelo agricultor, 50% pagos pelo Município de Ibiam.	R\$ 218,00

Cláusula Segunda: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim de pleno acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam – SC, 21 de julho de 2016.  
MUNICÍPIO DE IBIAM  
GILMAR FONTANA  
PREFEITO MUNICIPAL

VIDETER TERRAPLANAGENS LTDA  
CNPJ: 01.323.668/0001-32  
Gerente: Rosina Machienavie

Testemunhas:

JOSÉ JUIZ LIZOT OLIVO CERON  
CPF nº 586.246.299-87 CPF nº 304.876.849-15

**Imarui****PREFEITURA****DECRETO Nº. 054 DE 15 DE JULHO DE 2016.**

DECRETO Nº. 054 DE 15 DE JULHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$ 80.000,00 , com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	32	1.064	Aplicações Diretas	40.00,000
Total				80.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	8	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	31	1.064	Aplicações Diretas	40.00,000
Total				80.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 15 de julho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

**EXTRATO: CONTRATO SEDURB 2016/84 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEDURB 2016/84 A00

Contratada: PIRES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 04.036.058/0001-46

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DAS RUA PRESALINO PIRES, RUA ITAQUERA E AVENIDA SANTA CATARINA – BAIRRO CENTRO IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 142.301,27 Prazo: 31/12/2016.

Fundamento: Processo nº 01/2014 Carta Convite 01/2016

Imbituba, 01 de Agosto de 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB

Eduardo dos Passos Nunes

Contratante

Pires Comercio de Materiais de Construção Ltda epp

Representante legal

Contratado

# Indaial

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO LDO 2017

INDAIAL, em 05 de agosto de 2016.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Indaial convoca a população Indaialense em geral, em cumprimento às disposições estabelecidas pelo art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº101/00 de 04 de maio de 2000, com o objetivo de apresentar e deliberar a cerca do Projeto de Lei da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2017, que acontecerá no dia 12 de agosto de 2016, com início às 15:30 horas, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Indaial (prédio central), segundo piso, sito a Avenida Getúlio Vargas, nº126 - Centro – Indaial/SC.

MARCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 34/2016

Portaria Nº 34/16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família / Arlete Toretti.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 50, da Lei Orgânica do Município, inciso VII, do art. 21, do Regimento Interno da Câmara, Lei Complementar 105/10, art. 80, e demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO, atestado médico anexo da Dra. Sabrina Martendal CRM/SC 115.870, de 01 de agosto de 2016.

#### RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora Arlete Toretti, ocupante do cargo em Comissão de Assessora de Gabinete, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial, para acompanhamento de seu cônjuge, Wilson Diel, a partir 01 de agosto de 2016 até 15 de agosto de 2016.

Indaial, 05 de Agosto de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	



# Irati

## PREFEITURA

**TOMADA DE PREÇO N° 005/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRATI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n° 055/2016

Edital: TOMADA DE PREÇOS N° 005/2016

OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE

Entrega dos Envelopes: às 07:30 horas do dia 26/08/2016.

Abertura dos Envelopes: às 08:00 horas do dia 26/08/2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes

Endereço e horário:

Rua João Beux Sobrino, 385, nos dias úteis de segunda a sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone:

(49) 3349 0010, ou site: [www.iratil.sc.gov.br](http://www.iratil.sc.gov.br)

Irati, 05/08/2016.

ALCIR BERGAMASCHI

Gestor Municipal de Saúde - FMS

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA N ° 164/2016

PORTARIA Nº 164/2016.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido em data de 01/07/2016, a servidora ROSANA APARECIDA DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II(44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 138/2016 de 21/06/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Julho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA N ° 178/2016

PORTARIA N °. 178/2016.

“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO PARCIAL DE DISPOSITIVOS DA PORTARIA Nº 148/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no Art. 119 da Lei Complementar 01/97 de 30 de dezembro de 1997.

#### RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Licença para Atividade Política concedida ao servidor Cléris Mauro Schafaschek, através da Portaria nº 148/2016 de 01/07/2016.

Art. 2º Considerar concedida ao servidor Cléris Mauro Schafaschek, Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 02/07/2016 à 02/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA N ° 179/2016

PORTARIA Nº. 179/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora abaixo relacionada:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	ROSANA DONDA RÜCKL	15/08 a 29/08/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/08/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 05 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

---

### HOSPITAL BOM JESUS

---

#### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 01/2016**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - RP N° 01/2016.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS – IRINEÓPOLIS – SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

Irineópolis, 04 de agosto de 2016.

MÁRCIA MARIA KERSCHER

Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04-2016**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2016.

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: White Martins Gases Industriais Ltda.

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para fornecer Oxigênio Medicinal em metros cúbicos para pacientes internos do Hospital Municipal Bom Jesus.

Valor: R\$ 59.900,00 ( CINQUENTA E NOVE MIL E NOVECIENTOS REAIS).

Vigência: 04/08/2016 a 04/08/2017.

Base Legal: Processo Licitatório 01/2016 – Pregão Presencial n° 01/2016.

Lei 10.520/02 e 8.666/93, consolidada.

MÁRCIA MARIA KERSCHER

Presidente Hospital Municipal Bom Jesus

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 24 de agosto de 2016, visando a contratação de empresa para perfuração de um poço tubular profundo e instalação de duas redes de água. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 24 de agosto de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 05 de agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### **EDITAL 006 - PROCESSO SELETIVO 001/2016**

Edital 006 do Processo Seletivo 001/2016

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os professores classificados no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 08 de agosto de 2016 às 08h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasaul..

Auxiliar de Classe

01 vaga período vespertino – desistência Claudia Maria Santos (aluno Kaike)

Posição	Nome	Assinatura
09	Larissa Tacca Valcarenghi	

Itá, 05 de agosto de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 21/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Processo Licitatório Nº 21/2016, Pregão Eletrônico nº 19/2016. objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para uso e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal de Saúde. Data para recebimento das propostas até às 17:00horas do dia 19 de agosto de 2016. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) . Data e hora para sessão dos lances: dia 22 de agosto de 2016 às 14:00horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 2211. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 34/2016 – Pregão Presencial nº 22/2016. Objeto: aquisição de móveis, equipamentos e utensílios de cozinha, para os Centros de Educação Infantil Vila Nova e Lucena. Nº CONTRATO – CONTRATADA - VALOR: 76/2016 – M Móbile Eireli EPP – R\$ 7.208,90. 77/2016 – Micanto Moveis Sob Medida Ltda EPP – R\$ 5.033,20. 78/2016 – Nano Empreendimentos Ltda ME – R\$ 1.120,00. 79/2016 – Nelita Gomes Farias EPP – R\$3.921,00. 80/2016 – Papelaria São Bento EPP – R\$ 3.388,00. 81/2016 – Ricarl Distribuidora Eireli ME – R\$ 1.857,00. 82/2016 – Tecnoforte Sistemas de Refrigeração Eireli EPP – R\$ 8.935,00. Prazo: 31-12-2016. Itaiópolis, 05 de agosto de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE - Prefeito Municipal

# Itapema

## PREFEITURA

**PROCESSO Nº 129 / 2016 – CREDENCIAMENTO Nº. 003.2016 OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFESSORES MODALIDADE MUSICA REFERENTE AO PROJETO DAS FANFARRAS ESCOLARES, AULAS DE: DANÇA E CORPO COREÓGRAFO, PERCUSSÃO, PERCUSSÃO POPULAR E MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 129 / 2016 – Credenciamento nº. 003.2016

Objeto: Credenciamento de prestação de serviço de professores modalidade musica referente ao projeto das fanfarras escolares, aulas de: dança e corpo coreógrafo, percussão, percussão popular e manutenção de instrumentos.

Entrega dos envelopes: A partir do dia 08(oito) até o dia 15(quinze) de agosto de 2016, das 12:00h as 18:00h na Diretoria de Compras sito a Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "compras e licitações – modalidades – credenciamento – pasta 003.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 5 de agosto de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações.

**PROCESSO Nº 133 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.092.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 133 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.092.2016

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de construção.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 (treze) horas do dia 18 de agosto de 2016.

Abertura do Pregão: 18 de agosto de 2016, às 13:00 (treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.085.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 5 de agosto de 2016.

EVERALDO DARÓS

Diretor de Compras, Contratos e Licitações



# Itapiranga

## PREFEITURA

**DISPENSA Nº 123/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 123/2016

Dispensa de Licitação nº 123/2016

Partes: Município de Itapiranga e Multi Bombas Comércio e Assistência Ltda.

Objeto: aquisição de bombas dosadoras destinadas para dosagem de produtos para tratamento de água, para o departamento de Água e Esgoto, desta municipalidade.

Fundamento: inciso V, art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$:9.190,00

Vigência: 12 meses

Itapiranga - SC., 05 de agosto de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 124/2016, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos de informática e eletrônica, para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos das diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 19 de agosto de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 05 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### CONCESSÃO DE LICENÇA - LICENÇA AMBIENTAL OPERAÇÃO – LAP Nº 031/2016

CONCESSÃO DE LICENÇA

LICENÇA AMBIENTAL OPERAÇÃO – LAP Nº 031/2016

Besen Comercio de Materiais de Construção Ltda, torna público que recebeu do Departamento de Meio Ambiente de Itapoá, a Licença Ambiental de Operação – LAO Nº 031/2016, válida por 48 (quarenta e oito) Meses para atividade 30.10.00 – Usina de Produção de concreto e/ou Argamassa, localizada na Rua Ceara N 720, Bairro Sai Mirim nas Coordenadas 739101.52 x 7118331.54.

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perola do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244  
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br  
URL: www.itapoa.sc.gov.br

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2846/2016 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2846/2016

Data: 29 de julho de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo sexto, inciso quinto da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/70/2016, de 29 de julho de 2016,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, perfazendo o montante de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), conforme segue:

#### Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.02 Ensino Infantil

01203650021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

34490 Aplicações Diretas (118) FR 23600 ..... R\$ 3.500,00

#### Anulação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.02 Ensino Infantil

01203650021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

33390 Aplicações Diretas (123) FR 23600 ..... R\$ 3.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2847/2016 – INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA - PSI Nº 52/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2847/2016

Data: 29 de julho de 2016.

INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA □ PSI Nº 52/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art.1º Fica instaurado o Processo de Sindicância investigatória – PSI nº 52/2016, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

a) Wilmara Jaqueline Madeira Pitta .....Presidente

b) Adalberto Geraldo Lupatelli ..... Membro

c) Luciano Pelissari ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados/encaminhados via Of. SMS/G/160/2016, de 07 de julho de 2016, referentes à Recomendação nº 001/2016 do Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2849/2016 – ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DA GLEBA I E II – BALNEÁRIO ITAPEMA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2849/2016

Data: 01 de agosto de 2016.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DA GLEBA I E II - BALNEÁRIO ITAPEMA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Municipal de Regularização da Gleba I e II - Balneário Itapema do Norte, que tem por finalidade definir normas, diretrizes e ações para a regularização dos imóveis e assentamentos, objeto da doação de terras do Estado de Santa Catarina ao Município de Itapoá, autorizado pela Lei 8.542/92 e alterada pela Lei Estadual 13.548, de 11 de novembro de 2005.

Art. 2º A Comissão é composta por onze membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, a saber:

a) Dois representantes do Gabinete do Prefeito:

1. Luis Carlos Zagonel;

2. Rosilda Aparecida Boldori

b) Dois representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

3. Maria Izabel Blanski;  
4. Célia Maria Reinert.  
c) Um representante do Órgão Tributário:  
1. Amarildo José Zagonel.  
d) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo:  
1. Neuson Harres Pires Godoy.  
e) Um representante da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente:  
1. João Cláudio Soares.  
f) Um representante da Divisão de Patrimônio:  
1. Monica .Siqueira Frizzo  
g) Um representante da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social:  
1. Margarida Aparecida Gonçalves Haas.  
h) Um representante da Associação Cultural, Esportiva, Recreativa e Assistencial da Gleba I:  
1. Leci Biazzi.  
i) Um representante da ACOIN – Associação Comunitária Itapema do Norte:  
1. José Luiz Reis Souza.  
Parágrafo único: O Presidente da Comissão será eleito dentre os membros indicados no caput.  
Art. 3º Cada membro terá direito a 01 (um) voto nas matérias que a Comissão deliberar, com aprovação por maioria simples. Em caso de empate cabe ao Presidente o voto de decisão.  
Art. 4º A Comissão reunir-se-á semanalmente com qualquer quorum, por convocação formal do Presidente. As deliberações serão lavradas em ata específica, com subscrição de todos os seus membros e encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo para homologação.  
Parágrafo único. As deliberações da Comissão poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, quando não atenderem ao interesse público e às diretrizes da Lei Estadual referenciada no art. 1º.  
Art. 5º Os casos omissos no presente Decreto Municipal serão resolvidos pela Comissão na forma dos termos aqui expressos.  
Art. 6º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2447/2015.

Itapoá (SC), 01 de agosto de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2850/2016 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2850/2016

Data: 02 de agosto de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo sexto, inciso quinto da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/71/2016, de 02 de agosto de 2016,

**DECRETA**

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação referente à FR 23709 – Programa Nacional de Apoio à Creches – Brasil Carinhoso transferida pelo Ministério de Educação, perfazendo o montante de R\$ 29.154,12 (vinte e nove mil cento e cinquenta e quatro reais e doze centavos), conforme segue:

Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
13.02 Ensino Infantil  
01203650021.2098 Manutenção do Ensino Infantil  
33390 Aplicações Diretas (396) FR 23709 ..... R\$ 29.154,12

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de agosto de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2851/2016 – INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2012 – CONVITE 02/2012, E NOMEIA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2851/2016

Data: 04 de agosto de 2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2012 – CONVITE 02/2012, E NOMEIA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
Considerando a Instrução Normativa nº 02/2015, de 11 de novembro de 2015, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, aprovada pelo Decreto Municipal nº 2598/2015, de 16 de novembro de 2015,  
Considerando Inquérito Civil Público nº 06.2015.00002886-8;

**DECRETA**

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo nº 53/2016, para apurar supostas irregularidades no Processo Licitatório nº 05/2012 – Convite nº 02/2012, que será conduzida pelos seguintes servidores:

1. Solamir Coelho;
2. Luis Carlos Zagonel;
3. Luciano Pelissari.

Art. 2º Caberá a comissão apurar os fatos narrados no inquérito Civil Público nº 06.2015.00002886-8, instruir e julgar o processo, com determinação das sanções administrativas a serem aplicadas, caso procedente qualquer irregularidade no certame.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 04 de agosto de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2852/2016 – NOMEIA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL / BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2852 /2016

Data: 04 de agosto de 2016.

NOMEIA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL - BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando o Art. 23 da Constituição Federal; A Lei Federal nº 4320/64; a Portaria nº 448/2003 do Ministério da Fazenda; a Lei Complementar Municipal nº 008/2004; o anexo V do Decreto Municipal nº 515/2004; e a Instrução Normativa do Controle Interno Municipal nº 04/2012;

**DECRETA**

Art.1º Fica nomeada a Comissão de Patrimônio Público Municipal de Bens Imóveis, com objetivo de administrar o patrimônio público

municipal, com a seguinte composição:

1. Volnice Margarete da Cunha Steil
2. Mônica Siqueira Frizzo
3. Joselice Pereira de Oliveira Assunção
4. Neuson Harres e Pires Godoy
5. Solamir Coelho
6. Fabiano Valore de Siqueira

Art. 2º Estabelece-se à Comissão, além do preceituado em leis:

- I. Reunir-se sempre que necessário, a convite do Presidente;
- II. Lavrar em ata todas as deliberações tomadas em reunião;
- III. Manter o inventário dos imóveis atualizados, e em sistema informatizado;
- IV. Cumprir o estabelecido no anexo V do Decreto Municipal nº 515/2004 e demais preceitos legais;
- V. Atuar junto a Administração Pública de forma a receber informações sobre toda e qualquer aquisição de bens imóveis para o devido cadastro;
- VI. Promover avaliações de bens imóveis, para fins de inclusão e alienação;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2848/2016, de 01 de agosto de 2016.

Itapoá (SC), 04 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

## **PEDIDO DE LAI E LAP - EDITAL 005/2016 - JAGUARUNA**

PEDIDO DE LAI E LAP - JAGUARUNA

Itafrio Armazenagem Ltda, CNPJ : 16.482.070/0001-63 torna público que esta requerendo ao Departamento de Meio Ambiente do Município de Itapoá a as Licenças de LAP e LAI e Supressão de vegetação para implantação de Terminal Retroportuario, Estrada José Alves, 1685 Bairro Jaguaruna. COORDENADAS UTM : X 737113.06 m E COORDENADAS UTM :y: 7107071.38 m S

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perola do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244  
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br  
URL: www.itapoa.sc.gov.br

## **PORTARIA Nº 1288/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1288/2016

De: 11 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 11 de julho de 2016 a 30 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) ANDERSON WEBER, matrícula 7072, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 1289/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1289/2016

De: 11 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 11 de julho de 2016 a 30 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) VALENTIM PACHECO, matrícula 2674, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 1290/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1290/2016

De: 11 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 11 de julho de 2016 a 09 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) EVELYNE KALINKE, matrícula 917729, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 1291/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1291/2016.

De: 11 de julho de 2016.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro de digitação, constatado na Portaria nº 1091/2016, de 01 de junho de 2016, da servidora SUZANA BESEN MARTINS.

Retifica-se:

Onde lê-se: investida no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II,

Leia-se: investida no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I.

As demais informações contidas na mesma, por este ato ratificada.

Itapoá - SC, 11 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1292/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1292/2016.

De: 11 de julho de 2016.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro de digitação, constatado na Portaria nº 1350/2014, de 09 de novembro de 2014, da servidora ELIANE PEDROZA DOS SANTOS.

Retifica-se:

Onde lê-se: fica concedida a Progressão Automática para a referência Nível I - E,

Leia-se: fica concedida a Progressão Automática para a referência Nível I - F,

As demais informações contidas na mesma, por este ato ratificada.

Itapoá - SC, 11 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1293/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1293/2016

De: 11 de julho de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A. E conforme parecer da Comissão de Avaliação de Nova Titulação - Edital nº 31/2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 4% referente a Graduação de Nível Superior, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) KLEBER PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 1217356, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 04.01.2016.

Itapoá - SC, 11 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1294/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1294/2016

De: 11 de julho de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A. E conforme parecer da Comissão de Avaliação de Nova Titulação - Edital nº 31/2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 4% referente a Graduação de Nível Superior, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) RAFAEL VIDA ALMEIDA, matrícula 598380, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 04.01.2016.

Itapoá - SC, 11 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1295/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1295/2016.

De: 12 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com o resultado do Processo de Transferência – Edital nº 23/2016,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KARLA CRISTINA ESTEVAM DARO, matrícula 586714, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0963/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 12 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1296/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1296/2016.

De: 12 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com o resultado do Processo de Transferência – Edital nº 23/2016,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SICLENDER WESTPHAL STOKLOSA, matrícula 619310, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde Jaguaruna – extensão UBS Pontal do Norte, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1036/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 12 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1297/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1297/2016.

De: 12 de julho de 2016.

**RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.**

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MARLENE WESTPHAL, matrícula 1271024, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 12 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1298/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1298/2016

De: 12 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 12 de julho de 2016 a 10 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) ELIANE DE SOUZA,

matrícula 624101, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 12 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1299/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1299/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALBERTO VINICIUS GIRALDELI, matrícula 1278517, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1300/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1300/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença para Atividade Política, ao (a) servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014, Art. 104, Inciso 9º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica concedida licença para Atividade Política, a partir de 01 de julho de 2016 a 02 de outubro de 2016, ao (a) servidor (a) GERSON DOS SANTOS CHAVES, matrícula 78, ocupante do cargo de MOTORISTA, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de julho de 2016.

Itapoá - SC, 13 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1301/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1301/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTIANE SCHWOWCHOW FISSMER, matrícula 11624310, investido (a) no cargo de MÉDICO PSF, na Secretaria de Saúde – UBS Itapema do Norte, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1302/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1302/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DAIANE SOBCZAK DA SILVA matrícula 11679735, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde – UBS Itapema do Norte, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1303/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1303/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DENISE ROSA SALES, matrícula 1285530, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1304/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1304/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DIEFFERSON DOUGLAS ROHLEDER, matrícula 11677090, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs - SAMU, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1305/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1305/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DORALICE APARECIDA DA ROCHA REALE, matrícula 11677147, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1306/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1306/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ETHIENE CRISTINE AGE, matrícula 775231, investido (a) no cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1307/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1307/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FRANCINE WOCHÉ, matrícula 11676930, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1308/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1308/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GABRIELA MUNHOZ DA ROCHA, matrícula 1288741, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde Itapoá, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1309/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1309/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GISELE LENI BRIDAROLLI MISKIW, matrícula 624721, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde – Unidade de Básica Pontal do Norte, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1310/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1310/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ISRAEL CARLOS BINGA, matrícula 1285734, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1311/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1311/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) IVO NATAIR GREIN RAMOS, matrícula 11642181, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1312/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1312/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANICE LIMA, matrícula 1137123, investido (a) no cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1313/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1313/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JEFERSON PEREIRA, matrícula 11676396, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1314/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1314/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KARYN PIAZZETTA DOS SANTOS CHAVES, matrícula 624250, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1315/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1315/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KEVERLINN MARIA ANTUNES DOS SANTOS, matrícula 11674210, investido (a) no cargo de FONOAUDIÓLOGO I, na Secretaria de Saúde – NASF, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1316/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1316/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LILIANE DA SILVA SANTOS, matrícula 11677201, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1317/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1317/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUCIANA PIANTA DA CRUZ, matrícula 11679719, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde Samambaial, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1318/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1318/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA ANGELA FERREIRA, matrícula 624381, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1319/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1319/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARINA BIANCA KRESSAN, matrícula 11677589, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde Itapema, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1320/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1320/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARLON RICARDO LOPES, matrícula 11676450, investido (a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, na Secretaria de Saúde – Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1321/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1321/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ODRACIR DE CAMARGO, matrícula 11677236, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1322/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1322/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RICARDO ARAÚJO ALVES, matrícula 11622873, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1323/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1323/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença para Atividade Política, ao (a) servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014, Art. 104, Inciso 9º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica concedida licença para Atividade Política, a partir de 01 de julho de 2016 a 02 de outubro de 2016, ao (a) servidor (a) IZABEL CORREIA DA SILVA, matrícula 3263, ocupante do cargo de PROFESSOR, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de julho de 2016.

Itapoá - SC, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1324/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1324/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SABRINA BORGES SOLLA, matrícula 1263994, investido (a) no cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1325/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1325/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SILVANA ESTER

GIACOMINI GRANJA, matrícula 11612355, investido (a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, na Secretaria de Saúde – Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1326/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1326/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) TANICIA MORAIS DO NASCIMENTO FERREIRA, matrícula 11677295, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1327/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1327/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença para Atividade Política, ao (a) servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014, Art. 104, Inciso 9º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica concedida licença para Atividade Política, a partir de 01 de julho de 2016 a 02 de outubro de 2016, ao (a) servidor (a) JANAYNA GOMES SILVINO, matrícula 576271, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM II, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de julho de 2016.

Itapoá - SC, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal



PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1328/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1328/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSIANE MARQUES DE SOUZA SANSON, matrícula 1211935, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 763/2016 de 04 de março de 2016.

Itapoá, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1329/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1329/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARTA REJANE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 618454, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1330/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1330/2016.

De: 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARIA HELENA ZANOTTO, matrícula 618560, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1331/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1331/2016.

De: 15 de julho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARIA SATOMI YAMASHITA, matrícula 2658, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1332/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1332/2016.

De: 15 de julho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SIMONE DE OLIVEIRA, matrícula 619639, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1333/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1333/2016.

De: 15 de julho de 2016.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme C.I. nº 043/2016 da Secretaria de Administração e Finanças,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VAGNER WITKOWSKI, matrícula 11676507, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ARQUIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças – Departamento de Finanças – Divisão de Tesouraria, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1334/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1334/2016.

De: 15 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com C.I. nº 152/2016, deferida pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EDUARDO GALDINO DE CASTRO, matrícula 3956, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos – Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1335/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1335/2016.

De: 15 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com C.I. nº 152/2016, deferida pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JULIANO ASQUIDAMINI, matrícula 1236687, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos – Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1336/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1336/2016.

De: 15 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com C.I. nº 152/2016, deferida pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, matrícula 1179438, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos – Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1337/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1337/2016.

De: 15 de julho de 2016.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, e de acordo com a C.I. nº 140, da Secretaria de Planejamento e Urbanismo,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PABLO ANGELO ANTUNES, matrícula 598291, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo – Setor de Engenharia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1338/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1338/2016.

De: 18 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo BIÓLOGO I, o (a) servidor (a) MARIANA CORTES DE LIMA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.369,67.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 18 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1339/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1339/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 06 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) MARIA SATOMI YAMASHITA,

matrícula 2658, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1340/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1340/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 06 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) RAFAEL VIDA ALMEIDA, matrícula 598380, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1341/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1341/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 06 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) BARBARA MARIA SANTOS DA SILVA, matrícula 624837, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1342/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1342/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 16 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) ELIANE DUBIELA PERES DA SILVA, matrícula 1291173, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1343/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1343/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 16 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) SONIA MARIA DE MIRA FARIAS, matrícula 1198, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1344/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1344/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 06 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) FABRICO LIMA, matrícula

1848, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1345/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1345/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 06 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) FRANCIS LEDOUX DE OLIVEIRA, matrícula 2526, investido (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1346/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1346/2016

De: 18 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de julho de 2016 a 16 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) ANA PAULA BORGES, matrícula 1250132, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1347/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1347/2016

De: 19 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 19 de julho de 2016 a 07 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) JAIRO SEVERINO DE FREITAS, matrícula 973, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Procuradoria Jurídica, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1348/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1348/2016.

De: 19 de julho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANA CRISTINA NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 1232789, investido (a) na função de PROF. NH ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1349/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1349/2016.

De: 19 de julho de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) GILBERTO ANTONIO VALERIO, matrícula 11634685, ocupante do cargo de MÉDICO 20HS, lotado (a) na Secretaria de Saúde, conforme

Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1350/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1350/2016

De: 20 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 20 de julho de 2016 a 08 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) LIDIANE PEREIRA, matrícula 1211099, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1351/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1351/2016

De: 20 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 20 de julho de 2016 a 08 de agosto de 2016, ao (a) servidor (a) LEANDRO MACHADO DA SILVA, matrícula 2275, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Procuradoria Jurídica, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1352/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1352/2016.

De: 20 de julho de 2016.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Ofício nº 171/2016 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIO WILL, matrícula 576336, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 20 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1353/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1353/2016.

De: 20 de julho de 2016.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Ofício nº 171/2016 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GILDO OLEGÁRIO ESTEVÃO, matrícula 603880, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 20 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1354/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1354/2016.

De: 21 de julho de 2016.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LICELIA MARIA PEDROSO VIDA, matrícula 4880, investido (a) no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, na Secretaria de Assistência Social - CRAS, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos

Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 21 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1355/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1355/2016.

De: 21 de julho de 2016.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CAROLINE MICHELY DA SILVA, matrícula 11676531, investido (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, na Secretaria de Assistência Social - CRAS, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 21 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1356/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1356/2016.

De: 22 de julho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) DEBORAH KARIM SALLES DE OLIVEIRA, matrícula 616753, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1357/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1357/2016.

De: 25 de julho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com o resultado do Processo nº 3483/2013,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 605727, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde – Unidade de Saúde Pontal do Norte, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1001/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 25 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1358/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1358/2016.

De: 25 de julho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 18 de julho de 2016 à 16 de agosto de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) PATRÍCIA MEDEIROS, matrícula 593311, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 18 de julho de 2016.


Itapoá - SC, 25 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## TABELA DE PADRÕES DE VENCIMENTOS

<div></div> <div>PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ Rua Mariana Michels Borges, nº 1115 - Itapema do Norte - CEP 89 249-000 - Itapoa/SC Fone/ Fax: (47) 3443-6146 - Site: www.camaraipaoa.sc.gov.br</div>								
		Padrão 1	Padrão 2	Padrão 3	Padrão 4	Padrão 5	Padrão 6	Padrão 7
LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2010 – Institui os padrões de vencimento do Poder Legislativo de Itapoa. Data: 04/05/2010	Porcentagem	R\$ 609,04	R\$ 803,63	R\$ 854,64	R\$ 1.037,49	R\$ 678,42	R\$ 2.590,97	R\$ 3.643,85
LEI MUNICIPAL Nº 326/2011 (REVISÃO) Data: 17/01/2011	6,47%	R\$ 648,44	R\$ 855,62	R\$ 909,94	R\$ 1.104,62	R\$ 722,31	R\$ 2.758,61	R\$ 3.879,61
LEI MUNICIPAL Nº 382/2012 (REVISÃO) Data: 19/01/2012	6,08%	R\$ 687,87	R\$ 907,65	R\$ 965,26	R\$ 1.171,78	R\$ 766,23	R\$ 2.926,33	R\$ 4.115,49
LEI MUNICIPAL Nº 385/2012 (REAJUSTE) Data: 27/03/2012	3,92%	R\$ 714,83	R\$ 943,23	R\$ 1.003,10	R\$ 1.217,71	R\$ 796,27	R\$ 3.041,04	R\$ 4.276,81
LEI MUNICIPAL Nº 422/2013 (REVISÃO) Data: 15/01/2013	6,20%	R\$ 759,15	R\$ 1.001,71	R\$ 1.065,29	R\$ 1.293,21	R\$ 845,64	R\$ 3.229,59	R\$ 4.541,98
LEI MUNICIPAL Nº 447/2013 (REAJUSTE) Data: 28/05/2013	3,80%	R\$ 788,00	R\$ 1.039,77	R\$ 1.105,77	R\$ 1.342,35	R\$ 877,77	R\$ 3.352,31	R\$ 4.714,57
LEI MUNICIPAL Nº 502/2014 (REVISÃO) Data: 23/01/2014	5,56%	R\$ 831,82	R\$ 1.097,58	R\$ 1.167,25	R\$ 1.416,98	R\$ 926,57	R\$ 3.538,70	R\$ 4.976,70
LEI MUNICIPAL Nº 523/2014 (REAJUSTE) Data: 28/05/2014	4,44%	R\$ 868,75	R\$ 1.146,32	R\$ 1.219,08	R\$ 1.479,90	R\$ 967,71	R\$ 3.695,82	R\$ 5.197,67
LEI MUNICIPAL Nº 578/2015 (REVISÃO) Data: 29/05/2015	11,18%	R\$ 965,87	R\$ 1.274,47	R\$ 1.355,37	R\$ 1.645,35	R\$ 1.075,90	R\$ 4.109,01	R\$ 5.778,77
LEI MUNICIPAL Nº 599/2015 (REAJUSTE) Data: 16/07/2015	0,32%	R\$ 968,96	R\$ 1.278,55	R\$ 1.359,71	R\$ 1.650,62	R\$ 1.079,35	R\$ 4.122,16	R\$ 5.797,26
LEI MUNICIPAL Nº 651/2016 (REAJUSTE) Data: 05/04/2016	1,00%	R\$ 978,65	R\$ 1.291,34	R\$ 1.373,30	R\$ 1.667,12	R\$ 1.090,14	R\$ 4.163,38	R\$ 5.855,23

Informações de Ana Paula K. Stephani  
Setor de Recursos Humanos  
Câmara Municipal de Itapoá

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº39/2016

Processo: 53/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 18 de agosto de 2016 até às 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 18 de agosto de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 08 de agosto de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

### **EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE JULHO DE 2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 34/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA  
CONTRATADA: SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP. E IMP. LTDA EPP – CNPJ 04.609.150/0001-58 – R\$ 9.088,50 (nove mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos); SEBOLD COMÉRCIO ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 09.196.745/0001-42 – R\$ 9.212,00 (nove mil, duzentos e doze reais); CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME – CNPJ 18.531.205/0001-69 – R\$ 8.616,00 (oito mil, seiscentos e dezesseis reais). OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO ATENDIDOS PELA REDE MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES. (ITENS SEM GANHADORES NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016).

Assinatura: 13 de Julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 39/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA  
CONTRATADA: LUBRILAGES COM. DE LUBRIFICANTES LTDA – CNPJ 84.939.230/0001-00 – R\$ 60.685,00 (sessenta mil, seiscentos e oitenta e cinco reais); LLL CHMIDT COM. DE CEREAIS E CONFECCÕES LTDA – CNPJ 08.379.451/0005-17 – R\$ 1.118.350,00 (um milhão, cento e dezoito mil, trezentos e cinquenta reais); MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – CNPJ

80.954.555/0001-01 – R\$ 47.642,60 (quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos); SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – CNPJ 01.104.642/0001-01 – R\$ 42.073,00 (quarenta e dois mil e setenta e três reais); WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ 01.602.498/0001-25 – R\$ 1.152.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS E GRAXAS PARA TODA A FROTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E TAMBÉM PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

Assinatura: 15 de Julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 41/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: CLERISON BESCHINOCK - ME – CNPJ 09.644.875/0001-09 – R\$ 44.559,30 (quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos); GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP – CNPJ 78.218.187/0001-91 – R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais); PRINT RIOSUL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA EPP – CNPJ 09.145.316/0001-46 – R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

Assinatura: 27 de Julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 43/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO KLETTENBERG LTDA – CNPJ 82.777.087/0001-72 – R\$ 47.000,50 (quarenta e sete mil reais e cinquenta centavos); JONI COMÉRCIO MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA - ME – CNPJ 06.144.418/0001-59 – R\$ 132.878,30 (cento e trinta e dois mil e oitocentos e setenta e oito reais e trinta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REPAROS NAS BOCAS DE LOBO, RUAS, CALÇAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, PRAÇAS, ESTÁDIOS, PARA CONSTRUÇÃO DE CARNEIRAS PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL E OUTROS REPAROS QUE VENHAM A ACONTECER.

Assinatura: 28 de Julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 46/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME – CNPJ 18.531.205/0001-69 – R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FEIJOÃO PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS EM DECORRÊNCIA DA FINALIZAÇÃO DO QUANTITATIVO DO PRODUTO NO PROCESSO LICITATÓRIO INICIAL (Nº 04/2016) E NEGATIVA DO FORNECEDOR EM RELAÇÃO A ADITIVO DO ITEM.

Assinatura: 27 de Julho de 2016.  
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 09/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA  
CONTRATADAS: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ 00.802.002/0001-02 – R\$ 12.320,84 (doze mil, trezentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos); METROMED – COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ 83.157.032/0001-22 – R\$ 9.256,34 (nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos); PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI - EPP – CNPJ 05.077.346/0001-01 – R\$ 39.444,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais); QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - EPP – CNPJ 10.763.524/0001-98 – R\$ 7.201,20 (sete mil, duzentos e um reais e vinte centavos); ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP – CNPJ 19.338.456/0001-94 – R\$ 13.169,00 (treze mil, cento e sessenta e nove reais); ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP – CNPJ 14.918.622/0001-08 – R\$ 9.040,00 (nove mil e quarenta reais); CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME – CNPJ 18.258.209/0001-15 – R\$ 24.820,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO / HOSPITALARES PARA OS AMBIENTES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA CENTRAL I E II DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

Assinatura: 04 de Julho de 2016  
WALTER REICHMUTH DAY  
Secretário de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 11/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA  
CONTRATADAS: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ 00.802.002/0001-02 – R\$ 30.922,34 (trinta mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos); PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI - EPP – CNPJ 05.077.346/0001-01 – R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP – CNPJ 14.918.622/0001-08 – R\$ 23.838,00 (vinte e três mil, oitocentos e trinta e oito reais) OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA SUPRIR NECESSIDADES DAS ESF I E II DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

Assinatura: 29 de Julho de 2016  
WALTER REICHMUTH DAY  
Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS  
Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 06/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: R.T. TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO GERAL NOS VEÍCULOS: CARGOS 2423 ANO 2013 – PLACA MLA-8282 – MOTOR CUMMINS QSB ELETRÔNICO; PATROLA MODELO URBE 140 – MOTOR CUMMINS SERIE C; RETRO NEW HOLLAND LB 90 – MOTOR CUMMINS 04 CILINDROS; PATROLA HUBER 130 MB 352 TURBINADO; RETRO NEW HOLLAND LB 90 TRAÇADA, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 06/2016. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 27.770,65 (vinte e sete mil, setecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), que representa 42,8164352% no valor dos lotes 07 e 08 contratados inicialmente. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 14 de Julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS  
Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 06/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: R.T. TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO GERAL NOS VEÍCULOS: CARGOS 2423 ANO 2013 – PLACA MLA-8282 – MOTOR CUMMINS QSB ELETRÔNICO; PATROLA MODELO URBE 140 – MOTOR CUMMINS 04 CILINDROS; PATROLA HUBER 130 MB 352 TURBINADO; RETRO NEW HOLLAND LB 90 TRAÇADA, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 06/2016. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 27.770,65 (vinte e sete mil, setecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), que representa 42,8164352% no valor dos lotes 07 e 08 contratados inicialmente. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 14 de Julho de 2016.  
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS  
Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 41/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REVESTIMENTO PRIMÁRIO DA MALHA VIÁRIA E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 41/2015. O presente termo aditivo, objetiva aditar em 25% o valor contratado inicialmente. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 03 de Julho de 2016.  
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS  
Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 21/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: IMPACTO TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA E TREINAMENTO, PARA A FORMAÇÃO DE 02 GRUPOS SETORIAIS DE TRABALHO (FORMADOS POR ATÉ NO MÁXIMO 20 EMPRESAS LOCAIS CADA E NO MÍNIMO 08 EMPRESAS POR GRUPO), INCLUINDO AINDA PRESTAÇÃO DE TRABALHO AOS GRUPOS, DURANTE O PERÍODO DE 24 MESES. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 21/2014. O presente termo aditivo, objetiva aditar em 25% o valor contratado inicialmente. O prazo do Contrato passa a vencer em 31/12/2016. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 03 de Julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### **QUARTO TERMO ADITIVO Nº 230/2016 AO CONTRATO Nº 67/96 DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL - SC**

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 230/2016

AO CONTRATO Nº 67/96 DE CONCESSÃO DOS

SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL - SC

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede governamental na Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, DIETER JANSSEN, doravante simplesmente denominado CONCEDENTE e, de outro lado, a empresa VIAÇÃO CANARINHO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 84.438.209/0001-21, com sede à Rua Roberto Ziemann, Nº 460, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Sócio-diretor, DÉCIO BOGO, devidamente autorizado pelas normas estatutárias a firmar este ajuste, doravante simplesmente denominada CONCESSIONÁRIA, os quais resolvem estabelecer as seguintes cláusulas e condições, aditivas ao Contrato de Concessão dos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul - SC, a fim de regular a relação contratual iniciada:

#### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS E FUNDAMENTOS PARA PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PELO PERÍODO NECESSÁRIO AO TRÂMITE DO PROCESSO LICITATÓRIO**

O Contrato de Concessão Nº 67/96 do atual do Serviço do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Jaraguá do Sul, foi estabelecido através do Edital de Concorrência Nº 001/95, pelo período de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período.

A licitação deu-se na época, "Aviso" publicado em 09/02/1995, "Ata de Abertura e Julgamento do Edital" em 30/07/1996 e "Termo de Homologação e a assinatura do Contrato de Concessão nº 67/96" em 06/08/1996.

Em 04 de novembro de 1996, devidamente chancelado pela Lei nº 2217/1996, a qual ratificou o contrato inicialmente firmado, celebrou-se o "Primeiro Termo Aditivo" ao "Contrato de Concessão de Serviços de Transporte Coletivo", adequando-se o prazo constante no instrumento contratual para 10 (dez) anos, possibilitando-se a prorrogação por igual período, mantendo-se, no mais, as demais cláusulas pactuadas.

Transcorrido o lapso temporal da concessão, ou seja, 10 (dez) anos, firmou-se o segundo termo aditivo ("Segundo Termo Aditivo Nº 309/2006"), autorizado pela Lei nº 4.224/2006, prorrogando a vigência do prazo de concessão dos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul por 10 (dez) anos, estabelecendo metas, ordenamentos, investimentos no valor de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) e demais obrigações, mantendo-se as demais cláusulas pactuadas.

Entretanto, por entender tanto o CONCEDENTE quanto a CONCESSIONÁRIA que os prazos estabelecidos no "Segundo Termo Aditivo" não se mostravam razoáveis para cumprimento das metas, firmou-se o "Terceiro Termo Aditivo" datado de 24 de abril de 2008 (Terceiro Termo Aditivo nº 153/20068) ao Contrato nº 67/96, estabelecendo novos prazos, novamente autorizado pelo Poder Legislativo por intermédio da Lei nº 4.927/2008.

No decorrer do Processo de Concessão do Transporte Coletivo, mais precisamente durante os dois últimos mandatos municipais, foram encaminhadas providências no sentido de sanar as deficiências contratuais e adequar o sistema para a necessária licitação.

Confirmada a impossibilidade de exigir o cumprimento das metas insertas no "Segundo Termo Aditivo" sem os devidos estudos do sistema de mobilidade urbana, lembrando que estas, metas, nunca foram descartadas, foi determinado por intermédio do Decreto Municipal nº 7.153/2010, a instauração de uma comissão especial, formada por servidores de carreira, os quais trabalharam sem qualquer ingerência de pessoas estranhas ao quadro.

Concluídos os trabalhos, esta comissão apresentou o relatório onde firmou-se a impossibilidade de execução das cláusulas pactuadas no "Segundo Termo Aditivo", cujos prazos foram alterados no "Terceiro Termo Aditivo", sem os devidos estudos, pesquisas de mobilidade, pesquisa "sobe-desce" de usuários, planos etc.

Ressalta-se que em momento algum, tanto a comissão acima referida quanto o CONCEDENTE eximiu a CONCESSIONÁRIA de todas as obrigações assumidas, ou seja, do cumprimento das metas previstas no "Segundo Termo Aditivo", fato este que resultou, inclusive, na instauração do ICP pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina e correlata ação judicial nº 0008059-69.2013.8.24.0036, abaixo tratada em item específico.

Para otimizar os trabalhos de elaboração de um eventual termo aditivo, a Comissão acima referida, sem criar qualquer meta nova, sugeriu, em síntese, que estas fossem realizados em duas etapas, na seguinte ordem cronológica:

Etapas para a Implementação das Metas Pactuadas nos 2º e 3º Termos Aditivos

Propostas de acordo com as recomendações da Decisão Administrativa de 26 de outubro de 2009.

ETAPA I

		META F		META I		META G		META H
Instaurar o Conselho IMEDIATO PMJS	-	Realização da Pesquisa de origem/ destino, sobe/desce e satisfação dos usuários e levantamento da atual situação das linhas.	-	Projeto do Sistema de Transporte Coletivo Integrado	-	Plano Operacional do Sistema de Transporte Coletivo	-	Elaboração e implantação do Plano de Divulgação e Informação
Meta já cumprida pela Administração Pública – Lei nº 4368/06 e Portaria nº 690/2010.		Responsável: PMJS e EMPRESA		Responsável: PMJS		Responsável: PMJS e EMPRESA		Responsável: EMPRESA
ETAPA II								
Adequações físicas/operacional do atual Terminal	-	Construção novo Terminal	-	Implantação de 180 abrigos	-	Construção 11 Plataformas	-	Implantação Bilhetagem Eletrônica
Responsável: EMPRESA		Responsável: EMPRESA		Responsável: EMPRESA		Responsável: EMPRESA		Responsável: EMPRESA

Instaurado o Conselho Municipal do transporte Coletivo Urbano por intermédio da Lei nº 4.368/2006, de 08 de agosto de 2006, e devidamente nomeados seus membros (Portaria nº 817/2007). Atos posteriores relacionados ao conselho foram editados, quais sejam: Portarias: 294/2008, 1.116/2008, 614/2010, 690/2010, 830/2010, 1261/2010, 384/2011, 1.152/2011, 886/2012, 1.081/2012, 1.928/2012, 1.491/2012, 167/2013, 373/2013, 877/2013, 1.102/2013, 1.134/2013, 354/2014, 646/2014, 1.150/2014, 1.320/2014, 1.734/2014, 1.871/2014, 474/2015, 1.172/2015, 601/2016, 571/2016 e 570/2016.

A Lei nº 7.189/2015, de 18 de dezembro de 2015, reestruturou o “Conselho Consultivo do Sistema de Transporte Coletivo”, renomeado como “Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtransp”, ressaltando que este continua em atividade, tendo seus membros nomeados pela Portaria nº 570/2016.

Após a criação do conselho, foi contratada “Pesquisa Sobe-desce” por intermédio do Convite nº 221/2011, licitação homologada em 15/08/2011, com a celebração do correlato contrato com a empresa vencedora, IPC – Instituto de Pesquisa Catarinense LTDA, “Contrato de Prestação de Serviço Nº 388/2011”, para a elaboração de “Pesquisa Quantitativa de Mobilidade, Origem e Destino e Embarque e Desembarque”, objetivando determinar o perfil das viagens do Sistema de Transporte Coletivo do Município, estabelecer relações quantitativas entre as viagens realizadas e com base nos dados apurados, projetar o futuro Sistema de Transporte Coletivo.

A “Pesquisa Quantitativa de Mobilidade, Origem e Destino e Embarque e Desembarque” foi realizada no período de 01 a 30 de setembro de 2011 de forma domiciliar - qualitativa (1.220 entrevistas), em pontos de grande fluxo de pedestre - quantitativa ( 26 pontos na área central – 700 entrevistas) e embarcada - qualitativa (no interior dos veículos, das 23 linhas do transporte coletivo – 974 entrevistas).

O contrato originário foi aditivado, Termos Aditivos nºs 388/2011 e 639/2011, aceite ocorrido com a emissão da nota fiscal em 16/12/2011, no valor de R\$ 29.935,00, cujos pagamentos deram-se em 21/12/2011 e em 04/04/2012.

Os dados de referida pesquisa foram de grande importância para que o CONCEDENTE tivesse subsídios para o “plano de mobilidade”, uma vez que base de informações para o plano de mobilidade e atos posteriores, inclusive nova licitação para o transporte coletivo de passageiros tivesse o mínimo para se dar início ao planejamento.

Em face da necessidade de aprimorar e aperfeiçoar o planejamento no âmbito municipal, merece menção que o CONCEDENTE criou a “Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Físico-territorial de Jaraguá do Sul – Ipplan”, Lei Complementar Nº 117/2012 de 24/02/2012 (alterada pela Lei Complementar Nº 128/2012 de 29/06/2012) e que passou a se denominar “Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul” (Lei Complementar Nº 145/2013). Dentre suas competências foi-lhe outorgada a promoção do planejamento do Sistema de Transporte Coletivo, estando este exercendo suas atribuições desde então.

O CONCEDENTE, por intermédio do Decreto nº 9.110/2013, de 31/01/2013, constituiu “Comissão Especial de Análise e Avaliação da Concessão dos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul”, com a finalidade de promover relatório apontando as deficiências e descumprimentos contratuais eventualmente existentes, assim como apresentar sugestões cabíveis visando, inclusive, subsidiar o termo de referência para o edital de licitação para a concessão.

Visando dar continuidade aos trabalhos, foi lançada licitação para prestação de serviço especializado de auditoria da planilha de custos da operação do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Jaraguá do Sul pelo Convite nº 93/2014, onde a empresa “Cassuli Auditores Independentes SS”, sagrou-se vencedora, celebrando o Contrato nº 363/2014.

Quanto a metodologia para auditoria da planilha acima mencionada, os trabalhos levaram em consideração aquelas legalmente previstas, visando apurar os custos quilométricos e o índice de passageiros equivalentes transportados mensalmente.

Todo o trabalho levou em consideração as despesas efetivamente realizadas pela empresa concessionária na execução do serviço, bem como as receitas advindas do pagamento das tarifas, sejam de forma antecipada (cartão TEM), sejam de forma embarcada (no momento



do embarque).

O aceite deu-se com a emissão da nota fiscal em 11/11/2014, no valor de R\$ 54.0000,00, pagamento ocorrido em 01/12/2014.

Mais uma vez, o CONCEDENTE demonstrou dedicação e zelo à coisa pública, uma vez que somente em poder de dados e auditoria é que, a priori, poderia tratar a política tarifária de forma adequada.

Em cumprimento à Lei nº 12.587/12 de 03 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política de Mobilidade, estabeleceu diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo e diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana, determinando que em municípios com mais de 20.000 (vinte) mil habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à disposição do Plano Diretor, deveria ser elaborado o "Plano de Mobilidade Urbana", no prazo máximo de 3 (três) anos a partir da vigência da supracitada lei, o município de Jaraguá do Sul, respeitando as metas que foram ordenadas, através do "Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul", contratou por intermédio da Tomada de Preço nº 005/2014 de 06 de agosto de 2014 e Contrato nº 473/2014 a empresa "Urbtec TM – Engenharia", consultoria especializada para a elaboração do Plano de Mobilidade e do Plano de Transportes.

A pretensão do CONCEDENTE foi a busca do cumprimento dos ditames da lei federal e também, angariar subsídios e fundamentos técnicos para todo o sistema de mobilidade urbana e trazer diagnóstico para o novo Edital de licitação para a "Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Urbano".

O contrato originário foi aditivado, Termos Aditivos nº 151/2015, 172/2015, 391/2015, 136/2016 e 208/2016, porém, pendente conclusão dos trabalhos em virtude de questionamentos feitos pelo corpo técnico do lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo do CONCEDENTE.

Por intermédio do Decreto Municipal nº 10.229/2014, foi instituído o "Grupo Gestor do Plano Municipal de Transporte Coletivo e de Mobilidade Urbana de Jaraguá do Sul," com a finalidade de acompanhar e gerenciar os trabalhos executados pela "Urbtec TM – Engenharia", empresa esta responsável pela consultoria acima referida.

Por outro lado, mister ressaltar que a CONCESSIONÁRIA, em 13 de julho de 2015, protocolizou pedido administrativo nº 23.775/2015 visando apuração dos valores tidos por esta como resultantes do desequilíbrio econômico-financeiro, cujo feito, após análise da Controladoria-Geral do Município, resultou na Portaria nº 109/2016 atribuindo à comissão especial o estudo e levantamento dos fatos para posterior decisão.

Em 24 de junho de 2016 foi o CONCEDENTE notificado pela CONCESSIONÁRIA, processos nº 20411/2016 e 20758/2016, para fins do artigo 35 da Lei nº 8.987/95, ou seja, diante do regramento legal, deverão ser realizados levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

O artigo 35 da Lei nº 8987/95 e seus parágrafos 2º e 4º, firmam que:

Art. 35 Extingue-se a concessão por:

- I. Advento do termo contratual;
- II. Encampação;
- III. Caducidade;
- IV. Rescisão;
- V. Anulação; e
- VI. Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

...

§ 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

...

§ 4º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos arts. 36 e 37 desta lei. (grifou-se).

O dispositivo legal acima referido traz à baila que para a extinção do contrato, inclusive no caso de advento do termo contratual, deverão ser realizados levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, uma vez que em se tratando de contrato de concessão fixa-se uma relação entre os investimentos a serem efetuados e o retorno a ser obtido. Por óbvio que tais providências somente poderão ser tomadas após o termo contratual, motivo pelo qual plausível não só a prorrogação aqui pretendida quanto o prazo razoável para conclusão dos trabalhos, sem contudo, deixar o CONCEDENTE, mesmo que por intermédio do CONCESSIONÁRIO, de continuar prestando o serviço, inclusive durante o período em que tramita o processo licitatório até a expedição da ordem de serviço ou do prazo constante nesta desde que devidamente justificado.

Para tanto, foi instaurado procedimento específico para o cumprimento do disposto no artigo 35 da Lei 8.987/95.

Dessa forma, na hipótese de extinção da concessão pelo advento do termo contratual, como no presente caso, a verificação do direito da concessionária passa, necessariamente, pela concreta aplicação de todo o conteúdo normativo do art. 35 da Lei nº 8.987/95 pela Administração Pública Municipal, respeitando-se o procedimento previsto no art. 42 da mesma lei.

Dessa forma, é certo que a extinção da outorga vigente obriga o CONCEDENTE a adotar providências para a realização do processo licitatório. Por outro lado, ressalta-se que eventual prorrogação do contrato de concessão vigente não é mais possível diante do término do objeto licitado (esclarecendo, inclusive, que em 2006 já ocorreu a prorrogação pelo "Segundo Termo Aditivo"), sendo possível apenas para fins do artigo 35 da lei acima citada e durante o prazo em que tramita o processo licitatório.

Ressalta-se, ainda, que todos os dispositivos legais conduzem à conclusão de que a extinção da concessão apenas pode se dar após os procedimentos prévios para levantamentos e avaliações necessários à verificação de eventuais valores a serem pagos a título de indenização aos delegatários do serviço público, quando investimentos e despesas operacionais realizados não foram totalmente depreciados e remunerados pela receita emergente da execução dos respectivos serviços públicos.

Por outro lado, em que pese o presente aditivo não ter como objeto a prorrogação da concessão de serviço público como instrumento para a recomposição da equação econômico-financeira original, fato este entendido como plausível por Marçal Justen Filho, firmando o mestre que "...a prorrogação é compatível com a Constituição especialmente quando todas as outras alternativas para produzir a recomposição acarretariam sacrifícios ou lesões irreparáveis às finanças públicas ou aos interesses dos usuários (...). Por isso, alterou-se o entendimento para aceitar a solução da prorrogação do prazo da concessão como instrumento para produzir a recomposição da equação econômico-financeira original", diante de todo o contexto acima carreado, possível a prorrogação do contrato até a emissão da ordem de serviço para que a empresa vencedora do certame licitatório inicie a prestação do serviço concedido, ou seja, até a expedição da ordem de serviço ou do prazo constante nesta desde que devidamente justificado.

Em um juízo de ponderação, em que conflitam o dever do Administrador Público em proceder com a realização de licitação para a concessão de serviço público do transporte coletivo de passageiros, devendo esta encontra-se embasada por estudos robustos e de forma que não macule o procedimento, e do outro lado a prestação dos serviços concedidos, a prorrogação pelo tempo necessário à conclusão da licitação mostra-se menos onerosa e penosa para o interesse da coletividade.

Também necessário esclarecer que pela análise dos documentos carreados aos autos e, principalmente, pela situação excepcional, a prorrogação do contrato pelo período de tramitação do certame licitatório mostra-se o melhor caminho para os usuários, ressaltando que, nesse caso não haverá majoração do valor da tarifa, ou seja, esta permanecerá aquela prevista no Decreto nº 10.608/2016, de 07 de janeiro de 2016, estabelecendo o valor de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) para o pagamento antecipado da passagem e R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) para a passagem embarcada, em conformidade com as normativas do Sistema de Transporte Urbano Integrado. Porém, diante do atual cenário econômico, não poderá a administração pública deixar de analisar e se manifestar sobre eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Assim, o presente aditivo, ressaltando, com vigência apenas pelo prazo do certame licitatório até a expedição da ordem de serviço ou do prazo constante nesta desde que devidamente justificado, mostra-se razoável e adequado, uma vez que a rescisão contratual e, posteriormente, o dever de ressarcir a atual CONCESSIONÁRIA pelos investimentos realizados e não amortizados, gerariam transtornos a toda a população que faz uso do transporte coletivo de passageiros.

Trata-se aqui de certa discricionariedade da Administração Pública, utilizando-se dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além dos demais princípios constitucionais, com a intenção de manter o sistema de transporte de Jaraguá do Sul em pleno funcionamento, sem penalizar os municípios.

A pretensão e necessidade do CONCEDENTE mostra-se robusta, encontrando amparo inclusive em diversas decisões judiciais, dentre as quais:

Os Municípios podem, diante da autorização expressa no art. 30, incs. I e V, da Constituição Federal, legislar sobre a delegação do serviço de transporte coletivo e, em casos especiais, inclusive a respeito da manutenção ou prorrogação dos contratos de concessão ou permissão sem renovação do procedimento licitatório, desde que isso, porém, seja exclusivamente direcionado ao atendimento do interesse local, consistente no bom e eficaz funcionamento do sistema. (TJSC, Órgão Especial, Ação Direta de Inconstitucionalidade n.2005.014085-9, de Navegantes, Rel. Des. Luiz César Medeiros, j.19.07.2006).

Importante ressaltar que a prorrogação pelo tempo necessário ao início das atividades pela empresa que se sagrar vencedora no certame licitatório não está afrontando ou desmerecendo a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), tão pouco a Lei nº 8.987/95, que trata do regime de concessão e permissão, pelo contrário, firma que diante das peculiaridades demonstradas, bem como o risco de onerar excessivamente os usuários do transporte público, nunca deixando de lado o impacto social resultante da extinção pura e simples do contrato de concessão, lembrando que a atual detentora do serviço de transporte coletivo de passageiros possui certa de 500 (quinhentos) beneficiários, diretos (motoristas, mecânicos etc, além dos familiares e dependentes destes) e aproximadamente 2.500 (dois mil e quinhentos) beneficiários indiretos (fornecedores, colaboradores e o próprio movimento econômico), afasta eventual indício de qualquer lesividade ou sequer ilegalidade deste termo aditivo pelo simples fato de que não haverá interrupção do serviço prestado.

Assim, conforme já mencionado acima, no decorrer do Processo de Concessão do Transporte Coletivo, mais precisamente, durante os dois últimos mandatos municipais, o CONCEDENTE empreendeu esforços na busca de informações que até então estavam em poder da CONCESSIONÁRIA ou não existiam. Porém, diante da complexidade do tema e da necessidade de investimentos para contratação de serviços por experts, e.g., "IPC – Instituto de Pesquisa Catarinense LTDA", "Urbtec – TM Engenharia", "Cassuli Auditores Independentes SS", não foi possível a conclusão de todos os trabalhos para que se tenha subsídios necessários para lançar o edital de licitação do transporte coletivo.

Mister esclarecer, ainda, que mesmo diante da ausência da entrega final dos trabalhos do plano de mobilidade pela Urbtec – TM Engenharia", os profissionais responsáveis pela elaboração do edital encontram-se diretamente envolvidos com os procedimentos anteriores à publicação deste, seguindo as normas legais e a IN nº 22/0215 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Os trabalhos desenvolvidos pela comissão responsável tanto pelos procedimentos anteriores à publicação do edital, quanto pelo regular andamento deste, aliado ao fato de que a norma editada pela Corte de Contas Estadual além de ditar todos os regramentos para o regular andamento de um processo de licitação para concessão de serviço público, firma que esta acompanhará todos os trâmites processuais, mais uma vez firma a transparência com a qual a Administração Pública conduz o certame.

**DAS AÇÕES JUDICIAIS**

Também merece atenção, que no decorrer da prestação do serviço de concessão do transporte coletivo urbano de passageiros, foram intentadas algumas ações judiciais sobre a questão.

O "Centro de Direitos Humanos de Jaraguá do Sul" ingressou com "Ação Civil Coletiva c/c Pedido de Tutela Antecipada", processo nº 0006952-92.2010.8.24.0036, alegando, em síntese, a existência de vícios decorrentes do "Contrato de Cessão dos Serviços de Transporte Coletivo nº 67/96" e dos três "Termos Aditivos" pactuados entre a "Viação Canarinho Ltda". e o "Município de Jaraguá do Sul", o que vem interferindo na eficácia da prestação do serviço, impugnando, inclusive, o Decreto Municipal nº 6.703/2009, que instituiu o "Sistema de Arrecadação Eletrônica no Serviço Público de Transporte Coletivo do Município" bem como o Decreto Municipal nº 7.065/2010, cujo objetivo foi estipular tarifa única para a utilização do serviço público de transporte.

Referido feito encontra-se suspenso em virtude do ingresso da Ação Civil Pública c/c Ação de Improbidade Administrativa, processo nº 0008059-69.2013.8.24.0036, intentada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina sob o fundamento de que a Concessionária do Serviço Público deixou de cumprir as metas da "construção do novo terminal" e da realização da pesquisa origem e destino. Nestes autos, o CONCEDENTE ingressou como litisconsórcio ativo, ratificando os termos da ação proposta e a CONCESSIONÁRIA, por sua vez, trouxe elementos de que cumpriu com a obrigação financeira imposta. Nesta ação foi realizada perícia contábil e atualmente aguarda complementação desta pelo I. expert.

Relativamente ao processo nº 0002680-50.2013.8.24.0036, "Ação Ordinária c/c Pedido de Tutela Antecipada" intentada pela CONCESSIONÁRIA, alegando em síntese que: a) após um período de 18 (dezoito) meses os valores das tarifas foram reajustados para R\$ 3,00 (três reais) para a compra antecipada e R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para a compra embarcada; b) que na ocasião o Município repassou a inflação do período; c) em virtude da nova tarifa, adquiriu 08 (oito) novos ônibus, juntando aos autos as correlatas notas fiscais, com recursos obtidos mediante financiamento junto ao Banco do Brasil; d) alegando mera perseguição política, entende que a atual gestão "houve por bem cancelar o referido reajuste", ocorrendo a revogação deste sem que pudesse se manifestar sobre o assunto. Nesses autos houve composição entre CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, sendo referida ação extinta em 09 de setembro de 2014.

Por fim, em 07 de abril de 2016, a CONCESSIONÁRIA ingressou com "Ação Indenizatória c/c Pedido de Tutela Provisória de Urgência e de Evidência", processo nº 0302416-52-2016.8.24.0036, alegando, em síntese, prejuízos com a concessão do transporte coletivo, pretendendo ser ressarcida por estes. Esta ação já foi contestada e encontra-se aguardando o regular trâmite processual.

Feitas essas premissas, justifica-se a prorrogação aqui pretendida em caráter provisório até a realização dos atos licitatórios e entrada em efetiva prestação de serviço pela empresa que se sagrar vencedora no certame.

Mister esclarecer, que diante de todo o acima trazido à baila, não houve inércia do Poder Público para o lançamento do processo licitatório, ressaltando que todos os trabalhos nunca deixaram de ser realizados.

**DA PREVISÃO LEGAL E CONTRATUAL PARA ADITAMENTO DO PRESENTE CONTRATO**

Referências: Lei Federal nº 8.987/1995; Lei Federal nº 11.445/2007; Leis Municipais nºs: 2.217/1996; 2.218/1996; 2.658/2000; 3.872/2005; 4.224/2006; 4.368/2006; 4.515/2006; 4.736/2007; 4.927/2008; 5.699/2010; 6.642/2013; 7.189/2015; Decretos nºs 6.703/2009; 6.712/2009; 6.843/2009; 6.850/2009; 10.698/2016 e 10.787/2016;

**CLÁUSULAS DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo é firmado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA com base na cláusula sexta, subitens 6.5 e 6.9 do Contrato 67/96 (combinado com o prazo estabelecido no art. 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93), possibilitando por objeto prorrogar a vigência do prazo de concessão dos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul, pelo período de tramitação do processo licitatório para concessão do serviço público do contrato nº 67/96.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A CONCESSIONÁRIA já manifestou intenção na prorrogação quando ingressou com a ação judicial em 07 de abril de 2016, processo nº 0302416-52-2016.8.24.0036.

**DO OBJETO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo Aditivo, em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público de transporte coletivo de passageiros, tem por objeto prorrogar a vigência do prazo de concessão dos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Jaraguá do Sul por 180 (cento e oitenta) dias ou até a expedição da ordem de serviço à empresa ou do prazo constante nesta desde que devidamente justificado, que sagrar-se vencedora no certame licitatório, contados a partir de 07 de agosto de 2016.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Permanecem vigentes as obrigações pactuadas pelas partes e estabelecidas no Contrato Nº 67/96 e no Primeiro Termo Aditivo.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Permanecem vigentes as obrigações pactuadas pelas partes e estabelecidas no Contrato Nº 67/96 e no Primeiro Termo Aditivo, inclusive aquelas que dizem respeito às isenções (gratuidades) e descontos.

**CLÁUSULA QUARTA** – Neste ato, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- a) disponibilizar todos os recursos humanos e materiais necessários e adequados à prestação dos serviços concedidos, inclusive através da disponibilização de atendimento do tipo 0800, da manutenção e atualização de página em meio eletrônico com horários e itinerários atualizados, bem como divulgação ostensiva através de todos os meios de comunicação, sobre os serviços disponibilizados;
- b) executar fielmente os serviços concedidos, cabendo-lhe responder pelos prejuízos causados ao CONCEDENTE ou a terceiros, sem que haja a exclusão ou atenuação da responsabilidade, pela prática da fiscalização exercida pelo CONCEDENTE;
- c) utilizar no transporte coletivo de passageiros todos os veículos que hoje estão à disposição do sistema, em condições de segurança, observada a legislação de trânsito vigente;
- d) disponibilizar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatório de suas atividades, informando sobre a execução dos projetos firmados, assim como aplicações de recursos financeiros, realização de programas de trabalhos e aprimoramento dirigidos a funcionários da CONCESSIONÁRIA e demonstrações financeiras, inclusive aplicações.

CLÁUSULA QUINTA - A remuneração da CONCESSIONÁRIA se dará pelo recebimento da tarifa dos serviços de transporte coletivo de passageiros no Município de Jaraguá do Sul - SC.

#### DA EXPANSÃO E ALTERAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS

CLÁUSULA SEXTA – Qualquer alteração, modificação ou expansão da execução dos serviços aqui aditivados será objeto de deliberação entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, após análise do Conselho Consultivo do Sistema de Transporte Coletivo.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA SÉTIMA – Fica estipulado o pagamento de multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do faturamento mensal, reajustada monetariamente através do INPC ou índice oficial que o substituir, pagos pela CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento das obrigações e prazos contratuais.

Parágrafo Primeiro – Para o uso de notificação e/ou aplicação de multa o CONCEDENTE levará em conta a gravidade da ocorrência tendo em vista suas implicações para os serviços concedidos ou sua imagem junto à comunidade, bem como a reincidência de irregularidades face a ineficácia das medidas tomadas pela CONCESSIONÁRIA para sanar os problemas apontados.

Parágrafo Segundo – A inexecução total ou parcial das obrigações e prazos que integram o presente Termo Aditivo acarretará a aplicação das sanções administrativas ou a declaração de caducidade da concessão.

#### DA UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

CLÁUSULA OITAVA – No exercício das atividades, objeto desta Concessão, a CONCESSIONÁRIA, devidamente autorizada pelo CONCEDENTE, poderá utilizar os bens públicos municipais e estabelecer servidões administrativas para a realização de obras e instalações.

CLÁUSULA NONA – Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações de propriedade do CONCEDENTE, utilizados pela CONCESSIONÁRIA, reverterão automaticamente ao Município em condições de uso, ressalvado o desgaste por uso normal, quando for o caso.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA – A presente prorrogação não implicará na transferência, à CONCESSIONÁRIA, do direito de definição da Política do Sistema de Transporte Coletivo do Município, a qual continuará sendo de competência exclusiva do CONCEDENTE, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal, muito menos na paralisação ou postergação dos estudos anteriores ao processo licitatório e ao regular andamento deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A CONCESSIONÁRIA, neste ato, assume, por sua conta e risco, a manutenção de todos os bens necessários à execução das obras e serviços objetos deste contrato, assim como, assume a responsabilidade, inclusive judicial, por todo e qualquer dano causado a terceiro ou a funcionário integrante do quadro de funcionários da própria empresa, durante a vigência deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os valores das tarifas permanecerão os mesmos previstos no Decreto nº 10.698/2016, quais sejam: R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) para o pagamento antecipado e o valor de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) para o pagamento da passagem embarcada, em conformidade com as normativas do Sistema de Transporte Urbano Integrado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Tendo em vista a determinação contida no artigo 35 da Lei Federal nº 8.987/95, inclusive realização dos estudos e demais procedimentos para o advento do termo contratual, o que por si já justificaria a prorrogação do contrato, diante da necessidade de manutenção da equação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão, transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias, e a cada novo período equivalente, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar planilha tarifária bem como a demonstração de fluxo de caixa, para análise de eventual reajuste.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os fins de análise de eventual reajuste, assim como para a verificação da equação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, as partes elegem de comum acordo que este deverá se dar em conformidade com o processo administrativo de “Análise das Planilhas de Custos do Transporte Coletivo”, autos nº 14516/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – As demais cláusulas e condições constantes do contrato original permanecem inalteradas, fazendo parte integrante do presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito Municipal  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
CONCEDENTE

DÉCIO BOGO  
Sócio-Diretor  
VIAÇÃO CANARINHO LTDA.  
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:  
C.I.:

2. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:  
C.I.:

### CA-ISSEM - RESOLUÇÃO Nº 014/2016/CA/ISSEM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### RESOLUÇÃO Nº 014/2016/CA/Issem

Dispõe sobre a aprovação do Edital e Extrato do Edital de Convocação do Processo Eleitoral de 2016 para eleições do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 4 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art 1º – Aprovar o Edital e o Extrato do Edital de Convocação do Processo Eleitoral de 2016 para eleições do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem.

Art 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 4 de agosto de 2016.  
Egon Lotário Jagnow  
Presidente do Conselho de Administração

### CA-ISSEM RESOLUÇÃO Nº 013/2016/CA/ISSEM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### RESOLUÇÃO Nº 013/2016/CA/Issem

Dispõe sobre a aprovação do Regimento para Eleição de 2016 do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 4 de agosto de 2016, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 33/2003 - Capítulo II, Art.7º, Inciso XVIII - “Aprovar o Regimento das Eleições para o Conselho Fiscal e de Administração”;

RESOLVE

Art 1º – Aprovar o Regimento das Eleições para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM.

Art 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 4 de agosto de 2016.  
Egon Lotário Jagnow  
Presidente do Conselho de Administração



**DECRETO Nº 10.972/2016**

D E C R E T O Nº 10.972/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03502.109 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.105 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 255.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Salário Educação, no valor de R\$ 255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 10.973/2016**

D E C R E T O Nº 10.973/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais ROGÉRIO LUIZ KUMLEHN, Diretor de Trânsito e Transportes, matrícula 81703; ANA MARIA BADURA, Engenheira, matrícula 10486; e MÁRCIA EVELISE JAMOSKI, Supervisora de Circulação Viária, matrícula 8225, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas a esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 070/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 64.000m² (sessenta e quatro mil metros quadrados) em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, em conformidade com o Anexo III - Minuta de Contrato, Anexo V - Memorial Descritivo, Anexo VI - Planilha Orçamentária/Quantitativa e Anexo VII - Projeto Básico e demais anexos que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**DECRETO Nº 10.974/2016**

D E C R E T O Nº 10.974/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 070/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 64.000m² (sessenta e quatro mil metros quadrados) em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal ANA MARIA BADURA, matrícula 10486, Engenheira, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 070/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e enviar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.



§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada,

reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016-FMS**

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 10:30 hs do dia 18 de agosto de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 13:30 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS e documentos exigidos, pela equipe Técnica da Secretaria de Saúde (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão as 08:00 hs do dia 05 de setembro de 2016, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 2.109.117,63 (dois milhões cento e nove mil cento e dezessete reais e sessenta e três centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 28 de junho de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 62/2016**

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 62/2016

SECRETARIA DE URBANISMO/POLÍCIA MILITAR

TIPO: menor preço por ITEM

**OBJETO:** O presente edital consiste na aquisição de veículos e motocicletas, novos, zero quilômetro, em conformidade com as normas do CONTRAN, destinados para uso do 14º Batalhão da Polícia Militar, de acordo com as especificações e quantidades descritas no item I do edital e minuta de contrato.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014 .

**DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO:** Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla item para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Item I do Edital.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 08:45 horas do dia 23 de agosto de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento máximo para aquisição: R\$ 864.700,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil e setecentos reais).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 21 de junho de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 60/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME

**DO OBJETO:** Prestação de serviços de engenharia para ampliação de cobertura, reparos elétricos, colocação de piso e reforma na central de gás (área de 33,60m²) no C.M.E.I Rui Kroeger, localizado na Rua Verena Schunke Kroeger, 229 no Bairro Rio da Luz em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

**DO VALOR:** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 25.509,81 (vinte e cinco mil quinhentos e nove reais e oitenta e um centavos) referentes à mão de obra e R\$ 27.899,34 (vinte e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 53.409,15 (cinquenta e três mil quatrocentos e nove reais e quinze centavos).

**DO PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico e financeiro, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços.

**DO PRAZO:** O prazo para execução da obra é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO** - A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.365.0351.2.121.4.4.90	Manutenção patrimonial-Educação infantil	4.4.90 – Aplicações Diretas	334	Brasil Carinhoso

**DATA DA ASSINATURA:** 27/07/2016.

**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen e Lincon Truppel Machado.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 197/2016 AO CONTRATO Nº 442/2015**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 197/2016 AO CONTRATO Nº 442/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 099/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: UNIÃO PROJETOS, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para ampliação de cobertura, reparos elétricos e acessibilidade no C.M.E.I Cecília Satler Karsten (área de 73,94m²), localizado na Rua Walter Bartel, 71 no Bairro João Pessoa em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 139/2016, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 05/06/2016 com término em 04/07/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 5.408,15 (cinco mil quatrocentos e oito reais e quinze centavos), correspondentes a 8,01% (oito inteiros e um centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; Em consequência do acréscimo, o valor total da obra fica em R\$ 72.959,01 (setenta e dois mil novecentos e cinquenta e nove reais e um centavo).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.365.0351.2.121.4.4.90	Manut. Patrimonial – Ed. Infantil	4.4.90 – Aplicações Diretas	140	Rec. Salário Educação

DA PRORROGAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 02 de setembro de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo a fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.614/2015, servidora pública Engenheira Fabieli Pilatti, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Douglas Holdefer

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 676/2016**

PORTARIANº 676/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 868/2016/Semsa, de 1º/08/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 673/2016, de 29/07/2016, que prorrogou a LICENÇA, sem remuneração, do servidor público municipal MAURO YARED, lotado na Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 677/2016**

PORTARIANº 677/2016

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (Cmdijs).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 030/2016/Controle Social, de 02/08/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ALESSANDRA CARLA MALSCHITZKY, como conselheira suplente, em substituição à Sônia Maria de Miranda Sagganski, para representar a Secretaria Municipal da Saúde, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (Cmdijs).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 558/2014, de 26/03/2014, no que se refere a designação de Sônia Maria de Miranda Sagganski.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/03/2018.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 678/2016**

PORTARIANº 678/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 988/2016/Cogem, de 02/08/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º O artigo 10, da Portaria Nº 538/2016, de 29/06/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.10. A Comissão Especial de Processo Administrativo deverá informar ao Ministério Público (referente procedimento administrativo número do MP: 06.2010.00001864-5 - IC - Inquérito Civil instaurado em 10/05/2010, junto a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jaraguá do Sul) a instauração deste procedimento administrativo."

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 679/2016**

PORTARIANº 679/2016

Instaura Processo Administrativo em Face da CONTRATAÇÃO E FALTA DE PAGAMENTOS À EMPRESA ADE TERRAPLANAGEM LTDA. - ME.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 047/2016/Semob, datado de 03/05/2016, subscrito pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Ivan Andreias Wolter, o qual solicita a abertura de Processo Administrativo para pagamento dos serviços prestados nos meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016, pela empresa ADE TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, contratada sem o devido Processo Licitatório, em decorrência de enxurradas que atingiram o Município de Jaraguá do Sul a época;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 096/2016/Semob, datado de 27/06/2016, subscrito pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Ivan Andreias Wolter, o qual ratifica e complementa as informações contidas no Ofício Nº 047/2016/Semob, em atendimento ao Ofício Nº 519/2016/Cogem;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 124/2016/Semob, datado de 26/07/2016, subscrito pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Ivan Andreias Wolter, bem como os documentos que o acompanham, os quais ratificam e complementam a solicitação para abertura de Processo Administrativo para pagamento da empresa ADE TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, conforme solicitado através do Ofício Nº 806/2016/Cogem;

CONSIDERANDO que a empresa ADE TERRAPLANAGEM LTDA. - ME se trata de pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 81.628.984/0001-51, com sede na Avenida Waldemar Grubba, 4867, no bairro Centenário, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, conforme se depreende do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ), a qual foi contratada para prestação de serviços de hora-caminhão e hora-máquina, os quais totalizaram, a princípio, R\$ 30.020,00 (Trinta mil e vinte reais);

CONSIDERANDO o descrito no Ofício Nº 124/2016/Semob, datado de 26/07/2016, subscrito pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Ivan Andreias Wolter, o qual informa que, embora não tenha sido decretado estado de emergência, nos meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016, o Município de Jaraguá do Sul foi assolado por períodos chuvosos, com índices de umidade acima do normal, ocasionando deslizamentos de encostas, obstrução de tubulações, deterioração de estradas e pontes, queda de árvores e outros danos, obrigando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos a tomar medidas urgentes para sanar os problemas ocasionados pelas fortes chuvas;

CONSIDERANDO os Formulários de Informações e Desastres (FIDE), datados de 22/10/2015, 04/11/2015, 19/11/2015 e 27/12/2015 comprovam a ocorrência de eventos no Município de Jaraguá do Sul, os locais afetados e suas intensidades; CONSIDERANDO que o Ofício Nº 124/2016/Semob apresenta-se acompanhado do documento datado de 30/03/2016, encaminhado pela empresa ADE TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, o qual relaciona os serviços efetuados com a indicação da data da execução, do equipamento utilizado, do horário em que o serviço fora efetivado, bem como do total de número de horas trabalhadas e o seu valor correspondente;

CONSIDERANDO que o Ofício Nº 124/2016/Semob, da mesma forma, apresenta-se acompanhado das comandas diárias com a indicação do local do serviço, equipamento utilizado, datas e horários, bem como assinatura do operador da máquina e do fiscal



do serviço;

CONSIDERANDO que o Ofício Nº 124/2016/Semob, apresenta-se acompanhado também de informações divulgadas na mídia local que dão conta do evento ocorrido e justificam as datas e locais das imagens anexadas;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no "Relatório Referente Trabalhos Realizados nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro", subscrito pelo então Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos na época dos fatos, Sr. Hideraldo Colle, o qual informa que, em decorrência das condições climáticas que assolaram o Município de Jaraguá do Sul, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos teve que prestar serviços além de sua capacidade, fato que resultou na contratação de máquinas terceirizadas, mesmo diante da ausência de certame apropriado em vigência;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos havia contratado, através do devido processo licitatório, horas-caminhão e horas-máquina no início de 2016, conforme disposto no Pregão Presencial Nº 158/2014;

CONSIDERANDO as informações descritas no Relatório Referente Trabalhos Realizados nos meses de Dezembro/2015, Janeiro e Fevereiro de 2016, e Ofício Nº 124/2016/Semob, a contratação de horas-caminhão e horas-máquina contratados através do Pregão Presencial Nº 158/2014, possuía vigência até 12 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto no Relatório Referente Trabalhos Realizados nos meses de Dezembro/2015, Janeiro e Fevereiro de 2016, e Ofício Nº 124/2016/Semob, os quais informam que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em 28/09/2016, emitiu Solicitação de Materiais e/ou Execução de Obras /Serviços Nº 3780/2015, bem como sua adequada justificativa, com vistas à contratação, por meio de Processo Licitatório, dos serviços de horas-caminhão e horas-máquina, encaminhando à Secretaria Municipal da Administração no dia 28 de setembro de 2015, porém o certame não foi realizado pela Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos no exercício de 2015, sob a alegação de falta de tempo hábil para os trâmites legais em decisão promovida conjuntamente com o Secretário Municipal da Administração;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal Nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações;

CONSIDERANDO que, efetivada e comprovada a realização de um serviço, impõe-se ao Município a promoção de seu pagamento, em atendimento ao Princípio da Vedação do Locupletamento Ilícito, aplicável a todos os entes públicos, inclusive à Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que, esgotadas as providências administrativas, havendo necessidade, proceder-se-á a instauração de Processo de Tomada de Contas Especial, em conformidade com as disposições constantes do artigo 7º, da Instrução Normativa Nº 13/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);

CONSIDERANDO os princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37, da Constituição Federal, e aplicáveis ao Direito Administrativo, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Geral Nº 014/2016 e DESIGNAR os servidores públicos municipais WAGNER RICARDO ALVES, matrícula 8905-2, ocupante do cargo de Auditor Interno, lotado na Controladoria-Geral do Município; DAIANE ISABEL MALLMANN, matrícula 10461-2, ocupante do cargo de Agente

Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e CLAUDIA REJANE GORIS DE OLIVEIRA, matrícula 10765-4, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, integrantes desta COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, para, sob a presidência do primeiro, verificar os fatos narrados anteriormente, tendo em vista possível responsabilidade, culposa ou dolosa de agentes públicos, pela não realização do devido Processo Licitatório, na contratação da empresa ADE TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 81.628.984/0001-51, com sede na Avenida Waldemar Grubba, 4867, no bairro Centenário, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, contratada para prestação de serviços de hora-caminhão e hora-máquina, nos meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016, em decorrência de enxurradas que atingiram o Município de Jaraguá do Sul a época, os quais totalizaram R\$ 30.020,00 (Trinta mil e vinte reais), bem como os atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, com a premissa da devida quantificação de dano ao erário e as normas legais infringidas, caso constatado, a identificação e a punição dos responsáveis nas esferas administrativa, cível e criminal, conforme o caso exigir.

Art.2º Em observação aos Princípios Constitucionais do Direito ao Contraditório e a Ampla Defesa, deverá a Comissão expedir comunicação formal escrita e direcionada à empresa ADE TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, informando da abertura do presente Processo Administrativo, narrando os fatos apurados a fim de possibilitar a apresentação, caso a notificada assim o desejar, de defesa prévia e alegações finais, bem como as provas que entender necessárias.

Art.3º De imediato, a Comissão Especial de Processo Administrativo deverá encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação da presente Portaria à Controladoria-Geral do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art.4º Caberá à Comissão Especial verificar a regularidade da despesa com vistas aos seguintes aspectos:

I - efetiva prestação dos serviços;

II - equivalência entre os preços apresentados com os valores de mercado;

III - a regularidade da contratação e se os serviços foram efetivamente realizados;

IV - a capacidade da empresa em contratar com o Poder Público, notadamente se esta apresenta restrições junto aos Fiscos Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas, elencando, se possível, eventuais valores;

V - quais foram as normas legais infringidas, caso constatado;

VI - o valor do dano ao erário, caso constatado.

Art.5º A Comissão ainda promoverá a verificação da contratação dos serviços, considerando os seguintes aspectos:

I - do interesse público atendido pela despesa;

II - do cumprimento das normas legais para instituição ou contratação, inclusive licitação, quando exigível;

III - da existência de dotação orçamentária para a despesa e conformação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual;

IV - da regular liquidação, incluindo a comprovação da efetiva execução do objeto do contrato em conformidade com as quantidades e características estabelecidas no instrumento contratual (fornecedor tenha cumprido as obrigações a seu encargo estipuladas no contrato), a prestação de serviços, a existência de comprovantes

hábéis do crédito, como nota fiscal, recibo, entre outros, que deverão ser fornecidos pelo prestador de serviços.

§1º Constatando a Administração Pública que o suposto crédito reúne todos os requisitos para que seja considerada despesa regular (legitimidade), os procedimentos para a efetivação do pagamento respectivo, à prestadora do serviço, dar-se-á independentemente da tramitação do processo de imputação de pena ao(s) responsável(is) que deu(ram) causa à inobservância dos procedimentos legais exigíveis.

§2º Constatando a Administração Pública que o suposto crédito não reúne todos os requisitos para que seja considerada despesa regular (legitimidade), fica impedida de efetuar o pagamento, podendo o pretendo credor buscar amparo no Poder Judiciário para reaver seu crédito.

Art.6º A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, contados do dia da emissão da Portaria de nomeação da Comissão Especial de Processo Administrativo, podendo, caso necessário e justificado, ser prorrogado por igual período ou por prazo inferior.

Art.7º A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005 e suas alterações, até a conclusão dos trabalhos.

Art.8º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **SEMED - PORTARIA Nº 0731/2016**

PORTARIANº 0731/2016/Semed

ELSON QUIL CARDOZO, Secretário Municipal da Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem as duas Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5, Sindicância Administrativa Nº 002/2016, instaurada pela Portaria Nº 156/2016/Semed, em desfavor das servidoras Denise Alice Tambosi; Laurici Clarice Kath Bortolini; Maria Aparecida Possamai Petry; Mariane do Rocio Peters Kravice; Fernanda Raulino; Ana Caroline Ramos Souza; Adriana Fugel Ruda; Karine Lima de Moraes;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 070/2016, datado de 04 de agosto de 2016, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 03/08/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 0156/2016/Semed, de 05 de abril de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2016.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 541/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 541/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 233/2015, de 15.07.2015, que admitiu ELIANE DENISE MULLER BARBOZA, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 542/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 542/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 271/2015, de 15.07.2015, que admitiu CLAUDIA APARECIDA DA COSTA FERNANDES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 543/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 543/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 296/2015, de 28.07.2015, que admitiu MARIA ROSELENE BITENCOURT MACHADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 544/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 544/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 279/2015, de 30.07.2015, que admitiu CLAUDIOACIR GUERBER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de HISTÓRIA, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 545/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 545/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL,

no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 274/2015, de 28.07.2015, que admitiu REJANE REFATTI KERSTING, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 546/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 546/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 276/2015, de 29.07.2015, que admitiu MÁRCIA ERMÍNIA FUCHS VOOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 547/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 547/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 295/2015, de 29.07.2015, que admitiu LAIZ ANDERLE, para em Caráter Temporário atuar como

Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

### SEMED - PORTARIA Nº 548/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 548/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 278/2015, de 28.07.2015, que admitiu ELUIZA FRANCIELI BALTAZAR FERREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

### SEMED - PORTARIA Nº 549/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 549/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 275/2015, de 27.07.2015, que admitiu ANGELA RAQUEL DA SILVA NUNES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

### SEMED - PORTARIA Nº 550/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 550/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 272/2015, de 03.08.2015, que admitiu FERNANDA KEISER VIEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

### SEMOP - PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016/Semop

IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem as duas Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pela Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antonio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057-3; e Cleonis Rosália Tomazelli, matrícula 80161-5; a Sindicância Administrativa Nº 014/2016, Portaria inicial Nº 001/2016/Semob, datada de 07 de julho de 2016, em desfavor do servidor público Helder Natalicio Vareiro;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 071/2016, datado de 04 de agosto de 2016, e subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 06/08/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 001/2016/Semob, de 07 de julho de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/08/2016.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2016.  
IVAN ANDREIAS WOLTER  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 80/2016**

PORTARIA Nº 80/2016

Exonera Chefe de Gabinete.

JOCIMAR DOS SANTOS LIMA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, a SRA. MARISTELA MENEL ROZA. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 76/2016, de 21 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 03 de agosto de 2016.

JOCIMAR DOS SANTOS LIMA
Presidente em Exercício

**PORTARIA Nº 81/2016**

PORTARIA Nº 81/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. DENISE DOS SANTOS BALOD, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 04 de agosto de 2016.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA

Presidente em Exercício

# Joaçaba

## PREFEITURA

### LEI Nº 5.024 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

LEI Nº 5.024 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba (SC).

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 43.439,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinco centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 1.035 Construção e ampliação de Unidades e Parques de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0036 – 256 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 19.439,05

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 113 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 24.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 1.036 Construção e Ampliação de Unidades e Parques de Ens. Fundamental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0036 – 238 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 19.439,05

Proj./Atividade 2.048: Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 121 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 24.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### DECRETO Nº 4.975 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.975 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de

Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 267.666,92 (duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj./Atividade 2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 58

Valor: R\$ 16.941,92

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 2.029 Manutenção da Secretaria de Gestão Financeira

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 68

Valor: R\$ 6.500,00

Proj./Atividade 1.066 Inovações na Área de Tecnologia da Informação

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 71

Valor: R\$ 27.100,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 2.047: Manutenção das Atividades de Educação Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 101

Valor: R\$ 35.340,00

Proj./Atividade 2.048: Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 116

Valor: R\$ 37.500,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 120

Valor: R\$ 38.285,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 248

Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 162

Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade: 2.040 Manutenção da Frota Municipal

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 172

Valor: R\$ 46.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 04 – Assessoria de Comunicação

Proj./Atividade 1.074 Implantação e Manutenção do Programa Cidade Digital

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 15

Valor: R\$ 19.000,00

Unidade: 06 – Assessoria De Eventos

Proj./Atividade 2.023 Manutenção da Gerência de Eventos

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – 25  
Valor: R\$ 76.000,00  
Unidade: 08 – Administração Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal  
Proj./Atividade 2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 37  
Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Proj./Atividade: 1.027 Construção e Recuperação de Calçadas/Passeios  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 148  
Valor: R\$ 46.000,00  
Proj./Atividade: 1.063 Construção de Parque p/Lazer e Esportes

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 153	
---	--

Valor: R\$ 86.666,92

ÓRGÃO 10: CONSELHO TUTELAR  
Unidade orçamentária: 01 Conselho Tutelar  
Proj./Atividade: 2.091 Manutenção das Atividades Do Conselho Tutelar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 175	
---	--

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 05 de agosto de 2016.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

## 23/2015 PMJ 02

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015/PMJ/05 – TA 02

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada neste ato pela Secretária, MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, como órgão gerenciador e o GABINETE DO PREFEITO, como órgão participante, e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA – ME, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 564, centro, no município de Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.306.829/0001-16, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. Sérgio Antonio Durigon, portador da Cédula de Identidade nº 657.432 e inscrito no CPF sob o nº 250.325.429-20, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 23/2015/04 PMJ, firmada em 14/12/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2015/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 53/2015/PMJ para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 44 e 66 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
44	Arroz Parboilizado Tipo 01	kg	ALFINETE	2,10	2,71
66	Suco concentrado 100% natural – diversos sabores	lto	ESPERANÇA	7,30	9,13

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 23/2015/PMJ/05.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 04 de agosto de 2016.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT - Secretária

MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA – ME  
SÉRGIO ANTONIO DURIGON

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_



**ACÓRDÃO Nº 80/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE**

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC

Recurso: Voluntário

Processo nº 0000750/2016

Acórdão nº 80/2016

Requerente: Rosana de Cassia Ferreira

Reclamado: O município de Joaçaba

EMENTA: Tributário. ISSQN. Atividade cartorária. Cobrança do Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Prestação de serviço que não se desenvolve sob a forma de trabalho pessoal. Inaplicabilidade do regime especial do Art. 9º, § 1º, do decreto-lei nº 406/68. Base de cálculo para cobrança do montante do imposto como sendo o preço do serviço.

Relatório:

Trata o recurso da cobrança do Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza – ISSQN de atividade cartorária, sobre o montante arrecadado excluídas as taxas judiciais.

Diante disso a requerente interpela ao Conselho de Contribuintes do Município de Joaçaba – SC, através de protocolo por meio do processo nº 0000750/2016, expondo fatos e fundamentado-os para requerer o cancelamento do ofício que informou a decisão da base de cálculo para cobrança do montante de ISSQN como sendo o preço do serviço e conseqüentemente o reconhecimento da base de cálculo como valor fixo para pagamento do referido imposto a partir de 15/12/2015.

Conforme a requerente a atividade notarial e de registro é exercida em caráter pessoal, portanto dever-se-ia ser aplicada a cobrança sobre valor fixo.

O município de Joaçaba, por meio de seu representante, também manifesta recurso a este conselho, pugnando a manutenção da decisão e apresentando fundamentos jurídicos para tal.

Na análise do caso concreto, a tributação da atividade de registro e notarial é prevista pela Lei Complementar 116/2003, que não determina exatamente qual a forma de cobrança, se fixa ou de acordo com a receita.

O dispositivo da presente lei que trata do tema foi alvo de ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, ADI 3.089, onde ficou pacificada a questão relativa à incidência de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ISSQN no tocante a atividade cartorária. Entretanto surgiram questionamentos a respeito dos moldes em que se daria tal tributação.

A Requerente apresenta tese pela aplicação do Decreto 406/68, art. 9º, § 1º, sustentando que por se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte a cobrança deve se dar por meio de valor fixo, junta várias decisões favoráveis de tribunais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todas de 2010 e 2011.

Em seu parecer a Procuradoria do Município também cita a ADI 3.089, e decisões favoráveis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina a respeito do tema no sentido de reforçar a tese que a fixação da base de cálculo é de acordo com o faturamento, com as exclusões legais pertinentes.

No entanto, mais recentemente, a posição do STJ tem se firmado no sentido de que os notários e registradores devem pagar o ISSQN considerando como base de cálculo o preço do serviço, conforme ementas a seguir.

Da primeira turma do STJ.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2014/0053922-2

Relator: Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1º REGIÃO)

Data do Julgamento: 22/09/2015

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIÇOS NOTARIAIS. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE NÃO SE DESENVOLVE SOB A FORMA DE TRABALHO PESSOAL. INAPLICABILIDADE DO REGIME ESPECIAL DO ART. 9º, § 1º, DO DECRETO-LEI Nº 406/68. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELA PRIMEIRA SEÇÃO (REsp 1.328.384/RS). PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL PARA DENEGAR A SEGURANÇA.

[...]

4. A possibilidade de enquadramento dos serviços de registros públicos no regime especial foi submetida à Primeira Seção no julgamento do REsp nº 1.328.384, RS, ocasião em que prevaleceu o entendimento de que "a prestação de serviços de registros públicos (cartorário e notarial) não se enquadra no regime especial previsto no art. 9º, § 1º, do Decreto-lei 406/68, pois, além de manifesta a finalidade lucrativa, não há a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, especialmente porque o art. 236 da CF/88 e a legislação que o regulamenta permitem a formação de uma estrutura economicamente organizada para a prestação do serviço de registro público, assemelhando-se ao próprio conceito de empresa" (DJe de 29.05.2013).

Da segunda turma do STJ

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2013/0377006-9

Relator: Ministro OG FERNANDES

Data do julgamento: 26/08/2014

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISSQN. SERVIÇO CARTORÁRIO. CARÁTER EMPRESARIAL. ALÍQUOTA FIXA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não se aplica aos serviços de registros públicos, cartorários e notariais a sistemática de recolhimento de ISSQN prevista no art. 9º, § 1º, do Decreto-Lei n. 406/68. Precedentes.

2. O STF, por ocasião do julgamento da ADIN 3.089/DF, reconheceu o caráter empresarial dos prestadores de serviços cartorários, restando, assim, afastada a aplicação do benefício da alíquota fixa cabível às atividades de cunho pessoal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (BRASIL, 2014)

O Voto:

Desta feita, resta a esse relator, diante dos fatos e fundamentações no presente processo, NEGAR PROVIMENTO, considerando como base de cálculo do ISSQN de atividade cartorária, atos notariais e de registro, o valor do faturamento, excluídas da base de cálculo as taxas determinadas na regulamentação vigente.

Decisão:

Vistos e relatados os presentes autos, em sessão realizada no dia 11 de julho de 2016, ACÓRDÃO os membros do Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Joaçaba – SC em NEGAR PROVIMENTO, POR UNANIMIDADE, de acordo com o voto do relator e sua fundamentação.

Joaçaba, 11 de julho de 2016.

ELIANA ZARDO

Presidente do CMC

PAULO DELFINO PINTO

Conselheiro Relator

VANIA BRANDALIZE

Representante da Fazenda Municipal



**DECRETO Nº 4.972 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 4.972 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.022,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-192	

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 1.073 Manutenção e Conservação de Estradas do Interior

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-187	

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**DECRETO Nº 4.973 DE 05 AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº 4.973 DE 05 AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.023,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 206.300,00 (duzentos e seis mil e trezentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.065 – BLINV – REFORMA/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF -FMS

(8) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0614

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.121 – BLGES:BLOCO DE GESTÃO DO SUS

(2) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002  
Valor: R\$ 6.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.069 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CAPS

(17) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0614

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.011 – BLINV – AQUISIÇÃO VEÍCULOS - FMS

(3) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 6.300,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**DECRETO Nº 4.974 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 4.974 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.024,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 43.439,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinco centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 1.035 Construção e ampliação de Unidades e Parques de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0036 – 256 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 19.439,05

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 113 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 24.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 1.036 Construção e Ampliação de Unidades e Parques de Ens. Fundamental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0036 –238 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 19.439,05

Proj./Atividade 2.048: Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036 –121 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 24.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**EDITAL 11 2016 TESTE SELETIVO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE JOAÇABA

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 11/2016**

CONSIDERANDO que em 16 de julho de 2016 ao encerrar-se as férias do profissional médico do interior e diante da sua solicitação de aposentadoria a qual foi concedida em 18 de julho do mesmo ano, as Unidades Básicas de Saúde de Santa Helena e Nova Petrópolis encontram-se no momento sem um profissional médico;

CONSIDERANDO que foi realizado Processo Seletivo Simplificado nº 10/2016 finalizado em 27 de junho de 2016 para o cargo, porém todos os candidatos convocados apresentaram e declararam ao Setor Pessoal da Prefeitura desistência da vaga;

CONSIDERANDO o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde são de caráter essencial para a comunidade, justificando-se assim a urgência do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO que o cargo de profissional médico é indispensável para o funcionamento da Unidade Básica de Saúde;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo objetiva prover, temporariamente servidores, na forma estabelecida no art. 2º, §1º, III da LC n. 97/2005 é destinado a prover vagas em caráter temporário de excepcional interesse público;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal por prazo determinado, em caráter emergencial, por se tratar de serviços essenciais compondo assim o quadro de pessoal faltante na Secretaria de Saúde e para formação de Cadastro de Reserva – CR.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designado pelo Secretário Municipal de Saúde, nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter emergencial para atuar nas Estratégias de Saúde da Família – ESF. As contratações e Cadastro Reserva – CR serão excepcionalmente em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogável por igual período;

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade e/ou exoneração (período até o provimento do cargo por servidor efetivo a fim de não impossibilitar o atendimento dos serviços de saúde), no caso de inexistência de concurso público vigente ou no caso de tratar-se de programa temporário.

1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito, com o respectivo aviso prévio; e

III – por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

1.9. O prazo para chamamento deste seletivo será de 01 (um ano), contado da publicação do resultado final.

**2. DA INSCRIÇÃO**

2.1 As inscrições serão recebidas de 09 de agosto a 19 de agosto de 2016, das 8:30h as 11:30h e das 13:00h às 19:00h, no Departamento de Recursos Humanos, 2º andar, da Secretaria de Saúde de Joaçaba – SC, situada na Av. XV de Novembro, n.º 223, devendo, o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá entregar cópia do Anexo III (uma via) e IV (duas vias) deste edital já preenchidas, informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Título de Eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);

- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas, juntando obrigatoriamente a documentação comprovando a habilitação mínima para o cargo;

- Comprovante de regularidade no CPF;

- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

### 3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Cadastro de Reserva – CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade e/ou exoneração (período até o provimento do cargo por servidor efetivo a fim de não impossibilitar o atendimento dos serviços de saúde):

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico Generalista	1 + CR	40 horas	R\$ 14.216,66 mensal

(\*) O número de vagas será de acordo com a necessidade do Município, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

### 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para a área pretendida, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora e sem o número da carga horária total.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5. Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6. O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 24 de agosto de 2016 no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Diário Oficial dos Municípios.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do processo seletivo, será considerada a data da publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

### 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço de saúde na área pretendida;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

### 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;
- Escolaridade em conformidade com habilitação exigida;
- Apresentar registro no respectivo órgão de classe;
- Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;
- Conta corrente individual em banco designado pelo Município.

6.2. O candidato convocado terá prazo máximo de cinco (05) dias, contados do recebimento da ciência da convocação, para assumir ou desistir da vaga. Passado este prazo, o candidato passará automaticamente para o final da lista.

### 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas) a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3 Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br);

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo simplificado.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 08 de agosto 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Médico Generalista	<p>Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso.</li> <li>· Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio.</li> <li>· Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção Básica, definidas nas normas e diretrizes da estratégia de saúde coletiva vigente no país.</li> <li>· Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva.</li> <li>· Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental entre outros que se fizerem necessários.</li> <li>· Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável.</li> <li>· Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências.</li> <li>· Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência, participando da elaboração dos relatórios mensais a serem produzidos pela unidade de saúde.</li> <li>· Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial, cuja atenção não deve estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos.</li> <li>· Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção, prevenção e educação para saúde.</li> <li>· Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico de confiança.</li> <li>· Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na US de origem, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência.</li> <li>· Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais, indicar internação hospitalar quando necessário.</li> <li>· Solicitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.</li> <li>· Fazer prescrições de medicamentos de acordo com a política municipal de Assistência Farmacêutica.</li> <li>· Verificar e atestar óbito.</li> <li>· Acatar seu remanejamento para qualquer unidade da rede municipal, atendendo necessidade ou posicionamento estratégico de readequação.</li> <li>· Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade.</li> <li>· Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico.</li> <li>· Prescrever medicamentos, indicando dosagem e a respectiva via de administração.</li> <li>· Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença.</li> <li>· Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais, atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas.</li> <li>· Atender convocação da Secretaria Municipal de Saúde para participar de curso, treinamento e atividades afins que estejam ligas à sua área de atuação, participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo.</li> <li>· Emissão de laudos e pareceres na área afim.</li> <li>· Executar outras tarefas afins.</li> </ul>	Ensino Superior Completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### ANEXO II

CARGO: Médico Generalista

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação na profissão	1,0 a cada 6 meses	1,0
Tempo de atuação em Atenção Básica	1,0 a cada ano	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 10 horas de cursos	4,0
Estágios extracurriculares e curriculares na área da saúde	1,0 a cada 60 horas	2,0
Pós-graduação saúde coletiva	1,0	1,0
Total máximo de pontuação		10,00

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a

estes no ato de inscrição.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

#### ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL Nº 11/2016

Nº de inscrição \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição:

- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral (primeiro e segundo turno);
- ☐ Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- ☐ Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- ☐ Comprovante de regularidade no CPF;
- ☐ Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos.

Joaçaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Assinatura do Candidato Assinatura do(a) responsável  
pela inscrição

Nº de inscrição \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Joaçaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Assinatura do recebedor

#### ANEXO IV

#### FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 11/2016

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

#### RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

CAMPOS PREENCHIDOS PELO CANDIDATO				(deixar em branco)	
Nº	Nº de horas	Histórico / resumo	Pré – pontuação		
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					



10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
PONTUAÇÃO TOTAL					

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em 02 (duas) vias, conforme Edital.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: \_\_\_\_\_ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato Assinatura do Responsável p/ recebimento

## LEI COMPLEMENTAR Nº 335 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 335 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES NA FORMA QUE ESPECIFICA, REGULAMENTANDO O ART. Nº 91 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2007  
O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono, nos termos do art. 91 da Lei Complementar Municipal nº 137, a seguinte Lei Complementar,

### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Município de Joaçaba, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a regularizar as edificações clandestinas e/ou irregulares iniciadas e/ou executadas anteriormente à data de publicação da Lei Complementar nº 137, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos na Lei de Zoneamento Municipal, instituído pela Lei municipal nº 137, de 12 de fevereiro de 2007, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

§ 1º As características construtivas relativa às condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade de que trata este artigo serão determinadas através de laudo técnico pericial elaborado por profissional da área, contratado pelo requerente.

§ 2º Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:  
I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - construção clandestina - obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença; e

III - construção clandestina parcial: aquela correspondente à

ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Município.

Art. 2º São passíveis de regularização somente as edificações que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - recuos frontais;

II - afastamentos laterais e fundos;

III - taxa de ocupação;

IV - número de vagas para garagem, com tolerância de redução de até trinta e três por cento (33%) do mínimo exigido para edifícios residenciais e para demais usos adota-se uma redução de até cinquenta por cento (50%).

V - gabarito;

VI - índice de aproveitamento.

§ 1º Nos casos de regularização de recuos frontais, os requerimentos referente aos imóveis situados em vias arteriais, coletoras e de integração regional definidas no Mapa de Sistema Viário Urbano, anexo III.I da LC nº 137/2007, serão submetidos a análise e parecer do CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 2º Nos casos de regularização em que a municipalidade entenda que poderá gerar grande impacto negativo urbanístico local, deverá encaminhar para análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas no art. 2º desta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos;

III - estejam localizados em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de transmissão de energia de alta tensão, ZCA (Zona de Conservação Ambiental), ZPP (Zona de Preservação Permanente), bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição e/ou situadas em áreas de risco a



critério da Defesa Civil;

IV - que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro; e

V - que possuam irregularidades causadas por usos desconformes com a Lei Municipal de Zoneamento e por desconformidade com a legislação federal e/ou estadual.

Parágrafo Único. Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura resistente e/ou ofereçam risco aos imóveis e logradouros confrontantes, não serão e não poderão ser objeto de adequações ou ampliações.

Art. 4º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá, além de atender ao disposto na legislação federal, estadual e municipal, e aos procedimentos administrativos para aprovação de projetos e licenciamento de obras do Município de Joaçaba, da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado, conforme modelo I, junto ao setor de Protocolo, apresentando, além dos projetos e da documentação padrão, os seguintes documentos:

- a) solicitação de vistoria prévia e alinhamento;
- b) anotação de Responsabilidade Técnica - ART com Laudo Técnico e regularização da obra conforme a Norma Técnica, NBR 13752, informando as condições da edificação;
- c) Três (3) fotos da edificação, mostrando os recuos, afastamento do imóvel, apresentando quando possível, as desconformidades com a lei de uso e ocupação do solo;

II - cópia da notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município e/ou cópia do parecer técnico emitido pelo setor responsável pela análise de projetos da Prefeitura, quando houver;

III - comprovante de que a construção foi iniciada e/ou executada anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 137/2007, não sendo aceitos comprovantes de luz e água do tipo provisória para os casos de obras em execução;

IV - Termo de Declaração de Responsabilidade, conforme Modelo II, anexo a esta Lei Complementar;

V - Certidão junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou outro documento hábil que comprove a propriedade ou a posse do imóvel sob o qual foi realizada a construção a ser regularizada;

VI - Certidão Negativa de Tributos Municipais relativo ao imóvel;

VII - projeto arquitetônico da edificação, constando:

- a) planta de situação;
- b) planta de locação constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;
- c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;
- d) dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;
- e) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº xxx/2016";
- f) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá atender as Normas do Corpo de Bombeiros, relativo à aprovação de projetos de prevenção contra incêndio;
- g) quadro estatístico demonstrando claramente a área relativa à não conformidade com a Lei de Zoneamento Municipal.

VIII - comprovante dos seguintes recolhimentos cumulativamente:

- a) taxa de expediente, relativa à solicitação de análise e aprovação do projeto;
- b) Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras;
- c) comprovante de recolhimento da compensação (integral ou

primeira parcela) correspondente à regularização da obra, a ser apresentado à secretaria competente, antes da data de emissão do alvará de regularização; e

IX - Termo de Compromisso de Regularização conforme Modelo III;

X - anuência da Sociedade Condominial, quando for o caso.

§ 1º Constatada a qualquer tempo divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser tornada nula a regularidade da edificação e aplicadas as sanções cabíveis conforme previsto na Lei Complementar nº 134/2007.

§ 2º Para a solicitação de habite-se serão exigidos a documentação estabelecida na Lei nº 134, de 12 de fevereiro de 2007, inclusive o atestado de aprovação de vistoria para habite-se expedido pelo Corpo de Bombeiros relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares.

§ 3º Se o interessado na regularização da obra já tenha protocolado pedido de licença para construir, deverá requerer, no Protocolo, a sua substituição por novo pedido em que conste o requerimento de regularização conforme modelo I, além dos documentos indicados no art. 4º da presente Lei Complementar e respectivo recibo de pagamento das taxas respectivas e o número do protocolo do processo a ser substituído.

§ 4º Para regularizar obra construída com Alvará de Construção, porém, em desacordo com o Projeto Aprovado, o solicitante deverá requerer no Protocolo, a reaprovação do projeto com o requerimento de regularização conforme modelo I, apresentando, além dos documentos indicados no art. 4º da presente Lei Complementar, as vias originais do Alvará de Construção e dos Projetos Aprovados, para cancelamento.

Art. 5º As regularizações que dizem respeito a recuo frontal, afastamentos laterais/fundos, taxa de ocupação, número de vagas para garagem, gabarito e índice de aproveitamento somente serão efetivadas mediante o pagamento de compensações, tendo por base a Unidade de Referência (UR), obedecidos aos seguintes critérios:

I - tratando-se de edificações construídas sobre o recuo frontal:

- a) duas (2,0) Unidade de Referência (UR) por metro quadrado de área construída irregularmente no pavimento térreo da testada principal do terreno; e
- b) uma (1) Unidade de Referência (UR) por metro quadrado de área construída irregularmente nos demais casos (pavimentos acima do térreo e testadas secundárias).

II - tratando-se de edificações construídas sobre o afastamento lateral e/ou fundos:

- a) Uma e meia (1,5) Unidade de Referência (UR) por metro quadrado edificado a mais sobre o afastamento lateral e/ou fundos;

III - tratando-se de edificações que extrapolam a taxa de ocupação máxima permitida para a zona em que situa, computar-se-ão uma (1,00) Unidade de referência por metro quadrado edificado a mais do que o permitido.

IV - tratando-se de edificações sem o número mínimo de vagas para garagem, computar-se-ão vinte (20) Unidades de referência (UR) por vaga inferior ao número exigido.

V - tratando-se de edificações que extrapolam o limite de gabarito máximo permitido para a zona em que situa, computar-se-ão uma (1,00) Unidade de referência por metro quadrado edificado a mais do que o permitido;

VI - tratando-se de edificações que extrapolam o índice de aproveitamento máximo permitido para a zona em que situa, computar-se-ão uma (1,00) Unidade de referência por metro quadrado edificado a mais do que o permitido.

§ 1º Para os casos de edificações situadas em terrenos de esquina ou com mais de uma frente, considerar-se-á testada principal aquela confrontante com o logradouro de maior hierarquia viária, conforme definido na Lei Complementar nº 137, e nos casos em que os logradouros possuírem a mesma hierarquia, vale a definida na matrícula do Cartório de Registro de Imóveis como "frente" ou na ausência desta, a de maior extensão linear.

§ 2º Na ocorrência da situação definida no § 1º, deste artigo, aplicar-se-á, para efeitos de cálculo, a seguinte regra:

I - calcular-se-á, primeiramente, a compensação incidente sobre a testada principal; e

II - calcular-se-á, em seguida, a multa relativa às demais frentes, excetuando-se a área do terreno já abrangida na primeira apuração.

§ 3º O valor referente à compensação poderá ser parcelado em até vinte e quatro (24) parcelas iguais e mensais, obedecida às previsões legais quanto a reajuste, juros e multas e com valor mínimo de parcela de uma (1) UR para pessoa física e três (3) UR para pessoa jurídica).

§ 4º Nos casos de infrações em mais de um item especificado neste artigo, as compensações serão calculadas de forma cumulativa.

§ 5º Os recursos provenientes das compensações instituídas pela presente Lei Complementar deverão ser aplicados obrigatoriamente em conta bancária específica e serão utilizados para melhoria da infraestrutura urbana, melhoria ambiental, política habitacional de interesse social, instrumentalização dos setores e capacitação dos servidores que trabalham com questões urbanísticas.

§ 6º O plano de aplicação dos recursos decorrentes das compensações será encaminhado pelo Poder Executivo e aprovado pelo CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal, de acordo com a destinação prevista no § 5º deste artigo.

§ 7º Fica vedada a utilização dos recursos provenientes das compensações previstas nesta Lei Complementar em finalidade diversa daquelas previstas no § 5º deste artigo.

Art. 6º Os processos e as notificações, de que trata essa Lei Complementar, para regularização de edificação em andamento no Município na data da publicação desta Lei Complementar poderão ser analisados segundo os parâmetros nesta estabelecidos, desde que haja manifestação expressa do interessado, além da apresentação dos documentos previstos no art. 4º.

Art. 7º As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a legislação vigente.

Art. 8º A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Joaçaba quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 9º A regularização de que trata esta Lei Complementar não implica no reconhecimento pelo Município do direito de propriedade.

Art. 10 Em caso de inadimplemento parcial do parcelamento realizado nos termos do art. 5º, § 3º desta Lei Complementar, o saldo

devedor deverá ser inscrito em dívida ativa.

Art. 11 Os processos não concluídos por omissão do requerente durante a vigência da presente Lei Complementar serão indeferidos e arquivados, não gerando direito à devolução do valor já pago ao Município.

Art. 12 Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 13 Esta Lei Complementar terá validade de vinte e quatro (24) meses, contados a partir de sua vigência, cessando seus benefícios após esse prazo.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### MODELO I

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – SEI

ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO/LEI COMPLEMENTAR Nº XXXX/2016

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Joaçaba

\_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, abaixo assinado, desejando a regularização, de um prédio \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, com \_\_\_\_\_ pavimentos, medindo \_\_\_\_\_ m², no lote nº. \_\_\_\_\_ quadra \_\_\_\_\_, situado na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, com Inscrição Imobiliária – IPTU nº. \_\_\_\_\_, vem, respeitosamente, conforme Lei Complementar nº xx/2016, requerer o Alvará de Licença para a referida construção, razão pela qual sujeita-se a todos os dispositivos legais.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Requerente

#### ESCLARECIMENTOS:

1. Área do terreno: \_\_\_\_\_ m²
2. Testada do terreno: \_\_\_\_\_ ml
3. Área total da construção: \_\_\_\_\_ m²
4. Autor do Projeto: \_\_\_\_\_
5. Número do Registro no CREA: \_\_\_\_\_
6. Responsável pela Construção: \_\_\_\_\_
7. Número do registro no CREA: \_\_\_\_\_

#### MODELO II

#### MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA sob o nº \_\_\_\_\_, abaixo subscrito, DECLARO, para fins de regularização, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº XX/16 e como responsável pelo levantamento da edificação localizada no imóvel situado na Rua \_\_\_\_\_, sob o nº de matrícula \_\_\_\_\_ junto ao Cartório de Registro

de Imóveis da \_\_\_\_ Circunscrição de propriedade/posse/domínio útil de \_\_\_\_\_, que o projeto apresentado reflete fielmente a construção já executada, estando passível de celebração de Termo de Compromisso de Regularização, tendo pleno conhecimento de que no caso de serem apuradas desconformidades não será expedido Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra.

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente sob as penas da lei.

Joaçaba(SC), \_\_\_\_\_

Responsável Técnico

### MODELO III

#### MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE REGULARIZAÇÃO

Termo de Compromisso de Regularização que entre si celebram o Município de Joaçaba, através da Secretaria de Infraestrutura e \_\_\_\_\_ (qualificação completa do interessado: nome, nº identidade, CPF/MF, estado civil, profissão e endereço), com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 137, de 12/02/2007.

Pelo presente Termo de Compromisso de Regularização, autorizado pela Lei Complementar nº xxx, de xxxx de 2016, o Município de Joaçaba, através da Secretaria de Infra-estrutura, e \_\_\_\_\_, tem entre si justo e acertado:

Considerando a realização, pelo interessado, de \_\_\_\_\_ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação) em desconformidade com o disposto na Lei Complementar nº 137/2007 (Lei de Zoneamento Municipal);

Considerando que incumbe ao Executivo Municipal emitir Alvará de Construção, assegurando atendimento aos preceitos da legislação correlata, especialmente da Lei de Zoneamento Municipal (Lei Complementar nº 137/2007);

Considerando a demonstração de interesse dos celebrantes em pactuar o que adiante se segue:

#### RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Regularização, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 91º, da Lei nº 137/2007 e do art. 1º, da Lei Complementar nº xxx, de xxxx de 2016 e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Este TERMO tem por objeto a aprovação do Projeto Arquitetônico da \_\_\_\_\_ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação), localizada no imóvel \_\_\_\_\_ (Descrever a localização do imóvel, seu número de matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis e número no Cadastro Imobiliário Municipal) de propriedade/posse/domínio útil do requerente, de acordo com o que estabelece a Lei Complementar Municipal nº xxx/2016.

Cláusula Segunda - Para a consecução do objeto deste TERMO, o interessado se compromete a efetuar o pagamento da respectiva compensação monetária, conforme estabelece o art. 5º, da Lei Complementar nº xxx, de xxx de 2016, para regularização de um ou mais dos seguintes itens: (assinalar o(s) item (s) e preencher os campos respectivos)

( ) redução do recuo frontal da testada principal de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_% de redução, representando \_\_\_\_\_m² construídos sobre o recuo frontal, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução do recuo frontal (pavimentos acima do térreo e testadas

secundárias) de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_% de redução, representando \_\_\_\_\_m² construídos sobre o recuo frontal, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução de afastamento lateral de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_% de redução, representando \_\_\_\_\_m² construídos sobre o afastamento lateral, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução de afastamento de fundos de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_% de redução, representando \_\_\_\_\_m² construídos sobre o afastamento de fundos, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) aumento do potencial construtivo com acréscimo da Taxa de Ocupação de \_\_\_\_% para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_%, o que corresponde a \_\_\_\_\_m² de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução do número de vagas para de \_\_\_\_\_ vagas exigidas em lei para \_\_\_\_\_, o que corresponde a \_\_\_\_\_% de redução, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) aumento do potencial construtivo com acréscimo do limite de gabarito máximo de \_\_\_\_ pavimentos para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ pavimentos, o que corresponde a \_\_\_\_\_m² de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) aumento do potencial construtivo com acréscimo do Índice de Aproveitamento de \_\_\_\_ para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_, o que corresponde a \_\_\_\_\_m² de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

Cláusula Terceira - O presente TERMO somente será firmado após aprovação por parte dos demais órgãos co-responsáveis pela aprovação de projetos arquitetônicos, tais como:; Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, dentro outros, bem como da observância das demais medidas administrativa e/ou judiciais que se fizerem necessárias em face do cumprimento das Notificações/Autuações porventura lavradas.

Cláusula Quarta - A celebração do presente TERMO não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do seu requerimento.

Cláusula Quinta - O presente TERMO se constitui em Título Executivo Extrajudicial.

Cláusula Sétima - Sob pena de ineficácia, o presente TERMO deverá ser publicado no Mural Público e página oficial do Município.

Cláusula Oitava - A lista de assinaturas anexas fará parte integrante do presente termo, bem como as procurações, para os fins de direito.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Cidade de Joaçaba-SC para dirimir os conflitos decorrentes do presente TERMO.

Nada mais havendo a ajustar, vai o presente TERMO assinado, em três vias, pelas partes, para que surta os seus efeitos legais.

Joaçaba(SC), \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO - SEI \_\_\_\_\_  
INTERESSADO: \_\_\_\_\_

**LEI Nº 5.022 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

LEI Nº 5.022 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-192	
--	--

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 1.073 Manutenção e Conservação de Estradas do Interior

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-187	
--	--

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**LEI Nº 5.023 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

LEI Nº 5.023 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 206.300,00 (duzentos e seis mil e trezentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.065 – BLINV – REFORMA/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF - FMS

(8) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0614  
Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.121 – BLGES:BLOCO DE GESTÃO DO SUS

(2) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 6.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.069 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CAPS

(17) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0614

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.011 – BLINV – AQUISIÇÃO VEÍCULOS - FMS

(3) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 6.300,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**LEI Nº 5.025 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

LEI Nº 5.025 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba (SC),  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 267.666,92 (duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj./Atividade 2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 58

Valor: R\$ 16.941,92

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 2.029 Manutenção da Secretaria de Gestão Financeira

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 68

Valor: R\$ 6.500,00

Proj./Atividade 1.066 Inovações na Área de Tecnologia da Informação

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 71

Valor: R\$ 27.100,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 2.047: Manutenção das Atividades de Educação



**Fundamental**

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 101

Valor: R\$ 35.340,00

Proj./Atividade 2.048: Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 116

Valor: R\$ 37.500,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 120

Valor: R\$ 38.285,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0000 – 248

Valor: R\$ 50.000,00

**ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 162

Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade: 2.040 Manutenção da Frota Municipal

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 172

Valor: R\$ 46.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

**ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO**

Unidade: 04 – Assessoria de Comunicação

Proj./Atividade 1.074 Implantação e Manutenção do Programa Cidade Digital

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 15

Valor: R\$ 19.000,00

Unidade: 06 – Assessoria De Eventos

Proj./Atividade 2.023 Manutenção da Gerência de Eventos

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – 25

Valor: R\$ 76.000,00

Unidade: 08 – Administração Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal

Proj./Atividade 2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 37

Valor: R\$ 30.000,00

**ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.027 Construção e Recuperação de Calçadas/Passeios

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 148

Valor: R\$ 46.000,00

Proj./Atividade: 1.063 Construção de Parque p/Lazer e Esportes

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 153	
---	--

Valor: R\$ 86.666,92

**ÓRGÃO 10: CONSELHO TUTELAR**

Unidade orçamentária: 01 Conselho Tutelar

Proj./Atividade: 2.091 Manutenção das Atividades Do Conselho Tutelar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 175	
---	--

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 05 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**PORTARIA N.º 6383**

PORTARIA Nº 6.383 DE 02 DE AGOSTO DE 2016

"NOMEIA COMISSÕES QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR os Servidores para compor as comissões de avaliações de estágio probatório 1º semestre 2016:

Secretaria Municipal de Saúde:

Ana Paula Franke

Marcia Maria Zimmermann Magro

Sulany de Fatima B. Welter

Secretaria Municipal de Educação : Diretoria de Esportes:

Cristina Vieira Anderson Crsitiano da Silva

Daiana Antunes de Oliveira Elisabeth Baretta

Marilde Terezinha Bittencourt Nei Tesser

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Nelia Maria Fin

José Antonio Martins

Venilton Rogerio Teles

Secretaria Municipal de Administração, Gabinete do Prefeito:

Angela Dolores Beal Dariva

Jose Otavio Dalmedico

Roberto Minati

Secretaria de Gestão Financeira, Procuradoria: Secretaria Municipal de Ação Social:

Eliana Zardo Ivone Zanatta

Claudete Maria Toscan da Silva Maristela Rosa Abatti Schuler

Iria Flávia Rodrigues Torrico Renan Zilio

Vania Brandalize

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação:

Altevir Da Cas

Hellen Christian Wiest Dabrowski

Valdecir Valentin Darold

Art. 2º - Fica designada a direção de cada unidade escolar para acompanhar e realizar a avaliação dos respectivos servidores.

Art. 3º - Fica designado cada responsável pelo órgão onde o servidor esta cedido para realizar a avaliação dos respectivos servidores.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6384**

PORTARIA Nº 6.384 DE 02 DE AGOSTO DE 2016

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure qualquer valor recebido indevidamente pela servidora Deise Cristina Crippa por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 3.353/2014.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANE ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 02 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6385**

PORTARIA Nº 6.385 DE 02 DE AGOSTO DE 2016

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, para apurar a responsabilidade do servidor Ilton Antonio Schmitz, por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de sindicância instaurada pela portaria n.º 4.673/2015.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e TIAGO DUPONT GIUMBELLI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**BALANCETE FINANCEIRO JULHO/2016 FMS**

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Julho  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
Balancete Financeiro - Por Função - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>795.548,26</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.253.322,34</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.963,50	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.143.395,10
RECEITA PATRIMONIAL	23.781,48	Saúde	2.143.395,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	721.803,28	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>109.927,24</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	44.000,00	Saúde	109.927,24
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>1.075.318,57</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.075.318,57		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.462.178,69</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.470.584,09</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	3.020,41	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	3.020,41
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	200.791,86	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	191.216,06
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.258.366,42	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.242.778,78
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	33.568,84
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>3.306.550,27</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.915.689,36</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	1.069.099,79	BANCO C/ MOVIMENTO	846.744,78
BANCOS C/ VINCULADAS	2.237.450,48	BANCOS C/ VINCULADAS	2.068.944,58
<b>TOTAL</b>	<b>7.639.595,79</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.639.595,79</b>

JOACABA, 03/08/2016

PAULA GIOVANA KLEBER  
Ordenadora de Despesa - Secretária Saúde

ELIANE APARECIDA CERON VIER  
Contadora CRC/SC 021520/O-0

ELIZETE MARQUES  
Tesoureira

**HOMOLOGAÇÃO - PL 57/2016/PMJ - TP 13/2016/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 13/2016 - TP</b>  Processo Administrativo: 59/2016 Processo de Licitação: 57/2016 Data do Processo: 24/06/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 57/2016  
b ) Licitação Nr.: 13/2016-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 21/07/2016  
e ) Data da Adjudicação: 21/07/2016 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a implantação de 3ª pista de rolamento em parte das Avenidas Santa Terezinha e XV de Novembro (trecho entre as Pontes Emilio Baumgart e Jorge Lacerda), no Município de Joaçaba, SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA (9870)**

1 Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a implantação de 3ª pista de rolamento em parte das Avenidas Santa Terezinha e XV de Novembro (trecho entre as Pontes Emilio Baumgart e Jorge Lacerda), no Município de Joaçaba, SC.	VB	1,00	0,0000	112.589,21	112.589,21
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>112.589,21</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>112.589,21</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.4.4.90.00.00.00.00 (271)

Joaçaba, 21 de Julho de 2016.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 241/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 241/2016 08.08.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 01/2016 e classificação em segundo lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Jean Ribeiro, para o Cargo de Auxiliar de Controle Operacional, Padrão-5, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 08 de agosto de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a classificação em 2º Lugar de Jean Ribeiro no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 01/2016, para o Cargo de Auxiliar de Controle Operacional de acordo com a Portaria JHL-175/2016 de 16.06.2016, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

**RESUMO CONTRATO JHL 0057/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0057/2016

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0059/2014

PREGÃO PRESENCIAL JHL0032/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2014

PROTOCOLO Nº 1937/2014

Data assinatura: 05/08/2016

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A

Valor Contratado: R\$ 2.690,54 (Dois mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/ 2.061/ 2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.

Prazo de vigência: 14/08/2016 a 13/10/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0058/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0058/2016

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0060/2014

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0032/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2014

PROTOCOLO Nº 1937/2014

Data assinatura: 05/08/2016

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Valor Contratado: R\$ 261,60 (duzentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/ 2.061/ 2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.

Prazo de vigência: 14/08/2016 a 13/10/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO JULHO /2016 PMLM/FMS/HMHL

EXTRATO DE CONTRATO JULHO /2016 PMLM/FMS/HMHL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

EXTRATO DE CONTRATO 117/2016 PMLM

Contrato 117/2016

Processo Licitatório nº 55/2016 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº. 55/PMLM/2016

Objeto: O objeto deste Termo é a concessão de espaço com área de 72,62 m², anexo ao museu e centro de informações turísticas, localizado na Rua Presidente Getúlio Vargas, Bairro Bela Vista, destinado à exploração e administração da lanchonete.

Contratado: DANIEL DIAS

Valor mensal: 605,00 ( seiscientos e cinco reais).

Vigencia : 26/07/2016 a 26/07/2036

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 118/2016 PMLM

Contrato 118/2016

Processo Licitatório nº 58/2016 – PREGÃO PRESENCIAL. 58/PMLM/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de materiais de construção para a reforma do vestiário campo Estádio Edgar Coelho de Sá – Campo Guatá, no Município de Lauro Muller, mediante as especificações, condições e quantidades contidas no termo de homologação.

Contratado: MCM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor global: R\$ 6.480,80 ( seis mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos).

Vigencia : 26/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 119/2016 PMLM

Contrato 119/2016

Processo Licitatório nº 61/2016 – PREGÃO PRESENCIAL. 61/PMLM/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gás de cozinha para suprir as necessidades das secretarias de administração, agricultura, obras e educação através das escolas que compõem a rede municipal de ensino, durante o ano letivo de 2016.

Contratado: FIORO COMÉRCIO DE GÁS LTDA.

Valor global: R\$19.275,00 ( dezenove mil duzentos e setenta e cinco reais).

Vigencia : 15/07/2016 a 32/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 120/2016 PMLM

Contrato 120/2016

Processo Licitatório nº 64/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO. 64/PMLM/2016

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EMERGENCIAL DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O MES DE JULHO. ATÉ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MEIO DE PREGÃO PRESENCIAL.

Contratado: BEZ BATTI & BEZ BATTI TRANSPORTES LTDA-ME

Valor global: 19.000,00 ( dezenove mil reais).

Vigencia : 25/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 121/2016 PMLM

Contrato 121/2016

Processo Licitatório nº 62/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO. 62/PMLM/2016

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos intermunicipal com motorista para Criciúma, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2016, conforme especificado no termo de homologação.

Contratado: BEZ BATTI & BEZ BATTI TRANSPORTES LTDA-ME

Valor global: 232.814,00 ( duzentos e trinta e dois mil oitocentos e quatorze reais).

Vigencia : 01/08/2016 a31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 122/2016 PMLM

Contrato 122/2016

Processo Licitatório nº 70/2015 – PREGÃO PRESENCIAL. 70/PMLM/2016

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia, projetos básicos, projetos executivos e serviços complementares para a edificação industrial para instalação de usina de beneficiamento de leite

Contratado: SANDRO HOLBOLD

Valor global: 38.340,00 ( trinta e oito mil trezentos e quarenta reais).

Vigencia :27/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE SUPRESSAO VALOR 003/2015 AO CONTRATO 145/2014 PMLM

Contrato Original: CONTRATO 145/2014 PMLM

Processo Licitatório nº 64/2014

Objeto: O presente termo aditivo supressão, contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Reforma do Ginásio Nelson Righeto, com área de 1.606,00m², localizado no Bairro Centro no Município de Lauro Muller/SC., de acordo com o Convênio 2014TR2312 da SDR fonte de recurso nº 262/2014, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos bem como demais obrigações constantes no processo licitatório TP nº 97/2014 e no parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município, conforme tabela e justificativa apresentada pelo setor de engenharia: Vimos por meio deste, solicitar supressão de valor e adição no plano de trabalho conforme planilha, memorial e justificativa dos itens abaixo, referentes ao Convênio 2014TR002312 para execução da REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES NELSON RIGHETTO.

Contratado: MAZON CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI.

Prazo de Vigência: 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

**EXTRATO DE CONTRATO 60/2016 FMS**

Contrato 60/2016

Processo Licitatório nº17/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 17/2016 FMS

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos determinados em ordem judicial e medicamentos básicos para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller– SC, durante o ano de 2016

Contratado: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor global: 1.068,00 ( mil e sessenta e oito reais).

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 61/2016 FMS**

Contrato 61/2016

Processo Licitatório nº17/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 17/2016 FMS

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos determinados em ordem judicial e medicamentos básicos para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller– SC, durante o ano de 2016

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: 2.690,80 ( dois mil seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 62/2016 FMS**

Contrato 62/2016

Processo Licitatório nº17/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 17/2016 FMS

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos determinados em ordem judicial e medicamentos básicos para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller– SC, durante o ano de 2016

Contratado: : EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor global: 19.914,18 ( dezenove mil novecentos e quatorze reais e dezoito centavos).

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.****EXTRATO DE CONTRATO 41/2016 HMHL**

Contrato 41/2016

Processo Licitatório nº17/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2016 HMHL

Objeto: É objeto deste contrato a contratação de serviços de plantão médico presencial para o Hospital Municipal Henrique Lage, conforme termo de homologação em anexo.

Contratado: : KENIA URNAU E CIA LTDA

Valor global: R\$ 349.440,00 ( trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e quarenta reais). a ser consumido no período de 18/01/2016 a 31/12/2016, sendo discricionário de a Municipalidade utilizar ou não a totalidade da verba. A ser dividido entre os credenciados.

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 42/2016 HMHL**

Contrato 42/2016

Processo Licitatório nº15/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 HMHL

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar remanescente de licitação anterior, para uso do hospital municipal Henrique Lage durante exercicio de 2016.

Contratado: : DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor global: R\$ 33.085,00 ( trinta e três mil e oitenta e cinco reais).

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 43/2016 HMHL**

Contrato 43/2016

Processo Licitatório nº15/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 HMHL

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar remanescente de licitação anterior, para uso do hospital municipal Henrique Lage durante exercicio de 2016.

Contratado: : METROMED-COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: R\$ 5.141,77 ( cinco mil cento e quarenta e um reais e setenta e sete centavos).

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 44/2016 HMHL**

Contrato 44/2016

Processo Licitatório nº15/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 HMHL

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar remanescente de licitação anterior, para uso do hospital municipal Henrique Lage durante exercicio de 2016.

Contratado: : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: 25.340,06 ( vinte e cinco mil trezentos e quarenta e seis centavos).

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 45/2016 HMHL**

Contrato 45/2016

Processo Licitatório nº15/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 HMHL

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar remanescente de licitação anterior, para uso do hospital municipal Henrique Lage durante exercicio de 2016.

Contratado: : Olimed Material Hospitalar Ltda

Valor global: R\$ 6.212,50 ( seis mil duzentos e doze reais e cinquenta centavos).

Vigência : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 46/2016 HMHL**

Contrato 46/2016

Processo Licitatório nº15/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 HMHL

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar remanescente de licitação anterior, para uso do hospital municipal Henrique Lage durante exercicio de 2016.

Contratado: : EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor global: R\$ 10.253,50 ( dez mil duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).



Vigencia : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

Vigencia : 21/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 47/2016 HMHL

Contrato 47/2016

Processo Licitatório nº15/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 HMHL

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar remanescente de licitação anterior, para uso do hospital municipal Henrique Lage durante exercicio de 2016.

Contratado: : ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME

Valor global: R\$ 22.732,42 ( vinte e dois mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Vigencia : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 48/2016 HMHL

Contrato 48/2016

Processo Licitatório nº15/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 HMHL

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar remanescente de licitação anterior, para uso do hospital municipal Henrique Lage durante exercicio de 2016.

Contratado: : Inovamed Comercio de Medicamentos LTDA

Valor global: R\$ 13.050,00 ( treze mil e cinquenta reais).

Vigencia : 07/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 49/2016 HMHL

Contrato 49//2016

Processo Licitatório nº16/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 16/2016 HMHL

Objeto: prestação de serviços de manutenção de equipamentos hospitalares para o Hospital Municipal Henrique Lage,

Contratado: : SLS HOSPITALAR SERVIÇO EM EQUIPAMENTOLS HOSPITALARES EIRELI ME

Valor global: R\$ 33.500,00 ( trinta e três mil e quinhentos reais).

Vigencia : 20/07/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 50/2016 HMHL

Contrato 50//2016

Processo Licitatório nº17/2016 – DISPENSA DE LICITACAO 17/2016 HMHL

Objeto: Contratação de serviços de serviços médicos especializados para o Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: : CLÍNICA DR. CESARE TIBALDESCK

Valor global: R\$ 12.000,00 ( doze mil reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

Vigencia : 25/07/2016 a31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 51/2016 HMHL

Contrato 51//2016

Processo Licitatório nº18/2016 – pregão presencial 18/2016 HMHL

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil, financeiro, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executada de acordo com as necessidades da do hospital municipal de Lauro Muller – SC

Contratado: : SR MARCOS LEANDRO GOMES

Valor global: R\$ 39.500,00 ( trinta e nove mil e quinhentos reais).

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 044/2016

DECRETO Nº. 044/2016 de 1 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 1537/2015 de 10 de dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	20	8	243	27	2.81	3390	0.1.00	15.000,00
02	60	12	361	11	2.55	4490	0.1.36	62.000,00
02	65	27	812	8	2.13	3390	0.1.00	25.000,00
02	50	4	122	2	2.10	3393	0.1.00	3.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Re- curso	Valor R\$.
02	20	8	243	27	2.81	3190	0.1.00	15.000,00
02	60	12	361	11	2.55	3390	0.1.36	62.000,00
02	65	27	812	8	2.13	3190	0.1.00	25.000,00
02	50	4	122	2	2.10	4490	0.1.00	3.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de agosto de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 080/2016

DECRETO Nº 080, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

“Decreta Ponto Facultativo de Trabalho nas Repartições Públicas Municipais e dá outras Providências”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo de trabalho no âmbito da Administração Pública Municipal, no período matutino, do dia 11 (onze) de Agosto de 2016, quinta-feira, em virtude das homenagens prestadas à Padroeira do Brasil - Nossa Senhora Aparecida, cuja imagem peregrina visitará o Município em comemoração à preparação de seu Terceiro Centenário.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Nas escolas Municipais haverá aula normalmente, sendo que os professores e alunos do período matutino, respeitada a fé de cada um e sua família, serão convidados a participar das Celebrações alusivas a visita, na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, às 09h00min (nove horas) da manhã, sendo disponibilizado o transporte para os alunos e professores.

Art. 4º Os servidores da Secretaria de Saúde e Assistência Social e seus estabelecimentos atenderão através de equipe designada pela Secretaria, para execução dos procedimentos inerentes à atenção básica.

Art. 5º Os servidores públicos que desejarem participar do traslado da imagem até a cidade de Anitápolis, ficam dispensados do ponto, devendo comunicar antecipadamente ao seu chefe imediato.

Art. 6º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de Agosto de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 044/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA/SC

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, representado neste ato por sua Gestora, Sra. GABRIELA MAZZARINO, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições, e a empresa ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Octaviano Teixeira Dos Santos, 1132, Centro, na cidade de Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 02.607.956/0001-81, neste ato representado pelo Sr. ANGELO FOLLADOR SOBRINHO, denominado FORNECEDOR 5, classificada para os itens descrita no Edital do Processo Licitatório nº 099/2015, Pregão Presencial nº 065/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, realizar a readequação de preços alterando a ARP FMS nº 073/2015, em observância a Cláusula Sexta da supramencionada Ata, para os seguintes itens:

Item	Descrição	Preço unitário R\$
39	Alprazolam 1 mg	0,093
49	Amoxicilina susp 250mg/5ml genérico	3,15
78	Butilbr escop+dipirona - comp 10 mg + 250 mg	0,47
101	Ciclobenzaprina, cloridrato comp 5 mg	0,162
161	Doxazosina mesilato cpr 2 mg	0,119
246	Metoclopramida solução oral 4 mg/ml	0,462
272	Paroxetina 20mg genérico	0,147
280	Prometazina injetável 25mg/ml	1,385

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados na Ata de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 04 de agosto de 2016.

GABRIELA MAZZARINO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE	ANGELO FOLLADOR SOBRINHO ANGEOMED COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS HOSPIT. LTDA FORNECEDOR 7
---	---

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### CONTRATO PML Nº 071.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 071/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 063/2016  
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 040/2016

Aos 03 (três) dias do mês de agosto do ano de 2016, presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, ÓRGÃO GESTOR, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, ÓRGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.50093.476/0001-83, com endereço na Rua Guilherme Scharf, nº 2520, Fidélis em Blumenau/SC, CEP 89060-001, representada por seu procuradora ALINE MEIRA JUNGES, brasileira, maior e capaz, solteira, coordenadora comercial, portadora da cédula de identidade nº 5178922/SSP-SC e inscrita no CPF/MF sob nº 048.642.609-23, doravante denominado FORNECEDOR 1; classificada(s) para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 063/2016, Pregão Presencial nº 040/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e,

também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:  
DO OBJETO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de consumo destinados ao programa de apoio à bacia leiteira e melhoramento genético do gado bovino da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Luzerna, em consonância a Lei Municipal nº 970 de 05 de abril de 2011 e conforme descrição contida no Anexo I do Edital, conforme descrição abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	400,00	DOS	Sêmen Bovino Provado, com prova não inferior a abril de 2016, que atenda às seguintes características mínimas, conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela Interbull: Raça Holandesa, cor preta e branca, com confiabilidade produtiva igual ou superior a 78%, com PTA leite igual ou maior que 900 libras, PTA tipo igual ou maior que 1.50, apresentando facilidade de parto igual ou menor a 7%, Escore de Célula Somática (CCS) igual ou inferior a 2.80, vida produtiva igual ou maior que 3.00 e taxa de prenhes das filhas igual ou maior que 2.00.	40,00	16.000,00
2	400,00	DOS	Sêmen Bovino Provado, com prova não inferior a abril de 2016, que atenda às seguintes características mínimas, conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela Interbull: Raça Holandesa, cor preta e branca, com confiabilidade produtiva igual ou superior a 95%, com PTA leite igual ou maior que 850 libras, composto de pernas e pés igual ou maior que 1.00, composto de úbere igual ou maior que 1.40, apresentando facilidade de parto igual ou menor a 7%, Escore de Célula Somática (CCS) igual ou inferior a 2.90, vida produtiva igual ou maior que 1.00.	38,00	15.200,00
3	700,00	DOS	Sêmen Bovino Provado, com prova não inferior a abril de 2016, que atenda às seguintes características mínimas, conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela Interbull: Raça Jersey, confiabilidade produtiva igual ou superior a 90%, com PTA leite igual ou maior que 850 libras, PTA tipo igual ou maior que 1.50, inserção de úbere anterior igual ou maior que 1.00, Escore de Célula Somática (CCS) menor ou igual a 3.00, e vida produtiva maior ou igual a 5.50.	34,80	24.360,00
4	100,00	DOS	Sêmen Bovino da Raça Gir Leiteiro, que tenha o pai Provado pela ABCZ/PMGZ, para produção de leite acima de 800kg, avô materno provado pela ABCZ/PMGZ, para produção de leite acima de 1.000kg e mãe lactação superior a 9.000kg.	24,00	2.400,00
5	400,00	DOS	Sêmen Bovino Provado, na Associação Americana da Raça Red Angus, com prova atualizada na primavera de 2016, que atenda as seguintes características mínimas: sendo DEP para peso ao nascimento menor ou igual a + 1.5, DEP do peso ao desmame maior que 58 libras, DEP para peso ao ano maior ou igual a 140 libras e DEP para peso de carcaça maior ou igual a 55 libras.	21,50	8.600,00
6	200,00	DOS	Sêmen Bovino Provado, na Associação Americana da Raça Braford, com prova atualizada na primavera de 2016, que atenda as seguintes características mínimas: sendo DEP do peso ao desmame maior que 9.50, DEP para peso final maior ou igual a 25 e DEP para perímetro escrotal maior ou igual a 0.50.	26,00	5.200,00

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão ser entregues ao Veterinário da Prefeitura de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.9. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.10. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.12. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).



## CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 1.1. Os preços não serão reajustados;
- 1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

31. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente;
32. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
33. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)
34. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 3.1. Cabe ao FORNECEDOR:
- 3.2. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 3.3. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 3.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 3.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 3.6. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 4.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
  - 4.1.1. Advertência;
  - 4.1.2. Multa;
  - 4.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 4.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 4.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 4.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR
- 4.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 4.5. Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 4.6. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
  - 4.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

4.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;  
4.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

4.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

4.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

4.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

4.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

4.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

4.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA:

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA:

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

6.1.1. Pela Administração, quando:

6.1.1.1. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

6.1.1.2. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.3. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

6.1.1.4. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

6.1.1.5. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

6.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

6.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

6.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

6.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

6.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

6.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

6.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

6.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

6.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

6.10.1. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

6.10.2. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA:

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação; Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Categoria Econômica: 3.3.90.00.00- Outras Despesas Correntes

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.602.0052.2044 – Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino CLÁUSULA NONA

## DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

7.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

7.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento DOUGLAS RICARDO TRIQUES a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

## CLÁUSULA DÉCIMA:

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

9.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

## DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC 03 de agosto de 2016

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ALINE MEIRA JUNGES

SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA

FORNECEDOR

## TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 060/2016 - TP 004/2016 - MURO DE CONTENÇÃO RUAS BOM JESUS E RUI BARBOSA - PM**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 060/2016 - PML

Tomada de Preço nº 004/2016 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 060/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de Muro de Contenção de Concreto Armado nas Ruas Bom Jesus e Rui Barbosa, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI - ME

- Valor total: R\$ 21.541,03

Luzerna (SC), 5 de agosto de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

# Macieira

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0033/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0038/2016.

Tomada de Preços n° 0006/2016.

Contrato Administrativo n° 0033/2016.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica de ruas urbanas no Município de Macieira, através de recursos do Convênio n° 2016TR001650 com o Estado de Santa Catarina, por meio da Agencia de Desenvolvimento Regional de Caçador, conforme Plano de Trabalho, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: MINEROCHA CATARINENSE LTDA.

Prazo e vigência: De acordo com o cronograma físico financeiro e Convênio.

Valor Global: R\$ 351.987,55 (trezentos e cinquenta e um mil novecentos e oitenta e sete reais com cinquenta e cinco centavos).

Pagamento: Após a emissão do boletim de medição e liberação dos recursos do Convênio n° 2016TR001650.

Macieira, 03 de agosto de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO A ATA DE RP N° 12/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0024/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 0013/2016

REGISTO DE PREÇO N° 0009/2016

TERMO ADITIVO DE ATA – Reequilíbrio econômico financeiro.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento do Município de Macieira, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 12/2016.

Contratada: ITACIR ANTONIO SERIGHELLI ME.

Valor registrado: O valor do item 78 – leite UHT integral longa vida passa de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) para o valor de R\$ 4,30 (quatro reais com trinta centavos), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo.

Macieira – SC, 29 de julho de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

# Mafra

## PREFEITURA

**CREDENCIAMENTO N° 003/20**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CREDENCIAMENTO N° 003/2016. O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que CREDENCIOU para prestação de serviços especializados na área de saúde para fins de contratação de laboratório de citopatologia e anatomia patológica, ao preço tabela SUS, com sede no Município e/ou região destinado aos usuários das Unidades de Saúde do Município.

Laboratório Credenciado: LABORATÓRIO DE CITOPALOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA ANNALAB S/C LTDA.

Valor: Conforme ANEXO I, do Edital de Credenciamento nº 003/2016.

Mafra (SC), 05 de agosto de 2016.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 618/2016

DECRETO Nº 618, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 80.000,00 (oitenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
06.01 – Departamento de Urbanismo  
06 – Segurança Pública  
06.451 – Infraestrutura Pública  
06.451.0011 – Serviços Urbanos  
06.451.0011.2.031 – MANUT. DA SEGURANÇA PÚBLICA E VIAS PÚBLICAS – CONV. MULTAS DE TRANSITO  
Destinação de Recursos: 0.1.54 – Convênio de Transito – Polícia Militar  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
06.01 – Departamento de Urbanismo  
06 – Segurança Pública  
06.451 – Infraestrutura Pública  
06.451.0011 – Serviços Urbanos  
06.451.0011.2.031 – MANUT. DA SEGURANÇA PÚBLICA E VIAS PÚBLICAS – CONV. MULTAS DE TRANSITO  
Destinação de Recursos: 0.1.56 – Convênio de Transito Prefeitura  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00  
Destinação de Recursos: 0.1.55 – Convênio de Transito Polícia Civil  
4.0.00.00 – Despesas de Capital  
4.4.00.00 – Investimentos  
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 624/2016

DECRETO N. 624, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

Altera o Decreto Municipal n. 590, de 20 de Julho de 2016 e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal n. n. 590, de 20 de Julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

§ 1º Em relação aos passeios já executados anteriormente ao presente decreto e, que não seguem o padrão definido neste regulamento, no entanto, cumprem plenamente com as normas de acessibilidade, não haverá óbice para a emissão do alvará de licença ou atestado de habite-se.

§ 2º Não é obrigatória à execução do passeio público na zona rural do Município de Maravilha, sendo obrigatório no perímetro urbano, desde que preenchido o seguinte requisito:

I. Que o imóvel possua testada para rua oficial”.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 04 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha

Registrada e publicada na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário do Planej. Adm. e Fazenda

Rm/cb/dj

### Decreto nº 625/2016

DECRETO Nº 625, DE 04 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E



ALTA COMPLEX. – GESTÃO PLENA, CIS AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.65 - Atenção de Média/Alta Complex. Amb. Hosp.

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de Agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 626/2016**

DECRETO Nº 626, DE 4 DE AGOSTO DE 2016

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme a Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$: 1.713.947,91 (Um milhão, treze mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.304 – Vigilância Sanitária

10.304.0010 – Saúde para Todos

10.304.0010.1.144 – IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, BEM COMO O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Destinação de Recursos: 0.1.33 – Transferências de Convênios – União/Saúde

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 1.713.947,91

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Termo de Compromisso celebrados com Órgãos do Governo Federal e Estadual, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital

2400.00.00 – Transferência de Capital

2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais

2421.00.00 – Transferências da União

2421.99.00 – Outras Transferências da União

Destinação de Recursos: 0.1.33 – Transferências de Convênios – União/Saúde R\$: 1.713.947,91

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto

## Massaranduba

## PREFEITURA

## CRC 2016 - CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA

## CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Razão Social:	CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA	
CNPJ:	04.614.454/0001-03	
Cód. Fornecedor:	163287	
Endereço:	RUA WILLY JUNG, 270, CENTRO	
CEP: 89.295-000	Município: RIO NEGRINHO	UF: SC
Fone:	(47) 3644-3205	

## RAMO:

## RAMO DE ATIVIDADE

RAMO	SUB-RAMO
SERVICO	CONSTRUÇÃO CIVIL E ASSEM
MATERIAL	CONSTRUÇÃO

## DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	DT. EXPEDIÇÃO	DT VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	71193003/2016	25/07/2016	20/01/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	160140053149064	24/06/2016	23/08/2016
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	E227.7870.7B79.A0B4	24/06/2016	21/12/2016
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	201607154445172543525	15/07/2016	13/08/2016
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	2700/2016	25/07/2016	23/09/2016
FALENCIA E CONCORDATA	3512645	25/07/2016	23/09/2016

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSÃO: 05/08/2016

VALIDADE ATÉ: 31/12/2016

JULIANA POLETTI DA SILVA KREUTZFELD

Gerente

CPF: 043.554.869-74

## DECRETO Nº. 3322.A DE 01 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº. 3322.A DE 01 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.850,00 (Vinte Mil Oitocentos e Cinquenta Reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0400 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0401 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0401.015.0451.0151.1022 – Aquisição de Equipamentos para o Setor Urbano

0401 – 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 16401 – Transf. Convênio - Estado/Outros ..... R\$ 10.500,00

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.0609.0153.1075 – Aquisição de Equipamentos para Patrulha Agrícola

0901 – 44900000 – Aplicações Diretas

0901 – 16401 – Transf. Convênio - Estado/Outros ..... R\$ 10.350,00



Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE JULHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO N. 055 TURISMO

DECRETO nº. 055/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC, NOS TERMOS DA LEI Nº 1691/2015.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1º. As pessoas abaixo nominadas para integrarem o Conselho Municipal do Turismo:

#### REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Titular: Jairo Luiz Canela

Suplente: Mirian Biz Sasso Minatto

b) Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e desenvolvimento Econômico:

Titular: Anderson Scardueli

Suplente: Aide Grasiela Macarini Silvestri

c) Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano:

Titular: José Arilton Demétrio

Suplente: Ivan Daniel Olivo

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da Área de Hospedagem:

Titular: Silvia Valim Olivo

Suplente: João Valim Olivo

b) Representantes da Gastronomia:

Titular: Maria Edelviria Topanotti Daniel

Suplente: Marilde Bristot Benedet

c) Representantes do Moto clube e Trilheiros:

Titular: Moisés Tomazi

Suplente: Ricardo Córneo

d) Representantes do Artesanato:

Titular: Dione Coral Stradiotto

Suplente: Elizabete Bosa Duarte

e) Representantes da Agricultura Familiar:

Titular: João Carlos da Silva

Suplente: Nei Zeni

f) Representantes do Turismo Religioso:

Titular: Ivanir Isé Fabris

Suplente: Nivea Conti Peterle

g) Representantes da Epagri:

Titular: Ana Dilce Gonçalves

Suplente: Vera Regina Camargo

h) Representantes da Indústria e Comércio:

Titular: Valdemir Luiz Provensi

Suplente: Ronaldo Dorneles

i) Representantes do CONSEG:

Titular: Dalmont Menegaro

Suplente: Gerson Fermo

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. De Adm. e Finanças

### DECRETO N. 056 CULTURA

DECRETO nº. 056/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA NO MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC, NOS TERMOS DA LEI Nº 1377/2009.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1º. As pessoas abaixo nominadas para integrarem o Conselho Municipal da Cultura:

#### REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico:

Titular: Anderson Scardueli

Suplente: Aide Grasiela Macarini Silvestri

b) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Jairo Luiz Canela

Suplente: Sandra Simon Pereira

c) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:

Titular: Nialva Nice Mezari Del Moro

Suplente: Ana Paula de Luca Vieira

Titular: Rosilane Bitencourt Marcelino Magagnin

Suplente: Cristiane Albano Meister

d) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Agda Ferminia Scheneider Scarsanella

Suplente: Mariana Bortoluzzi Porto Pasini

e) Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Titular: José Arilton Demétrio

Suplente: Daise Mota da Boit

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da Área de Artes Visuais e Cênicas:

Titular: Sérgio Luciano Réus

Suplente: Maria Macarini

b) Representantes do Artesanato:

Titular: Vanilda Salvalaio Fabris

Suplente: João Macarini

c) Representantes dos Músicos:

Titular: Genir Amboni Scardueli

Suplente: Maria Tereza Albano

d) Representantes da Área de Dança:

Titular: Michélia Fabris Fernandes

Suplente: Zenir Lodete Stradiotto

e) Representantes da literatura e Biblioteca:

Titular: Graça Vanilda Macarini Shimitz

Suplente: Jorge Luiz Carvalho Coral

f) Representantes da Indústria e Comércio:

Titular: Oracy Olivo

Suplente: Edson Felisberto

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de julho de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. De Adm. e Finanças

#### **ERRATA PR Nº 063-2016 - DOM**

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL nº 063/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO comunica a todos os interessados a retificação do Extrato do Pregão Presencial nº 063/2016 publicado na Edição do Diário Oficial dos Municípios – DOM na edição nº 2054 do dia 05 de agosto de 2016, que onde se lê “A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que no dia 18/08/2016 às 13:30 horas...” LEIA-SE “A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que no dia 22/08/2016 às 14:00 HORAS...”.

Meleiro/SC, 05 de agosto de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº401-2016**

PORTARIA n.º 401/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

##### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora ANDREIA TEZA MARTINS, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 Agosto de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **PORTARIA Nº402-2016**

PORTARIA n.º 402/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações,

e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

##### **CONCEDER**

Art. 1.º Licença saúde, à servidora MARIA ELIANE TOMAZZIA TRAMONTIN, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Agosto de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **PORTARIA Nº403-2016**

PORTARIA n.º 403/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

##### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora LILIAN FIGUEIREDO PEREIRA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora MARIA ELIANE TOMAZZIA TRAMONTIN, em virtude de licença saúde, até o retorno da mesma.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Agosto de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **PORTARIA Nº404-2016**

PORTARIA n.º 404/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

##### **EXONERAR**

Art. 1.º A pedido a Senhora JUCELIA WILLEMANN ALBINO, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas

semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Ines Tonelli Napole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 014-2016 SAMAE**

PORTARIA n.º 014/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SUPERVISOR DO SAMAE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal artigo 51, inciso I, e Lei nº1186/2006, e Lei complementar nº022/2006 e Lei Complementar nº 026/2009 e suas alterações, resolve:

#### **EXONERAR**

Art. 1.º A pedido o Senhor RICARDO ALEXANDRE, do cargo de Supervisor do SAMAE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



# Monte Carlo

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 044/2016, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 044/2016, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

“ALTERA MEMBRO V- ROSANGELA GONÇALVES SCAPININELLI QUE COMPÕE A COMISSÃO DE ÉTICA PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO”

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município, bem como na Lei Complementar 024/2007 de 15 de outubro de 2007.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica substituído a integrante V- ROSANGELA GONÇALVES SCAPININELLI pela nova integrante abaixo descrita, para compor a Comissão de Ética do Conselho Tutelar do município de Monte Carlo, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 024/2007 de 15 de outubro de 2007, ficando constituído a referida comissão pelos seguintes membros:

I – FELIPE TIAGO PONTES – Presidente - Representante Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II – EDE MARIA SARTOR – Vice-Presidente – Representante Pastoral da Saúde;

III- ROSA MARTA BECKER – Representante da Secretaria Municipal de Bem Estar Social;

IV - CELIA MACIEL – Membro – Representante Pastoral da Juventude;

V – KATIANE CORDEIRO – Representante do Conselho Tutelar

Art. 2º. O Mandato da Comissão de ética será pelo período de 02 anos, permitida uma recondução, de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º. Todas as atribuições dos membros desta Comissão estão previstos na Lei Complementar Municipal nº 024/2007.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 100/2014, de 09 de dezembro de 2014.

Monte Carlo, 03 de agosto de 2016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA JULGAMENTO AMOSTRAS PREGÃO 62-2016 PMN CCME

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 62/2016 que a EMPRESA CCME COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA apresentou as amostras dos itens 5,7,8,11,17,20,21,24,25,26,27,33,34,35,37,38,41,43,45,46,47,51,53,54,59,65,67,70,74,75,76,80,81,82,83,84,85,86,90,91,94,107,108,109,114,115,117,122,123,124,126,129,131,133,136,138,139,141,144,145,147,151,152,154,155,160,165,166,167,168,169,170,171,172,173,174,175,176,177,178,182,183,192,194,195,197,199,200,201,202,203,205,207,208,209 em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todo os itens foram aprovados conforme especificações do edital.

NAVEGANTES 08 DE JULHO DE 2016

Jonas de Souza  
Secretário de Obras.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 139/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº.: 139/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

CNPJ: 05.913.862/0001-29.

Vigência ..... : Início: 02/07/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 221/2014.

Recursos ..... : 2.015 3.3.90.00.00.00. / 2.037 3.3.90.00 /2.054 3.3.90.00/ 2.094 3.3.90..00.

Objeto ..... : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2015, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO OSTENSIVO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM PRÉDIOS DO PATRIMÔNIO E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ESTANDO INCLUSO INSTALAÇÕES, LOCAÇÕES DE CENTRAIS DE ALARMES, SENSORES, TECLADOS, SIRENES E CANETA PONTO UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2014.

Navegantes, 01 de julho de 2016.

### LAUDO RETIFICADO AMOSTRAS PREGÃO 82/2016 PMN

LAUDO RETIFICADO - ANÁLISE DAS AMOSTRAS PREGÃO Nº 82/2016

Vimos através deste apresentar a análise final das amostras dos itens do Pregão nº82/2016, referente à aquisição de materiais de expediente para atendimento às escolas, centros de Educação Infantil e Secretaria de Educação do Município de Navegantes (SC) Segue dados abaixo:

Empresa: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA

CNPJ: 00.147.109/0001-56

17- CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL- APROVADO

18- CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR PRETA- APROVADO

36- ENVELOPE SACO BRANCO – APROVADO

50- GRAMPEADOR DE MESA – APROVADO

68- PAPEL SULFITE BRANCO – APROVADO

90- PISTOLA PARA APLICAÇÃO DE COLA QUENTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA DO ITEM.

101- GRAFITE 0.5MM HB- APROVADO

Empresa: DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA

CNPJ: 83.413.591/0001-56

64 – PAPEL CARTOLINA – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: FERNANDO DE AVIZ -EPP

CNPJ: 05.3627.370/001-78

14 - CADERNO 48 FOLHAS – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

58 - LIVRO ATA- REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO

59 - LIVRO PROTOCOLO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

63 – PAPEL CARTÃO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

69 – PAPEL VERGÊ - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

82 – PILHA ALCALINA A23 - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA -EPP

CNPJ: 04.586.694/0001-41

1- APAGADOR PARA QUADRO BRANCO- REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.

6- BARBANTE 100 % ALGODÃO- APROVADO

9- BINDER CLIP – APROVADO

22- CANETA PARA RETROPROJETOR – APROVADO

32- ELÁSTICO DE DINHEIRO - REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.

38- ETIQUETA ADESIVA – APROVADO

45 – GIZ ESCOLAR – APROVADO

67- PAPEL PARANÁ – APROVADO

73 – PASTA EM POLIETILENO – APROVADO

92 – PORTA TRECOS – APROVADO

Empresa: WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

CNPJ: 13.140.107/0001-87

10- BLOCO DE RECADO AUTO ADESIVO – APROVADO

25- CLIPS GALVANIZADO TAM.2/0 – APROVADO

26 – CLIPS GALVANIZADO TAM.8/0 – APROVADO

27- COLA BRANCA EXTRA ADESIVO PVA - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

39- EVA MEDINDO 40X60CM – APROVADO

61- PAPEL AUTO ADESIVO TIPO CONTACT- APROVADO

72- PASTA EM POLIETILENO – APROVADO

Empresa: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME

CNPJ: 12.667.876/0001-75

13- BOBINA PARA FAX- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

16 – CALCULADORA DE MESA – APROVADO

28- COLA BRANCA LÍQUIDA - REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.  
30- CORRETIVO LÍQUIDO - REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.  
33 - ENVELOPE CARTA BRANCO - REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.  
34- ENVELOPE DE OFÍCIO BRANCO - REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.  
35- ENVELOPE SACO BRANCO - REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.  
37- ESTILETE LARGO 18MM - APROVADO  
44- FITA ADESIVA TRANSPARENTE- REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.  
51-GRAMPEADOR DE MESA - APROVADO  
54- GRAMPOS 26/6 - APROVADO  
56- LÁPIS PRETO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
60- MOLHA DEDO EM GEL- REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.  
76- PASTA SANFONADA- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
77- PASTA SUSPENSÃO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
79- PERFURADOR DE MESA- APROVADO  
80- PERFURADOR GRANDE 2 FUROS - APROVADO  
83 - PILHA ALCALINA TAM.AA1,5VOLTZ - APROVADO  
84 - PILHA ALCALINA AAA 1,5 VOLTZ - APROVADO  
86 - PILHA ALCALINA D1,5 VOLTZ - APROVADO  
87- PISTOLA DE COLA QUENTE 15V - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
88- PISTOLA DE COLA QUENTE 40V - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
89- PISTOLA DE COLA QUENTE 60V- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
97- TNT - APROVADO  
98- COLA BASTÃO 20G- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- EPP  
CNPJ: 17.253.233/0001-07

7- BASTÃO DE COLA QUENTE - APROVADO  
8- BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSA - APROVADO  
12- BOBINA DE PAPEL - APROVADO  
15- CAIXA PARA ARQUIVO MORTO - APROVADO  
24- CD-R 700MB - APROVADO  
31- DVD-R 4,7 GB - APROVADO  
41- FITA ADESIVA CREPE - APROVADO  
42- FITA ADESIVA CREPE ESTREITA - APROVADO  
46- GIZ ESCOLAR- APROVADO  
47- GLITTER - APROVADO  
49- GLOBO TERRESTRE ESCOLAR- APROVADO  
55- GRAMPOS PARA GRAMPEADOR DE PAREDE- APROVADO  
62- PAPEL AUTO ADESIVO - APROVADO  
66- PAPEL LUSTROSO - APROVADO  
70- PASTA CATÁLOGO EM PVC- APROVADO  
71- PASTA CLIP A4- APROVADO  
78- PEN DRIVE - APROVADO  
91- PLACA DE ISOPOR- APROVADO  
96- TINTA SPRAY- APROVADO  
100- LAPISEIRA 0,5- APROVADO

Empresa: COMERCIAL ONIX LTDA -EPP  
CNPJ: 25.314.246/0001-69

2- BALÃO COLORIDO Nº7 - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
4- BALÃO GIGANTE Nº25- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
43- FITA ADESIVA TRANSPARENTE- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

53- GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO- APROVADO  
75- PASTA PAPEL CARTÃO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
81- PICOTADEIRA DE PAPEL- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME  
CNPJ: 21.304.312/0001-69

3- APONTADOR DE LÁPIS- APROVADO  
11- BLOCO DE RECADO- APROVADO  
21- CANETA PARA RETROPROJETOR PONTA FINA- APROVADO  
29- CORRETIVO EM FITA- APROVADO  
48- GLITTER C/ 500GR- APROVADO.  
52- GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
57- LIVRO ATA- REPROVADO POR APRESENTAR AMOSTRA DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO ( NÃO É EMPLASTIFICADO).  
65- PAPEL CREPOM - APROVADO  
74- PASTA L - APROVADO  
85- PILHA ALCALINA C.1,5 VOLTZ- APROVADO.  
94- TESOURA COM LÂMINA EM AÇO - APROVADO  
95- TESOURA DE PICOTAR C/21CM- REPROVADO POR APRESENTAR ITEM DIFERENTE DA ESPECIFICAÇÃO.

Empresa: RAFAEL DA SILVA PAPELARIA -ME  
CNPJ: 18.565.109/0001-31

20- CANETA MARCADORAPARA QUADRO BRANCO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
93- RÉGUA ESCOLAR- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: MINAS COMERCIAL DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA  
CNPJ: 22.030.322/0001-16

4- BALÃO GRANDE Nº 25 - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
19- CANETA MARCA TEXTO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
40- EXTRATOR DE GRAMPOS - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.  
99- GUILHOTINA - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Navegantes, 02 de Agosto de 2016.  
Nerozilda Pinheiro Ferreira - Secretária de Educação

# Nova Trento

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 526/2016 "A"**

PORTARIA Nº 526/ 2016 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 262/2016, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ROSIMERI ECHER RAISER, matrícula nº 2079, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 112 (cento e doze) dias, a contar de 12 de maio de 2016 a 31 de agosto de 2016, conforme resultado pericial datado de 05/07/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de julho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 539/2016 "A"**

PORTARIA Nº 539/ 2016 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 106, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MIRIELLE DEMONTI AMORIN, matrículas nº 1060/ 271, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 12 de julho de 2016 a 26 de julho de 2016, conforme resultado pericial datado de 18/07/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 540/2016**

PORTARIA Nº 540/ 2016

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal DEJANILA CIPRIANI MOTTA, matrícula nº 223, concursada no cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Claraíba, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 02 (dois) meses, relativo ao período aquisitivo de 01/03/1993 a 28/02/1998, a contar de 18 de julho de 2016 a 15 de setembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de julho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 543/2016**

PORTARIA Nº 543/ 2016

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MARIA ISABEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 7061, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Trinta Réis, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 15 de julho de 2016 a 03 de agosto de 2016, conforme resultado pericial datado de 22/07/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de julho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 561/2016**

PORTARIA Nº 561/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 60, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 160/2016, que Prorrogou a Concessão de Readaptação a Servidora Pública Municipal IVONE SDRIGOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01 de agosto de 2016 a 27 de janeiro de 2017, conforme resultado pericial datado de 02/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 044/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 044/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada.: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.  
Valor ..... : 52.337,62 (cinquenta e dois mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/08/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (23), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (24), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (135)  
Objeto ..... : É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede de Ensino Municipal, com autorização da verba FNDE/PNAE, a partir do 2º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, parágrafo único, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA Nº 002/16, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Novo Horizonte/SC, em 05 de Agosto de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/08/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.  
CONTRATADO: MADEIREIRA FAVERO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.558,60 (Seis mil quinhentos e sessenta oito reais e sessenta centavos).  
CONTRATADO: ALEXANDRE PANSERA E CIA LTDA EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.909,60 (Um mil novecentos e noventa reais e sessenta centavos).  
CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.979,87 (Cinco mil novecentos e setenta

nove reais e oitenta e sete centavos).  
CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.426,65 (Dois mil quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos).  
DATA: 05/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2016 2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/08/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.  
CONTRATADO: MADEIREIRA FAVERO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.333,80 (Um mil trezentos e trinta e três reais e oitenta centavos).  
CONTRATADO: ALEXANDRE PANSERA E CIA LTDA EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.412,00 (Um mil quatrocentos e doze reais).  
CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.513,77 (Dois mil quinhentos e treze reais e setenta e sete centavos).  
CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.166,50 (Dois mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).  
DATA: 05/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2016 3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/08/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU



INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: MADEIREIRA FAVERO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.511,40 (Seis mil quinhentos e onze reais e quarenta centavos).

CONTRATADO: ALEXANDRE PANSERA E CIA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.909,60 (Um mil novecentos e nove reais e sessenta centavos).

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.979,87 (Cinco mil novecentos e setenta nove reais e oitenta e sete centavos).

CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.242,20 (Dois mil duzentos e quarenta dois reais e vinte centavos).

DATA: 05/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

-----

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 026/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

-----

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/08/2016

CONTRATADO: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente CHAMADA PÚBLICA visa o credenciamento de proposta para futura aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, das escolas municipais do município de Novo Horizonte, para 2º Semestre de 2.016,

discriminados no ANEXO I deste edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 52.337,62 (cinquenta e dois mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Resolução CD/FNDE nº 004/2015 e Lei Federal Nº 12.512/2011.

DATA: 05/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal

-----

# Paial

## PREFEITURA

### 012/2016 COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE CONCÓRDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrito no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por seu titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o nº 486.325.979-49, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 020/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ-MF sob nº 83573212/0014-00, representada neste ato pelo Sr. CLEOMAR ÂNGELO ZOTTI, portador do CPF nº. 028.968.889-26, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, possível aquisição de fertilizantes agrícolas aos agricultores do Município de Paial, conforme relação dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	700,00	SC	Adubo mineral 9-33-12, sacas de 50 kg.	Fecoagro	76,79	53.753,00
2	500,00	SC	Uréia Plus 45-00-00, sacas de 50 kg.	Fecoagro	62,14	31.070,00
Total						84.823,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 31 de dezembro de 2016 a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 020/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 05 de agosto de 2016.

CLEOMAR ÂNGELO ZOTTI

Representante legal

DETENTORA DA ATA

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

ORGÃO GERENCIADOR

#### Testemunhas:

Camila Fátima Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
Alceo Pohl Fiscal da Ata	Visto Assessoria Jurídica

**PP 023/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2016 PROCESSO 036/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas destinados a manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Município de Paial/SC conforme especificações constantes do Anexo "E" deste edital

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 19/08/2016

Abertura das propostas: 19/08/2016 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial – SC em 08 de agosto de 2016.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 192/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº192/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. OBJETO: contratação de empresa para a execução de recapeamento asfáltico e sinalização viária da Av. São Cristóvão no bairro Aririú (Lote 03), incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. VALOR: R\$ 1.144.130,00 (um milhão cento e quarenta e quatro mil cento e trinta e reais). Data: 02/08/2016.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 193/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº193/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONSTRUTORA TS LTDA. OBJETO: contratação de empresa para a execução de drenagem, pavimentação (bloco de concreto intertravado) e sinalização viária da Rua João Miguel da Silva Filho no bairro Bela Vista (Lote 02) incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. VALOR: R\$ 219.631,60 (duzentos e dezenove mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos). Data: 02/08/2016.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 194/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº194/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para a execução de drenagem, pavimentação (bloco de concreto intertravado) e sinalização viária da Rua João Antonio da Silva, Rua 727 e Rua 238 no bairro Pachecos (LOTE 01) incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. VALOR: R\$ 257.272,62 (duzentos e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos). Data: 02/08/2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 49/2016 – Registro de Preços, objeto: contratação de empresa autorizada e especializada para a aquisição e fornecimento de kit's de reagentes para testes de: bioquímica, imunologia, hormônios, hemograma e coagulação; com cessão gratuita de equipamentos, no dia 18 de agosto de 2016, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 05 de agosto de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 071/2016

DECRETO Nº 071/2016.  
De 01 de agosto de 2016.

CONSTITUI COMISSÃO DE MONITORAMENTO DE INFORMAÇÕES – CMI, CONFORME PREVÊ ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.607/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, constituída a Comissão de Monitoramento de Informações – CMI, que terá as atribuições e competências para quantificar e qualificar os dados e documentos sigilosos, autorizar a publicação de informações públicas e esclarecer as dúvidas suscitadas pelos requerentes, composta pelos seguintes membros:

- a) Paulino Parisotto;
- b) Darlise Vaccarin Fadanni;
- c) Luiz Antônio Cavalleri;
- d) Tânia de Fátima Henchen;
- e) Francieli Cristina Sangalli Casaril; e
- f) Enio Lauro Stahlhofer.

Art. 2º A nomeação de que trata o artigo anterior do presente Decreto é de caráter relevante, não se atribuindo qualquer vínculo empregatício, espécie de remuneração, gratificação ou adicional.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 0130/2015.

Município de Palmitos/SC, em 01 de agosto de 2016.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

### PROCESSO 83/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 83/2016. Modalidade: Tomada de Preço 22/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSORA FLÁVIS VITÓRIA BONDAN LAZARRI, LOCALIZADA NO DISTRITO DE SANTA LÚCIA, MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Data da entrega dos envelopes: 23/08/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 23/08/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 05 de Agosto de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 066, DE 05 DE AGOSTO DE 2016 - INTRODUZ MODIFICAÇÕES EM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 020, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006 - ANEXOS

ANEXO I, Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016. (FLS. 02)

1 - Para uso não residencial, não será exigido o recuo frontal de ajardinamento, conforme o disposto no Art. 3º desta Lei Complementar.

2 - Para uso industrial o recuo frontal de ajardinamento deverá ser de 10,00 e laterais e fundos de no mínimo 3,00 m, sendo proibido paredes cegas

3 - Serão permitidas paredes cegas, conforme o disposto no Art. 5º desta Lei Complementar.

4 - No EDEM a taxa de ocupação máxima poderá ser de 70% e o coeficiente de aproveitamento básico poderá ser de 1,8 e o número máximo de pavimentos poderá ser de 6, quando as atividades, residenciais ou não residenciais, apresentarem finalidade turística.

5 - Na ZIAT a taxa de ocupação máxima poderá ser de 40%, o coeficiente de aproveitamento básico poderá ser de 0,4, e o número máximo de pavimentos poderá ser de 4, quando as atividades, residenciais ou não residenciais, apresentarem finalidade turística.

6 - O recuo de ajardinamento será obtido a partir do recuo do sistema viário, considerado como a faixa de domínio de utilização pública, obtida a partir do eixo da pista em direção a cada uma de suas laterais, definida pelos órgãos competentes, nas vias Federais e Estadual.

ANEXO I, Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016. (FLS. 03)

MODELO FIGURA 02 –

ANEXO II, Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016.

MODELO FIGURA 03

ANEXO III, Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016. (FLS. 01)

MODELO FIGURA 04

ANEXO III, Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016. (FLS. 02)

MODELO FIGURA 05

ANEXO IV, Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016.

MODELO FIGURA 01

ANEXO V, Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016.

MODELO FIGURAS 06 e 07

### LEI COMPLEMENTAR Nº 066, DE 05 DE AGOSTO DE 2016 - INTRODUZ MODIFICAÇÕES EM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 020, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006, QUE INSTITUIU O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE PAPANDUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Lei Complementar nº066, de 05 de agosto de 2016.

Introduz Modificações em Dispositivos da Lei Complementar nº 020, de 10 de outubro de 2006, que Instituiu o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial de Papanduva, Estado de Santa Catarina.

Dario Schicovski, Prefeito de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Eu, sanciono a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. O Art. 119 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 119. Para efeito desta lei complementar, consideram-se as seguintes tipologias de uso do solo:

I – residencial é aquele destinado à moradia unifamiliar e multifamiliar;

II - não residencial é aquele destinado ao exercício das atividades comerciais, de prestação de serviços, institucional e industrial;

III – misto é aquele destinado à moradia e também a um outro tipo de uso, conforme descrito no inciso II.

Parágrafo único. É permitida a execução de edificações do tipo “geminadas” ou “similares”, com utilização “residencial” ou mista “residencial e comercial”, desde que:

I- Cada unidade possua no máximo dois pavimentos (térreo + um);  
II- Cada unidade possua frente mínima de 6,00m, quando a frente seja direta para o logradouro e 4,00m, quando para acesso particular dentro do próprio terreno;

III- Cada unidade possua ao menos uma vaga de estacionamento privativo, coberto ou não, que não ocupe passeios e não impeça a livre circulação dos pedestres;

IV- No caso de unidades mistas, o espaço comercial só poderá ser situado no térreo;

V- Sejam respeitados os índices da taxa de ocupação máxima de 70 %, não se aplicando neste caso o previsto no parágrafo único do Art. 135, da Lei Complementar nº 20, de 10 de outubro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 033, de 19 de novembro de 2008; e

VI- Quando a frente for para acesso particular, dentro do próprio terreno, este deverá possuir largura mínima de 3,00m para acesso de veículos e 1,00m para circulação de pedestres em cada lado que possuir residências.”

Art. 2º. O Art. 141 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 141. Os recuos frontais de ajardinamento obedecerão aos parâmetros da Tabela constante no Anexo I, desta Lei Complementar e para sua determinação não serão consideradas marquises



frontais e balanços de até 1,25 m, bem como beirais de telhados de até 1,00m de largura e o avanço de janelas do tipo "by window" até 75 cm, conforme modelo da Figura 02, parte integrante do Anexo I, desta Lei Complementar."

Art. 3º. O Art. 142 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 142. Na Zona de Centralidade Urbana (ZCU), nas Zonas de Diversidade Urbana (ZDU I e II) e no Corredor de Vitalidade Urbana (CVU) o recuo frontal de ajardinamento será exigido apenas nas edificações de uso residencial e obedecendo os parâmetros da Tabela do Anexo I, desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Em terrenos ou lotes de esquina, no caso de edificação residencial unifamiliar com no máximo dois pavimentos (térreo + um), em uma das testadas o recuo frontal de ajardinamento poderá ser reduzido para 2,00m, mantendo-se o recuo normal na outra testada."

Art. 4º. O Art. 143 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 143. Entende-se por afastamentos laterais e fundos os índices urbanísticos necessários à qualificação ambiental das áreas construídas, em especial a garantia de parâmetros mínimos à ventilação e iluminação natural, obtidos pela projeção ortogonal das laterais e do fundo da edificação às divisas do lote.

§ 1º. Para efeito da obtenção do afastamento, não serão computados as saliências de até 0,30 metros e beirais de até 0,80 metros.

§ 2º. Os afastamentos laterais e fundos serão progressivos conforme a altura da edificação, sendo utilizados os parâmetros definidos na Tabela do Anexo I, desta Lei Complementar.

§ 3º. Para efeito da determinação do afastamento lateral e de fundos, quando existirem elementos como sacadas e ou balcões com acesso de pessoas, o recuo será medido a partir da borda externa dos mesmos.

§ 4º. Quando forem executadas edificações residenciais do tipo "geminadas" ou similares, em um pavimento (térreo), cujas fachadas principais sejam voltadas para acesso particular do próprio terreno, conforme Modelo Figura 03, constante no Anexo II, desta Lei Complementar, o recuo frontal poderá ser utilizado para construção, sendo a parede do alinhamento do tipo "parede cega" com altura máxima de 4,50m, estendendo-se a mesma 20 cm além do beiral.

Art. 5º. O Art. 144 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 144. Serão permitidas paredes cegas nas laterais e fundos de edificações situadas na Zona de Centralidade Urbana (ZCU), na Zona de Centralidade Rural (ZCR), na Zona de Diversidade Urbana I e no Corredor de Vitalidade Urbana (CVU) e nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), obedecendo os seguintes critérios e determinações:

I - As paredes cegas que ocupem divisas podem ser executadas apenas nos dois primeiros pavimentos (térreo + um) e a altura máxima das mesmas não poderá ser maior que 8,00m, já incluindo as platibandas.

II - No caso de se ocupar apenas uma das laterais do terreno, a parede cega poderá se estender por até 90% da mesma, quando a profundidade do terreno for menor ou igual a 30,00m e, quando a profundidade do terreno for maior que 30,00m, a parede cega poderá ser acrescida de mais 0,40m para cada metro da profundidade excedente a 30,00m.

III - No caso de se ocupar duas laterais do terreno, as paredes cegas poderão se estender por até 70% das mesmas quando a profundidade do terreno for menor ou igual a 30,00m e, quando a

profundidade do terreno for maior que 30,00m, as paredes cegas poderão ser acrescidas de mais 0,40 m para cada metro da profundidade excedente a 30,00m.

IV - Em caso das laterais possuírem profundidades diferentes, o cálculo será feito individualmente para cada uma.

V - No caso de se ocupar com paredes cegas os fundos do terreno, as mesmas poderão ser executadas concomitantemente ou não com as paredes cegas nas laterais nas seguintes condições:

a) Em toda a sua extensão, quando a edificação possuir um único pavimento e a altura máxima da parede deverá ser 5,00m já incluindo a platibanda.

b) Em toda a sua extensão no térreo (5,00m de altura) e até 80% da sua extensão no segundo pavimento, quando a edificação apresentar dois pavimentos. Neste caso, a altura máxima da parede onde houver dois pavimentos será de 8,00m, já incluindo a platibanda.

VI - Poços de luz e/ou ventilação, localizados junto às divisas, devem possuir dimensões (todas) mínimas de 1,50m, não podendo ser cobertas e deverão ser fechadas com alvenaria até a altura mínima de 20cm abaixo do nível superior das janelas e portas que dão acesso ou servem-se do mesmo e que são posicionadas de forma ortogonal ou oblíqua à divisa à menos de 75 cm da mesma, conforme Modelo da Figura 01, constante no Anexo IV desta Lei Complementar.

VII - As paredes cegas deverão obrigatoriamente ser chapiscadas, rebocadas e pintadas em cores claras, pelo seu lado externo, cabendo esta obrigação ao proprietário da mesma.

VIII - Mediante acordo formal firmado e assinado entre as partes confrontantes, que obrigue em todas as suas cláusulas e condições, tanto as partes contratantes como seus herdeiros e/ou sucessores, e que isente de responsabilidades a Prefeitura Municipal de Papanduva e seus servidores, poderão ser deixadas nas paredes de divisas, apenas no pavimento térreo e/ou primeiro andar, aberturas para iluminação e ventilação, munidas ou não de vidros, grades e outros, com altura máxima de 60 cm (sessenta centímetros), largura de livre acordo entre as partes e, peitoril mínimo de 2,10m (dois metros e dez centímetros), medidos a partir do piso acabado.

Art. 6º. O Art. 145 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 145. É permitida a ocupação do afastamento frontal e dos afastamentos laterais e de fundos para as seguintes funções:

I - circulação;

II - ajardinamento, recreação e piscina descoberta;

III - guaritas, lixeiras, central de gás, subestação de energia;

IV - estacionamento descoberto;

V - abrigo ou cobertura sem vedação lateral para embarque e desembarque de passageiros;

VI - garagem, desde que o desnível do terreno (aclive ou declive), apresente uma cota superior a 2,00m, numa distância máxima de 5,00m do alinhamento predial.

Parágrafo único. Em estabelecimentos comerciais, residenciais multifamiliares e industriais, é permitido o uso dos recuos frontal e lateral para estacionamento, desde que:

a) Nos estacionamentos privativos, o meio fio seja rebaixado apenas na entrada e saída do estacionamento, garantindo-se a livre circulação de pedestres e as vagas de estacionamento junto ao meio fio, conforme Modelo da Figura 04, constante no Anexo III desta Lei Complementar.

b) No caso de se rebaixar toda a guia, extinguindo as vagas junto ao meio fio, deve-se garantir a circulação dos pedestres, e o

estacionamento será de livre utilização por qualquer veículo, conforme Modelo da Figura 05, constante no Anexo III, desta Lei Complementar.

c) Em qualquer dos casos, deve-se observar as exigências das vagas para idosos e portadores de necessidades especiais."

Art. 7º. O Art. 203 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 203. Os lotes resultantes de desmembramentos, não poderão ser inferiores ao lote mínimo previsto nesta Lei conforme a zona em que situem, observadas, entretanto, as dimensões mínimas estabelecidas nos artigos 157 e 175, § 1º desta Lei Complementar.

§ 1º. As partes restantes dos terrenos, remanescentes de desmembramentos, sujeitam-se igualmente ao disposto no presente artigo.

§ 2º. Ficam também autorizados, em regime de excepcionalidade, os "desmembramentos de lotes urbanos existentes e devidamente registrados" em data anterior ao da publicação desta Lei Complementar, em no máximo 03 (três) novos lotes, quando um dos lotes desmembrados fique com o mínimo de 9,00m de frente para a via pública e os demais (segundo e terceiro) de fundos, com no mínimo 3,0m de frente para a via pública, ficando as frentes destes lotes (de fundos) como "ÁREA NÃO EDIFICANTE" destinada única e exclusivamente para acesso aos mesmos, observadas a área mínima de 250,00m<sup>2</sup> para cada lote e as demais exigências da legislação, conforme exemplos no Modelo Figuras 06 e 07, constante no Anexo V desta Lei Complementar.

Art. 8º. O Anexo XI da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 034, de 19 de dezembro de 2008, passa a constar e vigorar com a redação do Anexo I, desta Lei Complementar.

Art. 9º. Para aprovação dos projetos de construção e emissão do respectivo alvará, deve ser apresentado o Projeto simplificado de tratamento e disposição final do esgoto sanitário, que deve obedecer ao disposto nas Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 13969 e NBR 7229) e outras que vierem a substituí-las ou complementá-las.

§ 1º. Caberá ao construtor (Proprietário ou Empreiteiro) solicitar por escrito a vistoria do sistema antes da cobertura com terra ou concreto ou elaborar relatório fotográfico comprovando a instalação do mesmo. Este relatório fotográfico deverá ser anexado ao requerimento de HABITE-SE, para a regularização da edificação.

§ 2º. Para qualquer caso, o afastamento mínimo de fossas, filtros e sumidouros, pela borda externa, deve ser de 1,50m em relação às divisas do lote ou terreno.

§ 3º. O diâmetro interno de fossas e filtros e sumidouros de bases circulares deve ser de 1,10m e medida interna mínima de 0,80m para bases retangulares.

Art. 10. O Art. 135, da Lei Complementar nº 020, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135. O limite de ocupação do solo, no território do Município, é definido pelos índices urbanísticos de que tratam os dispositivos deste PDPDTP e a tabela do Anexo XI da presente Lei Complementar, compreendendo:

I - Coeficiente de aproveitamento;

II - Taxa de ocupação;

III - Recuos e afastamentos;

IV - Limite de altura das edificações.

Parágrafo único. Na hipótese da taxa de ocupação máxima de que tratam a Zona Central Urbana - ZCU, Zona de Diversidade Urbana 1 - ZDU 1, e Zona de Diversidade Urbana 2 - ZDU 2, poderão ser elevadas até o máximo de 90%(noventa por cento), desde que o proprietário ou responsável pela obra ou edificação, apresente justificativa técnica firmada por profissional competente e recolha ao tesouro municipal a importância equivalente ao valor de 01(uma) UFM/m<sup>2</sup> de construção acrescida. (AC)

Art. 11. Permanecem em vigor os demais índices urbanísticos constantes no Anexo I, desta Lei Complementar, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 033, de 19 de dezembro de 2008.

Município de Papanduva, 05 de agosto de 2016.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2016

EXTRATO DE CONTRATO nº 20/2016

Contrato de Prestação de Serviços e Honorários Advocáticos nº 01/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contratado: JEISON MAIKEL KWITSCHAL

Objeto: finalidade especial de assessoramento à Câmara de Vereadores de Papanduva, através da Comissão de Finanças e Orçamento, nos processos de prestação de contas de prefeito dos anos 2008 e 2012, até a finalização do trâmite dos Decretos Legislativos que aprovarem ou desaprovarem as referidas prestações de contas, em virtude do impedimento do procurador jurídico efetivo.

Valor: R\$5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Vigência: Promulgação do projeto de decreto legislativo com o

julgamento das contas de prefeitos iniciadas pelo Processo Administrativo de Prestação de Contas de Prefeito 001/2016.

Data de Assinatura: 04/07/2012

Assinam: Câmara Municipal de Papanduva e Jeison Maikel Kwitschal, juntamente com duas testemunhas.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### **EDITAL 002 CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

#### EDITAL DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, no uso de suas atribuições, e após deliberação do Conselho Municipal de Política Cultural ( CMPC), vem tornar público o cancelamento da realização de Audiência Pública – Edital nº 001/2016, prevista para o dia 24 de agosto do ano de 2016, às 19 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Passo de Torres, sito a Rua José Hespanhol, 844 - Progresso - SC e, cujo objetivo era “para a eleição dos membros do Conselho Municipal de Política Cultura da gestão 2016 a 2018, de acordo com o §1º do Artigo 40 da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que trata do Sistema Municipal de Cultura de Passo de Torres.”

Passo de Torres, 05 de agosto de 2016.

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 040/2016

TERMO ADITIVO Nº 040/2016

CONTRATO ADITADO N.º 227/2012

Termo aditivo de Contrato de SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, autorizado através do Processo n.º 203/2012, Licitação 019/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA

CNPJ-MF n.º 05.140.822/0001-91

Endereço: Rua Ayrton Senna da Silva, 890- Fraiburgo/SC

Representada por: Heldes Regalin

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto Execução, pela contratada, de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de ruas do Loteamento Público Tranquilo Benjamin Guzzi (C, D). Na forma do Projeto Básico aprovado através do Processo nº 203/2012, Licitação n. 019/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

Considerando a necessidade de supressão na obra, na forma do parecer técnico emitido pelo Engenheiro Civil da AMARP, Ronaldo Regalin, cujo valor montará R\$ 41,37 (quarenta e um reais e trinta e sete centavos), FICA O CONTRATO n. 227/2012 suprimido, na forma do PARECER TÉCNICO emitido por profissional da AMARP, parte integrante do presente aditamento de supressão.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 227/2012, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 01 de Agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA

HELDES REGALIN

### TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.112 DE 03 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.112 DE 03 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 12.002 – Secretaria de Turismo e Cultura

Projeto/Atividade: 23.695.0110.1017– Ampliação, Reforma, Melhorias e Aquisição de Terreno no Parque de Evento

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0300000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

TOTAL R\$ 90.000,00

### TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) do Orçamento em vigor, da Unidade Gestora Prefeitura por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 05.001– Secretaria de Turismo e Cultura

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2005– Ativ.Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 05.001– Secretaria de Turismo e Cultura

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2005– Ativ.Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 03 de agosto de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **EXTRATO TERMO ADITIVO 018.2015 FMEDUCA - VALOR 4º - CONSTRUÇÃO CRECHE AUGUSTO BAYER - TRIO CONSTRUTORA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 018/2015 – FMEDUCA – 4º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor ao Contrato nº 018/2015 referente a contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção da Escola Municipal Augusto Bayer sendo 312,47 m² localizada no Bairro Santa Luiza no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 003/2015 – FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR: R\$ 43.087,08 (quarenta e três mil oitenta e sete reais e oito centavos)

DATA DA ASSINATURA: 02/08/2016

Porto Belo, 02 de Agosto de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### **EXTRATO TERMO ADITIVO 019.2015 - SUPRESSÃO 3º - LIMPEZA URBANA - DZ CONSTRUÇÃO CIVIL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 019/2015 – PMPB – 3º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de valor ao contrato 019/2015 referente a Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, compreendendo: Remoção de resíduos orgânicos, capinação, roçada manual e mecanizada, limpeza de lixeiras de ruas, pinturas de bancos, rótulas, meio fios, pontes, postes e demais locais determinados pela Secretaria de Obras do Município de Porto Belo, conforme especificações descritas no termo de referencia (anexo I) do edital Concorrência Pública 003/2015 PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: D & Z CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP

VALOR DE SUPRESSÃO: R\$ 39.700,00 (trinta e nove mil e setecentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 12/07/2016

Porto Belo, 12 de Julho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal



# Porto União

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 22/2016**

PORTARIA Nº 22/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Gustavo da Silva Souza, investido no cargo de carreira de Auxiliar Administrativo, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, adquiridas no período aquisitivo de 13/03/2015 a 12/03/2016 a serem gozadas no período de 08/08/2016 à 06/09/2016, em conformidade com o insculpido nos Artigos 24 e 27 da Lei Municipal nº 3.048/2005 de 13 de abril de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação publicação.

Porto União - SC, 05 de agosto de 2016.

Alceu Jung	
Presidente	

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO N 26/2016 AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O MOTOR DO MICRO IVECO CITY CLASS PLACAS MKC 6285**

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº26/2016

O Município de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 18/08/2016 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item para aquisição de peças para recuperação do motor do Iveco City Class placas MKC 6285. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 13:00 às 18:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, edital na integra no site [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br), link licitações ou portal da transparência..

Presidente Nereu, 05 de agosto de 2016.

#### EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N ° 26 / 2016

O pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº 56/2016 de 04/01/2016, torna publico aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendem participar de Pregão Presencial nº 26 / 2016 , do tipo por item, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº subsidiariamente a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas Alterações e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS, PLACAS MKC 6285. destinados a PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu , conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

#### 2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

#### 3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

#### 4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 18/08/2016 às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior , ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

#### 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desde Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.3. Cada empresa deve apresentar um representante legal que, devidamente munido de contrato social ou credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua empresa representada.

5.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

#### 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

- a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
- b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;
- c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)
- d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

## 7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

7.1. Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

7.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

7.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

## 8.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e

b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 26 / 2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: .....

Item(s) nº: (informar o(s) item(s) para os quais a empresa está concorrendo) Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 26 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: ..... 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada item proposto, conforme descrito no termo de Referência, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- i) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

## 9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos.

9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo – Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do item e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

## 11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

11.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

11.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

### 11.2.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

### 11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal – CEF;

b) Certidão Negativa de Débitos – CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

### 11.2.3 RELATIVAMENTE À REGULARIDADE ECONOMICA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

### 11.2.4 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

- 11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;
- 11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;
- 11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.
- 11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.
- 11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.
- 11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.
- 11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto n º 3.555/2000.
- 12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## 13. DOS RECURSOS

- 13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.
- 13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

## 14. DAS PENALIDADES

- 14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.
- 14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:
- I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;
- II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;
- III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- 15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

## 16. DO PAGAMENTO

- 16.1. Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

## 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

05	DEPTO DE EDUCACAO
001	DEPTO DE EDUCACAO
0012	EDUCACAO
0361	ENSINO FUNDAMENTAL
1501	CRIANÇA NA ESCOLA
2019	Transporte Escolar
33903019000000	MATERIAL ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM
01010000	Receitas de Impostos - Educação

**18. REAJUSTE DE PREÇO**

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

**19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública.

19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ao) responsável(eis) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.11 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina  
Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

20 Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Minuta do Contrato;
- Anexo II – Declaração que não emprega menor;
- Anexo III – Carta de Credenciamento;
- Anexo IV – Declaração para Habilitação;
- Anexo V – Declaração de Porte Empresarial;
- Anexo VI - Declaração de Comprometimento;
- Anexo VII - Termo de Referência.
- Anexo IX - Modelo de Proposta.

**21. DO FORO**

21.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 04 de agosto de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

**ANEXO I****ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO**

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, .....

.....pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede .....

Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em .....

..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO MICRO ONIBUS IVECO CITY



CLASS, PLACAS MKC 6285.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

05
001
0012
0361
1501
2019
33903019000000
01010000

#### CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA DOS PRODUTOS E APRESENTAÇÃO DO DOC. FISCAL

#### CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

#### CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2016, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo (05) cinco dias úteis após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 26/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico  
OAB/SC

#### ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
DATA

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. ..../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 .....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

## ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

## DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. .... /20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. .... /20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

## DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa ..... (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20 .....

## DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa ..... , CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

## TERMO DE REFERÊNCIA

## ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	1,00	UN	CABECOTE	7.840,00
2	1,00	UN	JUNTA CABECOTE DO MOTOR	300,00
3	1,00	UN	JUNTA DA TAMPA DO CABECOTE	148,00
4	1,00	JOGO	PARAFUSO DO CABECOTE	546,00

## ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

## PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS, PLACAS MKC 6285. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. ..../20 ..... , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

## ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	1,00	UN	CABECOTE		
2	1,00	UN	JUNTA CABECOTE DO MOTOR		
3	1,00	UN	JUNTA DA TAMPA DO CABECOTE		
4	1,00	JOGO	PARAFUSO DO CABECOTE		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO

**RESCISÃO AO CONTRATO N 11/2016 DE ODONTOLOGO**

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 11/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ODONTOLOGO PARA O POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, através do seu Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob nº. 14.488.313/0001-45, neste ato representado pelo seu Gestor Benito Brand, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro, FERNANDA TOMAZONI para prestação de serviços, inscrita no CPF sob nº. 071.409.019-02, estabelecida na Rua das Flores, nº 32, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CONTRATADA compromete-se a prestar os serviços de ODONTOLOGO A SER PRESTADO NO POSTO DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM UMA CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Fica rescindido o contrato por ter sido preenchida a vaga de odonto pelo candidato aprovado.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma.

Presidente Nereu, 22 de julho de 2016. .

BENITO BRAND

GESTOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 08/2016 DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE**  
RESCISÃO AO CONTRATO 08/2015

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, representado pelo seu Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 14.488.313/0001-45, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Benito Brand, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, Lilian Grasielle Xavier Tolfo 05386474936, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 19.772.695/0001-58 com sede em Ibirama, Neste ato representado pela Sra. Lilian Grasielle Xavier Tolfo, residente e domiciliado em Ibirama inscrita no CPF sob N.º 053.864.749-36 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO, COM OS PROGRAMAS DO "DATASUS" E ACOMPANHAMENTO DAS EQUIPES DE SAÚDE, CONTROLE E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETOS, PACTUAÇÕES E CONVÊNIOS E LEGISLAÇÃO DO "SUS".

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

Fica o contrato nº 08/2015 rescindido por não ser mais de interesse das partes, resolvido em comum acordo das partes.

E assim segue assinado pelo gestor do fundo.

PRESIDENTE NEREU-SC, 04 de julho de 2016.

BENITO BRAND  
GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE

**RESCISÃO DO CONTRATO Nº 18/2016 DE PROFESSOR DE INGLÊS.**  
RESCISÃO AO CONTRATO Nº 18/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E GISELI FEUSER

Pelo presente instrumento particular de contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, os abaixo assinados de um lado o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na cidade de Presidente Nereu, SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o senhor ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, portador do CPF nº 311.191.829-72, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado GISELI FEUSER, CPF Nº 019.103.639.01, denominada CONTRATADA, pessoa jurídica, residente e domiciliado na Av. Desembargador Érico Torres, centro, na cidade de Presidente Nereu, estado de Santa Catarina, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8666/93 de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O Objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços relacionados a Professora de Inglês aos alunos das Escolas do município dos anos iniciais de Presidente Nereu, em uma carga horária de 10 (dez) horas semanais.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

Fica rescindido o presente contrato por interesse da contratada e aceito amigavelmente pela administração municipal.

E por estarem em comum acordo, assina o prefeito.

Presidente Nereu, 29 de julho 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 141, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº. 141, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e Lei Municipal nº 828 de 05 de agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de 21.220,00 (Vinte e um mil, duzentos e vinte reais), destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (16 )	R\$	4.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	4.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 - Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (146)	R\$	17.220,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000.0000				
TOTAL			R\$	17.220,00
TOTAL GERAL			R\$	21.220,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 21.220,00 (Vinte e um mil, duzentos e vinte reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (17 )	R\$	3.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ./ATIV.: 04.122.0004.1.004 Aquisição de Veículo Administração Geral

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (12 )	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 - Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (147)	R\$	3.220,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000				
TOTAL			R\$	3.220,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 - Manutenção do Dpto. D Infraestrutura de Obras e Transportes

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (138)	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000				
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 26.782.0017.1.017 – Obras de Infraestrutura Rural

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (141)	R\$	6.000,00
-------------	--------------------------	--------------------------	-----	----------



FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000	Recursos Próprios	
TOTAL	R\$	6.000,00
TOTAL GERAL	R\$	21.220,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 05 de agosto de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 142, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº. 142, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e Lei Municipal nº 829 de 05 de agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056 - Manutenção Conv. Sec. Segurança Pública

MODALIDADE:	4.4.90.00.00.3.00000-	Aplicações Diretas (223 )	R\$	4.800,00
FONTE DE RECURSO: 03.00000 – Recurso Próprio- Rádio Patrulha				
TOTAL			R\$	4.800,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) de que trata o artigo 1º do presente projeto de Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 05 de agosto de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

## LEI Nº. 828 DE 05.08.2016

LEI Nº 828, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

"AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar na Lei de Meios vigente no valor de R\$ 21.220,00 (Vinte e um mil, duzentos e vinte reais), destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (16 )	R\$	4.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	4.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 – Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (146)	R\$	17.220,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000.0000	Recursos Próprios			
TOTAL			R\$	17.220,00
TOTAL GERAL			R\$	21.220,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 21.220,00 (Vinte e um mil, duzentos e vinte reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (17 )	R\$	3.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ./ATIV.: 04.122.0004.1.004 Aquisição de Veículo Administração Geral

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (12 )	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 – Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (147)	R\$	3.220,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000			Recursos Próprios	
TOTAL			R\$	3.220,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 – Manutenção do Dpto. D Infraestrutura de Obras e Transportes

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (138)	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000			Recursos Próprios	
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 26.782.0017.1.017 – Obras de Infraestrutura Rural

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas (141)	R\$	6.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000			Recursos Próprios	
TOTAL			R\$	6.000,00
TOTAL GERAL			R\$	21.220,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_  
OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 829 DE 05.08.2016**

LEI Nº 829, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

"AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056 – Manutenção Conv. Sec. Segurança Pública

MODALIDADE:	4.4.90.00.00.3.00000-	Aplicações Diretas ( )	R\$	4.800,00
FONTE DE RECURSO: 03.00000 – Recurso Próprio- Rádio Patrulha				
TOTAL			R\$	4.800,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) de que trata o artigo 1º do presente projeto de Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_  
OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2016

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2016 firmado em 10/02/2016, com término previsto para 01/08/2016 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 792.087.899-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera as cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educação Infantil Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/08/2016 e encerrando-se em 01/09/2016, podendo ser aditivo, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.”

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SANDRA REGINA DOS SANTOS

Contratado(a)

### DECRETO Nº 5445, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 5445, de 29 de julho de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 045/2016.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 5043, de 01 de dezembro de 2015, o resultado da Concorrência Pública

045/2016 de 19.05.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

RINOVI CONSTRUTORA LTDA ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de julho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 5445/2016

Concorrência Pública nº 045/2016 de 19.05.2016.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE 12 SALAS, PADRÃO DNDE, LOCALIZADO NA RUA WILAND KURT, NO BAIRRO RAINHA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Participantes:

CONSTRURIO EMPREITERIA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP;  
METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP;  
RINOVI CONSTRUTORA LTDA;  
ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

RINOVI CONSTRUTORA LTDA ME.

### DECRETO Nº 5447, DE 02 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5447, de 02 de agosto de 2016.

“ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2016 FMS DE 05.07.2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica anulado o processo licitatório representado pela Pregão Eletrônico nº 020/2015, de 05.07.16.

Parágrafo único - A anulação prevista no caput deste artigo, se dá por irregularidade no Edital.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de agosto de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

### **DECRETO Nº 5453, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 5453, de 03 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016 FMS, DE 04.07.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 016/2016 de 04.07.16 FMS, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI – EPP;  
RICARL DISTRIBUIDORAEIRELI EPP;  
STAUDT E FRANCESQUETT LTDA EPP;  
KLEBER MACHAFO & CIALTDA;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME;  
M MÓBILE EIRELI;  
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – EPP;  
NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA – ME  
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER;  
DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA;  
HC SUPRIMENTOS LTDA;  
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER – ME  
ADED COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA – ME;  
MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
03 de agosto de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

#### **ANEXO AO DECRETO Nº 5453/2016**

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 016/2016 FMS, DE 04.07.2016.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA, EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER NECESSIDADE DE DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **Participantes:**

INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI – EPP;  
RICARL DISTRIBUIDORAEIRELI EPP;

STAUDT E FRANCESQUETT LTDA EPP;  
KLEBER MACHAFO & CIALTDA;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME;  
M MÓBILE EIRELI;  
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – EPP;  
NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA – ME  
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER;  
DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA;  
HC SUPRIMENTOS LTDA;  
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER – ME  
ADED COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA – ME;  
MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI – EPP;  
RICARL DISTRIBUIDORAEIRELI EPP;  
STAUDT E FRANCESQUETT LTDA EPP;  
KLEBER MACHAFO & CIALTDA;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME;  
M MÓBILE EIRELI;  
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – EPP;  
NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA – ME  
SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER;  
DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA;  
HC SUPRIMENTOS LTDA;  
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER – ME  
ADED COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA – ME;  
MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

### **DECRETO Nº 5454, 03 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 5454, de 03 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 FMS, DE 07.07.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 023/2016 FMS de 07.07.16, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

RICHESSÉ MÓVEIS LTDA EPP;  
GSIANE MATILDE VIEIRA ME;  
MOSER MÓVEIS LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
03 de agosto de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

## ANEXO AO DECRETO Nº 5454/2016

Pregão Presencial nº 023/2016 FMS, de 07.07.16

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA ATENDIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP;  
EKOMOB COMÉRCIO LTDA;  
GILMAR SANI – ME – HENRIQUE DEPARTAMENTOS  
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA;  
NELITA GOMES FARIAS EPP;  
BELNIAI E BENIAKI EPP;  
RICHELSE MÓVEIS LTDA EPP;  
GSIANE MATILDE VIEIRA ME;  
MOSER MÓVEIS LTDA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

RICHELSE MÓVEIS LTDA EPP;  
GSIANE MATILDE VIEIRA ME;  
MOSER MÓVEIS LTDA ME.

**DECRETO Nº 5456, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 5456, de 03 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016, DE 08.07.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 058/2016 de 08.07.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

ADL COMERCIAL EIRELI – EPP;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP;  
ALFA MED. SISTEMAS MÉDICOS LTDA;  
ENGEMED COMÉCIO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS LTDA;  
SAWAE TECNOLOGIA LTDA;  
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde.

## ANEXO AO DECRETO Nº 5456/2016

Pregão Presencial nº 058/2016 de 08.07.2016

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA). SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

Participantes:

ADL COMERCIAL EIRELI – EPP;  
MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME;  
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP;  
CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO;  
ALFA MED. SISTEMAS MÉDICOS LTDA;  
ENGEMED COMÉCIO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS LTDA;  
SAWAE TECNOLOGIA LTDA;  
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA;  
MOLDGLASS KSS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

ADL COMERCIAL EIRELI – EPP;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP;  
ALFA MED. SISTEMAS MÉDICOS LTDA;  
ENGEMED COMÉCIO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS LTDA;  
SAWAE TECNOLOGIA LTDA;  
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA



**DECRETO Nº 5457, 04 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 5457, de 04 de agosto de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 10.827,29 (dez mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03010000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$	10.827,29
	TOTAL	R\$	10.827,29

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5458, DE 04 DE AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº 5458, de 04 de agosto de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 11.636,47 (onze mil, seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.033	Construção de Unidades de Psf - Vinculado		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03335440	Transferências de Convênios – União/Saúde	R\$	11.636,47
	TOTAL	R\$	11.636,47

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

04 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul



**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
EVANILDA MARIA SCHLEMPER CUNHA	XXX.094.199-XX	OFÍCIO Nº 39 – COMISSÃO IPTU

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016

PATRICIA SOARES

MEMBRO E SECRETÁRIA DA COMISSÃO

RONALDO DA ROCHA

MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

**RESOLUÇÃO Nº 039 DE 27 DE JULHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 039, DE 27 DE JULHO DE 2016.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. NELI APARECIA SCHEFFER VISENTAINER"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar pedido de aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a NELI APARECIDA SCHEFFER VISENTAINER, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.678.117, CPF nº 890.008.039-34, domiciliada e residente na Massaranduba, 209, Bairro Canta Galo, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 1, classe B, com proventos integrais e paridade, a partir de 15 de Julho de 2016.

Art. 2º- De conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 13 de julho de 2016, e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 27 de julho de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº 040 DE 27 DE JULHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 040, DE 27 DE JULHO DE 2016.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. HERNANI ZEFERINO"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. HERNANI ZEFERINO, brasileiro, solteiro, Cédula de Identidade nº 2.918.237 e CPF nº 751.010.179-49, domiciliado e residente na rua Indira Ghandi, 57, Bairro Boa Vista, em Rio do Sul \_SC no cargo de Auxiliar de Serviços Gerias Masculino, nível A, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 01 de Agosto de 2016.

Art. 2º- De conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 13 de julho de 2016, e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 27 de julho de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

**RESOLUÇÃO Nº 041 DE 27 DE JULHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 041, DE 27 DE JULHO DE 2016.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A Sra. BEATRIZ APARECIDA DA SILVA"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar pedido de Aposentadoria por invalidez a servidora BEATRIZ APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, professora, portador da Cédula de Identidade nº1.625.091 CPF nº 707.698.429-68 domiciliada e residente na Avenida Sete de Setembro, 607, Centro, em Rio do Sul - SC, no cargo de Professor, nível II, Classe B, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Agosto de 2016.

Art. 2º- De conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 13 de julho de 2016, e após análise

do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 27 de julho de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### **RESOLUÇÃO Nº 042 DE 27 DE JULHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 042, DE 27 DE JULHO DE 2016.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MARIS INÊS PAINI"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar pedido de Aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a MARIS INÊS PAINI, brasileira, convivente, portadora da Cédula de Identidade nº 1.031.907, CPF nº 901.591.959-34, domiciliada e residente na Rua Bento José da Rocha, 47, Bairro Budag, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível III, Classe B, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Agosto de 2016.

Art. 2º- De conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 13 de julho de 2016, e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 27 de julho de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### **RESOLUÇÃO Nº 043 DE 27 DE JULHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 043, DE 27 DE JULHO DE 2016.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SR. ODILSON CESAR BACHMANN"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar pedido de Aposentadoria por invalidez ao servidor ODILSON CESAR BACHMANN, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 944.659 e CPF nº 400.298.169.04, domiciliado e residente na Estrada Blumenau, 3546, Bairro Bela

Aliança, em Rio do Sul – SC no cargo de Auxiliar Administrativo II, nível D-1, com proventos proporcionais e paridade a partir de 01 de Agosto de 2016.

Art. 2º- De conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 13 de julho de 2016, e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 27 de julho de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### **RESUMO DO ADITIVO 003/2016-FMAS**

1º TERMO ADITIVO Nº 003/2016/FMAS – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 014/2016, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CANTA GALO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Aos treze (13) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 12.984.303/0001-75, com sede na Rua Rocha Pombo, 95, Centro, CEP 89.167-009, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Sido Strey, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Construtora Gutjahr Ltda., estabelecida na Travessa CSU, 28, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.608.392/0001-15, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio, Sr. Sérgio Luiz Gutjahr, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 002/2016/FMAS, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 014, datado de 27 de março de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 11 de setembro de 2016, conforme memorando nº 036/2016.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e

assinadas

SIDO STREY  
Presidente do FMAS  
Contratante

CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.  
Sr. Sérgio Luiz Gutjahr  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

### RESUMO DO CONTRATO 107/2016

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 107/2016

Concorrência nº 046/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG Ltda.

Objeto: execução da pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária do trecho ligando Rio do Sul/Presidente Getúlio, na Rodovia Lauro Pamplona, Valada Itoupava, com extensão de 5920 metros

Valor: R\$ 7.663.185,44 (sete milhões e seiscentos e sessenta e três mil e cento e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Prazo de Execução: 12 (doze) meses, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Governo Estadual

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 26 de julho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ANA CAROLINA MEES

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ANA CAROLINA MEES, nomeado (a) pela Portaria n. 0868/RH, de 21/07/2016, publicada no DOM na data de 01/08/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 08/08/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 04 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

### TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ADILENA PATRICIA FERREIRA LAURENTINO

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ADILENA PATRICIA FERREIRA LAURENTINO, nomeado (a) pela Portaria n. 0862/RH, de 14/07/2016, publicada no DOM na data de 20/07/2016, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 08/08/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 04 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016**

PRIMEIRO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 2/2016

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016

Aos 29 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, na sede da Câmara Municipal de Rio do Sul, localizada à Praça 25 de Julho, nº 01 – 2º andar, Bairro Centro, no Município de Rio do Sul/SC, de um lado, a Câmara Municipal de Rio do Sul, CNPJ nº 83.622.985/0001-14, adiante denominada de Contratante, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Sr. Mario Miguel, RESOLVE ADITAR OS PREÇOS DA EMPRESA CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, CNPJ/MF nº 18.531.205/0001-69, estabelecida no Município de Alfredo Wagner, estado de Santa Catarina, na Rua José de Anchieta, nº 175, Centro, adiante denominado(s) de Fornecedor Beneficiário, neste ato representado pelo Sr. Cleiton de Souza, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.051.509-22, portador da cédula de identidade nº 5.259.582-0, expedida pela SSP/SC. Acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 2/2016, e de acordo com parecer exarado e anexos, constantes do Processo Licitatório nº 8/2016, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, Decreto 7.892/2013 e documentos cujos integram o processo, reajustando os preços dos seguintes itens:

LOTE	ITEM	UND.	PRODUTO	PREÇO UNIT.
4	1	Caixas com 1.000 ml	Leite UHT semidesnatado, esterilizado, longa vida, em embalagens Tetra Pak de 1.000 ml (um mil mililitros), Composição: leite de vaca e estabilizantes e citrato de sódio. A embalagem deve conter o Registro no Ministério da Agricultura. Constando na embalagem, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 2 (dois) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 3,97

LOTE	ITEM	UND.	PRODUTO	PREÇO UNIT.
5	1	Embalagem de 2.000 ml	Água sanitária – Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2%P/P a 2,5%P/P, em embalagem de 2 (dois) litros, opaca, com tampa de rosca ou pressão. Devendo constar o percentual de hipoclorito, número de lote, data de fabricação, e validade do produto, além das determinações exigidas na Portaria nº 89/94, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Validade do produto mínima de 6 (seis) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 3,64
5	5	55 Embalagem com 2.000 ml	Desinfetante de uso geral, germicida e bactericida, líquido, com componente ativo a base de Cloreto de Benzalcônio e Glutaraldeído, em embalagem de 2.000 ml (dois mil mililitros)	R\$ 4,70
5	6	Embalagem com 500ml	Detergente líquido, para cozinha, neutro, biodegradável, apresentado em embalagem de 500 ml (quinhentos mililitros) cada.	R\$ 1,60
5	7	Unidade	Esponja para limpeza, dupla face, um lado em fibra sintética abrasiva e o outro em esponja sintética macia de poliuretano antibactericida, medindo, aproximadamente, 110 mm x 75 mm x 20 mm (vinte milímetros)	R\$ 1,46
5	10	Caixa com 1.000g	Sabão em pó biodegradável. Composição: tensoativo, coadjuvante, sinergista, branqueadores ópticos, enzimas, tamponantes, corantes, atenuador de espuma, carga, perfume e água. Embalagem de 1.000 g (um mil gramas)	R\$ 6,38

LOTE	ITEM	UND.	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO
6	4	Pctes com 250 und	Mexedor para café, em poliestireno e pigmentos de alta pureza, cristal, em embalagem com 250 (duzentos e cinquenta) unidades. Tipo mexedor de drink.	R\$ 7,67

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que depois de lida e achada conforme, é assinada, em 3 (três) vias de igual teor e forma, pelas partes, abaixo nomeadas, tendo sido arquivada em ordem cronológica na CMRS e delas extraídas as cópias necessárias.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.

MARIO MIGUEL  
Presidente da Câmara

CLEITON DE SOUZA  
Cleiton de Souza Comercial ME



**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 7/2016**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Mario Miguel, resolve Registrar os preços da Empresa Império do Papel Comércio de Papéis Ltda, neste ato representada pelo Sr. Helton Bilk. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de equipamentos e acessórios de informática e de licenças para software para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente aos Lotes 2 e 3 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 5/2016. Conforme abaixo discriminado:

**LOTE 2 – IMPRESSORA COLORIDA**

LOTE	ITEM	QTE. TOTAL	PRODUTO	PREÇO MÁX. UNITÁRIO
4	1	1	Impressora colorida: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia de impressão a jato de tinta</li> <li>• Colorida</li> <li>• Funções: Impressão</li> <li>• Velocidade de impressão: mínima de 29 ppm preto rascunho, 24 ppm em cores rascunho, 18 ppm preto ISO, 10 ppm em cores ISO</li> <li>• Resolução mínima de 600 x 1200 dpi</li> <li>• Alimentação de papel: Bandeja para no mínimo 225 folhas</li> <li>• Tamanhos suportados: A4, A5, A6, B5, cartões postais, envelopes B5, C5 e DL (mínimo)</li> <li>• Tipos suportados: Papéis laser, normal, fotográfico, não tratado, vegetal, cartolina, transparência.</li> <li>• Conectividade através de cabo USB 2.0 e Wi-fi.</li> <li>• Ciclo de impressão: mínimo de até 4000 páginas face única por mês PB, 6500 páginas face única Colorido</li> <li>• Acompanhada de suprimentos para impressão originais não reciclados.</li> <li>• Acessórios: Cabo USB para conectividade e cabo de força.</li> <li>• Observações: acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português. Os programas e drivers devem ser fornecidos em CDROM ou indicado endereço WEB para download dos mesmos.</li> </ul> Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.	R\$ 500,00
	PREÇO MÁXIMO TOTAL LOTE 2		R\$ 500,00	

**LOTE 3 – ENERGIA E CABOS**

LOTE	ITEM	QTE. TOTAL	PRODUTO	PREÇO MÁX. UNITÁRIO
3	1	10	Carregador para iPad 4 (Apple) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Potência (carregador): 10 W</li> <li>• Produzido e fornecido pela fabricante (Original e genuíno)</li> </ul> Garantia mínima de 90 dias.	R\$ 190,00
3	2	10	Cabo de dados para iPad 4 (Apple) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprimento (cabo): Mínimo de 1 m</li> <li>• Produzido e fornecido pela fabricante (Original e genuíno).</li> </ul>	R\$ 160,00
	PREÇO MÁXIMO TOTAL LOTE 3			R\$ 3.500,00

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

MARIO MIGUEL  
Presidente da Câmara

HELTON BILK  
Império do Papel Comércio de Papéis Ltda

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 169/2016

PORTARIA Nº 169/2016

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere com a lei vigente.

#### RESOLVE

Art. 1º. Retorna da Licença Remunerada , conforme pedido em anexo, o Servidor Municipal, Senhor Ademir Antonio Detofol , ocupante do cargo de Contador Geral , matrícula 809/01, em conformidade com a lei vigente. .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Agosto de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### PORTARIA Nº 170/2016 FERIAS

PORTARIA Nº 170/2016

CONCEDE FÉRIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido 30 dias de férias regulamentares, a servidora pública municipal , senhora Sueli B. da S. Rintzel , matr.710/01, lotado na secretaria municipal de ADM . Período aquisitivo de 03/01/2014 a 02/01/2015 , período de gozo de férias de 08/08/2016 a 06/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Agosto 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRÍCULA Nº1300/5



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 73/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	73/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	PEDRAS SUL LTDA - ME
Objeto	Execução de obra de muro de contenção com 34,45,m² na Servidão Manuel Rodrigues na sede do Município de Santiago do Sul.
Valor	RS 6.545,50 (seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Vigência	26 de julho de 2016 à 26 de setembro de 2016.
Compra direta Nº. 505/2016.	
Santiago do Sul, 26 de julho de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 74/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	74/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	VERIDIANA PEDROTTI 02956475908
Objeto	Prestação de serviços de oficinas a serem executadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.
Valor	RS 6.808,00 (seis mil oitocentos e oito reais).
Vigência	01 de agosto à 31 de outubro de 2016.
Processo Nº. 60/2016.	
Pregão Presencial Nº.50/2016	
Santiago do Sul, 29 de julho de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 75/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	75/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	GILMAR PAIS 86384392968
Objeto	Prestação de serviços de oficinas a serem executadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Valor	RS 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).
Vigência	01 de agosto à 31 de outubro de 2016.
Processo Nº. 60/2016.	
Pregão Presencial Nº.50/2016	
Santiago do Sul, 29 de julho de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 76/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	76/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	JUCIANE DEFILTRO 06991448923
Objeto	Prestação de serviços de oficinas a serem executadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.
Valor	RS 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).
Vigência	01 de agosto à 31 de outubro de 2016.
Processo Nº. 60/2016.	
Pregão Presencial Nº.50/2016	
Santiago do Sul, 29 de julho de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 77/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	77/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	ZELI NELICE PEDROTTI GROLLI - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para ser servidos como lanches nos encontros da Terceira Idade do Município.
Valor	RS 2.825,50 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).
Vigência	04 de agosto à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 61/2016.	
Pregão Presencial Nº.51/2016	
Santiago do Sul, 04 de agosto de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 78/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	78/2016
Contrato Principal Nº.	56/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	MERCADO SANTIAGO LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para ser servidos como lanches nos encontros da Terceira Idade do Município.
Valor	RS 109,96 (cento e nove reais e noventa e seis centavos).
Vigência	04 de agosto à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 44/2016.	
Pregão Presencial Nº.35/2016	
Santiago do Sul, 04 de agosto de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 79/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	79/2016
Contrato Principal Nº.	54/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para ser servidos como lanches nos encontros da Terceira Idade do Município.
Valor	RS 109,96 (cento e nove reais e noventa e seis centavos).
Vigência	04 de agosto à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 44/2016.	
Pregão Presencial Nº.35/2016	
Santiago do Sul, 04 de agosto de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 80/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	80/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO - COPERAQUI
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.

Valor	RS 4.542,50 (quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).
Vigência	04 de agosto à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 68/2016.	
Dispensa de Licitação Nº.08/2016	
Santiago do Sul, 04 de agosto de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 81/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	81/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	JUDITE SOMAVILA SIEGA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	RS 580,00 (quinhentos e oitenta reais).
Vigência	04 de agosto à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 68/2016.	
Dispensa de Licitação Nº.08/2016	
Santiago do Sul, 04 de agosto de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº.68/2016	
Edital: Dispensa por Justificativa Nº.08/2016	
Fornecedor (es)	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO – COPERAQUI, JUDITE SOMAVILA SIEGA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para preparação da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	R\$ 5.122,50 (cinco mil cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos).
Santiago do Sul-SC, 04 de abril de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº1412/2016

DECRETO Nº 1412, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de Luto Oficial, os dias 07,08 e 09 do mês em curso, por motivo do falecimento, na data de ontem em São Bento do Sul/SC, do Sr. SERGIO LUIZ CELESKI, cidadão ilustre desse município, ex-vereador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### EDITAL Nº01/2016 - CMI

EDITAL CMI Nº 01/2016

Convocação e regulamentação do Fórum para a Escolha das Entidades Não-Governamentais do Conselho Municipal do Idoso – CMI de São Bento do Sul.

O Conselho Municipal do Idoso de São Bento do Sul – CMI no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal nº 1847/07, convoca as Entidades não governamentais do município de São Bento do Sul, para participarem do Fórum de escolha das entidades não governamentais do CMI, mediante a seguinte regulamentação:

Art. 1º Poderão participar deste fórum as entidades atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

Art. 2º O Fórum elegerá seis entidades não governamentais, da sociedade civil organizada que comporão o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO BENTO DO SUL, para o biênio 2016/2018.

Art. 3º As entidades candidatas, ao se inscreverem, deverão apresentar a seguinte documentação:

I – Fotocópia de seu Estatuto e as suas alterações;

II – Fotocópia da ata de eleição da atual diretoria;

III – Cópia do CNPJ;

IV – Fotocópia da Carteira de Identidade ou documento similar (carteira nacional de habilitação ou carteira profissional) de um representante da Entidade para participar do fórum como delegado com direito a voto.

§ 1º – Os documentos acima relacionados deverão ser entregues imprimevelmente até o dia 14 de outubro de 2016, bem como o preenchimento do formulário de inscrição da entidade em anexo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua João Mühlbauer, n. 169, Bairro Serra Alta, das 08h às 12h e das 13h às 16h, na secretaria-executiva dos conselhos.

§ 2º No caso do não preenchimento mínimo das vagas, ficará o CMI, por meio de deliberação ex officio autorizado a promover a colocação das entidades faltantes.

Art. 4º A Comissão Eleitoral do CMI terá até o dia 21 de outubro

de 2016, para examinar as candidaturas e divulgar a relação das entidades candidatas por meio de edital.

§ 1º Os pedidos de impugnação de candidatura deverão ser dirigidos à Comissão Eleitoral do CMI, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua João Mühlbauer, 169, Bairro Serra Alta, até 05 (cinco) dias após a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, através de ofício, constando a identificação do impugnante e as razões do pedido.

§ 2º A Comissão Eleitoral terá 03 (três) dias após o termino do prazo para a impugnação para decidir sobre a impugnação e responder ao impugnante, igualmente publicando no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

§ 3º Caso a solicitação de impugnação de candidatura seja aceita pela comissão eleitoral, a candidata a ser impugnada será comunicada e terá direito a resposta, que deverá ser feito em um prazo não superior a 03 (três) dias.

§ 4º Consecutivamente à resposta da entidade notificada, a comissão eleitoral terá um prazo não superior a 03 (três) dias para apreciar a impugnação manifestando-se pela procedência ou improcedência nos termos deste edital. Comunicando as partes diretamente envolvidas.

Art. 5º A divulgação final das candidaturas, pela Comissão Eleitoral, ocorrerá até o dia 21 de novembro de 2016, por meio de edital.

Parágrafo único – Da divulgação final não caberá recurso.

Art. 6º O Fórum será realizado no dia 24 de novembro de 2016, às 9h na Secretaria Municipal de Assistência Social, sita à Rua João Mühlbauer, nº 169, Bairro Serra Alta.

§ 1º A comissão eleitoral será composta pelos seguintes conselheiros do CMI:

I – Cléverson Israel Minikovsky, Presidente da Comissão;

II – Walter Luiz Wolff, Vice-Presidente; e

III – Solange Nunes da Silva, Assessora.

§ 2º Compete a comissão eleitoral;

I – Avaliar a documentação de inscrição das entidades;

II – Dar a conhecer os pedidos de inscrições indeferidas;

III – Designar um secretário para elaborar a ata da assembleia e auxiliar na condução dos trabalhos;

IV – Acompanhar o processo eleitoral; e

V – Fazer a apuração dos votos.

§ 3º Caberá ao presidente da Comissão Eleitoral dirigir os trabalhos, esclarecendo dúvidas e resolvendo de pronto as eventuais questões de ordem.

Art. 7º – A entidade candidata que desejar expor os motivos de sua candidatura durante a assembleia do fórum, poderá realizar.

Parágrafo único. Cada entidade candidata terá no máximo 5 (cinco) minutos para fazer a sua exposição/apresentação.

Art. 8º – O voto direto e secreto será exercido pelo delegado, nomeado pela entidade a que representa, em cédula contendo o nome das candidatas, previamente rubricada pela Comissão Eleitoral,

que deverá ser depositada em local determinado pela Comissão.

§ 1º Cada entidade terá direito a um único delegado.

§ 2º O representante da entidade, no ato da votação, deverá se apresentar a comissão eleitoral informando a que entidade representa.

§ 3º Cada delegado deverá votar em até 06 (seis) entidades candidatas.

§ 4º Será considerada nula a cédula que apresentar mais de 06 (seis) candidatas assinaladas.

§ 5º Em caso de empate, as entidades presentes votarão apenas nas entidades empatadas.

§ 6º Havendo somente 6 (seis) entidades inscritas e concorrendo as vagas, a eleição poderá ser feita por aclamação, de comum acordo com as entidades inscritas.

Art. 9º Sendo a eleição por voto secreto serão eleitas titulares as 6 (seis) entidades mais votadas, as demais entidades irão compor o quadro de suplência do CMI.

Art. 10. Após a eleição das escolhas das entidades candidatas, redigir-se-á ata que será dirigida ao CMI, que encaminhará ao chefe do Poder Executivo para que seja feito a nomeação dos membros escolhidos, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrer, a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 11. As Entidades titulares eleitas terão até 10 (dez) dias, para apresentarem os nomes de seus representantes, Titular e Suplente, do contrário serão substituídas pela entidade suplente, conforme a ordem de votação deste fórum.

Parágrafo único. No caso de extinção ou recusa da entidade na participação do CMI, fica o Executivo Municipal autorizado a promover a substituição pela entidade suplente eleita neste fórum.

Art. 12. A função de conselheiro do CMI não é remunerada, sendo seus serviços considerados relevantes e de interesse público.

Art. 13. Dentre as atribuições do CMI expresso na Lei Municipal n. 1.847/2007, esta:

- I – formular, acompanhar e fiscalizar a Política do Idoso, a partir de estudos e pesquisas;
- II – aprovar programas e projetos de acordo com a Política do Idoso em articulação com os Planos Setoriais;
- III – orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do "Fundo Municipal do Idoso";
- IV – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela co-participação de organizações representativas dos idosos na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Atendimento ao Idoso;
- V – atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública, privada, conveniada, de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;
- VI – propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do idoso;
- VII – propor aos órgãos da administração pública municipal a inclusão de recursos financeiros na proposta orçamentária destinada à execução da Política do Idoso;
- VIII – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros nas diversas áreas, destinados à execução da Política Municipal do Idoso;
- IX – oportunizar processos de conscientização da sociedade em

geral, com vistas à valorização do idoso; e  
X – articular a integração de entidades governamentais e não-governamentais que atuam na área do idoso.

Art. 14. Compete aos membros do CMI conforme seu Regimento Interno:

- I – comparecer às reuniões e justificar as faltas quando ocorrerem;
- II – discutir e votar assuntos deliberativos no Plenário;
- III – assinar a lista de presença da reunião, bem como as atas aprovadas pelo Plenário;
- IV – requerer à secretaria do conselho a inclusão na agenda dos trabalhos de assuntos que deseja discutir;
- V – solicitar à diretoria convocação de reunião extraordinária para apreciação de assuntos relevantes;
- VI – votar e ser votado para cargos do Conselho;
- VII – exercer outras atribuições no âmbito de sua competência;
- VIII – representar o Conselho quando designado pela Assembleia Geral ou pela Diretoria.

Art. 15. Nos termos do parágrafo único, do art. 9º, da Lei Municipal n. 1.847/2007, o mandato dos conselheiros do CMI é de 02 (dois) anos, sendo facultada a reeleição. E conforme a regra prevista no art. 10 da Lei mencionada, perderá o mandato e terá vedada a recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade, faltar a 03 (três) assembleias ordinárias consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, salvo com justificativa aprovada em assembleia geral.

Art. 16. O Conselho Municipal do Idoso – CMI fará ampla divulgação do presente edital e do resultado final em meios de comunicação que levem o máximo de conhecimento ao público, sendo que todos os resultados serão afixados nos locais públicos tais como Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, em local aberto e de fácil acesso, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e encaminhado um comunicado oficial ao Ministério Público Estadual.

Art. 17. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 18. Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul, renunciando as partes a qualquer outro foro, mesmo que privilegiado.

São Bento do Sul, 02 de agosto de 2016  
Fernando Tureck  
Prefeito de São Bento do Sul

Cléverson Israel Minikovsky  
Assessor Jurídico e  
Presidente do CMI de São Bento do Sul

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Fórum da Escolha das Entidades Não Governamentais para o CMI

24 de Novembro de 2016 – 9h

Auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade:

Delegado nomeado para o Fórum:

Representantes desta entidade, caso seja eleita para o CMI:

Titular:

E-mail:



Contato:

Suplente:

E-mail:

Contato:

Assinatura do responsável pela entrega da documentação  
ou

Assinatura do responsável pela Entidade

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 144/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 144/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 227/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, em 08 de julho de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 153/2014. Considerando o objeto do Contrato nº 227/2014, que consiste na contratação de serviço banda larga por meio de fibra óptica para transmissão de dados via internet com velocidade de 10 Mbps, Download de 10.240 Kbps e Upload 1.024 Kbps, para a 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul; Considerando o término do Contrato no dia 13 de julho de 2016 e proposta da Contratada em anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma mantém o valor contratado inicialmente no contrato; Devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual do item 1, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 14 de julho de 2016 e com término em 13 de dezembro de 2016.

Permanece o valor mensal de R\$ 149,90 (cento e quarenta e nove reais e noventa centavos) referente ao item 1, totalizando o valor do Contrato em R\$ 749,50 (setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de julho de 2015 e Termo Aditivo nº 193/2015 de 25 de junho de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2016.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.  
WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MARCIANA SOARES LISBÔA KUROWSKY ME.

DO OBJETO: Contratação de empresa para serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da SEMUS, conforme anexo ao Convite nº 51/2016.

DO VALOR: R\$ 32.447,16 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MARCIANA SOARES LISBÔA KUROWSKY ME, como Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Impressos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GRÁFICA SÃO BENTO LTDA.

DO OBJETO: Aquisição de impressos para a SEMUS, pelo período de julho a dezembro/2016, conforme anexo ao Convite nº 52/2016, constante de 17 itens.

DO VALOR: R\$ 12.429,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 08 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

GRÁFICA SÃO BENTO LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Impressos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO: Aquisição de impressos para a SEMUS, pelo período de julho a dezembro/2016, conforme anexo ao Convite nº 52/2016, constante de 17 itens.

DO VALOR: R\$ 11.658,30 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 08 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Impressos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GRAFCOLOR ARTES GRÁFICAS LTDA - EPP.

DO OBJETO: Aquisição de impressos para a SEMUS, pelo período de julho a dezembro/2016, conforme anexo ao Convite nº 52/2016, constante de 06 itens.

DO VALOR: R\$ 1.422,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 08 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

GRAFCOLOR ARTES GRÁFICAS LTDA - EPP, como Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa HR SUPERMERCADO LTDA ME.

DO OBJETO: Fornecimento de cestas básicas para suprir as necessidades dos usuários da Secretaria de Assistência Social, conforme anexo ao Convite nº 106/2016.

DO VALOR: R\$ 53.625,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses e 23 (vinte e três) dias a contar

desta data.

São Bento do Sul, 09 de junho de 2016.

ASS: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HR SUPERMERCADO LTDA ME, como Contratada.

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 034/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 034/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 043/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, em 25 de junho de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 44/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 043/2014, que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de recolhimento e destinação final de resíduos de lixo infectante, conforme projeto básico em anexo ao Edital de Tomada de Preço nº 44/2014; Considerando o término de Contrato no dia 30 de junho de 2016 e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme consta na Cláusula Oitava – Da Vigência, Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de julho de 2016 e a terminar em 31 de dezembro de 2016.

Permanece o valor do Kg em R\$ 7,30 (sete reais e trinta centavos), sendo o valor mensal de R\$ 12.035,00 (doze mil e trinta e cinco reais), totalizando em R\$ 72.210,00 (setenta e dois mil, duzentos e dez reais), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de junho de 2015 e Termo Aditivo nº 042/2015 de 30 de junho de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 042/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 042/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 043/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, em 25 de junho de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 44/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 043/2014, que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de recolhimento e destinação final de resíduos de lixo infectante, conforme projeto básico em anexo ao Edital de Tomada de Preço nº 44/2014; Considerando que os valores do referido contrato não foram reajustados quando de sua prorrogação conforme Termo Aditivo nº 034/2016, e que o mesmo já completou 12 meses do último reajuste;

Considerando também a solicitação da Contratada em anexo a este Termo Aditivo, onde a mesma solicita reajuste de preço conforme índice do IGP-M de 12,2193% no valor do quilo passando de R\$ 7,30 para R\$ 8,19, faz-se necessário reajustar os valores a partir de 01 de julho de 2016, conforme cálculo em anexo, de acordo com Art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos: Fica alterado o valor do Kg de R\$ 7,30 (sete reais e trinta centavos)

para R\$ 8,19 (oito reais e dezenove centavos) a partir de 01 de julho de 2016, sendo o valor mensal alterado de R\$ 12.035,00 (doze mil e trinta e cinco reais) para R\$ 13.505,59 (treze mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos), totalizando o Contrato em R\$ 81.033,54 (oitenta e um mil, trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 042/2015 de 30 de junho de 2015 e Termo Aditivo nº 034/2016 de 30 de junho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 150/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 150/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 036/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, em 18 de fevereiro de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 13/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 036/2016 que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) para os servidores públicos municipais de São Bento do Sul para as cidades de Campo Alegre e Rio Negrinho, pelo período de fevereiro a dezembro de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 13/2016 de 18 de fevereiro de 2016;

Considerando que as linhas intermunicipais sofreram reajuste de 9,32%, conforme Resolução nº 004/2016-DETER, de 26 de junho de 2016 em anexo ao Termo Aditivo, porém a Contratada solicitou junto ao órgão a urbanização das linhas Rio Negrinho e Campo Alegre e o DETER acolheu ao pedido, o valor do vale transporte recebeu alteração passando de R\$ 4,61 (quatro reais, sessenta e um centavos) para R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), conforme documentação anexa ao Termo Aditivo, fazendo-se necessário alterar o valor unitário das passagens do referido Contrato a partir de 01 de julho de 2016, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das passagens referentes ao item 2 – Passagens sem seguro SBS x Rio Negrinho do referido Contrato de R\$ 4,61 (quatro reais e sessenta e um centavos) para R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), a partir de 01 de julho de 2016. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 12 de julho de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 151/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 151/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 044/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, em 22 de fevereiro de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 44/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 044/2016 que consiste no fornecimento de passes para profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental para o período de fevereiro a julho de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 44/2016 de 22 de fevereiro de 2016;

Considerando que as linhas intermunicipais sofreram reajuste de



9,32%, conforme Resolução nº 004/2016-DETER, de 26 de junho de 2016 em anexo ao Termo Aditivo, porém a Contratada solicitou junto ao órgão a urbanização das linhas Rio Negrinho e Campo Alegre e o DETER acolheu ao pedido, o valor do vale transporte recebeu alteração passando de R\$ 4,61 (quatro reais, sessenta e um centavos) para R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), conforme documentação anexa ao Termo Aditivo, fazendo-se necessário alterar o valor unitário das passagens do referido Contrato a partir de 01 de julho de 2016, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das Passagens SBS x Rio Negrinho do referido Contrato de R\$ 4,61 (quatro reais e sessenta e um centavos) para R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), a partir de 01 de julho de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de julho de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 156/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 156/2016

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos com Prestação de Serviços para Fornecimento de Materiais de nº 200/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA – ME, em 24 de junho de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 147/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 200/2013, que consiste na locação de impressoras laser, multifuncionais (impressoras, scanner, copiadora) com placa de rede para as unidades educacionais; Considerando que os valores do referido contrato não foram reajustados quando de sua prorrogação conforme Termo Aditivo nº 143/2016, e que o mesmo já completou 12 meses do último reajuste;

Considerando também a solicitação da Contratada em anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma solicita reajuste de preço conforme índice do IGP-M de 12,2193%, faz-se necessário reajustar os valores a partir de 01 de julho de 2016, conforme cálculo em anexo, de acordo com Art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Altera-se o valor mensal de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) por mês para R\$ 5.981,51 (cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos), totalizando o valor do Contrato em R\$ 35.349,06 (trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e seis centavos) para o período prorrogado.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de junho de 2013, Termo Aditivo nº 393/2013 de 20 de dezembro de 2013, Termo Aditivo nº 215/2014 de 30 de junho de 2014, Termo Aditivo nº 366/2014 de 19 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 197/2015 de 29 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 338/2015 de 15 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 143/2016 de 30 de junho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA – ME, como Contratada.

### LISTAGEM PORTARIAS Nº 08/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 12328, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença de Parte de Jornada de Trabalho – 20 horas semanais, pelo prazo de 01 ano, a contar de 02 de agosto de 2016, conforme Processo nº 4552/2016. Maristela Kotovicz, Nutricionista. SEMED.

Portaria nº 12329, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 05/09/2016 a 04/10/2016. Marcio Palhano, Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 12330, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 26/09/2016 a 25/10/2016. Reinaldo Meyer, Pintor. SEPLU.

Portaria nº 12331, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, período de 01/09/2016 a 30/09/2016. Antonio Marcos Daniel Vieira, Vigia. SECAD.

Portaria nº 12332, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 13/09/2016 a 12/10/2016. Manuel Rodriguez Del Olmo, Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 12333, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 28/09/2016 a 27/10/2016. Gabriela Oleskiewicz, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 12334, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2013/2016, período de 03/09/2016 a 02/10/2016. Alisson Ricardo do Prado, Motorista. SEMUS.

Portaria nº 12335, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 19/09/2016 a 18/10/2016. Versiane Janaina Heinzen, Nutricionista. SEMUS.

Portaria nº 12336, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2003/2006, período de 06/09/2016 a 05/10/2016. Julio Cesar Vargas, Professor de Música. Fundação Cultural.

Portaria nº 12337, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, período de 05/09/2016 a 04/10/2016. Abel Hack, Professor de Bateria. Fundação Cultural.

Portaria nº 12338, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 08/09/2016 a 07/10/2016. Helenice Granemann Costa Grein, Instrutor de Recriação. SEMAS.

Portaria nº 12339, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 12/09/2016 a 11/10/2016. Silvana Martins Siqueira Szeremeta, Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 12340, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2013/2016, período de 05/09/2016 a 04/10/2016. Marcelina Fary, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 12341, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2009/2012, período de 01/09/2016 a 30/09/2016. Zila Ada Terres Tschoeke, Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 12343, de 03 de agosto de 2016. Declara Vago, com fulcro no art. 47, inciso V, Lei nº228/2001, a partir de 01 de agosto de 2016, o cargo de Odontólogo, ocupado pelo servidor Dirk Mettengang.

Portaria nº 12344, de 03 de agosto de 2016. Declara Vago, com fulcro no art. 47, inciso V, Lei nº228/2001, a partir de 01 de agosto

de 2016, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora Ivone de Borba Lenczuk.

Portaria nº 12345, de 03 de agosto de 2016. Declara Vago, com fulcro no art. 47, inciso V, Lei nº228/2001, a partir de 01 de agosto de 2016, o cargo de Secretária de Escola, ocupado pela servidora Cornélia Pfeiffer Menengola.

Portaria nº 12346, de 03 de agosto de 2016. Declara Vago, com fulcro no art. 47, inciso V, Lei nº228/2001, a partir de 01 de agosto de 2016, o cargo de Professor Anos Finais, ocupado pela servidora Jenilde Maria Linzmeyer.

Portaria nº 12347, de 03 de agosto de 2016. Declara Vago, com fulcro no art. 47, inciso V, Lei nº228/2001, a partir de 01 de agosto de 2016, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora Wanda Ribeiro Martins Knop.

Portaria nº 12348, de 03 de agosto de 2016. Declara Vago, com fulcro no art. 47, inciso V, Lei nº228/2001, a partir de 01 de agosto de 2016, o cargo de Operador de Máquina I, ocupado pelo servidor Vilmar Pereira de Almeida.

Portaria nº 12349, de 03 de agosto de 2016. Declara Vago, com fulcro no art. 47, inciso V, Lei nº228/2001, a partir de 02 de agosto de 2016, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pelo servidor Orlando Paitra.

Portaria nº 12350, de 03 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2016. Giovane Stepanski Fuckner, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12351, de 03 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2016. Carlos Eliel Biaobok, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 12352, de 03 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a partir de 05 de agosto de 2016. Denise Gruber, Professor Anos Finais – Oficina de Dança, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 12353, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2013/2016, período de 08/08/2016 a 06/09/2016. Regina Maria de Sena Santana, Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 12354, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2013/2016, período de 01/08/2016 a 30/08/2016. Neiva Maria Rosa, Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 12355, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Celso Carneiro, Vigia, SECAD.

Portaria nº 12356, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Cintia de Moraes Coutinho, Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 12357, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Cleide Terezinha Milde Pereira de Lima, Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 12358, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Eduardo dos Santos, Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 12359, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Eli Dautt, Auxiliar de Operações. SECAD.

Portaria nº 12360, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Elia Fatima da Cruz, Fiscal da Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 12361, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Inês Marilda Rossetto Wagner, Administradora. GAPRE.

Portaria nº 12362, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. José Sadi Costa Paes, Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 12363, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Jucelino Spak, Motorista. SEMOB.

Portaria nº 12364, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Juraci Wossgrau Erzinger, Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 12365, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Lindomar Grande, Motorista. SECAD.

Portaria nº 12366, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Lorildes Margarida da Maia Jusviack, Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 12367, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Marcia Sirlene Janczkowski Schreiner, Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 12368, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015 em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Rosemare Augustin, Assistente Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 12369, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Sebastião Adevisio Gonçalves de Lima, Pedreiro. SEMUS.

Portaria nº 12370, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Soeli Teresinha Schewinski, Assistente Administrativo. GAPRE.

Portaria nº 12371, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Teodosio Kachuba, Oficial Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 12372, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, em pecúnia, com efeitos no mês de julho de 2016. Veronica Andraski Pinheiro, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 12373, de 03 de agosto de 2016. Prorroga Licença de Parte de Jornada de Trabalho – 20 horas semanais, pelo prazo de 01 ano, a contar de 13 de agosto de 2016, conforme Processo nº 5444/2016. Jurema Biaobock, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 12374, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Maristela Neumann, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12375, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014, Sandra Mara Kleinmayer, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12376, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Marisol Hannemann Itner, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12377, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014, Silvane Terezinha Bayerl, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12378, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014, Germano Urbainski, Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 12379, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Eunice Jorge Gonçalves, Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 12380, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Luzia Margarette Alves Tibes, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 12381, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014, Lusía de Fatima Tremel, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12382, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014, Maria Salete Chapiewski, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 12383, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Sandra Maria Sadowski Andrzejewski, Oficial Administrativo. SECAD.

Portaria nº 12384, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Ana Claudia da Silva Murara, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12385, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Washington Henrique Marques, Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 12386, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013, Wilson José Heleodoro, Motorista. SEMAS.

Portaria nº 12387, de 03 de agosto de 2016. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015, Sirlene Lesnhak Munhoz, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12388, de 03 de agosto de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 03 de agosto de 2016. Airton Nery Rocha, Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SECAD.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2016.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 12389/2016**

PORTARIA Nº 12389, DE 03 DE AGOSTO DE 2016  
CONSOLIDA PORTARIA Nº 7271/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 7271, de 22 de janeiro de 2015, que concedeu aposentadoria à KARIN MARLY ZSCHOERPER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00214105 através da Decisão

GAC/JCG-252/2016, de 04 de julho 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº12326/2016**

PORTARIA Nº 12326, DE 03 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 02 de agosto de 2016, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado ORLANDO PAITRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Nível II, Classe E, matrícula nº 6102, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4678/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº12327/2016**

PORTARIA Nº 12327, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal EDELTRAUD ILG, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00012/16-3, de 08 anos, 01 mês e 02 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação

anexa ao Processo nº 5734, de 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº12342/2016

PORTARIA Nº 12342, DE 03 DE AGOSTO DE 2016

Corrige Portaria nº 11711/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CORRIGIR, a partir de 03 de maio de 2016, a Portaria nº 11711/2016, que concedeu aposentadoria à servidora pública GEOVANA FRANCK RODRIGUES VICENTE, no tocante ao nome, passando de "GEOVANA FRANCK RODRIGUES VICENTE" para "GEOVANNA FRANCK RODRIGUES VICENTE" e no tocante ao cargo, passando de "Professor Anos Iniciais – Grupo Ocupacional Ensino Fundamental" para "Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais".

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº12390/2016

PORTARIA Nº 12390, DE 03 DE AGOSTO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 8207/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 8207, de 02 de março de 2015, que concedeu aposentadoria à ROSALINDA CUSTODIO RAIS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00284669 através da Decisão GAC/ WWD-567/2016, de 08 de julho 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº12391/2016

PORTARIA Nº 12391, DE 04 DE AGOSTO DE 2016

Altera Portaria nº11953/2016 que Nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul – CONCIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680 de 10 de outubro de 2006 e do Decreto nº 304/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 11953/2016 que nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

g) 02 (dois) representantes de associações de moradores

· Do Parque Mariane e Jardim Marias

Titular: Nayra Jaciana Teixeira Ramos

Suplente: Arnaldo José de Conto

(...)”

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº12392/2016

PORTARIA Nº 12392, DE 04 DE AGOSTO DE 2016

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores CARLOS HENRIQUE REITZ ARAKAKI, CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO, KELLY THIEMANN, MARCELO LEVANDOWSKI, RAPHAEL BEDIN BUENO, RICARDO CALLADO e SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FORD/Fiesta, placas MJJ 4962.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



**TERMO ADITIVO Nº 165/2016**

TERMO ADITIVO Nº 165/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DE Nº 166/1996 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, EM 25 DE JULHO DE 1996, CONFORME EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 85/1996.

Considerando o Contrato Administrativo nº 166/96, firmado entre o Município de São Bento do Sul, e a empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda., que tem por objeto "Termo de Permissão para Exploração dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros" com vigência de 20 anos, que foi assinado em 25 de julho de 1996, com vigência e término em 24 de julho de 2016;

Considerando que no dia 16/07/2016 foi impetrado mandado de segurança nos Autos n. 0302434-07.2016.8.24.0058 pela atual concessionária do serviço de transporte coletivo do Município de São Bento do Sul, o qual foi concedido a liminar, suspendendo o procedimento para contratação emergencial do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, de São Bento do Sul, pelo prazo prorrogável, de 30 (trinta) dias.

Considerando que foi entrado com embargos de declaração opostos pelo Município de São Bento do Sul, em face da decisão proferida às fls. 152/154, alegando a ocorrência de omissão, por não ter havido manifestação quanto a possibilidade de novo processo de contratação emergencial, ou prorrogação do prazo concedido para possibilitar a realização do processo licitatório de concessão, por seu trâmite normal.

Considerando que, no dia 27/07/2016, foi conhecido e acolhido parcialmente os embargos de declaração para reconhecer erro material em parte da decisão objurgada para, em corrigindo e integrando-a, conceder à liminar e sustar os procedimentos de contratação do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, de São Bento do Sul, mantendo-se, a impetrante, à frente da concessão, em caráter provisório, ou até ulterior outra manifestação judicial.

Considerando o previsto no inciso V do artigo 30 da Carta Magna Brasileira, o qual determina ser competência do Município "organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial"; especialmente pela obrigatoriedade de realização de licitação para contratação de serviços públicos por meio de procedimento que garanta a participação em igualdade de condições entre os concorrentes, conforme exegese do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal; Nos termos em que determina o artigo 2º, II da Lei 8.987/95 a respeito do instituto da Concessão de serviço público, concedido mediante concorrência e por prazo determinado;

Considerando necessidade de se efetivar nova concessão para o Transporte Coletivo Urbano do Município de São Bento do Sul, por esta Prefeitura não dispor de estrutura operacional, pessoal especializado e a tecnologia necessária para prestar, diretamente, o serviço público de transporte coletivo de passageiros, com a qualidade a que assiste aos usuários do serviço de transporte coletivo; Considerando a tendência nacional de terceirização dos serviços de transporte coletivo urbano para empresas especializadas, como forma de economia e melhoria contínua da qualidade e, finalmente, face à determinação exarada pelo conteúdo expresso na Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012), a qual institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, em decorrência da qual é dever do Município privilegiar a utilização do transporte coletivo sobre o transporte individual de passageiros,

assim como atribui aos Municípios a obrigação de "planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano" (Art. 18, I da Lei nº 12.587/2012).

Considerando que em 1º de março de 2016 passou a vigor a instrução normativa N.TC – 022/2015, estabelecendo procedimentos para o controle e a orientação para as concessões administrativas, instruções que impõe aos municípios uma série de afazeres e obrigações que impossibilitem a conclusão de um processo comum de licitação, na modalidade concessão, em menos de 180 (cento e oitenta) dias.

De acordo com o art. 7º da N.TC 022/2015:

Art. 7º O gestor de PPP ou de Concessão Comum encaminhará ao Tribunal de Contas cópia em formato digital, armazenada em meio ótico ou eletrônico, dos documentos referidos no art. 5º, observado o prazo de 60 dias, no mínimo, antes da publicação do edital de licitação.

Ante ao exposto, faz-se necessário a prorrogação do contrato nº 166/1996 com a Empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda, a contar do dia 25 de julho de 2016 pelo período de 180 dias, visto que não é válida a prorrogação por prazo indeterminado, ou até decisão final da concessão ou não da segurança pleiteada nos autos do Mandado de Segurança nº 0302434-07.2016.8.24.0058 ou por fim até a homologação e adjudicação do novo processo licitatório, se este ocorrer primeiro, nos seguintes termos:

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador do CPF nº 033.667.519-40, doravante denominado simplesmente CONTRANTE e de outro, a empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.770.033/0001-85, e Inscrição Municipal nº 224, com sede na Rua João Stoeberl nº 119, neste Município, neste ato representado pelo Sr. FLAVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA, portador do CPF nº 045.200.556-60, estabelecem o que abaixo segue:

1º - Fica prorrogada a vigência do referido Contrato por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25 de julho de 2016 e com término em 20 de janeiro de 2017, ou até homologação e adjudicação do novo processo licitatório.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de julho de 1996 permanecem inalteradas. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 27 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL  
PERMITENTE

NIVALDO STOEBERL -  
TRANSPORTES COLETIVOS.  
PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS    AURIENE ROEPKE  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO    SECRETÁRIA DE FINANÇAS

ALINE FONTANA DE SOUZA  
OAB/SC 23.925  
ASSESSORA JURÍDICA  
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****CONTRATO Nº 58/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 27/2016

Contrato Nº: 58/2016 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: SANDRINI &amp; BOTEGA LTDA

Vigência: Início: 12/07/2016 - Término: 25/11/2016

Recursos: Dotação:

(114) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Aditivo de 12,386 %, referente à inclusão do serviço de troca de arco das caixas padrão.

Valores: R\$ 11.445,00 (Onze Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais)

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 168, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 168, de 04 de agosto de 2016.

“EXONERA CHEFE DE DIVISÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - EXONERAR, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei Municipal nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o senhor RONEI LAÉRCIO ALVES LOURENÇO, do cargo de Chefe de Divisão Comercial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 169, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 169, de 04 de agosto de 2016.

“NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art.1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o servidor EVERTON DE SOUZA BRANDALIZE, ocupante do cargo efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula n.º 483, para exercer o cargo de Chefe de Divisão Comercial, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei n.º 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei n.º 3.589/2015).

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO 058 - RETIFICA DEC. 59 DA PRORROGA PRAZO VIGENCIA TESTE SELETIVO ENFERMEIRAS**

DECRETO Nº 058/16, DE 29/07/2016.

PRORROGA A VIGÊNCIA DE PRAZO DO DECRETO 070/2015 REFERENTE O PROCESSO SELETIVO 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência de prazo prevista no Decreto 070/2015, que homologa o resultado final do processo seletivo nº 001/2015, conforme item 10.5 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2015, pelo período de mais um ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 29 de julho de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

Prefeito Municipal

### **DECRETO 059- DESMEMBRAMENTO JOSE MELZ**

DECRETO Nº 059/16, DE 03/08/2016.

APROVA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 10 DA MATRÍCULA Nº 15.142 DE PROPRIEDADE DA SR. JOSÉ MELZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 539, de 22 de maio de 2000 e em conformidade com os incisos XIX, do Art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do Imóvel denominado parte do lote urbano nº 10 com a área de 1.000,00m², da matrícula nº15.142, situado junto a SC 163, Linha Beato Roque, município de São João do Oeste/SC, de propriedade do Sr. José Melz, com as seguintes confrontações:

I - Lote urbano nº25 com área de 375,25m²:

- Nordeste: em 23,95m com ângulo de 95°15'25" com parte do lote rural nº37 da matrícula 14.655 de Jose Melz + 1,05m com o mesmo ângulo com o lote rural nº215 da matrícula 14.654 de Construsui Metalúrgica Ltda;
- Sudeste: em 15,06m com ângulo de 84°44'35" com a Rua "V";
- Sudoeste: em 25,00m com ângulo de 95°15'25" com o lote urbano nº10 de José Melz;
- Noroeste: em 15,06m com ângulo de 84°44'35" com parte do lote rural nº37 da matrícula 14.655 de Jose Melz;

II - Lote urbano nº10 com área remanescente de 624,75m²:

- Nordeste: em 25,00m com ângulo de 95°15'25" com o lote urbano nº25 de Jose Melz;
- Sudeste: em 25,11m com ângulo de 84°44'35" com a Rua "V";
- Sudoeste: em 25,00m com ângulo de 95°15'25" com a faixa de domínio da SC-163;
- Noroeste: em 25,11m com ângulo de 84°44'35" com parte do lote rural nº37 da matrícula 14.655 de Jose Melz;

Art. 2º. Esta operação é objeto da ART nº 5765651-6, firmado pelo

Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3, conforme mapa e memorial em anexo.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 03 de agosto de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

Prefeito Municipal

### **PP 64/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 064/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de motor OM 352 A, completo reformado com turbo kit turbo e freio de motor, para caminhão caçamba do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 18 de agosto de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 18 de agosto de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 08 de agosto de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 216/2016

DECRET O Nº 216/2016

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO ALVADIR OLIVEIRA ROSA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - ALVADIR OLIVEIRA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Pedreiro, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 328/2013, de 01/08/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Agosto de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 217/2016

DECRET O Nº 217/2016

“QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA LURDETE APARECIDA DA COSTA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora LURDETE APARECIDA DA COSTA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para a qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 084/1994, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Agosto de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 218/2016

DECRET O Nº 218/2016

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO A FUNCIONÁRIA SAMILLE VIEIRA ROSA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - SAMILLE VIEIRA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº

084/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Agosto de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 219/2016

DECRET O Nº 219/2016

“QUE REMANEJA SALDO ENTRE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE, CONFORME ART. 4º DA LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 4.383/2015, 23/12/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(21)3.3.90.00.00.00.00.2.007-0160 – Aplicações Diretas  
30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito aberto no Artigo anterior, serão utilizados os recursos pelo remanejamento de saldo da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(22)4.4.90.00.00.00.00.2.007-0160 – Aplicações Diretas  
30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Agosto de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### ERRATA CHAMADA PÚBLICA 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA

Na publicação do aviso de licitação do processo Nº 34/2016, Chamada Pública Nº 02/2016 publicado no dia 19/07/2016 edição 2041:

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

No edital:

Incluir no Item 01 o seguinte texto:

**1.1. FONTE DE RECURSO**

Recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Alterar no Item 9.1 o seguinte texto:

Onde se lê:

9.1 O prazo de fornecimento dos gêneros alimentícios, objeto desta Chamada Pública, vigorará até o fim do ano letivo de 2016.

Leia se:

9.1 O prazo de fornecimento dos gêneros alimentícios, objeto desta Chamada Pública, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários. A sua validade será de 1 ano a contar da data da sua homologação, podendo ser renovado por mais 1 ano.

Na Minuta do Contrato:

Alterar na Clausula quinta seguinte texto:

Onde se lê:

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF, expedida pela Diretoria de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término do ano letivo de 2016.

Leia se:

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF, expedida pela Diretoria de Compras, sendo o prazo do fornecimento de 1 ano a contar da data da homologação da Chamada pública, podendo ser renovado por mais 1 ano.

Alterar na Clausula décima nona seguinte texto:

Onde se lê:

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até o final do ano letivo de 2016.

Leia se:

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O presente contrato vigorará por período de 1 ano a contar da data de homologação da Chamada Pública, podendo ser renovado por mais 1 ano.

São Joaquim, 05 de agosto de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6785/2016

DECRETO Nº 6785/2016  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor RAFAEL ROSA do cargo de Diretor de Vigilância Sanitária – CCM 7, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 6786/2016

DECRETO Nº 6786/2016  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora LÚCIA DE FÁTIMA KUNTZ MAKOWIECKY do cargo de Diretora Geral de Vigilância – CCM - 09, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 6787/2016

DECRETO Nº 6787/2016  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MARLY PREVIATTI para exercer o cargo de Diretora Geral de Vigilância – CCM – 09, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 6788/2016

DECRETO Nº 6788/2016  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LÚCIA DE FÁTIMA KUNTZ MAKOWIECKY para o cargo em comissão de Diretor de Vigilância Sanitária – CCM 7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 6789/2016

DECRETO Nº 6789/2016  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado RAFAEL ROSA para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Tuberculose – CCM 05, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**EDITALNº. 035/2016/FUNDESJ**

EDITALNº. 035/2016/FUNDESJ

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS, EDITAL Nº 030/2016/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. Aclassificação final do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 030/2016/FUNDESJ.

2. Os candidatos classificados deverão aguardar o contato da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, que informará os procedimentos para admissão.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 04 de agosto de 2016.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann  
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito  
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ

**ANEXO I**

Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 030/2016/FUNDESJ

Área: Ciências da Computação / Análise e Desenvolvimento de Sistemas

CÓD. DE VAGA	DISCIPLINA	CURSO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO 1º ETAPA	PONTUAÇÃO 2º ETAPA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO
1.1	Tecnologia da Informação e Comunicação	Administração	439.948.149-87	1,4	10,00	7,42	1º
			411.311.269-04	2,0	7,00	5,50	Desclassificado
1.2	Lógica de Programação Orientada Objeto I	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	035.011.109-01	2,0	10,00	7,60	1º
1.3	Linguagem de Programação I	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	035.011.109-01	2,0	10,00	7,60	1º
1.5	Metodologia de Projeto	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	006.468.340-02	3,7	9,80	7,97	1º
			025.124.779-16	1,4	8,00	6,02	2º
1.7	Qualidade e Teste de Software	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	064.293.469-00	1,7	8,00	6,11	1º
1.8	Segurança da Informação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	021.358.317-86	2,1	8,00	6,23	1º

## Área: Ciências Contábeis

CÓD. DE VAGA	DISCIPLINA	CURSO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO 1º ETAPA	PONTUAÇÃO 2º ETAPA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO
2.1	Laboratório Contábil II	Ciências Contábeis	003.387.839-03	5,0	6,90	6,33	1º
			029.479.479-40	4,1	5,90	5,36	Desclassificado

## Área: Educação

CÓD. DE VAGA	DISCIPLINA	CURSO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO 1º ETAPA	PONTUAÇÃO 2º ETAPA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO
3.1	Didática II	Pedagogia	066.683.319-20	3,3	10,00	7,99	1º
			195.412.508-90	3,8	8,95	7,41	2º
			016.011.760-74	2,0	8,25	6,38	3º
			826.673.659-68	2,6	3,70	3,37	Desclassificado

**PORTARIA CONJUNTA Nº 001, DE 05 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA CONJUNTA Nº 001, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.  
Cria Grupo de Trabalho com a finalidade que menciona.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos I e IV da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Constituição da República assevera em seu Art. 194, que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;

CONSIDERANDO que a Constituição da República determina em seu Art. 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República determina em seu art. 203 que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, em seu art. 2º, prevê que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.742, de 07/12/1993, prevê, em seu art. 1º, que a assistência social é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de dar amplo cumprimento as ações concernentes à Saúde e Assistência Social, previstas na Lei Orgânica do Município de São José.

**RESOLVEM:**

Art. 1º Fica criado Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a legislação pertinente, elaborando proposta para revisão, sistematização, definição e padronização das normas e dos demais procedimentos de competência municipal, concernentes às ações das áreas de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será integrado pelos seguintes Servidores das Secretarias de Assistência Social e de Saúde:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Juliana Rocha Pires – matrícula 425724-3; e
- b) Walter Corrêa de Fávéri – matrícula 425724-3;

II – Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Yara Silvia Lechat Miola – matrícula 306240;
- b) João Arthur Lange Lins Neves – matrícula 344869;

Art. 3º Caberá ao Grupo de Trabalho eleger, por maioria absoluta de votos de seus membros, um Coordenador, devendo o referido ato constar em ata.

Art. 4º As reuniões do Grupo de Trabalho serão iniciadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo exigida para a elaboração das propostas referidas no art. 1º, a maioria simples de membros presentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05, de agosto de 2016.  
RITA DE CÁSSIA FAVERSANI FURTADO  
Secretária Municipal de Assistência Social

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº016/2016/PGM**

PORTARIA Nº016/2016/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

**RESOLVE:**

I. Determinar, ex vi do que consta do Processo Administrativo nº 11.448/2014, com fulcro no artigo 200 da Lei Municipal nº 2.761/1995 c/ca atribuição administrativa prevista na Lei Complementar nº 032/2009, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor Z.J.S.Jr.- matrícula nº 22.888, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, porque teria, em tese, praticado a conduta abaixo relacionada, fatos que imputam as penas de advertência, prevista em lei:

Conduta	Fls.	Tipo Infracional
Faltas Injustificadas	02	Arts. 146, II e III, do Estatuto do Servidor, Lei Municipal nº 2248/91

II. Designar os servidores Juliana Graciosa Pereira, Thaís Farias de Sousa, Karina da Silva Graciosa, Ilson Elias e William Ramos Moreira, sob a Presidência do primeiro, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 05 de agosto de 2016.  
Rodrigo João Machado  
Procurador Geral



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 140/2016**

PORTARIA Nº 140/2016

CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR GERALDO LUIZ FLORÊNCIO, A PARTIR DE 02 DE AGOSTO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias ao servidor Geraldo Luiz Florêncio, lotado no gabinete do vereador Geraldo Swiech, a partir de 02 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2016.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 04 de agosto de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 428/2016

PORTARIA Nº 428/2016.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 21 de junho de 1990.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Equipe Técnica colaborativa responsável pelo fornecimento de dados à Comissão Especial responsável pela Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME de São José do Cedro - SC, constituída pelos seguintes membros:  
Coordenador: Mauro Weber  
Secretária: Susana Camícia

Membro: Marisete Balbinot  
Membro: Lisete Maria Brixner Weis  
Membro: Neiva Krewer Nos  
Membro: Elizandra Potrick

Art. 2º. Ficam estabelecidas como atribuições da Equipe Técnica:  
a) Elaborar proposta de trabalho para o levantamento de dados para a Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação - PME;  
b) Estruturar a análise situacional da realidade educacional do Município, considerando as metas previstas no PME;  
c) Elaborar relatórios e encaminhá-los a Comissão Especial responsável pela Avaliação e Monitoramento do PME;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro – SC, 02 de agosto em de 2016.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 430/2016

PORTARIA Nº 430/2016.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 21 de junho de 1990.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Julgadora Municipal, responsável pelo acompanhamento da 5ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, constituída pelos seguintes membros:

Membro: Gelcy Therezinha Lauxen da Rosa  
Membro: Joeldes Kuhn Taube  
Membro: Mauro Weber  
Membro: Leandro Severgnini  
Membro: Rosana Piccinin

Art. 2º. Ficam estabelecidos como objetivos da Comissão Julgadora Municipal:

a) Avaliar e selecionar os textos recebidos das Comissões Julgadoras Escolares das escolas das redes de ensino municipal, estadual e federal localizadas no município de São José do Cedro, estado de Santa Catarina;

b) Todos os textos digitados no sítio eletrônico <www.escrevendootfuturo.org.br>, referentes às escolas participantes localizadas no município de São José do Cedro, deverão ser avaliados pela Comissão Julgadora Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro – SC, 05 de agosto em de 2016.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO Nº 009/2016/CMS

RESOLUÇÃO Nº. 009/CMS/2016

“APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL, RELATIVA AO 2º TRIMESTRE DE 2016”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 006/2016, realizada no dia 05 de agosto de 2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Prestação de Contas Trimestral, relativa ao 2º Trimestre do ano de 2016, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº. 141, de 13 de Janeiro de 2012, que regulamenta a Emenda Constitucional nº. 29.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 08 de Agosto de 2016.

FRANCYELY CASAGRANDA,  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 010/2016/CMS**

RESOLUÇÃO Nº. 010/CMS/2016

"APROVA O DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – SIOPS, 2º BIMESTRE DE 2016".

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 006/2016, realizada no dia 05 de agosto de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º- APROVAR o demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, orçamentos fiscal e da seguridade social – SIOPS, referente ao 2º bimestre de 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 08 de Agosto de 2016.

FRANCYELY CASAGRANDA,  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**RESOLUÇÃO Nº 011/2016/CMS**

RESOLUÇÃO Nº. 011/CMS/2016

"APROVA O FORMULÁRIO MUNICIPAL PARA REQUERIMENTO DE MEDICAMENTO".

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 006/2016, realizada no dia 05 de agosto de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º- APROVAR o "Formulário Municipal para Requerimento de Medicamento", elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 08 de Agosto de 2016.

FRANCYELY CASAGRANDA,  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 5.440, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.440, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 31.089,18 (trinta e um mil, oitenta e nove reais e dezoito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.03	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUNSAM			
09.03.17.512.4511.2.032	192	Aplicação Direta	R\$ 31.089,18	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.441, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.441, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia os membros da Comissão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no artigo 3º da Lei Complementar nº 82, de 12 de abril de 2007, e de acordo com o Decreto nº 3.969, de 03 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os membros, abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, do Município de São Lourenço do Oeste/SC:

I - representantes titulares:

- a) 1º titular: Gilberto Verado Schiavini, advogado, inscrito no CPF sob o nº 410.467.229-72;
- b) 2º titular: Lauri Alberto Centenaro, servidor público municipal, inscrito no CPF sob o nº 674.402.079-04;
- c) 3º titular: Aldori Antônio Calegari, motorista, inscrito no CPF sob o nº 019.634.619-32;

II - representantes suplentes:

- a) 1º suplente: Adriano Fávero, advogado, inscrito no CPF sob o nº 037.698.649-21;
- b) 2º suplente: Joel Begnini, servidor público municipal, inscrito no CPF sob o nº 050.513.819-01;
- c) 3º suplente: Sander Spenassato, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 025.811.619-65.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos nºs 4.414, de 23 de abril de 2012 e 4.908, de 07 de julho de 2014, bem como demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 27/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 04/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação, tendo como objeto a Contratação de serviços para permanência do idoso Dejandir Pereira, conforme Determinação Judicial nº 0900112.35.2016.8.24.0067, no lar Divina Providência – NUPAI, no município de Palmitos – SC. Contratado: ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS – NUPAI. Valor Total de R\$ 5.720.00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sita a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 05 de agosto de 2016.

SIMONE CARMEM THOMAS

Secretaria Municipal de Assistência Social

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de cadeiras, estruturas de cobertura de pirâmide, barracas, camarim e palco, destinado ao evento "Saúde do Adolescente" que acontecerá no dia 31 de agosto de 2016 em frente a Unidade Sanitária Central da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 18 de agosto de 2016.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 08 de agosto de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTOS LTDA - ME.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CNPJ nº 24.868.567/0001-42 neste ato representado por seu Presidente, Vereador Roberto Enning e de outro lado INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ nº 15.653.345/0001-11, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 110, Fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

0.1 Este contrato tem como objetivo a contratação de empresa especializada para configuração e auxílio no envio de informações ao E-Sfinge ao TCE/SC, configuração e auxílio nas atividades de planejamento PPA, LDO, LOA, contabilidade, SICONFI, LRF, compras e folha de pagamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1 A CÂMARA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de total de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1 O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1 O prazo de vigência deste contrato será de 25/07/2016 à 28/11/2016.

4.2 Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1 Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da CÂMARA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1 As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2 Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas CÂMARA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 21 de julho de 2016.

ROBERTO ENNING  
Presidente da Câmara de Vereadores

INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA  
Contratado

### CONTRATO N.º 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.camaraspa.sc.gov.br – camara@camaraspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 001/2016

A Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº24.868.567/0001-42, localizada no prédio da Prefeitura Municipal, 3º andar, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Presidente, Sr. ROBERTO ENNING, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº455.058.299-53, residente e domiciliado a Rua Bertoldo Augusto, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CÂMARA, e de outro lado o Senhor WALCIONE DIAS GOES, brasileiro, inscrito no CPF sob nº. 615.975.892-68, residente a Rua São Miguel, nº425, bairro São Sebastião, a Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, Resolução n.º 01/2016, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1 - Este contrato vincula a CÂMARA e o CONTRATADO ao regime constante dos artigos 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações. Lei Complementar n.º 115/2016, assim como Resolução n.º 01/2016.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de CONTADOR, descritas no quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 18/07/2016, findando no dia 31/12/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.



**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do CÂMARA, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

6.1- O CÂMARA, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de 10 (dez) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores da Câmara Municipal conforme disposto na Lei Complementar n.º 115/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, CÂMARA e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de julho de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara

WALCIONE DIAS GOES

CONTRATADO

Testemunhas:

**CONTRATO Nº 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro—CEP: 88125-000—Fone:48-32770122—R. 217

www.camaraspa.sc.gov.br – camara@camaraspa.sc.gov.br

**CONTRATO nº 002/2016**

Contrato que entre si celebram de um lado CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.868.567/0001-42, neste ato representado pelo seu Presidente, VEREADOR ROBERTO ENNING, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sra. Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Dispensa de Licitação 01/2016, homologado em 04 de agosto de 2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1. Constitui objeto do presente contrato a Locação dos sistemas de informática para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara.

a) Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados a manutenção legal e corretiva durante o período contratual por meio digital e, excepcionalmente, in loco.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá duração de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	
1	02	Mês	Contabilidade Pública	01	320,00	640,00	
2	02	Mês	Folha	01	295,00	590,00	
3	02	Mês	Transparência Fly	ilimitados	220,00	440,00	
VALOR TOTAL R\$ 1.670,00							

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico, quando solicitado:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	10	Hora	Serviços Técnicos após a implantação dos aplicativos, quando solicitado	81,30	813,00
2	300	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,81	243,00
3	05	Diária	Alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	135,51	677,55
VALOR TOTAL R\$ 1.733,55					

b.1) O preço para serviços técnicos, conforme quadro acima, é de R\$ 81,30 (oitenta e um reais e trinta centavos) a hora, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$0,81 (oitenta e um centavos) por quilômetro, bem como de R\$ 135,51 (cento e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos) ao dia referente à hospedagem e alimentação do técnico, quando exigida sua presença.

b.2) A estimativa até a vigência contratual dos serviços técnicos é de 10 (dez) horas, para o deslocamento é de 300km e para a Diária referente a hospedagem e alimentação é de 05 (cinco) unidades.

c) O valor total do presente instrumento é R\$ 3.403,55 (três mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

g) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das

propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

h) Para os serviços de suporte técnico presencial, somente será computado o valor mediante solicitação da CONTRATANTE, obedecendo o limite estimado neste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.01.2001.3.3.90.39.11.00.001.00.0000. (2)

#### CLÁUSULA QUINTA: RESPONSABILIDADE DAS PARTES

##### 5.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;
- c) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.
- d) Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitadas no(s) sistema(s).
- e) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) sistema(s).
- f) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) sistema(s) licenciado(s), incluindo:
  - i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) sistema (s).
  - ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
  - iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

##### 5.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar a execução do contrato na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- d) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) sistema (s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- e) Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

6.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

6.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

6.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

7.1- A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer a base de dados única e exclusivamente no formato TXT, quando eventualmente requisitada.

#### CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO CONTRATUAL

8.1- Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2- O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

#### CLÁUSULA NONA: TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

9.1- A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresse consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

10.1- A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CASOS OMISSOS

11.1- Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL

12.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Presidente da Câmara em fundamento da conveniência pública.

12.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

12.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

12.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

12.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

12.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

12.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

12.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

12.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Presidente da Câmara e exaradas em regular processo administrativo.

12.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

12.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

12.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

12.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

12.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

12.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Presidente da Câmara, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

12.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

12.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

12.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 12.1.4.1 à 12.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

12.1.5 – Também incidirá na rescisão contratual o cumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso, do art. 27, da lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 001/2016

14.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara, 05 de agosto de 2016.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ROBERTO ENNING

PRESIDENTE

BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67

**PORTARIA N.º 05/2016**

PORTARIA N.º 05/2016

“Admite em caráter temporário WALCIONE DIAS GOES para o cargo de contador da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara.”

ROBERTO ENNING, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições legais e em conformidade com que lhe confere o art. 19, inciso III, “a”, do Regimento Interno, Art. Em conformidade com o artigo 209, da Lei Complementar n.º 005/97 e Lei Complementar n.º 115/2016 RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, WALCIONE DIAS GOES, para o cargo e Contador da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, contrato de trabalho n.º 001/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18 de julho de 2016.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 01 de agosto de 2016.

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 021/2016, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA BRUNA DE SOUZA SCHMITT OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA AUXILIAR DE SALA.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 021/2016, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA BRUNA DE SOUZA SCHMITT OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA AUXILIAR DE SALA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora BRUNA DE SOUZA SCHMITT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 090.960.809-12, residente a Rua Geral, s/nº, Santa Filomena – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 021/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 021/2016 até 19/12/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 08 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.811/2016 DE 8 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 3.811/2016 de 8 de julho de 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO  
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.495,00 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA  
04.03.08.243.3016.2.349 - Manutenção do Fundo de Assistência a Criança e Adolescente  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 3069 - Material de Consumo R\$ 2.495,00  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 3069 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 08 de julho de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 3.831/2016 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.831/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.  
AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE RECEPCIONISTA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício nº 59/2016 - SMS, datado de 23 de junho de 2016, para a contratação de 01 (um) profissional RECEPCIONISTA para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que o referido secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos municípios conforme legislação específica;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional RECEPCIONISTA para atuar na Unidade Básica de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 05 de agosto de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 3.832/2016 DE 5 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.832/2016 de 5 de agosto de 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO  
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0063 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0063 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.



Schroeder, 05 de agosto de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças  
Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 39/2016-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 39/2016-FMS

Dispensa de Licitação nº. 27/2016-FMS - Processo nº. 52/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190.

Objeto: Medicamento destinado a atender a demanda de Ação Ordinária de Obrigação de nº 0301638-15.2016.8.24.0026, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	INSULINA LISPRO HUMALOG FRASCO AMPOLA 10ML	5	frasco/ampola	82,95	414,75
TOTAL R\$					414,75

Valor do contrato: R\$ 414,75 (quatrocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 05/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**DISPENSA 27/2016-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 27/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 52/2016  
Data: 05/08/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: GENESIO A MENDES &amp; CIA LTDA

Código: 6426

Endereço: R SAO LUIZ, 127, GALPAO K

Cidade: Tubarão - SC

CNPJ: 82.873.068/0001-40

Inscrição Estadual: 250.064.111

**Objeto da Compra:** Medicamento destinado a atender a demanda de Ação Ordinária de Obrigação de nº 0301638-15.2016.8.24.0026.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	INSULINA LISPRO HUMALOG FRASCO AMPOLA 10ML	FR/A	82,95	414,75

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Paciente portadora de " diabetes mellitus tipo I, CID E10".

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 5 de Agosto de 2016

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 27/2016 - DL</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA</b> MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 <b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.:</b> 52/2016 <b>Data:</b> 05/08/2016	
		Folha: 2/2

04/08/2016

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Agosto de 2016

**Valor da Despesa:**

414,75 (quatrocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal

# Seara

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 468/2016

Portaria nº. 468/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e art. 187, da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo administrativo disciplinar para apuração de suposto ato infracional cometido por servidor público municipal no exercício de seu cargo.

Art. 2º. Nomear os servidores públicos municipais abaixo identificados, para compor a comissão que irá conduzir o Processo Administrativo Disciplinar:

I – representante do Poder Executivo Municipal:

a) Celia Gris – Presidente;

b) Emanuele Sandrin – Secretária.

II – representante do Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores Municipais de Seara:

a) Filomena Salete Canossa Freyer – Membro.

Art. 3º. A comissão deverá assegurar ao indiciado o fiel cumprimento das garantias constitucionais concernentes ao contraditório e a ampla defesa, bem como observar as normas e diretrizes aplicáveis ao Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º. Fixar o prazo de 60 dias (sessenta dias) para a conclusão e elaboração de relatório do Processo Administrativo Disciplinar, prorrogável por igual período, desde que devidamente justificado. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 05 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 05 de agosto de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 023/2016

Processo Licitatório nº 078/2016 - Dispensa de Licitação nº. 023/2016.

Fornecedores: Antonio Neuri Pozzebon e Roseclair Inês Nardi Pozzebon

Justificativa: Visando manter as atividades do Procon no município de Seara, é firmado a presente locação de imóvel, tendo o mesmo boa localização e acesso facilitado, objetivando assim o atendimento dos consumidores que buscam orientação e esclarecimentos sobre seus direitos.

Fundamento legal: Inciso X do artigo 24 da lei nº. 8666/93, por Dispensa de Licitação.

Prazo: 05 meses.

Valor: R\$ 1.182,06/mês.

Seara, SC, 03 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2016

Processo Licitatório nº 079/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 051/2016 – Registro de Preço.

Licitação Exclusiva de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 19/08/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de tinta de demarcação viária. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 05 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2016

Processo Licitatório nº 080/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 052/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 19/08/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cargas de gás. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 05 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

# Siderópolis

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 219/2016**

PORTARIA Nº 188, DE 30 DE JUNHO DE 2016

ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ROSANGELE PAVAN SALVARO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ROSANGELE PAVAN SALVARO, CPF Nº 059.372.009-18, Nutricionista, de 16 horas semanais para 20 horas semanais, a partir de 01/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de junho de 2016.

**PORTARIA Nº 220/2016**

PORTARIA Nº 220 DE 28 DE JULHO DE 2016

Cessa os efeitos da portaria nº 116/2016

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº116/2016, considerando o retorno ao trabalho da servidora ÉRICA NUNES ANTÔNIO DOS SANTOS, CPF/MF nº 038.482.639-39, Assessor I, C2, a partir de 03/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 28 de julho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de julho de 2016.

# Sombrio

## PREFEITURA

### DEC. 310/2016

DECRETO Nº 310, DE 29 DE JULHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 108.609,82 (cento e oito mil, seiscentos e nove reais e oitenta e dois centavos). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.005 - Ampliação e Reforma da Rede Física de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0070 (2) - Aplicações Diretas ..... R\$ 88.920,52

3.3.90.00.00.00.00.00.0048 (35) - Aplicações Diretas ..... R\$ 19.689,30

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 29 de julho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### REVOGAÇÃO PP21/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016

REGISTRO DE PREÇOS

AVISO - EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO O Prefeito do Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no Artigo 49 da Lei nº 8.666/93, Determinou a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório de PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016, para sejam efetuadas correções na descrição do objeto a ser licitado.

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para eventual e futura aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares (Diversos), mobiliário em geral e equipamentos diversos, para atender à necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme termos e condições constantes no presente Edital e seus anexos

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00 as 11h30min e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio – SC, 05 de agosto de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 065/2016

DECRETO Nº. 0065/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 035/2015, de 03 de Novembro de 2015.

CONSIDERANDO: Em decorrência do óbito do Sr. FERNANDO MARTIM, ocorrido no dia 05 de Agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado em todo o território do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, 03 (dias) dia de Luto Oficial, sendo um dia de ponto facultativo em todas as repartições públicas no dia 08 de Agosto de 2016, em decorrência do óbito do Ex Vice-Prefeito, Ex Servidor Municipal e Estadual e atual Vereador do Município de Tigrinhos Sr. FERNANDO MARTIM, ocorrido no dia 05 de Agosto de 2016.

Art. 2º Fica assegurado à população os serviços considerados essenciais, especialmente na área de Saúde, em casos de urgência, com encaminhamento de enfermos a centros especializados para tratamento de saúde, o que fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE AGOSTO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO 001/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2016

DECRETA LUTO OFICIAL NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS – SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 23, Inciso I, Alínea "D", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

CONSIDERANDO, o óbito do Vereador FERNANDO MARTIM, ocorrido no dia 05 de agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial por 3 (três) dias e ponto facultativo no dia 08 de agosto na Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, em decorrência do óbito do Vereador FERNANDO MARTIM, ocorrido no dia 05 de agosto de 2016.

Art. 2º. Fica transferida a Sessão Ordinária do dia 08 de agosto para o dia 15 de agosto às 18h nas dependências da Câmara de Vereadores.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE AGOSTO 2016.

Salete Teresinha Sausen

Presidente da Câmara de Vereadores

# Timbó

## PREFEITURA

### ALTERAÇÃO LOCAL DA PROVA - CMDCA

O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA comunica a alteração do local de aplicação de prova do Concurso para Conselheiro Tutelar Suplente, de acordo com as informações a seguir:

A avaliação objetiva que será ministrada na data de 14/08/2016, no horário compreendido entre 08h00 às 12h00, junto às dependências do Auditório da Secretaria de Assistência Social.

A retificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, bem como no site do CMDCA <http://cmdca.timbo.sc.gov.br/>

ELOISE BETANIN  
Presidente do CMDCA

### AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 57 2016 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º. 57/2016 PMT

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A Prefeitura de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados, que no Pregão Presencial n.º. 57/2016 PMT, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO GERAL E ELÉTRICA (DESTINADA AOS TRATORES AGRÍCOLAS), E MANUTENÇÃO MECÂNICA (DESTINADA AOS IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS), EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, recebeu recurso da empresa IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME contra a decisão de desclassificação, proferida pelo Pregoeiro. Ficam intimadas as empresas para apresentação de contrarrecurso.

Timbó, 05 de agosto de 2016  
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
Pregoeiro Oficial

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 64 2016 PMT - EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 64/2016 PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de equipamentos destinados a limpeza e conservação das praças, parques e jardins, conservação das vias públicas e área externa do Parque Central. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 19 de agosto de 2016. ABERTURA: dia 19 de agosto de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 05/08/2016  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Desenvolvimento Econômico

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### CERTIDÃO DE APROVAÇÃO N.º 95 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO N.º 95 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar n.º. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto n.º. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar n.º. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "OSCAR RITZKE NETTO E HAROLDO RITZKE", situado no lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto, distando pelo lado esquerdo do imóvel 85,30m da esquina formada com o lado ímpar da Avenida Getúlio Vargas, com a área de 3.420,87m<sup>2</sup> (Três mil, quatrocentos e vinte metros e oitenta e sete decímetros quadrados), processo D-003/2016 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente HAROLDO RITZKE, acompanhando o requerimento protocolado sob n.º 1.103, datado de 08 de março de 2016 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 056.589-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o n.º 26.042, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob n.º 01.08.020.0151.001, constituído de 01 (uma) área a desmembrar e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei n.º. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei n.º. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 01 de agosto de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

BÁRBARA LUÍZA POFFO DE AZEVEDO

Arquiteta e Urbanista

CAU A95129-3

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATOS - TOMADA DE PREÇOS N.º 52.2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA V.B. LTDA EPP, CNPJ nº. 08.628.996/0001-96, a comparecer para assinatura dos respectivos contratos oriundos do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 12/08/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 05 de agosto de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 2014.095**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº. 2014/095 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FOCALLE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº. 09.072.082/0001-54, a comparecer para assinatura dos respectivos contratos oriundos do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 12/08/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 05 de agosto de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2016 FME - MATERIAIS ESPORTIVOS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 - FME

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Fundação Municipal de Esportes.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para manutenção de eventos, participação em competições e treinamentos nas modalidades de ginástica rítmica, futebol de campo, futebol de salão, voleibol, handebol, atletismo, basquetebol, tênis de mesa, futevôlei e vôlei de praia.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Regis Com. Brinquedos Ltda; Staudt e Francesquett Ltda; G T A Atacado e Varejo Eireli Epp; ADBX Comercio e Serviços Ltda Me e Igor Correia de Siqueira Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 17.915,40 (dezessete mil novecentos e quinze reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 07/08/2017

Timbó, 05/08/2016

MÁRCIO ELÍSIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2016 SAMAE - AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS TERMO SENSÍVEIS**

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto

- SAMAE

OBJETO: Registro de preços para aquisição de etiquetas termo sensíveis destinadas a impressão das faturas de água entregues aos clientes do SAMAE.

EMPRESA FORNECEDORA: Regispel Industria e Comercio de Bobinas S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 11.960,00 (onze mil e novecentos e sessenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 07/08/2017

Timbó, 05/08/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 54 2016 PMT - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de gêneros alimentícios pouco perecíveis e perecíveis destinados aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e à Corporação de Bombeiros Militar.

EMPRESAS FORNECEDORAS: JK Comércio de Frutas e Verduras Ltda Epp e Frontal Distribuidora Eireli – Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 35.388,45 (trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 07/08/2017

Timbó, 05/08/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

FÁBIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato – 04/2016  
Dispensa de licitação 04/2016  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: Vetorscan Soluções Corporativas e Importação EIRELI – ME

Objeto: A aquisição de 02 unidades SCANNER da marca/modelo AVISION AD 230, Scanner duplex para documentos e cartões, com capacidade de digitalização de até 40ppm /80ipm (200 dpi, tons de cinza ou P/B). Especificações: Ciclo de trabalho de até 6.000 folhas, alimentador automático de documentos para 80 folhas, resolução 600x600dpi, interface usb 2.0, driver Twain, software de instalação incluso, com manual em português, cabos e conectores, tecnologia LED. Garantia de 24 meses.  
Valor: O valor total do contrato é de R\$ 5.775,36 (cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos).  
Assinado: 01 de Agosto de 2016 pela Câmara Municipal de Timbó (Douglas Emanuel Marchetti) e Vetorscan Soluções Corporativas e Importação EIRELI – ME (Thiago Roberto de Souza Siqueira)

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 45-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 45/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de shows com músicas típicas alemãs e austríacas no Parque de Exposições Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2016, de 11 a 16 de Outubro de 2016, de acordo com os horários constantes no Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 18/08/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 53/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Constitui objeto do presente Pregão Presencial a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de assistência à saúde através de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial, com acomodação coletiva (enfermaria), e cobertura em todo território nacional de urgência e emergência, compreendendo atendimento ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, estabelecidos nos incisos do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, a ser efetuado em rede própria ou credenciada da CONTRATADA, para os servidores ativos, inativos do Município de Treze Tílias/SC, seus dependentes, na forma e condições descritas no Anexo I deste Edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h15 min do dia 22/08/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### PORTARIA 121/2016

PORTARIA Nº 121/16 DE 01 DE AGOSTO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Maria Da Aparecida Santos	02/08/2014 a 01/08/2015	01/08/2016 a 30/08/2016	30
Clarissa Anrain	03/06/2014 a 02/06/2015	01/08/2016 a 20/08/2016	20
Karine Kandler	16/01/2015 a 15/01/2016	01/08/2016 a 20/08/2016	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 50/2016 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 50/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Sr<sup>a</sup>. Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 50/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE PSICOLOGIA PARA ATENDIMENTO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 16 de agosto de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudo-central.sc.gov.br](mailto:licita@trombudo-central.sc.gov.br).

Trombudo Central, 05 de agosto de 2016

Hanelore Hedler

Prefeita Municipal em exercício



# Tunápolis

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2016

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 04/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 02/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente ATA REGISTRO DE PREÇOS a contratação de empresa para a prestação de serviços de Transporte para Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Vereadores com necessidade de deslocamento para participar de Seminários, Congressos, cursos de aperfeiçoamento e de outros assuntos de interesse do Poder Legislativo e/ou do município, à ordem do Legislativo Municipal.

Aos 29 dias do mês de julho de 2016 a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua da Matriz nº53, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 03.063.493/0001-05, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Sr. Elói Wink, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Comunidade de Linha Pitangueira, interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 760.381.819-20, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 04/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado nesta Câmara Municipal, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de Transporte para Vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Vereadores com necessidade de deslocamento para participar de Seminários, Congressos, cursos de aperfeiçoamento e de outros assuntos de interesse do Poder Legislativo e/ou do município, à ordem do Legislativo Municipal, conforme pregão presencial nº 04/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor 6209, Tunápolis Tur LTDA – ME, inscrito sob o CNPJ n.º05.303.910/0001-67, com sede na Linha Real, no Município de Tunápolis, telefone: 49)3632-1233, neste ato representado por Arlise Wagner, portadora do RG n.º 4219831 e do CPF n. 053.262.729-62

#### b) Descrição do(s) item(s):

Item	Unid.	Discriminação	Preço Unitário R\$
1	Km rodado	Quilômetros percorridos para participação em Seminários, Congressos, cursos de aperfeiçoamento e de outros assuntos de interesse do Poder Legislativo, à ordem do Presidente, em viagens municipais, inter-municipais e interestaduais, com veículo tipo VAN com no mínimo: ar condicionado, bancos reclináveis, em bom estado de conservação, capacidade mínima 12 passageiros, com ano de fabricação a partir de 2006, tacógrafo instalado, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN.	2,94

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Câmara de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2016.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 04/2016 que se fará de acordo com a necessidade do Legislativo.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

2.4 A quantidade constante no edital é uma estimativa de consumo, não se obrigando a Câmara à aquisição total.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga o Legislativo a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d”, inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o Legislativo, se

julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 – A Câmara adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelo Legislativo:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 – pelo Legislativo, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

#### 6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades do Legislativo. A Câmara encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para o item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Legislativo.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços solicitados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Legislativo ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Câmara ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 04/2016.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DETER/SC o ATR – Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira

responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados.

6.13 A Prestação dos Serviços deverá ser executada de acordo com as necessidades da Câmara que se apresentarão durante a vigência da Ata de Registro de Preço resultante desta licitação, devendo a licitante vencedora realizar o transporte de acordo com o itinerário elaborado pela Câmara de Vereadores.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31 de dezembro de 2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 04/2016 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço a Câmara Municipal de Tunápolis não será obrigada a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.04/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, a Câmara Municipal de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. A Câmara Municipal de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 04/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 29 de julho de 2016

ELÓI WINK ARLISE WAGNER

Presidente da Câmara Tunápolis Tur LTDA - ME

Contratante Contratada

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016**

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS.

Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2016, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua da Matriz, 53, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 03.063.493/0001-05, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Sr. ELÓI WINK, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Comunidade de Pitangueira, interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 760.381.819-20, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 03/2016 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços n.º01/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 - A partir desta data, fica registrado na Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor 6235, H.R TREBIEN AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA - ME, inscrito sob o CNPJ n.º 11.519.562/0001-62, com sede na Rua do Comércio, nº560, sala 01, bairro: Centro, no Município de Itapiranga - SC, telefone: 49)3677-0829, e-mail: hrtrebien@hotmail.com, neste ato representado por HARALD REINOLDO TREBIEN, portador do RG n.º 763.692 - SSP/SC e do CPF n. 9251.298.999-20, Residente e domiciliado na Rua São José, 155 - AP 602, Centro, Itapiranga - CEP: 89896-000.

b) Descrição do(s) item(s):

ITEM - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS - VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)

01 - Fornecimento e reserva de bilhetes de passagens e serviços de transporte aéreo nacional e internacional. -R\$ 20.000,00. (vinte mil reais).

O desconto a ser praticado pela CONTRATADA é de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da tarifa da passagem emitida, conforme oferta apresentada na sessão pública do Pregão Presencial nº03/2016 da Câmara Municipal de Tunápolis.

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Câmara de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2016.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 03/2016 que se fará de acordo com a necessidade do Legislativo.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Câmara a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Câmara, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - A Câmara adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo à Câmara convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

4.1 - Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

**5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Câmara:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Câmara de Vereadores de Tunápolis, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões



do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Câmara Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação da Câmara.

6.2 - A Câmara de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo até 31 de dezembro de 2016 a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31 de dezembro de 2016, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço a Câmara de Tunápolis, não será obrigada a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.03/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, a Câmara de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. A Câmara de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades

previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Câmara pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no Diário Oficial do Município.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 03/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 29 de julho de 2016.

ELÓI WINK H.R TREBIEN AGÊNCIA DE VIAGENS –LTDA-ME  
Presidente da Câmara Contratada  
Contratante

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 03/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

1 –CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS.

ITEM - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS - VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)

01 - Fornecimento e reserva de bilhetes de passagens e serviços de transporte aéreo nacional e internacional. –R\$ 20.000,00. (vinte mil reais).

O desconto a ser praticado pela CONTRATADA é de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da tarifa da passagem emitida, conforme oferta apresentada na sessão pública do Pregão Presencial nº03/2016 da Câmara Municipal de Tunápolis.

\* O valor acima estimado não significa compromisso de realização da despesa.

**PROCESSO DE COMPRA N°.: 34/2016 PREGÃO  
PRESENCIAL N°: 26/2016 NASF**

Processo de Compra N°.: 34/2016

Pregão Presencial n°: 26/2016

O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS NO ATENDIMENTO EM PACIENTES DE FISIOTERAPIA DO NASF.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 8h do dia 19 de Agosto de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC,. 05 de agosto de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

GESTOR DO FUNDO



# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 43/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 43/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 43/2016
Tipo : Menor Preço/Por item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DO GRUPO DE IDOSOS FREI HERVINO E DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 19 de agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 19 de agosto de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: <a href="mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br">compras@uniaodoeste.sc.gov.br</a>
União do Oeste - SC, 08 de Agosto de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 44/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 44/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Tipo : Menor Preço/Por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR O CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Entrega dos Envelopes: 10:15 horas do dia 19 de Agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 19 de Agosto de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (49) 3348 1202 ou através do e-mail: <a href="mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br">compras@uniaodoeste.sc.gov.br</a>
União do Oeste - SC, 05 de Agosto de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO N. 3197/21016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.197, de 04 de agosto de 2016.  
Dispõe sobre lotação de bens móveis e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o a Lei Orgânica Municipal e recomendação da Agente De Controle Interno do Município,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam lotados para fins de emp'enhamento e pagamento de despesas com manutenção os bens móveis abaixo relacionados nos respectivos órgãos:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Caminhão Mercedes Benz, ano de fabricação 1993, Placa MAY 1157.	1738
Caminhão caçamba basculante, modelo eurocarga, marca IVECO, ano/modelo 2011/2012, Placa MKC 1584.	3413
Caminhão caçamba basculante, modelo eurocarga, marca IVECO, ano/modelo 2011/2012, Placa MKC 1564.	3414
Trator de Esteiras Komatsu D-50, ano de fabricação 1980.	1813
Rolo Compressor Dynapac, modelo CH 44.	1811
Retroescavadeira Volvo BL 60, ano 2010, série VCE-0BL60V00020113.	3415
Motoniveladora Huber Warco, ano/modelo 1988, Placa LWW 3968	Cedida Pela Secretaria de Infraestrutura
Máquina para fabricação de Meio Fio de concreto	3384
Compactador de percussão HT-RM80H-B	3385
Motor a Gasolina marca Búfallo 4T	3386
Motor a Gasolina marca Búfallo 4T	3387
Betoneira	1739
Escavadeira Hidráulica, marca New Holland, modelo E135BSR2	Cedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura
Rolo Compactador de solo, marca SEM, modelo 8218	3637
Furgão Fiat Ducato, ano/modelo 2005, Placa MDL 0126	1809
Camionete Toyota Bandeirantes, ano e modelo 1995, Placa LXC 5315	1807
Retroescavadeira Volvo, modelo BL60, série VCE8BL-60J00D20111, ano de fabricação 2010	3423
Motoniveladora Case, Modelo 845B	4181
Caminhão Basculante Mercedes Benz, Modelo Atron 2729K 6x4, Branco, Ano/Modelo 2014, Placa OKE 5655	4240
Trator Agrícola, marca Massey Ferguson, modelo MF 4275/4	Cedido Pelo Governo do Estado de SC
Pá Carregadeira marca Eougem, modelo OJ636, Chassi B36WDHH5315, motor n. 6B15J013658, cor amarela, ano 2015, peso 11.000 KG, potência 132HP.	4317

**- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:**

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Caminhão Ford Cargo 2422, ano e modelo 1993, com tanque distribuidor de churumes acoplado, Placa AEA 9182	1803
Camionete Aberta EFA, ano/modelo 2010/2011, Placa MHW 0542	2680
Trator de Pneu New Holland, modelo S100 7630, ano de fabricação 2006	1715
Aparador de Grama tipo roçadeira para trator	1817
Trator de Pneu Valtra, modelo BL 88	2265
Grade de limpeza de solo, marca Becker, série 29004	2266
Distribuidor de Dejetos suínos líquido, marca Fertillance, capacidade para 5.000 litros	3373
Distribuidor de Dejetos suínos líquido, marca Mepel, capacidade para 4.000 litros	3374
Roçadeira marca Stihl HS 81R	1829
Roçadeira marca Trapp, modelo Máster 500	1831
Classificador de Sementes	1727
Grade de limpeza de solo – enleirador de pedra 15 dentes	3388
Carreta Agrícola Basculante, marca Triton, 5 toneladas	3389
Carreta Agrícola em madeira	3391
Roçadeira, marca Andersil, modelo RC1600	3392
Distribuidor de calcário e aviário, lacer orgânico, Marca Jan, 6 toneladas	3394
Carreta basculante, marca Becker, ano 2011, modelo C.A, 5 toneladas	3395
Distribuidor de Churume líquido, marca Fertillance, 5.000 lt	3396
Distribuidor de Churume líquido, marca Fertillance, 3.000 lt	3397
Carreta agrícola basculante, marca Triton, 5 toneladas	3398
Roçadeira de grama, marca Stihl, modelo FS220, 2,3 HP	3410
Retroescavadeira Randon, modelo RK-406B, ano/modelo 2011	3409
Carreta agrícola basculante 5 toneladas, marca Triton	3411
Colhedora de forragem (enciladeira) modelo Pecus 9004, 12 facas, marca Nogueira, série NO PP ES 04431	3426
Colhedora de forragem (enciladeira) modelo Pecus 9004, 12 facas, marca Nogueira, série NO PP ES 04551	3428
Colhedora de forragem (enciladeira) modelo Pecus 9004, 12 facas, marca Nogueira	3429
Colhedora de forragem (enciladeira)	3427
Distribuidor de churume líquido, marca Fertillance, 5.000 litros	3451
Fiat Uno Mille Economy, ano/modelo 2009/2010, Placa MHL 5531	2681
Escavadeira Hidráulica, marca Doosan, modelo DX140 LC	Cedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura
Trator Agrícola de Pneu, 4x4, JONH DEERE, modelo 5085E, n.º 1BM5085ELD4001660	3634
Mini Carregadeira de rodas, modelo GM650, marca COBRA.	3635
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 5.0, marca IPACOL, capacidade de 5.000 litros. N.º série IP115130219	3648
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 5.0, marca IPACOL, capacidade de 5.000 litros. Série IP116130219	3650
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 5.0, marca IPACOL, capacidade de 5.000 litros. Série IP117130219	3649

Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 6.0, marca IPACOL, capacidade de 6.000 litros. Série IP118130219	3651
Retroescavadeira Caterpillar 416E	4182
Uno Mille Economy, Marca Fiat, Ano/Modelo 2013, Placa MLR 2338	Cedido pelo CIDEMA
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DAOLV, 5.000 litros	Cedido Pelo Governo do Estado de SC
Caminhão Basculante 1313, ano/modelo 1982/1983 LWS 2276	Cedido pela Sec. De Estado do Desenv. Regional de QBO.
Distribuidor de Adubo de Calcário e Esterco seco, capacidade 4.000kg, rodado tandem, marca AÇOMAQ	4242
Grade Arradora 14x26' x6.00mm, com 14 discos ,marca FORMAQ, modelo GACRF n. de série 115, cor vermelha	4257
Distribuidor de Adubo Líquido 4.000 lts, marca METAL-MAX, modelo MTX, n. de série 018/2014, cor verde	4258
Platina Agrícola Autonivelante, pantográfica, marca Bandeirante, modelo Band 850AN, com adaptador, concha e acessórios de Série.	4362
Distribuidor de Adubo Líquido 5.000 lts, bomba a vácuo, rodado tandem, pneus 750x16, marca LUMECO	4363
Distribuidor de Adubo e Calcário, capacidade de 6.500 kg, rodado tandem, aro 16, esteira 60 cm com duplo disco, pneus 750x16, marca IAC.	4374
Distribuidor de Adubo e Calcário, capacidade de 6.500 kg, rodado tandem, aro 16, esteira 60 cm com duplo disco, pneus 750x16, marca IAC.	4375

**- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE:**

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Corsa Classic LS 1.0, marca Chevrolet, ano/modelo 2011/2012, Placa MIM 7554	2675
Renault Máster Bus, ano/modelo 2010/2011, Placa MHW 0616	2677
Prisma LT 1.4, Flex, marca Chevrolet, ano/modelo 2012, Placa MHJ 8966	3403
Gol 1.0, flex, marca Wolkswagem, ano/modelo 2012/2013, Placa MKL 5303	2895
Ambulância Renault Máster, ano/modelo 2012/2013, Placa MKC 1994	3404
Doblo Essence 1.8 Flex, Marca FIAT, ano/modelo 2012/2013, Placa MJT 7044	2896
Renault Máster, Modelo Jaedi Tur, Ano 2014, Modelo 2015, 16 lugares, Placa MLV 6316	4239
Automóvel Siena Essence 1.6, Marca Fiat, Ano/Modelo 2016, Cor Branca, Placa QHZ 0224.	

**- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:**

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Pólo 1.6, marca Wolkswagem, ano/modelo 2007/2008, Placa MHJ 4511	1799
Fiat Ducato, ano/modelo 2008, Placa MER 2476	3367
Microônibus Volare Escolar, marca Maropollo, ano/modelo 2010, Placa MHJ 6866	2678
Microônibus Escolar, marca Iveco, ano/modelo 2012/2013, Placa MKW 6036.	Cedido pela Sec. de Estado da Educação
Roçadeira Sthil FS-160 300-3, com carretel	2912

**- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISNTÊNCIA SOCIAL:**

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
------------------	------------------

Corsa Classic LS, Marca Chevrolet, Ano 2013, Modelo 2014, Placa MLL 2576

Cedido pela Secretaria de Estado da Assist. Social, Trabalho e Habitação.

- GABINETE DO PREFEITO:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Tucson JM12.0, marca Hyundai, ano/modelo 2011/2012, Placa MIL 0294	3368

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Veículo Clio Expression 1.0, Ano/Modelo 2010, Placa MMH8894.	4231

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal N.º 2.876, de 09 de abril de 2015.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 04 de agosto de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

# Urussanga

## PREFEITURA

### **TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N° 133/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 133/2016

Data de assinatura: 05/08/2016

Processo de Licitação: 20/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DROGARIA E FARMÁCIA SACCON LTDA ME

CNPJ/CPF: 12.068.017/0001-60

Objeto: Fornecimento de medicamentos especiais através do guia da farmácia

Valor global do aditivo: R\$ 8.250,00 (25% do total do contrato)

**Vidal Ramos****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATOS 40 ATÉ 49**

CONTRATO Nº. 40/2016

ASSINATURA: 08/07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, doravante denominada "Contratada", estabelecida à RUA GENERAL OSORIO, 311 – SALA 604 CENTRO, no município de TIMBÓ, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.120-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.255.187/0001-08.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de internet para as unidades administrativas da Prefeitura.

VALOR DA DESPESA: O valor do Contrato será de R\$ 33.470,40 (trinta e três mil quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos) divididos em parcelas mensais. E o valor de R\$ 2.482,92 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), referente à instalação de 09 (nove) pontos de internet, parcela única.

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 41/2016

ASSINATURA: 28/07/2016

Vincula-se o presente Contrato ao Pregão Presencial nº 01/2016 realizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, à proposta da CONTRATADA, à Ata de Registro de Preços, partes integrantes deste contrato, realizado com fulcro no artigo 112, § 1º da Lei 8.666/93, Lei 11.107/2005, Decreto 6.017/2007, Lei Municipal ratificadora do Protocolo de Intenções do CIM-AMAVI, sujeitando-se as partes à Lei Federal nº 10.520/2002, Resolução CIM-AMAVI nº 02/201 e subsidiariamente à Lei 8.666/93, ao Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

FORNECEDOR: QUARK ENGENHARIA LTDA., com sede na Rua Gothard Kaesemodel, 732, bairro Anita Garibaldi, CEP 89203-522, município de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob nº 12.496.490/0001-48, neste ato representada legalmente pelo Sr. Hoylson Trevisol, Engenheiro Eletricista.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos de eletricista para fixação de placas de identificação das unidades de iluminação pública e identificação das respectivas unidades, conforme especificações do Pregão Presencial nº 03/2016 do CIM-AMAVI e da Ata de Registro de Preços disponível em [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim)

DESPESA: o valor de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) por unidade de iluminação pública onde for efetuado o serviço de fixação da placa de identificação e identificação da respectiva unidade.

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 42/2016

ASSINATURA: 01/08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: LANCHONETE DO ACACIO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1151, Centro, na cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 72.236.706/0001-68

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR DA DESPESA:

5º. LOTE						
N.	Q.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	TOTAL
47	1.800	UND	PÃO FRANCES	MIRIM	0,60	1.080,00
48	300	UND	PÃO DE LEITE COM 350 gramas a Unidade	MIRIM	3,75	1.125,00
49	3.000	UND	PÃO DOCE	MIRIM	0,75	2.250,00
TOTAL				4.455,00		

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 43/2016

ASSINATURA: 01/08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: ISOLANGE CRISPIM SOUZA &amp; CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à AV. JORGE LACERDA, Centro, na cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.961.573/0001-07.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR DA DESPESA:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	32	PCT	ARROZ PARBOILIZADO BRANCO, PACOTE DE 5 KG.	PERUCHI	12,80	409,60
06	50	PCT	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA FINA COM EMBALAGEM DE 1 KG	SEVENHANI	3,99	199,50
09	100	UND	CREME VEGETAL - Ingredientes: Água, óleos vegetais líquidos e hidrogenados, sal, vitamina A, estabilizantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol de ácidos graxos, aromatizantes, conservador benzoato de sódio, corante natural urucum e cúrcuma, acidulante ácido láctico e antioxidantes EDTA-cálcico dissódico, BHT e ácido cítrico. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM COM 01 KG	SOYA	5,45	545,00
22	100	UND	PUDIM 40 GRAMAS COM 5 UNIDADES	NEILAR	3,40	340,00
23	30	UND	COCO RALADO 100 GRAMAS	MAIS COCO	3,80	114,00
29	600	KG	PEITO DE FRANGO CONGELADA DEVIDAMENTE EMBALADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE. DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE O CARIMBO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE DO ÓRGÃO COMPETENTE, DESCRIÇÃO DE PROCEDÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO PRODUTO.	LAR	6,00	3.600,00
30	800	KG	COXA E SOBRECORA DE FRANGO CONGELADA DEVIDAMENTE EMBALADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE. DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE O CARIMBO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE DO ÓRGÃO COMPETENTE, DESCRIÇÃO DE PROCEDÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO PRODUTO.	LAR	4,74	3.792,00
33	50	KG	SALSICHA pacote de 1kg	PECCIN	5,80	290,00
TOTAL				9.290,10		

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 44/2016

ASSINATURA: 01/08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à R PADRE CRISTOVAO ARNAUD,89 -, Centro, na cidade de ALFREDO WAGNER, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.593.746/0001-26.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR DA DESPESA:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
02	80	PCT	ARROZ PARBOILIZADO SELECIONADO COMUM PACOTE DE 5 KG	SUPER 10	12,39	991,20
03	80	KG	ACHOCOLATADO EM PÓ, PRÓPRIO PARA CONSUMO, ACOMODADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA APROPRIADA DE 1 KG	NEILAR	7,80	624,00
04	80	PCT	AÇÚCAR BRANCO PURO, REFINADO EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 05 KG	ALTO ALEGRE	13,34	1067,20
5	130	CX	CAFÉ MOIDO PURO 500 gramas (PÓ)	IGUAÇU	10,05	1.306,50
7	40	PCT	FARINHA DE TRIGO: ESPECIAL, TIPO 1, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO, COLORAÇÃO BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE DE 5KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 70 DIAS DA ENTREGA. SALIENTANDO QUE OS PRODUTOS DEVERÃO SER DE QUALIDADE	ROSA BRANCA	10,69	427,60
8	600	CX	GELATINA EM PÓ, SABORES DIVERSOS CX COM EMBALAGEM DE 30 GRAMAS	NEILAR	0,80	480,00
10	170	UND	ÓLEO DE SOJA APROPRIADO PARA CONSUMO HUMANO, UTILIZADO EM FRITURAS E TEMPEROS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML.	TROFEU	3,17	538,90
11	250	Pacotes	FARINHA DE MILHO - Flocos de milho pré cozidos e sal refinado. NÃO CONTÉM GLÚTEN. APROPRIADA E PRONTA PARA CONSUMO EM PACOTES DE 500 GRAMAS	SINHA	1,29	322,50
12	100	UND	SAL BRANCO, IODADO REFINADO, PRONTO PARA CONSUMO, EMBALAGEM DE 1 KG.	MIRAMAR	1,30	130,00



13	50	UND	VINAGRE UNIDADE COM 900 GRAMAS	HEINZ	1,19	59,50
14	170	LATA	EXTRATO DE TOMATE CONTÉM TOMATE, SAL E AÇÚCAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 850 GRAMAS.	DAJUDA	8,10	1.377,00
15	30	UND	FERMENTO DE BOLO, EMBALAGEM 250 GRAMAS	NEILAR	4,80	144,00
16	50	UND	AÇÚCAR BAUNILHA 250 GRAMAS	NEILAR	3,00	150,00
17	30	KG	AMIDO DE MILHO KG	NEILAR	6,00	180,00
18	20	UND	CANELA EM PÓ 35 GRAMAS	NEILAR	3,39	67,80
19	190	UND	ERVILHA LATA 200 GRAMAS	STELLA	1,85	351,50
20	25	CX	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103, 40 UNIDADES	BRIGGITA	3,44	86,00
21	190	UND	MILHO VERDE LATA COM 200 GRAMAS	STELLA	1,85	351,50
24	100	UND	CAFÉ SOLÚVEL PURO ACONDICIONADO EM VIDRO COM 200 gramas	IGUAÇU	11,80	1.180,00
25	50	KG	POLVILHO AZEDO 1 KG	CALDÃO	5,80	290,00
26	100	UND	CHAS DIVERSOS CX COM 10 GRAMAS	NEILAR	3,00	300,00
28	700	PCT	BOLACHA DE LEITE 400 GRAMAS, Informação nutricional; Valor energético: 136kcal=571 /7%, Carboidratos:23g /8%, Proteínas: 2,5g /3%, Gorduras totais :3,8 /7%, Gorduras saturadas:1,8g /8%, Gorduras trans: 0g, Fibra alimentar: 0,6g /2%, Sódio:100mg /5%	ORQUIDEA	3,69	2.583,00
TOTAL				13.008,20		

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 45/2016

ASSINATURA: 01/08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: CLEITON DE SOUZA MEI, pessoa jurídica de direito privado, sito à RUA DO COMERCIO, 894 - BARRAÇÃO, na cidade de ALFREDO WAGNER, CEP 88.450.000, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.531.205/0001-69.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR DA DESPESA:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
36	3200	LIT	LEITE LIQUIDO BENEFICIADO INTEGRAL, COM PRAZO DE VALIDADE PARA NO MÍNIMO 90 DIAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 01 LITRO.	Piracanjuba	3,19	10.208,00
TOTAL				10.208,00		

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 46/2016

ASSINATURA: 01/08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: MIRIAM APARECIDA MEES MARTINS MEI, pessoa jurídica de direito privado, sito à AVENIDA JORGE LACERDA, 1077 – BAIRRO CENTRO -, na cidade de VIDAL RAMOS, CEP 88.443-000, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.892.812/0001-04.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR DA DESPESA:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
37	300	KG	CEBOLA FRESCA IN NATURA, CLASSIFICADA, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO, TOTALMENTE SADIA, LAVADA E ACONDICIONADA EM CAIXAS APROPRIADAS	Martins	2,44	732,00
38	30	TIRAS	ALHO FRESCO IN NATURA, CLASSIFICADA, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO, 200 GRAMAS	MARTINS	11,88	356,40
39	700	KG	BANANA BRANCA FRESCA IN NATURA, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. TOTALMENTE SADIO, LAVADO E ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS.	MARTINS	3,25	2.275,00

40	3.384	KG	BANANA COMUM FRESCA IN NATURA, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. TOTALMENTE SADIO, LAVADO E ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS	MARTINS	2,15	7.275,60
41	2.000	KG	LARANJA FRESCA IN NATURA, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. TOTALMENTE SADIO, LAVADO E ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS.	MARTINS	1,68	3.360,00
42	2700	KG	MAÇA FRESCA IN NATURA, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. TOTALMENTE SADIO, LAVADO E ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS.	MARTINS	4,90	13.230,00
43	300	KG	MAMÃO FRESCO IN NATURA, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. TOTALMENTE SADIO, LAVADO E ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS.	MARTINS	2,50	750,00
44	650	KG	TOMATE, NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. TOTALMENTE SADIO, LAVADO E ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS.	MARTINS	3,45	2.242,50
45	1500	KG	BATATA INGLESA NO PONTO DE AMADURECIMENTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. TOTALMENTE SADIO, LAVADO E ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS.	MARTINS	2,79	4.185,00
46	160	DUZ	OVOS DE GALINHA VERMELHOS SELECIONADOS COM COMPROVAÇÃO DE INSPEÇÃO DO ORGÃO FISCALIZADOR COMPETENTE ACOMODADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	MARTINS	5,30	848,00
TOTAL					35.254,50	

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 47/2016

ASSINATURA: 01/08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: ALINE RAITZ ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à R FERNANDO ALLEIN,402 - -- BAIRRO CENTRO -, na cidade de IMBUÍ, CEP 88.440-000, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.970.820/0001-01.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR DA DESPESA:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
27	800	PCT	IOGURTE BEBIDA LACTEA (VARIOS SABORES) DE 1 LITRO	LACTOVALE	3,20	2.560,00
31	700	KG	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª. QUALIDADE, RESFRIADA, SEM OSSO E COM CARIMBO COMPROBATORIO DE INSPECAO DO ORGAO COMPETENTE.	MACHADO	13,00	9.100,00
32	130	KG	LINGÜIÇA CALABRESA, COM CARIMBO COMPROBATORIO DE INSPEÇÃO DO ORGÃO COMPETENTE.	DO VALE	8,30	1.079,00
34	100	KG	COXÃO MOLE DE 1ª. QUALIDADE, COM CARIMBO COMPROBATORIO DE INSPEÇÃO DO ORGÃO COMPETENTE.	MACHADO	17,60	1.760,00
35	25	PACOTE	FILÉ DE PEIXE, DE ÁGUA SALGADA, SEM ESPINHO (obs: NÃO PODERÁ SER PEIXE PANGA, COTAR OUTRO PEIXE). 6 KG	PALIFILO	110,00	2.750,00
TOTAL					17.249,00	

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 05/2016

ASSINATURA: 08/07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016

ENTIDADE: FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, doravante denominada "Contratada", estabelecida à RUA GENERAL OSORIO, 311 – SALA 604 CENTRO, no município de TIMBÓ, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.120-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.255.187/0001-08.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de internet e instalação no Funderural.  
VALOR DA DESPESA: O valor do Contrato será de R\$ 1.198,80 (hum mil cento e noventa e oito reais e oitenta centavos) divididos em parcelas mensais de R\$ 99,90 (noventa e nove reais e noventa centavos). E o valor de R\$ 275,88 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), referente à instalação do ponto de internet, parcela única.

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 03/2016

ASSINATURA: 08/07/2016

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, doravante denominada "Contratada", estabelecida à RUA GENERAL OSORIO, 311 – SALA 604 CENTRO, no município de TIMBÓ, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.120-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.255.187/0001-08.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de internet e instalação no FIA.

**VALOR DA DESPESA:**

O valor do Contrato será de R\$ 1.198,80 (hum mil cento e noventa e oito reais e oitenta centavos) divididos em parcelas mensais de R\$ 99,90 (noventa e nove reais e noventa centavos). E o valor de R\$ 275,88 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), referente à instalação do ponto de internet, parcela única.

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

**CONTRATO Nº. 05/2016**

ASSINATURA: 08/07/2016

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, doravante denominada "Contratada", estabelecida à RUA GENERAL OSORIO, 311 – SALA 604 CENTRO, no município de TIMBÓ, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.120-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.255.187/0001-08.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de internet e instalação no SAÚDE

**VALOR DA DESPESA:**

O valor do Contrato será de R\$ 2.397,60 (dois mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) divididos em parcelas mensais. E o valor de R\$ 551,76 (quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos), referente à instalação dos pontos de internet, parcela única.

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

**CONTRATO Nº. 48/2016**

ASSINATURA: 03/08/2016

**CHAMADA PÚBLICA Nº. 56/2016**

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: CESO DE SOUZA

CPF: 461.163.469-87

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL

**VALOR DA DESPESA:**

UND	QUANTIDADE	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
KG	460	CENOURA	3,00	1.380,00
KG	400	COUVE FLOR	4,00	1.600,00
KG	380	BROCOLIS	5,60	2.128,00
KG	360	REPOLHO	1,80	648,00
TOTAL			5.756,00	

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

**CONTRATO Nº. 49/2016**

ASSINATURA: 03/08/2016

**CHAMADA PÚBLICA Nº. 56/2016**

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE VIDAL RAMOS - COPAVIDAL pessoa jurídica CNPJ sob nº. 08.273.826/0001-36 Avenida Jorge Lacerda, 1048, na cidade de VIDAL RAMOS / SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL

**VALOR DA DESPESA:**

Produto	Produtor	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
Geléia, 750 gramas	COOPERATIVA	130Und	R\$ 7,50	R\$ 975,00
Pão caseiro	COOPERATIVA	590 Und.	R\$ 7,50	R\$ 4.425,00
Bolacha Caseira	COOPERATIVA	150 kg.	R\$ 17,50	R\$ 2.625,00
Macarrão Caseiro para macarronada	COOPERATIVA	465,00 kg	R\$ 9,90	R\$ 4.603,50
Macarrão para sopa	COOPERATIVA	90 kg	R\$ 9,90	R\$ 891,00
Feijão preto	COOPERATIVA	240 KG	R\$ 7,50	R\$ 1.800,00

Vidal Ramos, 05 de agosto de 2016

LAERCIO DA CRUZ

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13.187/16

DECRETO Nº 13.187/16, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

Cria a Coordenadoria, Relatoria e a Comissão Intersetorial para a elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 13952/2016;

#### DECRETA

Art. 1º Fica formada a Coordenadoria do Plano Decenal dos Direitos Humanos das crianças e Adolescentes do Município de Videira, assim constituída:

a) Representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Videira/SC:

I - Aline Zago Reolon

a) Representante da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de Videira/SC:

I- Sabrina Surdi

b) Representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Videira/SC:

I - Ademar Gaedke

Art. 2º Fica formada a Relatoria do Plano Decenal dos Direitos Humanos das crianças e Adolescentes do Município de Videira, assim constituída:

a) Representante da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de Videira/SC:

I- Sabrina Surdi

Art. 3º Fica formada a Comissão Intersetorial do Plano Decenal dos Direitos Humanos das crianças e Adolescentes do Município de Videira, assim constituída:

a) Representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Videira/SC:

I - Daiane Rostirola  
II - Gabriela Straus Mozz Zago  
III - Lindamir Lenieski  
IV - Luana Barauna  
V - Luciana Kogicovscy Argenta  
VI - Maristela Martinez de Ávila  
VII - Marlene Aparecida Schiehl  
VIII - Rodolfo Pires Filho  
IX - Rodrigo Teles de Oliveira  
X - Terezinha Francio

b) Representante do Conselho Municipal Antidrogas de Videira/SC:

I - Sonia Maria Cardoso dos Santos

c) Representantes do Conselho Tutelar:

I - Juliana Rostirola

II - Juliana Weber

III - Miriane Batista

d) Representante da Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso - DPCAMI:

I - Claudiana Cruz da Silva

e) Representantes da Polícia Militar:

I - João Luis Rosnowski

II - Mauro César Teles

III - Thaiane Borges

f) Representantes da Secretaria Regional de Educação:

I - Aline Perazzoli Buratto

II - Fabiana Arndt Woitko

g) Representante da Secretaria Regional de Saúde:

I - Caroline Pedrolo

h) Representante da Secretaria Municipal de Administração:

I - Alvair Lírio Barzotto

i) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:

I - Francisco Edimar Bergamo

j) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

I - Rosane Delani Camila Regina Rostirola

II - Lucimere Tonello

III - Marisa

k) Representante da Secretaria Municipal de Saúde - CAPS:

I - Jussara Zambom

l) Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Ação Social:

I - Tatiane da Costa

m) Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância Epidemiológica:

I - Mariane Carolina de Almeida

n) Representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:

I - David Cordeiro Schmidt

o) Representante do Instituto Federal Catarinense - IFC Campus Videira/SC :

I - Juciara Ramos Cordeiro

p) Representante do Poder Judiciário da Comarca de Videira/SC:

I - Jussara Stacke

Art. 4º Fica estabelecido que crianças e adolescentes deverão ser convidados para as reuniões de elaboração do Plano Decenal, acompanhados de seus representantes legais, conforme cronograma.

Art. 5º O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Videira/SC terá até a data de 03 de dezembro de 2016 para elaborar o Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes, conforme cronograma

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0312/2016

Extrato do Contrato n. 0312/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VALÉRIA WEISS

CPF: 960.840.659-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR ENOQUE DA SILVA SOBRAL TRANSITORIAMENTE AFASTADO DE SUA FUNÇÃO EFETIVA E QUE SE ENCONTRA EM AFASTAMENTO CAUTELAR VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

### PORTARIA Nº 0628/16

PORTARIA nº 0628/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 10329/2016, nomeada pela Portaria nº 0519/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 05 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 10329/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2016.

Videira, 02 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 0629/16

PORTARIA nº 0629/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 8093/2016, nomeada pela Portaria nº 0524/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 8093/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 02 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 0630/16

PORTARIA nº 0630/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 8072/2016, nomeada pela Portaria nº 0525/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 8072/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 02 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2016.



DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0631/16**

PORTARIA nº 0631/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11149/2016, nomeada pela Portaria nº 0510/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11149/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 02 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0632/16**

PORTARIA nº 0632/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11150/2016, nomeada pela Portaria nº 0511/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11150/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 02 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0633/16**

PORTARIA nº 0633/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11151/2016, nomeada pela Portaria nº 0512/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11151/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 02 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0634/16**

PORTARIA nº 0634/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11152/2016, nomeada pela Portaria nº 0513/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11152/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 02 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração



**PORTARIA Nº 0635/16**

PORTARIA nº 0635/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 5711/2016, nomeada pela Portaria nº 0517/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 5711/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 03 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0636/16**

PORTARIA nº 0636/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 5712/2016, nomeada pela Portaria nº 0514/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 5712/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 03 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0637/16**

PORTARIA nº 0637/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 5713/2016, nomeada pela Portaria nº 0516/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 5713/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 03 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0638/16**

PORTARIA nº 0638/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 5715/2016, nomeada pela Portaria nº 0518/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 5715/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 03 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0639/16**

PORTARIA nº 0639/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11154/2016, nomeada pela Portaria nº 0515/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11154/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2016.

Videira, 03 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 172/2016**

PORTARIANº 172/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas nos termos da Lei Orgânica Municipal, resolve

**DESIGNAR:**

Os servidores públicos municipais SANDRO LUNELLI e SIMONE SARTOR, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo e Operacional, para procederem à autenticação de todos os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 173/2016**

PORTARIANº 173/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
**REVOGAR:**

Nome: ODIRLEI JEREMIAS

Cargo: ENGENHEIRO FLORESTAL

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, a Portaria nº 157/2016, que concedeu licença para concorrer a cargo eletivo, por não ter seu nome aprovado na Convenção Partidária realizada em 04 de agosto de 2016, conforme cópia da ata no setor de Recursos Humanos, retornando ao cargo efetivo na presente data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de agosto de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### **AVISO DE ANULAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0060/2015**

AVISO DE ANULAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0060/2015

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, ANULA o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0060/2015, publicado no dia 25/07/2016, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição nº 2045, página nº 427, conforme abaixo:

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: VIDA – Centro de Reabilitação, Reeducação e Reequilíbrio Ltda.

Objeto: Prestação de serviços para a realização procedimentos especialidade de Fisioterapia para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Xanxerê-SC, 04 de agosto 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0026/2016**

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0118/2016 – Dispensa de Licitação nº 0026/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação, para Contratação de empresa para consertar o veículo caminhão Cargo Ford 2628, placas MHQ 5836, o veículo encontra-se impossibilitado de fazer o transporte dos materiais necessários para realizar o cascalhamento das estradas do Município, sendo o valor de R\$ 7.901,00 (sete mil novecentos e um reais), com a Empresa CARROCERIAS OESTE LTDA, CNPJ 03.605.640/0001-13. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II Xanxerê/SC, 03/08/2016. Ademir José Gasparini –Prefeito Municipal.

### **EXTRATO 1º ADITIVO AO PROCESSO Nº 0048/2016**

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0048/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: CASA DE CARNE ALEMÃO LTDA EPP.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene, Limpeza, Copo, Didáticos e Artesanato destinados ao programas do Social como: Secretaria, SCFV, Acolhimento, CRAS, CREAS, Idosos e Pão da Vida e Material Escolar para as Escolas e Creches pertencentes a Secretaria da Educação.

Fica reajustado no valor unitário do item 12 do Edital em 25%, passando a ser de R\$ 18,88 para R\$ 23,60, de acordo com Requerimento e Parecer Jurídico anexos ao presente aditivo.

Xanxerê-SC, 05 de Agosto de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 3856/2016**

LEI Nº 3856/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 015/2016)

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ÁREA DE TERRA NO PERÍMETRO URBANO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica incorporada ao perímetro urbano do Município, uma área de terra rural, situada no local denominado de Taquarussú no Município de Xanxerê, com área de 44.959,83m², de propriedade de MOINHO XANXERÊINDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Xanxerê sob matrícula nº 13.510.

Art. 2º. Fica aprovado o Mapa da área incorporada ao perímetro urbano do Município de Xanxerê.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições e contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

3 de Agosto de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3855/2016**

LEI Nº 3855/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 019/2016)

TRANSFERE DATA DE FERIADO MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º - O Feriado religioso de 06 de agosto, alusivo ao dia do Senhor Bom Jesus - Padroeiro do Município, no ano de 2016 será, excepcionalmente, transferido para o dia 20 de agosto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

1º de Agosto de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI ORDINÁRIA Nº 3853/2016**

LEI Nº 3853 / 2016

( Origem Projeto de Lei Nº 16/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, DE PEDRO DALLABETTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Pedro Dallabetta, a "Rua C", localizada no Loteamento Residencial Jardim Carolina, matrícula nº 25.564.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Julho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 3854/2016**

LEI Nº 3854/2016

( Origem Projeto de Lei Nº 17/2016 – Legislativo )

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, DE CLAUDINA VILLANI PIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Claudina Villani Piva , a "Rua A", localizada no Loteamento Residencial Jardim Carolina, matrícula nº 25.564.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

1º de Agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 3857/2016**

LEI Nº 3857/2016

( Origem Projeto de Lei Nº 18/2016 – Legislativo )

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE IVO KOHL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Ivo Kohl , a "Rua F", localizada no Loteamento Residencial Jardim Carolina, matrícula nº 25.564.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

3 de Agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA 0027/2016

AVISO DE DISPENSA 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM- Secretaria de Educação e Cultura

O Município de Xaxim - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 0027/2016

Processo Licitatório N. 0116/2016

Homologação:05/08/2016

Fornecedor: Cristiane Mendes da Silva 00860208974

CNPJ:15.458.257/0001-69

Valor Total: 7.008,00

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de retirada, deslocamento e instalação de climatizado com instalação da fiação e tomadas necessárias , na unidade do Cejax , na rua da Matriz com a dez de novembro.

Vigência: 31/12/2016.

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 05 de agosto de 2016.

### LEI 4201/2016

LEI Nº 4201/2016.

"Dispõe sobre a Criação do conselho e o fundo municipal do idoso e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 6º, da Lei 2.248/1999, que Dispõe sobre a Criação do conselho e o fundo municipal do idoso de Xaxim, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6. Estes Conselheiros, representantes, elegerão sua diretoria executiva, composta por: 1 (um) Presidente; 1 (um) Vice-Presidente; 1º e 2º Secretário , que tomarão posse no ato.

§ 1º A eleição será convocada:

I - Para primeira diretoria, pelo Prefeito Municipal;

II - Para as demais diretorias, pelo Presidente.

§ 2º A convocação poderá ser verbalmente ou por ofício e/ou por Edital, com 08 (oito) dias de antecedência.

§ 3º O mandato será de dois anos, podendo ser reeleitos seus membros, por mais outro período, por chapa ou individualmente.

§ 4º A data da eleição será:

I - Para a primeira diretoria, da criação deste Conselho, até o final de março do ano 2000;

II - Para as demais, sempre no mês de fevereiro de cada biênio.

§ 5º A eleição se dará:

I - Por chapa ou individualmente;

II - Sempre por aclamação.

§ 6º Esta Diretoria se administrará interna e externamente e conselho.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### LEI 4202/2016

LEI Nº 4202/2016.

"DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO COM DÉBITO DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada o Poder Executivo a firmar acordo judicial, decorrente do processo judicial de n.º 0001322-46.2012.8.24.0081/001, com sentença transitado em julgado, pendente de pagamento por parte do Município de Xaxim/SC, e para compensação de crédito tributário inscrito na Fazenda Pública Municipal, perfazendo nesta data o valor certo e determinado de R\$30.107,95 (trinta mil, cento e sete reais e noventa e cinco centavos), devendo estes valores serem compensados nos tributos vencidos de titularidade da Empresa Diadema Empreendimentos Imobiliários, inscrita no CNPJ sob nº83.115.410/0001-05.

Art. 2º - A compensação de que trata o acordo fica condicionada cumulativamente:

a) Autorização legal de acordo com o princípio da estrita reserva legal, imprescindível às relações administrativa e tributária em nosso sistema (arts. 97 do CTN, 5º, inc. II, e 150, inc. I, da Constituição de 1988);

b) As condições para a compensação do crédito tributário dentro dos estritos limites legais, quais sejam, de acordo com a regra imperativa de isonomia tributária contida no art. 150, II, da Constituição da República;

c) O crédito do contribuinte é aquele líquido e certo de acordo com a decisão judicial e de acordo com os ditames do art. 170 do CTN.

Art. 3º - A compensação de que trata esta lei:

a) Importa confissão irretratável da dívida e da responsabilidade tributária;

b) Com a compensação, extingue-se o crédito tributário, parcial ou integralmente, até o limite efetivamente compensado;

c) Alcançado o valor devido pela Fazenda Pública Municipal a compensação suspende a exigibilidade do crédito tributário até o limite compensado, a fluência dos juros de mora e dos demais acréscimos legais, ficam por conta da compensação entre os créditos.

Art. 4º - Efetivada a compensação, subsistindo saldo de débito ou de crédito tributário, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns do débito ou do crédito preexistente, conforme o



caso, previsto na respectiva legislação.

Art. 5º - A competência para homologar a compensação se dá de acordo com Lei Complementar nº 136/2014 de 1º de abril de 2014.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## **LEI 4203/2016**

LEI Nº 4203/2016.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE LIMPEZA DE FOS-  
SA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito municipal, o Programa de Limpeza de Fossa Social, que consiste na concessão, pelo Poder Executivo, de benefício financeiro destinado exclusivamente a subsidiar o pagamento do Serviço de Limpeza de fossa para famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 1º O subsídio da Limpeza de Fossa Social será destinado exclusivamente ao pagamento de limpeza residencial.

§ 2º O valor da Limpeza de Fossa Social limitar-se-á ao valor de R\$ 100,00 para cada unidade familiar e deverá ser concedido em intervalos mínimos de 6 (seis) meses, salvo exceções emergenciais avaliadas pelo profissional de Serviço Social do Poder Executivo municipal.

§ 3º A atualização do valor do subsídio deverá representar o equilíbrio econômico financeiro, sendo estabelecido por Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 4º A concessão do serviço de Limpeza de Fossa Social fica limitada aos limites orçamentários e financeiros estabelecidos nesta Lei, e aos beneficiários que atendam aos requisitos e critérios estabelecidos.

§ 5º Fica limitado o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais mensais) para gastos desta natureza no orçamento da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º São documentos essenciais para requer o benefício:

I - Cópia dos documentos pessoais de identidade, CPF, título de eleitor, certidões de nascimento ou casamento "de todos" os membros que fazem parte da unidade familiar;

II - Cópia do comprovante de residência, sendo indispensável ter domicílio no município de Xaxim/SC de no mínimo 12 (doze) meses.

III - Cópia dos comprovantes e/ou declaração de renda familiar de todos os membros da unidade familiar que residem na mesma residência;

IV - Cópia da Carteira de Trabalho Profissional (CTPS) de todos os membros da unidade familiar que residam na mesma residência;

Art. 3º A renda per capita para o acesso ao benefício previsto nesta Lei não poderá ser superior a 25% do salário mínimo nacional vigente.

Art. 4º À Vigilância Sanitária caberá também, em situações de saúde pública, encaminhar à Secretaria de Assistência Social as necessidades eventualmente constatadas de pessoas em vulnerabilidade

social temporária, compreendidas nos critérios desta Lei, além de fornecer informações quando solicitadas.

Art. 5º O Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação diligenciará para obter os demais dados necessários à inclusão das famílias no Programa, mediante a realização de visitas in loco ou outras providências que se fizerem necessárias.

Parágrafo Único. O Departamento de Habitação reconhecerá o preenchimento das condições por parte das famílias, considerando as disposições dessa Lei.

Art. 6º O benefício será concedido em única prestação mediante pagamento à empresa coletora cadastrada neste município, apta a prestação do serviço.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos necessários no Orçamento do Município para a execução do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que for necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## Consórcios

### ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 076/2016 - DISPENSA 044/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 076/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 044/2016

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de café, alimentos e bebidas para 2 coffee break, para cerca de 40 pessoas, a ser realizado na AMERIOS (Associação do Município Entre Rios).  
CONTRATADO: PADARIA E CONFEITARIA CLARICE LTDA. - ME  
CNPJ nº 07.578.331/0001-52  
VALOR: R\$ 720,00 (Setecentos e vinte reais).

Florianópolis, 04 de Agosto de 2016.

Adir Faccio  
Diretor Geral**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 079/2016 - DISPENSA 047/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 079/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 047/2016

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Materiais de gênero alimentício, Louças, para estruturação da ARIS.  
CONTRATADO: GIASI E CIA LTDA  
CNPJ nº 83.648.477/0002-96  
VALOR: R\$ 1.168,40 (Mil cento e sessenta e oito reais e quarenta centavos).

Florianópolis, 04 de agosto de 2016.

Adir Faccio  
Diretor Geral

### CIS/AMOSC

**EXTRATO TERMO ADITIVO 0508**

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 94.894.169/0001-86

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

CNPJ: 44.734.671/0001-51

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRO ROTOLI CAMARGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ANDRÔMEDA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 13.568.558/0001-10

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e IJOWI TOBIN DILDA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 14.595.725/0001-84

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e PERSON DILOMAR NIEC, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 13/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.

CNPJ: 06.935.554/0001-67

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MARCOS WAVZENKIEVICZ, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 11.018.062/0001-47

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RODRIGO PEUKERT URACH, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 15/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: A. G. KIENEN E CIA LTDA.

CNPJ: 82.225.947/0001-65

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RICARDO A. G. CALDART, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 15/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e

especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 04.889.315/0001-92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.782.733/0001-49

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 12/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.201.539/0001-22

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ SULCHINSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 13/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.201.539/0001-22

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ SULCHINSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/2016 - ATA DE REGISTRO DE



PREGÇOS Nº23/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP.

CNPJ: 09.285.600/0001-18

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ADRIANA CHIOCHETA RISSARDI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 94.516.671/0002-34

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e DAIANE LIMBERGER DIAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 02.520.829/0001-40

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e GLEISON SACHET, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 02.520.829/0001-40

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde

do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e GLEISON SACHET, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA.

CNPJ: 10.448.145/0001-03

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e INGRID RUTH HEGELE GRAMS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA.

CNPJ: 10.448.145/0001-03

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e INGRID RUTH HEGELE GRAMS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 09/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

CNPJ: 67.729.178/0004-91

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 10/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

CNPJ: 67.729.178/0004-91

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br

org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP.

CNPJ: 76.386.283/0001-13

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAURÍCIO MACIAG, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI.

CNPJ: 15.025.636/0001-65

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e JACKSON ANTONIO BUGANÇA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 16/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

– ME.

CNPJ: 20.590.555/0001-48

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ADRIANO RIBEIRO LAZZARI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME.

CNPJ: 20.590.555/0001-48

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ADRIANO RIBEIRO LAZZARI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 14/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 14/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.201.539/0001-22

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ SULCHINSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 09/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

CNPJ: 05.531.725/0001-20

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e GILSON LUIS DAL MAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 12.889.035/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SEDINEI R. STIEVENS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 12.889.035/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SEDINEI R. STIEVENS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 09/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 94.894.169/0001-86

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 85.247.385/0001-49

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

CNPJ: 81.706.251/0001-98

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SIRLEI TEREZINHA ZAMBRIN, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 11/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

CNPJ: 67.729.178/0004-91

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 16/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 04.889.315/0001-92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde



do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 17/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 04.889.315/0001-92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

## CPIMMOC

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 003/2016 MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER MULTIFIN DO MEIO OESTE CONT JOACABA  CNPJ: 19.678.109/0001-00 Rua C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL
	Nr.: 3/2016-PR
	Processo Administrativo: 3/2016
	Processo de Licitação: 3/2016
	Data do Processo: 11/07/2016

Folha: 1/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Do Consórcio, Vitor João Faccin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 3/2016
- b ) Licitação Nr.: 3/2016 - PR
- c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d ) Data Homologação: 05/08/2016
- e ) Data da Adjudicação: 05/08/2016 Sequência: 0

f ) Objeto da Licitação: A presente Licitação tem por Objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MEDICAMENTOS E CORRELATOS para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme condições, características e quantidades previstas neste Edital e seus ANEXOS, parte integrante deste Edital.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

		Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
000011	A. G. KIENEN & CIA . LTDA	40	0,0000	253.801,60
000018	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	41	0,0000	164.610,32
000010	Altermed Material Médico Hospitalar Ltda	45	0,0000	146.268,89
000024	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	4	0,0000	6.809,20
000017	ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	17	0,0000	48.339,10

Joaçaba, 20 de Janeiro de 2016.

Vitor João Faccin  
Presidente Consórcio

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER MULTIFIN DO MEIO OESTE CONT JOACABA  CNPJ: 19.678.109/0001-00 Rua C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL
	Nr.: 3/2016-PR
	Processo Administrativo: 3/2016
	Processo de Licitação: 3/2016
	Data do Processo: 11/07/2016

Folha: 2/2

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

000020	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	31	0,0000	183.839,97
000052	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11	0,0000	120.829,18
000046	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	8	0,0000	16.161,10
000014	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	18	0,0000	74.338,95
000022	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	32	0,0000	144.296,70
000059	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	29	0,0000	92.947,86
000029	Dimaci/SC Materiais Cirurgicos Ltda	41	0,0000	160.764,95
000025	DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA	17	0,0000	96.090,30
000050	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP	32	0,0000	166.928,00
000016	EXTRA DISTRIB. DE MEDIC. E PRO.HOSP. EIRELI EPP	11	0,0000	32.124,00
000051	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	17	0,0000	47.646,85
000021	KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	7	0,0000	17.377,10
000009	LICIMED DISTR MED. MAT. MED. HOSP. LTDA	8	0,0000	50.245,80
000013	Mauro Marciano Comercio de Medicamentos Ltda	37	0,0000	92.590,30
000060	MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI	26	0,0000	127.905,39
000062	MEDILAR IMP. DIST. PROD. MED. HOSP. S.A	24	0,0000	131.824,50
000061	PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	48	0,0000	236.160,95
000012	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	32	0,0000	309.957,20
000023	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1	0,0000	4.600,00
000028	S&R DISTRIBUIDORA LTDA	52	0,0000	118.311,03

TOTAL 629 2.844.769,24

Joaçaba, 05 de Agosto de 2016.

-----  
Vitor João Faccin  
Presidente Consórcio